



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHIS)**

VINÍCIUS JOSÉ DUARTE DE OLIVEIRA

**O processo de construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF
como possibilidade para o ensino de História**

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Vinicius José Duarte de Oliveira

3. Título do trabalho

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 27/05/2022, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS JOSÉ DE OLIVEIRA, Discente**, em 27/05/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),



[de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2937819** e o código CRC **9339BA6F**.

Referência: Processo nº 23070.022017/2022-11

SEI nº 2937819

VINÍCIUS JOSÉ DUARTE DE OLIVEIRA

**O processo de construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF
como possibilidade para o ensino de História**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Professor Dr. Jiani Fernando Langaro

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Vinícius José Duarte de

O processo de construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF como possibilidade para o ensino de História [manuscrito] / Vinícius José Duarte de Oliveira. - 2022.

214 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ensino de História. 2. Pesquisa-ação. 3. Museu Virtual de Ceilândia. 4. Memória. 5. História local. I. Langaro, Jiani Fernando, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **003/2022** da sessão de Defesa de Dissertação de **Vinicius José Duarte de Oliveira**, que confere o título de Mestre em **Ensino de História**, na área de concentração em **Ensino de História**.

Aos **vinte e oito dias de abril do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14h30**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**”. Os trabalhos foram instalados pelo **Orientador, Professor Doutor Jiani Fernando Langaro (ProfHistória/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professor Doutor Cristiano Nicolini (ProfHistória/UFG)**, membro titular interno; **Professora Doutora Dalva Maria de Oliveira e Silva (UFU)**, membra titular externa, **Professor Doutor Astrogildo Fernandes da Silva Júnior (PROFHISTÓRIA-UFU)**, membro externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo **Professor Doutor Jiani Fernando Langaro (ProfHistória/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e oito dias de abril do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini, Professor do Magistério Superior**, em 02/05/2022, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria De Magalhães, Professora do Magistério Superior**, em 03/05/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2860976** e o código CRC **F78CAC6C**.

Dedico este trabalho a todos os moradores e moradoras das periferias brasileiras, em especial aos estudantes das escolas públicas desses locais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Valdir José de Oliveira e aos meus irmãos, Andreia Cristina de Oliveira, Valdir José de Oliveira Júnior e Adriana Luiza de Oliveira, mas agradeço especialmente à minha mãe Maria Otaviana de Oliveira. Pensei nela em vários momentos desta Dissertação, era como se eu a escutasse em cada entrevista que eu ouvi. A lama e a poeira vermelha e fina, tão relatada pelos familiares dos alunos, não incomodava apenas os ceilandenses. Depois de anos morando de favor e sujeitos a humilhações relatadas por minha mãe, conseguimos comprar a nossa casa, o asfalto tardou a aparecer, era poeira na época da seca e lama no período chuvoso. Apesar dos problemas desse bairro recém-formado na periferia de Goiânia-GO, o Jardim Guanabara 2, meus irmãos e eu estávamos sempre com os pés e os chinelos limpos, acho que era a forma que minha mãe tinha de defender a nossa dignidade e a nossa humanidade, não cedendo às adversidades locais.

Eu não sei se existe o “amor da vida” e muitos menos quantas pessoas o encontraram, eu só sei que eu encontrei o meu. Um agradecimento cheio de carinho para a minha esposa Débora Duarte Godoi de Oliveira que me acompanhou e me ajudou em todos os momentos desta Dissertação.

Agradeço aos meus amigos que participaram da realização deste trabalho, Vitor Veloso Godoi que editou as imagens e os vídeos expostos no Museu Virtual de Ceilândia, Habner José de Araújo Costa que criou o site do Museu e Érica Côrrea Costa Lima que revisou esta Dissertação

Agradeço também ao meu orientador, o Professor Dr. Jiani Fernando Langaro, pela sua dedicação e pelos bons conselhos, sempre me orientado de forma clara e objetiva, o que certamente tornou a realização desta Dissertação muito mais fácil.

Um agradecimento ao Professor Manoel Jevan de Olinda que me cedeu e confiou a mim parte do acervo do seu museu, a Casa da Memória Viva da Ceilândia. Agradeço também ao Professor Valter Halyson Leal da Silva que permitiu que eu realizasse esta pesquisa com os seus alunos ao longo do primeiro semestre de 2021.

Agradeço ainda aos estudantes e aos seus familiares por terem colaborado e possibilitado a realização desta pesquisa. Amanda Alexandrino Soares dos Santos, Dayrienne da Silva Santos Moura, Emily Eduarda da Silva Lima, Erika Soares Costa, Flávia Estephany Martins Carvalho Gabriely Moraes de Souza, Geovanna Soares Lima, Heitor Pádua Viana Braga, Izabella Rodrigues Veras, Jamilly Victoria Soares Saraiva, Jenyfer Crystian Silva dos Reis, Larissa de Sousa Mendes de Oliveira, Laryssa Martins Xavier, Leandra Kethelen Souza

Mendes, Letícia Alves Barboza, Letícia Cordeiro Oliveira, Luísa Almeida Pereira, Miguel Junio Dias Bernardo, Mikaela Pontes de Sousa, Moisés Moraes dos Reis, Mônica Nunes Trindade, Pablo Henrique Ferreira do Nascimento, Pedro Henrique Barreto Ribeiro, Pedro Matos Dos Santos, Pietra Daysa Barros Galeno, Raquel Simões dos Santos, Ray Gualberto Araújo, Sarah Sueanny Santos Silva, Sophia Letícia Fonseca, Tiago da Costa Franco, Vanessa Gomes de Almeida, Vitória Letícia Silva Dutra e Yasmin Jennifer da Purificação Gonçalves, muito obrigado.

*Eu tinha plano de morar no Plano,
De estudar no Plano, era meu plano trabalhar
no Plano
E viver no Plano, olha só meu plano
Mas que ledo engano o qual não deu pr'eu
segurar
Que vida apertada, que vida arredia
Passados os anos tantas lutas, tantos planos
Jogaram meus planos na periferia*

*(BONFIM, Rene; TARSO, Paulo de. **Postal do Plano**. In: CD (MELODIA, Rai. Puro em Canto da Terra)*

RESUMO

Ensinar História é também ensinar o seu método de pesquisa. Entretanto, na Educação Básica, os fundamentos teóricos e metodológicos acerca da História, juntamente com todas as disputas político-ideológicas em torno do que deve ser lembrado ou esquecido são comumente negligenciados, colaborando para uma postura passiva dos alunos diante de um conhecimento histórico aparentemente estático. Considerando esse cenário, esta pesquisa-ação propôs a construção do Museu Virtual de Ceilândia em conjunto com alunos dos primeiros anos do Ensino Médio do Centro Educacional 06 de Ceilândia, Distrito Federal. Essa construção se deu através do ensino remoto e em etapas realizadas ao longo do primeiro semestre de 2021. Primeiramente, os alunos responderam um formulário sobre a sua relação com a cidade. Em seguida, visitaram remotamente o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia. Posteriormente, entrevistaram os seus familiares e coletaram objetos para o acervo do Museu. Por último, organizaram o Museu Virtual de Ceilândia. O objetivo principal desta Dissertação é analisar o processo de construção desse Museu como meio para que os alunos percebessem os fundamentos da pesquisa histórica, as intencionalidades e as disputas em torno das narrativas históricas a partir da própria experiência prática. Considerando as respostas presentes nos questionários, juntamente as manifestações dos alunos durante as aulas, tal objetivo foi atingido. O Museu Virtual de Ceilândia integra a parte propositiva desta Dissertação e está disponível no site: www.museuvirtualdeceilandia.com.br.

Palavras-chave: Ensino de História. Pesquisa-ação. Museu Virtual de Ceilândia. Memória. História local.

ABSTRACT

Teaching History is also teaching its research method. However, in Basic Education, the theoretical and methodological foundations about History, along with all the political-ideological disputes around what should be remembered or forgotten, are commonly neglected, contributing to a passive attitude of students towards an apparently static historical knowledge. Considering this scenario, this action-research proposed the construction of the Virtual Museum of Ceilândia along with students of the first year of high school at Centro Educacional 06 in Ceilândia, Distrito Federal. This construction took place through remote teaching and in stages carried out throughout the first semester of 2021. First, the students answered to a form about their relationship with the city. Then, they remotely visited the JK Memorial and the Casa da Memória Viva da Ceilândia. Subsequently, they interviewed their relatives and collected objects for the Museum's collection. Finally, they organized the Virtual Museum of Ceilândia. The main objective of this dissertation is to analyze the process of construction of this Museum as a means for students to understand the foundations of historical research and also the intentions and disputes around historical narratives from their own practical experience. Considering the answers present in the questionnaires, together with the contributions of the students during the classes, this objective was achieved. The Virtual Museum of Ceilândia integrates the propositional part of this Dissertation and is available on the website: www.museuvirtualdeceilandia.com.br.

Keywords: History Teaching. Action-research. Virtual Museum of Ceilândia. Memory. Local history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	As Regiões Administrativas do Distrito Federal.....	17
Figura 2	Escolas de Ceilândia e a localização do CED 06.....	22
Figura 3	Renda Per Capita do Distrito Federal por Região Administrativa em 2018.....	24
Figura 4	Fachada do Memorial JK e sua equipe de funcionários.....	104
Figura 5	Mapa de localização do Memorial JK.....	106
Figura 6	Atual sede da Casa da Memória Viva da Ceilândia.....	114
Figura 7	Notificação de Remoção para Ceilândia (1971).....	139
Figura 8	Matéria do Jornal Correio do Planalto (19/11/1975).....	146
Figura 9	Assentamento da pedra fundamental de Ceilândia pelo Governador Hélio Prates.....	147
Figura 10	Barracos desmontados em Ceilândia (1971).....	148
Figura 11	Caixa d'Água de Ceilândia.....	149
Figura 12	Matéria do Jornal Correio Braziliense (20/10/1979).....	150
Figura 13	Convite para os visitantes do Museu Virtual de Ceilândia colaborarem com o acervo do espaço.....	155
Figura 14	Logotipo do Museu Virtual de Ceilândia.....	155
Figura 15	Ícones do acervo do Museu Virtual de Ceilândia.....	156
Figura 16	Ferramenta de busca do Museu Virtual de Ceilândia.....	157
Figura 17	Organização das entrevistas do Museu Virtual de Ceilândia.....	158
Figura 18	Linha do tempo do Museu Virtual de Ceilândia.....	160

GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição da população por faixas de idade e sexo, Ceilândia, DF, 2018.....	76
Gráfico 2	Distribuição da população por raça/cor, Ceilândia, DF, 2018.....	77
Gráfico 3	Distribuição da população por raça/cor, Plano Piloto, DF, 2018.....	77
Gráfico 4	Distribuição segundo o estado de nascimento das pessoas que vieram de fora do DF, Ceilândia, DF, 2018.....	78
Gráfico 5	Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, Ceilândia, DF, 2018.....	79

Gráfico 6	Distribuição do rendimento bruto do trabalho principal por faixas de salário-mínimo, Ceilândia, DF, 2018.....	80
Gráfico 7	Distribuição da escolaridade da população com 25 anos ou mais, Ceilândia, DF, 2018.....	81
Gráfico 8	Distribuição da frequência escolar da população entre 04 e 24 anos, Ceilândia, DF, 2018.....	82
Gráfico 9	Distribuição dos domicílios ocupados segundo a condição de ocupação, Ceilândia, DF, 2018.....	83
Gráfico 10	Conjunto das temáticas analisadas sobre Ceilândia. Jornal Metrôpoles (2016)....	90
Gráfico 11	Qual ano de fundação de Ceilândia?.....	92
Gráfico 12	Quem foi Hélio Prates?.....	93
Gráfico 13	Você gosta de morar ou estudar em Ceilândia?.....	93
Gráfico 14	Como você acha que a televisão e os jornais mostram Ceilândia?.....	96
Gráfico 15	Você já sofreu preconceito por morar ou estudar em Ceilândia?.....	96
Gráfico 16	Quem administra o Memorial JK? Isso interfere na história contada no Memorial? Como?.....	112
Gráfico 17	Quem administra o Memorial JK? Isso interfere na história contada no Memorial? Como? (adaptado).....	112
Gráfico 18	Quem administra a Casa da Memória Viva da Ceilândia? Isso interfere na história contada nessa Casa? Como?.....	119
Gráfico 19	Quem administra a Casa da Memória Viva da Ceilândia? Isso interfere na história contada nessa Casa? Como? (adaptado).....	119

QUADROS

Quadro 1	Notícias sobre Ceilândia publicadas no caderno Cidades do Correio Braziliense (ago. e set. de 2007).....	88
Quadro 2	Levantamento das notícias sobre Ceilândia entre 01/07/2018 e 27/10/2018.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 DEMARCAÇÕES: A PESQUISA NO ENSINO, MEMÓRIAS, MUSEUS E A HISTÓRIA LOCAL.....	27
1.1 OS PROBLEMAS DA “HISTÓRIA PRONTA” NO ENSINO.....	28
1.1.1 A pesquisa em sala de aula.....	30
1.1.2 O uso de fontes históricas no ensino.....	33
1.1.3 Memórias em disputa.....	36
1.2 OS MUSEUS E AS SUAS NARRATIVAS HISTÓRICAS.....	39
1.2.1 A trajetória dos museus, definições e reflexões.....	40
1.2.2 Os museus e o ensino de História.....	44
1.3 OS MUSEUS VIRTUAIS E A HISTÓRIA PÚBLICA.....	48
1.3.1 Considerações sobre a história pública.....	48
1.3.2 Os museus virtuais.....	50
1.4 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A HISTÓRIA ORAL.....	52
1.4.1 A história local e seu potencial político e didático.....	53
1.4.2 História oral e o ensino de História.....	56
2 NA CAÇAMBA DO CAMINHÃO: SITUANDO CEILÂNDIA NO PASSADO E NO PRESENTE	61
2.1 A FORMAÇÃO DE CEILÂNDIA.....	62
2.1.1 A construção de Brasília e as contradições do projeto modernista.....	62
2.1.2 A segregação socioespacial como política de Estado.....	66
2.1.3 A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e a fundação de Ceilândia.....	68
2.1.4 Os ceilandenses e o protagonismo histórico.....	72
2.2 CEILÂNDIA ATUALMENTE.....	75
2.2.1 Sexo, idade e cor.....	75
2.2.2 Trabalho e renda.....	78
2.2.3 Escolaridade.....	80
2.2.4 Moradia.....	82
2.3 PRECONCEITOS E REPRESENTAÇÕES DE CEILÂNDIA NA IMPRENSA.....	84
2.3.1 Preconceitos construídos.....	85
2.3.2 Preconceitos e estigmas atuais.....	86
2.4 A RELAÇÃO CEILÂNDIA E OS ALUNOS.....	91

2.4.1	Conhecimentos básicos da história de Ceilândia.....	92
2.4.2	As opiniões dos alunos sobre morar ou estudar em Ceilândia.....	93
2.4.3	A percepção dos alunos sobre os preconceitos destinados a Ceilândia e aos ceilandenses	95
2.4.4	Brasilienses ou ceilandenses?.....	97
2.4.5	As percepções dos alunos sobre a história de Ceilândia.....	99
3	BARRACO PROVISÓRIO: AS VISITAS REMOTAS AO MEMORIAL JK E À CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA.....	102
3.1	A VISITA AO MEMORIAL JK.....	102
3.2	AS RESPOSTAS PRESENTES NO QUESTIONÁRIO DA VISITA REMOTA AO MEMORIAL JK.....	107
3.2.1	Qual a história contada no Memorial JK? Esse Memorial é sobre quem? Como a história é contada no Memorial JK?.....	107
3.2.2	Quais os sujeitos históricos (personagens que aparecem na história) se destacam no Memorial JK?.....	108
3.2.3	Quais os principais objetos e fontes históricas presentes no Memorial JK?.....	109
3.2.4	Quem administra o Memorial JK? Isso interfere na história contada no Memorial? Como?	109
3.3	A VISITA À CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA.....	113
3.4	AS RESPOSTAS PRESENTES NO QUESTIONÁRIO DA VISITA REMOTA À CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA.....	115
3.4.1	Qual a história contada na Casa da Memória Viva da Ceilândia? Esse Museu é sobre quem? Como a história é contada na Casa da Memória Viva da Ceilândia?.....	116
3.4.2	Quais os sujeitos históricos (personagens que aparecem na história) se destacam na Casa da Memória Viva da Ceilândia?.....	116
3.4.3	Quais os principais objetos e fontes históricas presentes na Casa da Memória Viva da Ceilândia?.....	117
3.4.4	Quem administra a Casa da Memória Viva de Ceilândia? Isso interfere na história contada nessa Casa? Como?.....	118
3.4.5	Quais as semelhanças você observou entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia?.....	120
3.4.6	Quais as diferenças você observou entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia?.....	121
3.4.7	Por que você acha que tem diferenças entre as histórias contadas no Memorial JK e	

as histórias contadas na Casa da Memória Viva da Ceilândia?.....	122
3.4.8 Entre as histórias contadas no Memorial JK e as histórias contadas na Casa da Memória Viva da Ceilândia, qual teria mais relação com a sua vida? Por quê?.....	123
3.4.9 Você acha que a forma que as histórias são contadas pode influenciar a forma que agimos no presente? Justifique.....	125
3.5 A DEVOLUTIVA DOS QUESTIONÁRIOS.....	126
4 CASA DE ALVENARIA: A CONSTRUÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF.....	132
4.1 A COLETA E A PRODUÇÃO DO ACERVO PARA O MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA.....	133
4.1.1 Apresentando a história oral para os estudantes.....	133
4.1.2 As entrevistas realizadas pelos alunos.....	136
4.1.3 O material coletado por mim.....	139
4.2 ORGANIZANDO O MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA.....	142
4.2.1 O nome do Museu.....	143
4.2.2 A capa do Museu.....	145
4.2.3 Outras escolhas.....	151
4.3 O MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA.....	153
4.3.1 Colocando as escolhas em prática.....	153
4.3.2 A divulgação do Museu.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PEQUENOS REPAROS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166
WEBGRAFIA.....	171
APÊNDICE A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – UFG.....	177
APÊNDICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.....	181
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	183
APÊNDICE D - Slides da apresentação do projeto aos alunos (23/03/2021).....	186
APÊNDICE E - Formulário de Pesquisa.....	187
APÊNDICE F – Questionário: visita remota ao Memorial JK.....	191
APÊNDICE G – Questionário: visita remota à Casa da Memória Viva da Ceilândia...193	193
APÊNDICE H - Slides da aula “A história que a história não conta”: a visita remota ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia. Devolutiva dos questionários (27/05/2021).....	197
APÊNDICE I - Slides da aula “A história oral e a pesquisa” (08/06/2021).....	201

APÊNDICE J - Roteiro semiaberto para entrevista oral.....	204
APÊNDICE K - Ficha técnica para as entrevistas dos alunos.....	205
APÊNDICE L - Slides da aula “Organizando o Museu” (08/07/2021).....	206
APÊNDICE M - Enquete para a escolha do nome definitivo do Museu Virtual de Ceilândia.....	212
ANEXO A - Cruzamento dos eixos Monumental e Rodoviário no início das obras de construção de Brasília.....	213

INTRODUÇÃO

Estabelecer um “marco histórico” é comum no ensino de História, o tempo todo delimitamos o início e o fim de certos eventos. Porém, se é possível datarmos o início desta Dissertação em março de 2020, o processo que me levou a perceber a sua relevância e a sua pertinência pode ser recuado para o ano de 2010, ano em que me tornei professor de História na Educação Básica pela Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal (SEE-GDF). Esse ano também marca o início da minha relação com a cidade de Ceilândia, pois deste então, leciono em escolas públicas dessa cidade.

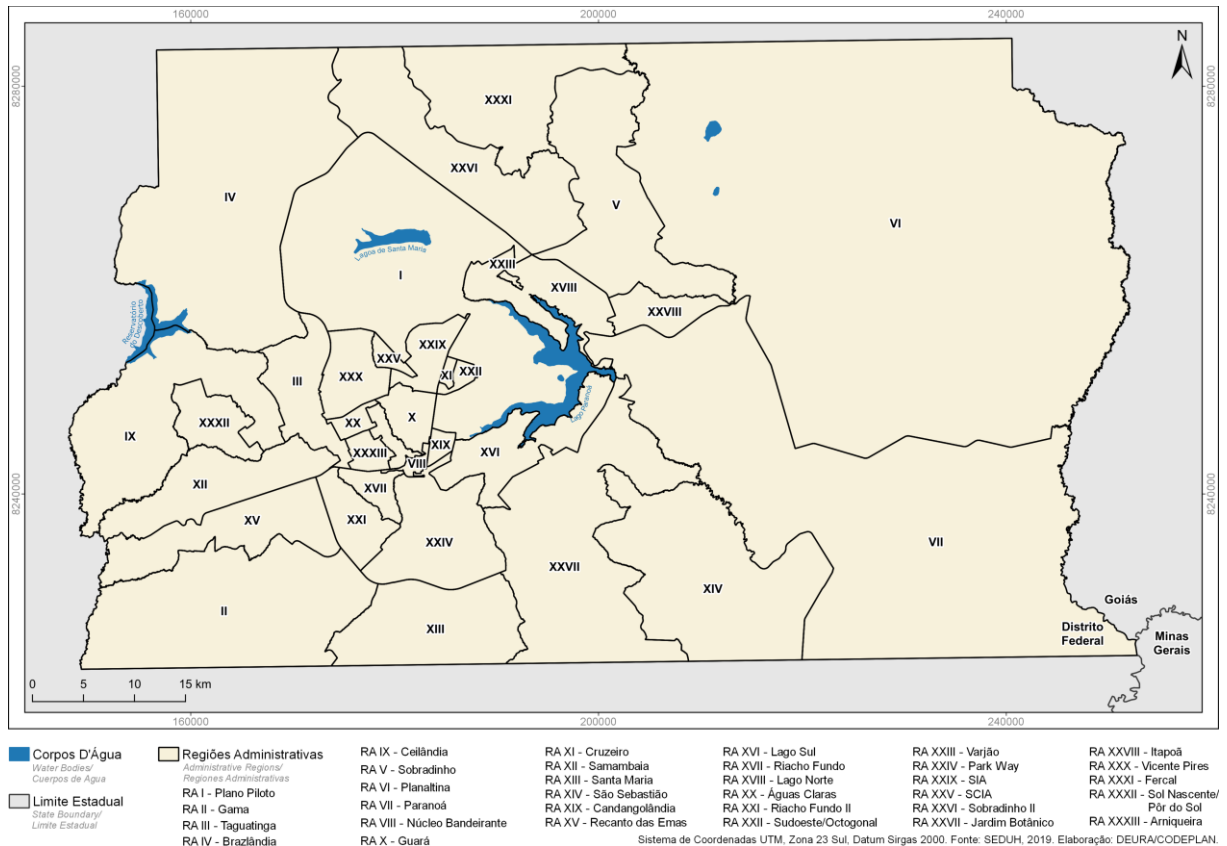
Natural de Goiânia-GO, mudei-me para Brasília em 2004 para iniciar a minha graduação em História pela Universidade de Brasília (UnB). Durante toda a minha graduação, a minha vivência se limitava basicamente à Região Administrativa do Plano Piloto, mais precisamente à Asa Norte, onde eu morava e estudava; portanto, a minha percepção de Brasília era bastante limitada. Em 2010, fui convocado para tomar posse como professor e eu deveria escolher em qual Região Administrativa eu queria atuar: Samambaia ou Ceilândia. O meu desconhecimento sobre o Distrito Federal (DF) era tão grande que eu mal tinha critérios para tal escolha, segundo a servidora que me atendeu, a linha do metrô de Ceilândia era maior, sendo uma alternativa mais viável para o meu deslocamento. Dessa forma, escolhi lecionar nessa cidade. A relação com Ceilândia que começou quase por acaso se mostrou duradoura e se tornou ainda mais próxima, pois além de lecionar nessa cidade, passei também a morar nela a partir de janeiro de 2015.

À medida que a minha “bolha inicial” do Plano Piloto ia se rompendo, algumas situações começavam a me incomodar e eu passei a ter consciência dos privilégios que eu tinha por morar na Asa Norte. Apesar das limitações de ser um estudante morando em república e custeado por uma bolsa de estágio, eu tinha acesso a parques bem cuidados, shows e eventos culturais gratuitos, segurança para circular a pé ou de bicicleta mesmo de madrugada, entre outros privilégios – privilégios esses que deveriam ser direitos, mas que não contemplavam boa parte dos moradores das chamadas cidades satélites. Portanto, se tornou nítido para mim que as desigualdades sociais do Distrito Federal estavam correlacionadas diretamente com as desigualdades espaciais.

Antes de prosseguirmos com a relação entre a minha experiência docente e esta Dissertação, alguns pontos importantes sobre a organização do Distrito Federal precisam ser levantados. O Distrito Federal possui uma organização administrativa específica. Essa unidade federativa não é dividida em municípios e sim em Regiões Administrativas (RAs), o Governo

do Distrito Federal (GDF) possui prerrogativas tanto de Estado quanto de Município. Porém, a sua organização política se assemelha mais a de um Estado, pois a nível federal possui três senadores e oito deputados federais e a nível local possui 24 deputados distritais e um governador. Cada Região Administrativa possui o seu próprio administrador, mas esse é de livre nomeação do governador. Atualmente existem 33 Regiões Administrativas como podemos observar na Figura 1:

Figura 1 - As Regiões Administrativas do Distrito Federal



Fonte: ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 5.

Outra questão importante a ser levantada é: o que se entende por Brasília? Durante as obras de construção da nova capital, a área que se tornaria Brasília era designada de Plano Piloto, com a concretização desse plano em 1960, a cidade passava a se chamar Brasília. Após o surgimento de outras cidades e a divisão do Distrito Federal em Regiões Administrativas, Brasília se tornou RA I. Em 1989, a RA I foi renomeada de Plano Piloto até 1990 quando voltou a se chamar Brasília. No entanto, em 1997, a RA I foi intitulada novamente de Plano Piloto e permanece dessa forma até hoje (ELZINGA, 2019). A nível local, não há distinção oficial entre Brasília e o Distrito Federal, porém, popularmente ainda é comum referir-se a Brasília apenas

como a RA do Plano Piloto. Nesta Dissertação, optei por utilizar com mais frequência o termo “Distrito Federal” quando me refiro a essa unidade federativa e o termo “Plano Piloto” quando me refiro a área composta pela Asa Norte, Asa Sul e o Eixo Monumental.

Logo, todos os naturais do Distrito Federal, independente de qual RA nasceram ou moram, são brasilienses. Oficialmente, o termo “candango” também é designado aos gentílicos do DF. Entretanto, atualmente, esse termo é usado geralmente apenas para se referir aos trabalhadores braçais que participaram dos primeiros anos da construção de Brasília. Nesse sentido, quando eu me referir aos candangos nesta Dissertação, estarei me referindo a esses trabalhadores e não aos brasilienses em geral.

Acredita-se que a palavra “candango” seja de origem quimbundo¹ e era um termo pejorativo designado aos portugueses de Angola. Na região do Nordeste brasileiro, esse termo continuou a ter um sentido negativo, associado aos trabalhadores braçais não qualificados. Nas décadas de 1950 e 1960, o termo “candango” se popularizou também em Brasília na medida em que foi sendo ressignificado e dotado de um certo heroísmo (HOLSTON, 2010). Não raramente, os candangos eram comparados aos bandeirantes (VIDESOTT, 2009). Esse termo acabou sendo ampliado a todos os trabalhadores que participaram desse momento histórico.

Os candangos comumente são chamados de pioneiros, outra expressão que precisa ser problematizada. De forma alguma quero diminuir todo o esforço e sofrimento dos trabalhadores que atuaram nos primeiros anos da construção da nova capital, o seu papel na história brasiliense e brasileira precisa ser reconhecido e valorizado. Mas também não podemos ignorar a importância das famílias de migração mais recente. Dessa forma, não corremos o risco de repetirmos o mesmo processo de marginalização histórica que os próprios candangos sofrem nas narrativas oficiais. Em suma, esta Dissertação parte da premissa que o Distrito Federal está em constante construção e todos os seus moradores possuem um papel fundamental nesse processo.

Apesar de não existir municípios no Distrito Federal, frequentemente irei me referir a Ceilândia como “cidade”, pois os seus moradores a reconhecem dessa forma. Em 2019, a RA de Ceilândia foi fracionada e parte dela se tornou a RA Sol Nascente e Pôr do Sol, porém nesta Dissertação não faço distinção entre as duas RAs, pois tal separação é recente e aparentemente não trouxe ainda mudanças significativas para ambas. Portanto quando me referir a Ceilândia, estou incluindo também as áreas do Sol Nascente e do Pôr do Sol.

A minha relação com Ceilândia se mescla com a minha própria vida docente, pois todas

¹ Língua africana de origem Bantu conhecida também como kimbundo.

as minhas reflexões e anseios comuns a um professor de História se deram a partir das experiências vivenciadas nas salas de aula dessa cidade. Obviamente que nem todas essas experiências podem ser consideradas positivas. Em 2010, no meu primeiro ano como professor, trabalhando a Colonização dos Estados Unidos, requisitei uma pesquisa sobre a origem do dia de Ação de Graças aos alunos dos sétimos anos do Ensino Fundamental. Por inexperiência, solicitei que esse trabalho fosse realizado seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e exigi que a fonte utilizada fosse a *Times New Roman*. A maioria dos alunos simplesmente imprimiu os seus trabalhos, quase todos da Wikipédia, mas um trabalho se destacou. Para minha surpresa, um estudante me entregou um trabalho sobre a fonte *Times New Roman*, contando a sua origem e a sua aplicação principalmente em jornais impressos. Passando o espanto e a raiva inicial, percebi o quanto essa atividade tinha sido infrutífera, fazendo-me repensar a sua utilização em sala de aula.

Comecei a demandar apenas a apresentação oral, sem mais trabalhos escritos como o citado acima, confiante que isso levaria os alunos a refletirem sobre as informações que deveriam apresentar oralmente. Obtive alguns resultados satisfatórios com esse modelo, variando muito de turmas, anos e temas, porém boa parte dos alunos se limitavam a ler um texto retirado de qualquer site, às vezes, liam palavras que nem sabiam os significados. A frustração causada pelas situações relatadas e por outras não mencionadas me levou a refletir sobre como realizar a pesquisa no ensino de forma que levasse os alunos a desenvolverem um senso crítico e reflexivo sobre o conteúdo de História.

Entre os historiadores, há certo consenso que o conhecimento histórico é uma construção que envolve tanto aspectos metodológicos como a seleção e a interpretação das fontes quanto aspectos político-ideológicos como as disputas em torno do que será lembrado ou esquecido. Entretanto, na Educação Básica, geralmente o conteúdo de História é apresentado de forma estática, “essas são as causas da Revolução Francesa”, “essas são as características da Era Vargas”. Como os alunos poderiam compreender na prática os princípios da pesquisa histórica? Como poderiam refletir sobre as relações de poder que envolvem a história e a memória? Como os alunos poderiam se perceber como sujeitos históricos, mesmo quando grande parte das narrativas ainda privilegiam as grandes personalidades?

Com intuito de responder, ao menos parcialmente, os questionamentos supracitados, propus a elaboração do Museu Virtual de Ceilândia em conjunto com os alunos do Centro Educacional 06 de Ceilândia (CED 06), Distrito Federal. Destaco que o foco desta pesquisa-ação não foi o produto, no caso o museu, e sim o seu processo de construção, pois durante esse processo, elementos cruciais do ensino de História foram abordados, como veremos ao longo

desta Dissertação.

Entende-se por pesquisa-ação a pesquisa baseada na intervenção prática e planejada do pesquisador dentro de uma problemática social. Essa intervenção tem o intuito de mobilizar outros participantes que, além de serem objetos de estudo, também atuam de forma ativa na pesquisa, influenciando os procedimentos e os resultados dela. Esses procedimentos e resultados são analisados de forma crítica e reflexiva pelo pesquisador (TRIPP, 2005).

Um dos principais teóricos dessa metodologia foi o psicólogo Kurt Lewin que trabalhou com grupos minoritários nos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial (MELO; MAIA FILHO; CHAVES, 2016). No Brasil, a pesquisa-ação na educação ganhou notoriedade nos anos 1960 e 1970, em articulação com os estudos de Paulo Freire (2011), que propunham uma participação ativa dos estudantes nos processos educacionais e políticos. Trazendo esse conceito para área de ensino, Renata Toledo e Pedro Jacobi (2013, p. 166) afirmam que:

Ao destacar o seu caráter reflexivo, mobilizador, gerador de conhecimentos interdisciplinares e de soluções coletivas, a pesquisa-ação aplicada à educação mostra-se com forte potencial de contribuição em processos de transformação das práticas institucionais, bem como no desenvolvimento da cidadania e do empoderamento, elementos para mediação de situações de conflito.

Apesar da situação problema geradora da pesquisa-ação não ter sido identificada pelos alunos participantes e sim por mim, eles atuaram ativamente na pesquisa, na construção do Museu e nas tomadas de decisões referentes a ele.

A ideia de se fazer um museu em conjunto com alunos surgiu ainda durante a seleção para o Mestrado no dia 20 de outubro de 2019. A prova discursiva solicitava uma proposição de aula na qual o professor pudesse explorar a relação entre patrimônio, memória e história. Como eu poderia trabalhar com os alunos as relações de poder manifestadas nos patrimônios e nos acervos museais? Tive a ideia de os próprios alunos criarem um museu, assim eles perceberiam que os espaços museais refletem determinadas intenções. Nesse caso, as intenções refletidas são as dos próprios alunos que participaram da construção do Museu. Além dos corriqueiros obstáculos que a pesquisa-ação no ensino de História já possuía, como uma grade horária reduzida e a pressão para cumprir os currículos escolares, a pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios.

A princípio, o Museu Virtual de Ceilândia seria físico e se localizaria no Centro Educacional 06, porém com a suspensão das aulas presenciais e o início do ensino remoto nas escolas públicas do Distrito Federal – em função da Pandemia Covid-19 –, o museu precisou ser adaptado para um formato virtual. No entanto, todo o processo de produção e organização

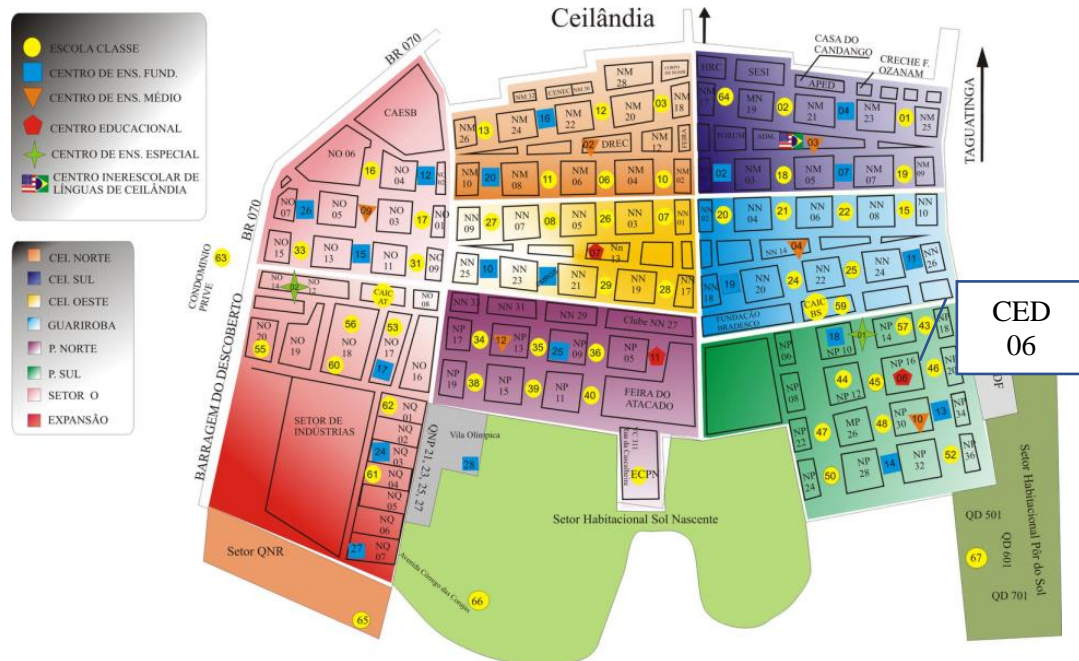
do conhecimento construído contou com a participação direta da comunidade escolar. Portanto, minha proposta buscou se enquadrar nos princípios norteadores da história pública que serão abordados no Capítulo 1.

Os museus, apesar de serem ferramentas importantes no ensino de História e para a construção da memória social, ainda são pouco frequentados pelos brasileiros. Conforme Vaz e Araújo (2013, p. 155): “Um dado importante é que até 2006, os brasileiros não tinham o hábito de visitar museus ou centros de ciências, apenas um em cada cem habitantes do país realizava estas visitas anualmente”. Uma das possibilidades para tornar tais espaços mais acessíveis seria adaptar o seu acervo para um formato digital sempre que possível. Iniciativas de museus virtuais, como a presente nesta pesquisa-ação, podem possibilitar que uma maior parte da população visite os museus mesmo que remotamente. Os custos relacionados à criação e à manutenção do Museu Virtual de Ceilândia foram arcados por mim até o momento através da bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

As desigualdades socioespaciais do Distrito Federal se manifestam de diversas formas, entre elas, através da concentração de museus e de memoriais na RA do Plano Piloto. Boa parte desses espaços, como o Memorial JK, possuem uma perspectiva elitista da história brasileira, tal perspectiva foca principalmente na biografia de políticos considerados ilustres. Apesar de Ceilândia ser a RA mais populosa do DF, segundo os registros do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a cidade possui apenas dois museus: o Museu da Sucata e a Casa da Memória Viva da Ceilândia (IBRAM, 2011). O Museu Virtual de Ceilândia ainda está em processo de registro. Considerando esse cenário, a criação de espaços com o intuito de pluralizar, democratizar e combater as narrativas históricas excludentes e preconceituosas se torna ainda mais necessário.

A pesquisa-ação foi desenvolvida no CED 06 de Ceilândia. A escola é destinada ao Ensino Médio, contendo 1247 alunos no Ensino Regular e 323 alunos na Educação de Jovens e Adultos (INEP, 2020). A escolha dessa unidade de ensino para a realização da pesquisa se deve a dois principais motivos. Por se tratar de uma escola destinada aos alunos do Ensino Médio, os estudantes tinham uma maior autonomia e uma maior mobilidade, essenciais para a realização da pesquisa. O outro motivo se deve ao fato de que o CED 06 se mostra receptivo para a realização de atividades extracurriculares. Anteriormente à pandemia de Covid-19, a escola possuía grupos de teatro, de dança, de fotografia entre outros, com esta pesquisa não foi diferente, a escola se mostrou novamente receptiva. Ao solicitar à Direção autorização para a realização da pesquisa-ação, ela demonstrou uma grande aceitação e interesse que também foram manifestados pelo professor de História Valter Halysen Leal da Silva. A seguir, podemos ver a localização do CED 06 e das demais escolas públicas de Ceilândia:

Figura 2 - Escolas de Ceilândia e a localização do CED 06



Fonte: Adaptado de ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, 2021.

Em março de 2020, consegui um afastamento para estudos junto à Secretaria de Educação para a realização do Mestrado e, conseqüentemente, perdi temporariamente a minha lotação no CED 06, além das minhas turmas. Entretanto, o professor Valter da Silva permitiu que eu realizasse a minha pesquisa com os seus alunos, reunindo com eles às terças e às quintas-feiras através do *Google Meet*. Esta pesquisa-ação consistiu em uma seqüência de atividades realizadas no primeiro semestre de 2021 e foi destinada aos alunos dos primeiros anos A, B, C, D, E e F; totalizando 250 alunos. Quais foram essas atividades, como elas foram realizadas e quais os seus resultados estão presentes nos capítulos desta Dissertação.

O objetivo principal desta pesquisa-ação não é analisar o Museu Virtual de Ceilândia, mas o processo de sua construção. Essa construção se deu em conjunto com os alunos do Centro Educacional 06 e será apresentada nesta Dissertação como uma possibilidade para um ensino de História que promova uma percepção crítica, analítica e reflexiva em torno da construção das narrativas históricas e os seus métodos de pesquisa, com destaque para a história oral. Mas, a principal pretensão da construção do Museu era que os alunos compreendessem melhor as tensões e as disputas em torno das narrativas históricas e da memória social ligadas à construção de Brasília e principalmente à fundação de Ceilândia. Desse modo, buscou-se evidenciar as intencionalidades presentes nas narrativas históricas e principalmente nos objetos museais a partir da experiência prática vivenciada pelos alunos na construção do Museu.

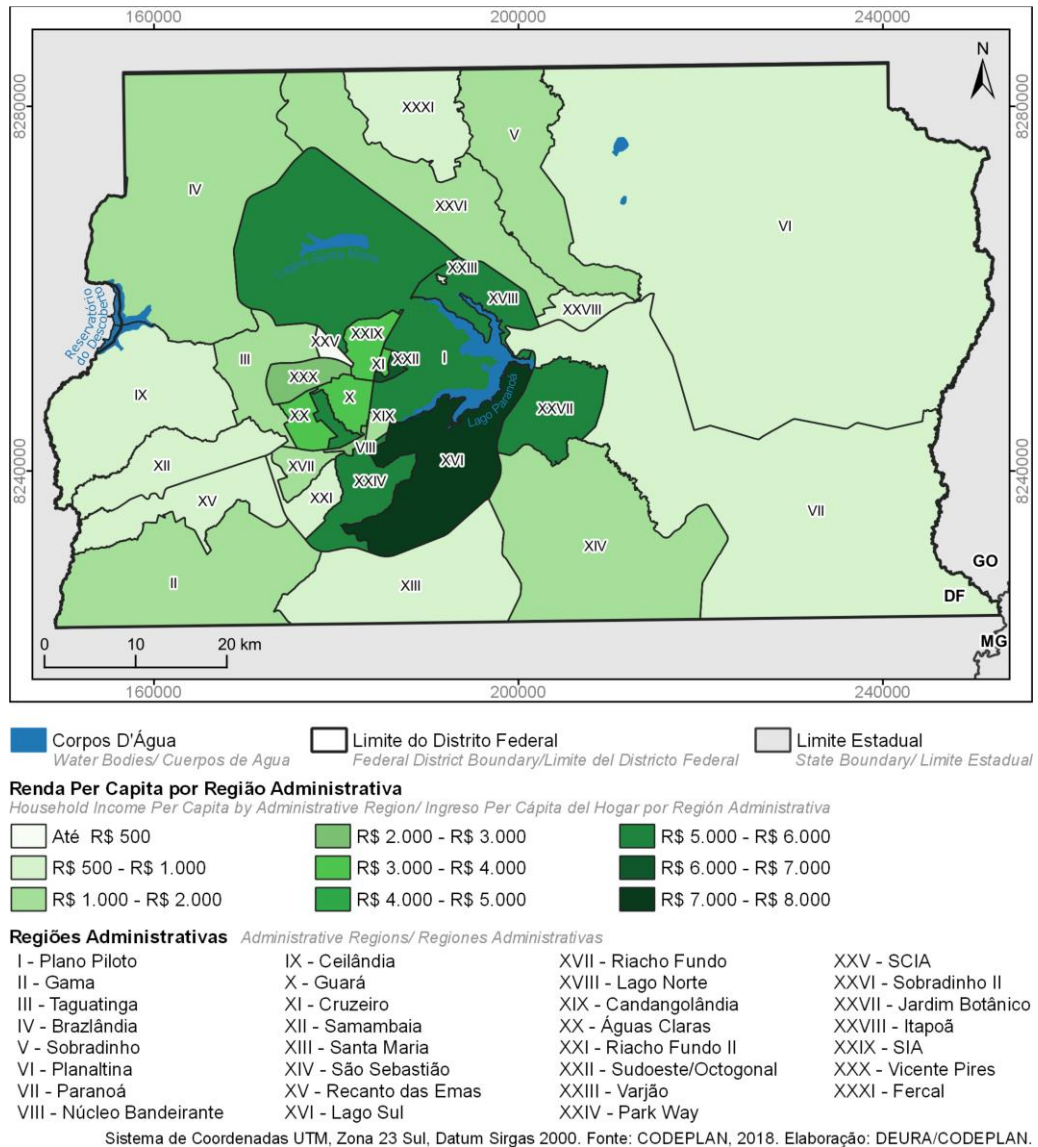
Ainda destaco outro objetivo correlacionado ao principal: fomentar nos alunos participantes desta pesquisa-ação uma perspectiva crítica das narrativas históricas. Isso se daria através do contato com narrativas divergentes presentes em dois distintos museus, o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC), ambos localizados no Distrito Federal.

A parte propositiva desta pesquisa, item obrigatório nas dissertações do ProfHistória, é o próprio Museu Virtual de Ceilândia, que foi inaugurado no dia 1º de dezembro de 2021. Estimo que esse espaço digital se torne uma referência sobre a história local da cidade, auxiliando tanto os professores que pretendam abordar tal temática em sala de aula quanto os alunos que intencionam estudar a história da mais populosa Região Administrativa do Distrito Federal.

A presente pesquisa também estima que a partir do maior envolvimento e conhecimento da sua localidade, os discentes desenvolvam um senso de identidade e pertencimento à cidade de Ceilândia. Desse modo, os alunos poderão criar respostas que visem o combate aos preconceitos direcionados à cidade e à grande desigualdade socioespacial que assola o Distrito Federal. Apesar do DF ser a Unidade Federativa com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, ele se manifesta de forma desigual entre as suas Regiões Administrativas. Enquanto Ceilândia tem um IDH de 0,784, o Plano Piloto e adjacências passam de 0,9, chegando a 0,955 no Lago Norte (REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS, 2016).

Desnaturalizar as narrativas que excluem ou negligenciam os sujeitos históricos que estão fora das esferas do poder político e econômico no Distrito Federal é um passo importante para que os alunos desnaturalizem as próprias desigualdades espaciais dessa Unidade Federativa. Ou seja, os estudantes precisam se perguntar sobre os motivos de algumas Regiões Administrativas terem uma melhor infraestrutura, uma melhor oferta de serviços e uma maior renda per capita do que outras. Como observado na Figura 3:

Figura 3 - Renda Per Capita do Distrito Federal por Região Administrativa em 2018



Fonte: ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 10.

Esta Dissertação é uma construção que envolve vários sujeitos, entre eles outros professores de História e os próprios alunos que participaram da pesquisa-ação. Como uma construção, ela se deu em etapas que serão detalhadas nos capítulos seguintes. Optei por nomear tais capítulos fazendo uma analogia à construção das primeiras casas na cidade de Ceilândia nos primeiros anos após a sua fundação em 1971.

O Capítulo 1 denominado de “Demarcações: a pesquisa no ensino, memórias, museus e a história local” faz uma alusão às demarcações dos novos lotes na antiga Fazenda Guariroba que posteriormente se tornaria Ceilândia em 1971. Essa alusão se deve ao fato desse capítulo possuir a pretensão de demarcar os principais referenciais teóricos e os principais conceitos que norteiam esta Dissertação. Entre tais referências e conceitos destaco: a pesquisa no ensino de

História, memórias, museus, história pública, história local e história oral. Além das suas principais características, pretendo analisar como tais conceitos podem se manifestar no espaço escolar.

Após as demarcações dos novos lotes, iniciou-se a remoção das famílias das chamadas invasões das vilas do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Colombo, Placa das Mercedes, além dos morros do Urubu e Querosene com destino à recém fundada Ceilândia. As remoções eram realizadas principalmente nas caçambas dos caminhões do Governo do Distrito Federal (GDF).

Se o primeiro capítulo situa o leitor no campo conceitual, o segundo o situa sócio historicamente. O foco do Capítulo 2 é a própria cidade de Ceilândia. Intitulado de “Na caçamba do caminhão: situando Ceilândia no passado e no presente”, ele apresenta elementos do passado e do presente da cidade, percorrendo um caminho que se inicia com a construção de Brasília na década de 1950. Esse capítulo também propõe situar Ceilândia no contexto atual, analisando alguns dados socioeconômicos da cidade provenientes da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Também estará presente nesse capítulo uma análise das representações que a cidade possui na mídia. Por último, apoiando-me nas respostas dadas pelos alunos através do *Google* Formulários (apêndice-E), abordarei qual relação os estudantes do Centro Educacional 06 possuem com Ceilândia.

Após desembarcarem das caçambas dos caminhões, iniciou-se imediatamente a construção dos barracos provisórios com lonas, pedaços de madeira e até papelão, a maior parte desse material era proveniente das antigas moradias removidas juntamente com os seus habitantes. O objetivo principal do barraco provisório era servir de apoio enquanto as famílias se preparavam para construir a moradia definitiva, a casa de alvenaria.

Preparar os alunos para a construção do Museu Virtual de Ceilândia foi também a intenção das visitas remotas que eles fizeram ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia. Essas visitas juntamente com os questionários (apêndices-F e G) referentes a elas serão analisados no Capítulo 3 nomeado de “Barraco provisório: as visitas remotas ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia”.

As casas de alvenaria construídas pelos ceilandenses eram feitas para durar, com toda solidez que tijolos e cimento podem ter. Essas casas simbolizavam a concretização de um sonho, a finalização de uma batalha, portanto o último capítulo desta Dissertação foi nomeado de “Casa de alvenaria: a construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF”. Além de simbolizar o fim de um processo, o Museu Virtual de Ceilândia também estima ser duradouro como essas casas costumam ser. O Capítulo 4 tem o intuito de relatar a minha experiência e a experiência

dos alunos ao longo do processo de construção e organização do Museu Virtual de Ceilândia. Como foi a produção e a coleta do acervo desse Museu? Como as minhas escolhas e as minhas intenções juntamente com as dos alunos se manifestaram no layout² do Museu? Como foi a inauguração e a divulgação dele? As respostas para essas perguntas estarão presentes no último capítulo desta Dissertação.

Ensino de História, memórias, museus, história local e história oral são temas já explorados em vários outros estudos, o que se pretende com mais esta pesquisa não é meramente endossar esse campo teórico. A relevância deste trabalho está na pretensão de dar forma, cor, rosto e voz para esses estudos, ou seja, pretendi aplicar tais conceitos na realidade escolar, testando, refletindo e analisando-os a partir de uma situação concreta.

Esta Dissertação buscou mesclar reflexões teóricas promovidas por ambientes específicos como o acadêmico com a experiência prática que apenas quem atua na Educação Básica possui. Em outras palavras, ela foi escrita por um professor de História para outros professores que, assim como eu, não renunciam às reflexões teóricas sobre o ensino de História, mas que também almejam conhecer projetos desenvolvidos na realidade escolar e não apenas reflexões levantadas por teóricos que aparentam desconhecer a sala de aula. Não raramente, quando eu terminava as minhas leituras sobre o ensino de História, deparava-me com o seguinte questionamento: “Mas e na prática, como seria?”. É esta a sensação que espero que os leitores não tenham ao fim desta Dissertação. Em suma, teoria e prática, reflexão e ação se mesclam nesta pesquisa.

² Layout é a estrutura e organização de um site, blog e similares.

1 DEMARCAÇÕES: A PESQUISA NO ENSINO, MEMÓRIAS, MUSEUS E A HISTÓRIA LOCAL

Demarcar é restringir algo, determinar limites, determinar fronteiras. Porém se demarcar é restringir, paradoxalmente, o sentido dessa palavra pode ser aplicável a várias situações nada restritas, situações que podem variar desde a definição dos limites de um lote de terra até delimitar os referenciais epistemológicos de uma dissertação de mestrado. Além da sua vasta aplicabilidade, demarcar também costuma ser o primeiro passo para se produzir algo, até mesmo porque só é possível sabermos o que queremos fazer se soubermos o que não queremos fazer. A escolha desse nome para o capítulo inicial se dá por analogia à própria história da cidade de Ceilândia, Distrito Federal, um dos objetos de estudo desta pesquisa.

Em 1970, o governador do Distrito Federal, o Tenente-Coronel Hélio Prates, criou a Comissão de Erradicação de Favelas. Uma das primeiras ações dessa Comissão foi demarcar 17.000 lotes na Fazenda Guariroba, futura Ceilândia. Cada lote possuía 250 m² e era delimitado apenas por quatro estacas (VASCONCELOS, 1988). Obviamente que propor a demarcação dos lotes como o início da história de Ceilândia é passivo de problematização como qualquer outro marco histórico, por exemplo, a data oficial da fundação de Ceilândia é 27 de março de 1971, o dia que a primeira família removida chegou à cidade.

Assim sendo, demarcar pode ser considerado o primeiro passo tanto de uma pesquisa quanto de um projeto urbanístico, se podemos considerar o início da construção de Ceilândia a partir das demarcações dos novos lotes destinados aos futuros moradores, também podemos considerar o início desta Dissertação a partir da definição dos principais referenciais teóricos e metodológicos que a norteiam. Da mesma forma que é impossível existir um lote sem limite, também não há pesquisa que trate de tudo e de todos.

Se quatro estacas demarcavam um lote no início de Ceilândia, quatro temas demarcam este capítulo. No primeiro tema, trataremos os problemas de se ensinar história como um produto pronto e não como um processo que envolve tanto aspectos metodológicos quanto aspectos político-ideológicos. Esses aspectos político-ideológicos se manifestam com frequência em torno das disputas que circundam a memória social. Partindo dessas considerações, proponho a pesquisa em sala de aula e o uso de fontes no ensino de História como possibilidade para um ensino crítico e reflexivo.

Prossigo analisando os museus históricos, a sua origem, trajetória e definições. Mas para esta Dissertação, o mais importante é como esses espaços constroem narrativas históricas a partir dos seus acervos. Também analiso o uso dos museus no ensino de História, destacando o

museu escolar. A terceira temática continua a abordar os museus, especificamente os museus virtuais, pois a parte propositiva desta pesquisa consiste no Museu Virtual de Ceilândia-DF. O conceito de “museu virtual” será abordado em conjunto com o de “história pública”, apesar de pertencerem a campos epistemológicos diferentes, a Museologia e a História, ambos os conceitos se aproximam e dialogam entre si.

O último conceito delimitador dessa dissertação é o de “história local”, principalmente a sua aplicabilidade no ensino de História. A história local possui um grande potencial didático e político pela sua proximidade com o aluno e pela sua importância na constituição das identidades desses mesmos. Entretanto, alguns aspectos precisam ser problematizados para que a história local não repita, em escala menor, os processos de exclusão tão comuns na história nacional. Não se pode aplicar os mesmos métodos e esperar resultados diferentes, portanto proponho a história oral como metodologia para abordar a história local em sala de aula.

1.1 OS PROBLEMAS DA “HISTÓRIA PRONTA” NO ENSINO

Há um certo consenso entre os historiadores que a história é uma construção que envolve aspectos metodológicos, como a análise das fontes e aspectos ideológicos e políticos em torno do que deve ser lembrado ou esquecido. Esse processo envolve tensões, intenções e disputas em torno da memória social e a sua manifestação nos patrimônios e nas narrativas históricas. Contudo, os fundamentos teóricos e metodológicos em torno da construção da história possuem pouco espaço na Educação Básica, geralmente são tratadas apenas superficialmente no início do 6º ano do Ensino Fundamental e no início do 1º ano do Ensino Médio (SILVA, M., 2003). Muitas vezes, a história chega aos alunos como um produto pronto, acabado e estático, um bom professor seria aquele que transmitisse esse conteúdo da forma mais cativante e compreensível possível. Todo o processo da pesquisa, da elaboração daquela informação, juntamente com as relações de poder e disputas em torno de qual história deve-se ensinar, não possuem a visibilidade merecida na Educação Básica.

No ensino de História, em geral, o conteúdo é dado, o próprio termo “dado” já é revelador, pois o conhecimento que deveria ser construído pelo aluno com o intermédio do professor é apenas “transmitido”, reforçando a tão criticada e ainda presente educação bancária³. Comumente, chegamos à sala de aula com os nossos modelos explicativos, nossos resumos e organogramas. Muitas vezes até nos arriscamos a apresentar alguns slides no *data*

³ Educação bancária é um conceito elaborado por Paulo Freire (2011) para criticar o modelo educacional que percebia os estudantes como depósitos passivos de informações e valores provenientes dos professores.

*show*⁴ com ilustrações, mapas e até mesmo memes. Fazemos isso cientes dos riscos de faltar alguma peça que impossibilite o uso desse maquinário, além do tempo que se pode gastar para montá-lo, portanto todos esses esforços são louváveis e precisam ser reconhecidos. Porém, muitas vezes, esses recursos tecnológicos não correspondem de fato a uma inovação didática, tornando-se mais uma maneira de transferir informações e não de construir conhecimentos.

Ao tratarmos a história como algo estático, pronto e imutável, privamos os estudantes de entenderem a metodologia da pesquisa histórica, de compreenderem a dinâmica que a história possui e a sua relação com o presente. A relação passado-presente é mais óbvia e visível para os nossos alunos, pois, com mais facilidade, eles percebem que o presente é uma consequência do passado. Contudo a outra via dessa relação é menos perceptível, a influência que o presente tem na pesquisa histórica é menos evidente. Lembro-me que um pouco antes de iniciar a minha graduação em História, ouvi de um conhecido que estudar História devia ser bom, já que precisava aprender apenas uma vez, pois ela não mudava. Os nossos alunos precisam entender que a pesquisa histórica é motivada por reflexões do presente, ou seja, ela busca suprir carências sempre atuais, sendo tão dinâmica quanto o próprio presente. A história sempre é vista pelo retrovisor, mas os historiadores não devem “tirar os olhos” da estrada.

Ignorar os processos metodológicos e político-ideológicos presentes na construção das narrativas históricas e, em especial, na construção da memória social, podem acarretar dois problemas graves, mas comuns no ensino de História. Primeiro, os discentes se tornam passivos no processo de ensino/aprendizagem, sua percepção sobre o passado é limitada pelas informações dadas pelo professor ou por outros meios, como o livro didático, a história é apresentada de forma cristalizada, portanto sem a possibilidade e a necessidade de sua própria atuação, cabe ao estudante apenas saber o que ocorreu.

Os alunos são capazes de aprender sobre qualquer tema que eles consigam relacionar com a sua própria vida, não é raro admirarmos certos conhecimentos e habilidades que eles possuem (RICCI, 2007). No entanto, quando se deparam com uma história pronta e imutável, provavelmente o aluno não despertará o interesse por algo que ele não consiga relacionar com a sua vida. Tal desinteresse é exemplificado com uma frase muito comum nas aulas de História: “professor, para que eu quero saber de um negócio que aconteceu há tanto tempo? Eu não era nem nascido”. Tal postura é perigosa, principalmente, se compactuarmos com a premissa presente em Jörn Rüsen (2011, p. 270): “todo conhecimento histórico desempenha uma função de orientação”.

⁴ Ferramenta tecnológica para a projeção de imagens e vídeos.

Outro problema ao se ensinar história como um produto pronto é que as intencionalidades e disputas em torno dela e da memória social não são abordadas em sala de aula, ou seja, todos os debates acerca do que deve ser lembrado, celebrado, ensinado ou esquecido, marginalizado e negligenciado, geralmente, não fazem parte do ensino de História.

Sem perceberem que as representações históricas não são imparciais, ingênuas e desinteressadas, os alunos estariam pouco munidos para questionarem e enfrentarem as próprias representações históricas das quais muitas vezes são vítimas, principalmente se considerarmos o perfil dos estudantes brasileiros. Boa parte deles são negros, mulheres, filhos de trabalhadores e a grande maioria estuda na escola pública. Esses grupos, ainda hoje, são comumente atacados como exemplifica a fala de Kim Kataguirí (2016) ao referir-se à escola pública como “verdadeiros centros de recrutamento de traficantes”. Tal depoimento não aparenta ter prejudicado a carreira política do líder do Movimento Brasil Livre (MBL), pois ele foi eleito Deputado Federal pelo estado de São Paulo em 2018.

A escola na qual desenvolvi esta pesquisa-ação não destoa da situação citada acima. O Centro Educacional 06 é uma escola pública e localizada em Ceilândia, uma região periférica de Brasília, estigmatizada pela pobreza e violência desde a sua fundação em 1971. Para os alunos compreenderem a história como uma construção, um processo e não como um produto, proponho a pesquisa em sala de aula como metodologia para um ensino de História mais crítico e reflexivo⁵.

1.1.1 A pesquisa em sala de aula

Ensinar os fatos históricos como produtos prontos é negar a própria pesquisa na área de História, negando também os processos de validação desse determinado conhecimento. Em tempos de negacionismos históricos e revisionismos meramente ideológicos, se torna ainda mais urgente o aluno compreender como se dá a pesquisa histórica e a sua validação. É fundamental que o estudante compreenda que determinados conhecimentos e abordagens do professor são frutos, muitas vezes, de décadas de pesquisas realizadas por pessoas que se dedicaram a estudar e pesquisar determinado assunto. Mesmo que a história possua as suas subjetividades, determinados conhecimentos não podem ser tratados como meras opiniões. Historiadores produzem conhecimentos que requerem competências e habilidades adquiridas

⁵ Entende-se como crítico e reflexivo um ensino de História que possibilite que os alunos compreendam o processo de produção e circulação das narrativas históricas e as relações de poder presentes nelas. Essa compreensão tem o intuito de levar os alunos a agirem no combate às narrativas que naturalizam e legitimam preconceitos e desigualdades.

com anos de estudo e prática. As informações transmitidas por qualquer “aventureiro” no *Youtube* não podem ser consideradas tão válidas quanto o conhecimento produzido por uma pesquisa histórica.

Por outro lado, tomar determinadas informações como uma mera questão de opinião pode ser tão perigoso quanto tomá-las como verdades absolutas e inquestionáveis. Isso seria mais um problema ao não trabalhar os elementos da pesquisa e o processo de construção das narrativas históricas em sala de aula. Considerar a história como um fato incontestável é negar as próprias mudanças epistemológicas comuns nas ciências, ou seja, se tal conhecimento não fosse questionado, estaríamos ensinando-a com a mesma abordagem de quando a História se tornou disciplina escolar no século XIX.

A história não é uma questão de opinião e nem é uma verdade inquestionável. Para não cairmos nos problemas citados acima, a pesquisa precisa ser vista como parte do ensino. Nesse ponto, apoiei-me principalmente no livro “História: o prazer em ensino e pesquisa”, de Marcos Antônio da Silva (2003), a sua primeira edição foi publicada em 1995, o fato dessa obra ainda se mostrar atual demonstra a relevância de suas reflexões sobre ensino e pesquisa. Apoiei-me também na obra “Pesquisa como ensino: textos de apoio. Propostas de trabalho”, de Cláudia Sapag Ricci (2007), apesar desse livro ser direcionado para as séries iniciais do Ensino Fundamental, a sua proposta é pertinente também para os outros anos da Educação Básica. Busquei nessas obras os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa no ensino de História. Ambos os autores dialogam entre si à medida que defendem a pesquisa como meio para que os alunos reflitam sobre o próprio conteúdo abordado, criando uma nova relação com esse conteúdo, além de assumirem o protagonismo no espaço escolar ao atuarem como produtores de conhecimento (RICCI, 2007; SILVA, M., 2003).

A própria aparente dicotomia entre o ensino e pesquisa precisa ser problematizada. Por muito tempo prevaleceu a ideia de que o conhecimento escolar era uma transposição simplificada, através do intermédio do professor, do conhecimento acadêmico, ou seja, o ambiente escolar não produzia conhecimento, apenas assimilava uma versão mais enxuta das produções acadêmicas. Porém, uma nova perspectiva vem ganhando espaço, nela o conhecimento escolar se apresenta com uma maior independência, obviamente que o conhecimento que deve nortear a educação é o científico, porém as demandas da comunidade escolar, muitas vezes, são bem diferentes das demandas presentes no meio acadêmico, proporcionando questionamentos e respostas diferentes nesses espaços. Como podemos observar:

(...) André Chervel foi o pioneiro em tomar as disciplinas escolares e, conseqüentemente, os saberes dos quais são portadoras, não como a simples adaptação ou transposição do saber de referência para a disciplina escolar, pois que para ele a constituição dos saberes escolares, concretizado especialmente por meio das disciplinas, segue itinerário bastante diferenciado, obedecendo a demandas de esferas sociais quase nunca idênticas àquelas existentes exclusivamente na produção do conhecimento científico (GATTI JÚNIOR, 2009, p. 92).

Outras vezes, o conhecimento produzido no espaço escolar pode nortear as produções acadêmicas. Destaco o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), no qual os professores mestrandos levam o seu conhecimento produzido no meio escolar para dentro da academia, buscando mesclar a sua experiência prática com as reflexões teóricas. Em suma, pesquisa e ensino caminham juntas e não se pode estabelecer hierarquias entre elas.

Comumente, os próprios professores de História reforçam essa aparente diferença, considerando historiadores apenas os pesquisadores ligados a alguma universidade ou centro de pesquisa. Defender tal dicotomia apenas prejudicaria tanto o ensino quanto a pesquisa. Marcos Silva é contundente em sua crítica a respeito dessa diferenciação:

Apenas a ligeireza intelectual das categorias próprias a setores do mercado de trabalho consegue alimentar a alegada dissociação entre pesquisa e ensino, facilitando o funcionamento de cursos universitários que formam insuficientemente os profissionais e de políticas de emprego que contratam para tais trabalhadores a partir de sua desqualificação prévia – “não sabem o pesquisar, só ensinam” ou “pesquisa rende pouco porque tem público restrito” (SILVA, M., 2003, p. 18).

Muitas vezes, quando cobramos atividade de pesquisa dos nossos alunos, ela se limita a um tema e os alunos procuram certas respostas relacionadas a esse tema como, por exemplo, as principais características de um determinado evento histórico. Porém tais respostas já existem e normalmente são encontradas com facilidade na internet, ou seja, não há a construção de um conhecimento novo, típico de uma pesquisa, e sim uma transposição dessa informação. Como observa Ricci:

Na verdade, pesquisa aqui se reduz a cópia ou transcrição, atividade esvaziada de sentido ou significado para os alunos e os professores. Aliás, a palavra pesquisa significa busca com investigação, seguindo os vestígios, indagando, o que já se contrapõe à mera transposição de informações (RICCI, 2007, p. 11).

A transcrição de uma informação de um formato para outro já poderia ser considerado um conhecimento novo, o problema é quando essa transposição se dá sem a devida reflexão. Quando solicitamos um “trabalho escrito” como pesquisa, creio não ser raro os alunos

simplesmente imprimirem as páginas de algum site, às vezes, até as propagandas presentes nesses sites aparecem nessa impressão.

A produção de um conhecimento novo precisa ser relativizada para o ambiente escolar, como salienta Jiani Langaro: “O *novo* que deve ser buscado na sala de aula é aquilo que se projeta como novidade para o aluno e que lhe acrescenta algo positivo, em termos de conhecimento, e não necessariamente aquilo que é inédito à comunidade acadêmica” (LANGARO, 2018, p. 132).

Como já dito, não podemos exigir o mesmo rigor de uma produção acadêmica quando se trata de uma pesquisa histórica na Educação Básica. As limitações dos alunos, causadas pela ausência de um conhecimento específico que os historiadores devem ter, precisam ser consideradas. Porém, segundo Verena Alberti: “Cabe a nós, professores, fazer com que nossos alunos e alunas aprendam que o conhecimento sobre o passado, ao contrário do que sugerem muitos livros didáticos, não existe sem pesquisa” (ALBERTI, 2015, p. 9). Se ensinar História também é ensinar o seu método, o uso de fontes é fundamental para isso.

1.1.2 O uso de fontes históricas no ensino

Quando um professor de História se propõe a trabalhar com a pesquisa em sala de aula, não se limitando aos moldes criticados anteriormente, precisará trabalhar com as fontes históricas, não há pesquisa em História sem as suas fontes. Porém existem alguns cuidados que precisam ser tomados pelo professor ao utilizar as fontes em sala de aula. Há uma postura usual e bastante criticada sobre o uso das fontes no ensino de História. Essa crítica é direcionada ao uso limitado para ilustrar, exemplificar e corroborar com o que já foi explicado pelo professor ou com o que está presente no livro didático. Conforme constatamos em Nilton Pereira e Fernando Seffner (2008, p. 122):

É nesse contexto de dificuldades epistemológicas que se inclui o problema do uso das fontes em sala de aula, via de regra, utilizadas como prova e ilustração dos argumentos e descrições escritas, decorrência de uma ânsia em dar realidade ao relato histórico.

Inverte-se uma lógica metodológica, as fontes que deveriam subsidiar a interpretação do historiador e a produção do conhecimento histórico se tornam um selo de comprovação ou ainda um mero entretenimento. Por exemplo, o professor explica o grande empreendimento e esforço para se construir Brasília “no meio do nada” e posteriormente projeta a foto de Mario

Fontenelle de 1956/1957 (anexo-A), na qual mostra o cruzamento dos dois principais eixos do Plano Piloto com apenas a vegetação nativa envolta. Como se o professor procurasse dizer “Viram? Do jeito que eu acabei de falar, só tinha mato”.

A presente pesquisa-ação endossa a perspectiva encontrada em Pereira e Seffner (2008, p. 126): “O uso de fontes históricas deve servir para suspender o caráter de prova que os documentos assumem desde a história tradicional e mostrar às novas gerações a complexidade da construção do conhecimento histórico”. Pois, muitas fontes históricas utilizadas na pesquisa foram coletadas e produzidas pelos próprios alunos com intuito de se construir um novo conhecimento histórico. Reitero que não pretendia transformar os alunos em historiadores, pois, como já dito, os alunos não possuem as habilidades, o conhecimento e a experiência que um historiador necessita ter.

Os próprios documentos históricos desempenham funções distintas na pesquisa acadêmica e no ensino de História. Como afirma Circe Bittencourt (2008, p. 328-329):

Os documentos tornam-se importantes como um investimento ao mesmo tempo afetivo e intelectual no processo de aprendizagem, mas seu uso será equivocados caso se pretenda que o aluno se transforme em um “pequeno historiador”, uma vez que, para os historiadores, os documentos têm outra finalidade, que não pode ser confundida com a situação do ensino de História. (...) O professor traça objetivos que não visam à produção de um texto historiográfico inédito ou uma interpretação renovada de antigos acontecimentos, com o uso de novas fontes. As fontes históricas em sala de aula são utilizadas diferentemente.

Para a presente pesquisa, as fontes históricas foram abordadas como meio para que os alunos compreendam que o conhecimento histórico é fruto da ação humana através da investigação histórica.

Algumas outras considerações sobre o uso de fontes no ensino de História precisam ser levantadas. Quando não for viável ter uma fonte histórica no espaço escolar, é interessante que as réplicas das fontes trabalhadas em sala de aula sejam as mais próximas possíveis da original, pois assim, menos informações se perderiam nessas adaptações, por exemplo, quando há uma transcrição. Não se espera que os estudantes sejam paleógrafos, portanto transcrições de fontes escritas devem ser feitas. No entanto, é interessante que a versão original também seja apresentada aos alunos, assim poderão comparar vários outros aspectos além dos textuais, como as diferenças nas grafias, marcas no papel e o próprio posicionamento do texto, revelando informações que não estariam presentes numa transcrição.

Muitas vezes, quando a fonte histórica é um objeto tridimensional é comum o substituirmos por uma fotografia. Ao trabalhar apenas com a fotografia desse objeto histórico,

se perde muitas informações sobre a sua dimensão, peso, ergometria (SOLEÉ, 2012). Até com fontes basicamente iconográficas, é comum perder a noção da sua verdadeira dimensão, alguns quadros monumentais são intencionalmente enormes, ao projetá-los no *data show*, a sua dimensão não será contemplada, interferindo numa análise mais profunda dessa fonte. Cito, por exemplo, o famoso quadro de Pedro Américo, “Independência ou Morte”, também conhecido como “O Grito do Ipiranga” (1888), essa obra possui mais de 30 m².

Segundo Alberti (2015, p. 7), as fontes históricas ainda teriam a função de provocar os alunos, contrariando o senso comum que eles teriam de um determinado assunto. Em outras palavras, se eles possuíssem uma certa percepção sobre um evento histórico, seria interessante que a fonte utilizada contrariasse tal percepção. Assim os alunos poderiam entender através desse choque inicial a multiplicidade do conhecimento histórico. Por exemplo, como já mencionado, há uma ideia predominante de que Brasília foi construída no “meio do nada” (PACHECO, 2020, p. 52), tal ideia reforça o heroísmo e a ousadia do Presidente JK. Nesse caso, seria instigante apresentar aos estudantes fontes que conflitassem com essa premissa, demonstrando que essa região já era ocupada há séculos, possuindo várias comunidades rurais na região, além das cidades que já existiam antes de Brasília, como Planaltina e Brazlândia⁶ que foram posteriormente incorporadas ao Distrito Federal. Podemos recuar ainda mais no tempo já que o Distrito Federal possui 51 sítios arqueológicos com mais de 11 mil anos de existência (MARQUES, 2018).

O uso de fontes históricas em sala de aula sem a devida problematização e sem a reflexão sobre as possíveis intenções presentes na elaboração, conservação e circulação dessas fontes pode levar os alunos a um erro comum: a crença na sua neutralidade. O professor e os alunos não se devem esquivar de perguntas fundamentais, tais como, por que essa fonte chegou até a sala de aula e outras não? Quais as intenções na conservação dessa fonte? Quais grupos estão representados através dela? Quais grupos não estão representados nela? Em suma, as fontes são celebradas, ignoradas, enaltecidas, replicadas ou até destruídas de acordo com as disputas político-ideológicas do presente pelo controle da memória social. “O monumento / documento é um engenho político, é um instrumento do poder e, ao mesmo tempo, uma manifestação dele” (PEREIRA e SEFFNER, 2008, p. 116). Se para os historiadores a crença na neutralidade da fonte é uma página virada, para os nossos estudantes não, cabendo a nós professores levantarmos essa questão.

⁶ As datas oficiais da fundação dessas cidades são 19 de agosto de 1859 no caso de Planaltina e 05 de junho de 1933 para a cidade de Brazlândia.

É crucial que os alunos compreendam que as fontes históricas não são representações fiéis do passado. Muitas foram criadas e conservadas por determinados grupos que tinham o interesse de que certas representações do passado se tornassem públicas e predominantes. E, com frequência na história brasileira, esses grupos eram bastantes homogêneos, compostos por homens brancos que possuíam riquezas e títulos, conseqüentemente tais homens tinham mais meios para produzirem, conservarem e publicarem as fontes históricas que evidenciam os aspectos que os favoreciam. Esses sujeitos dominavam a escrita, eram donos de galerias de arte, de jornais e de outros meios de comunicação. Ou seja, se os alunos entenderem que as fontes são representações neutras do passado, a grande maioria da população brasileira, composta por negros, mulheres e trabalhadores não teriam relevância para a história, pois não estão contemplados por boa parte das fontes históricas tradicionais, desse modo, naturalizariam os processos de apagamento ou silenciamento dos quais esses sujeitos históricos comumente são vítimas.

Se os estudantes buscarem compreender a construção de Brasília unicamente a partir das fotos oficiais do Governo de Juscelino Kubitschek, terão a impressão de que os prédios subiram sozinhos. Não precisamos irmos muito longe nessa reflexão, é comum termos mais acesso às fotografias de alguns personagens históricos do que dos nossos próprios avós ou bisavós, apesar desses últimos serem muito mais relevantes para as nossas vidas. A vasta quantidade de fontes sobre um determinado sujeito, nem sempre é um sinal de sua importância para a história, e sim que houve mais meios para produzir e propagar tais fontes. Por fim, tomar as fontes históricas como a própria verdade, privilegiaria grupos específicos que manifestariam o seu poder na tentativa de monopolizarem as narrativas históricas e a memória social, colaborando para uma percepção de passado excludente e homogênea.

1.1.3 Memórias em disputa

Ao abordarmos a história de forma estática, inibimos uma das reflexões mais pertinentes a essa disciplina, as disputas em torno da memória social e os possíveis usos políticos dela. Em relação ao conceito de “memória”, há uma postura bastante criticada em Ulpiano Meneses (1992, p. 10), a memória não é uma espécie de gaveta na qual depositamos informações e podemos resgatá-las quando for necessário. O próprio termo resgate da memória exemplifica essa percepção, a memória está lá, só precisaria ser reconduzida à superfície. Essa percepção da memória como depósito favorece o entendimento que ela seria estática e definida. Não existe memória a ser resgatada, pois ela não está localizada previamente, ela não existe até que algo

ocorra no presente para ajustá-la, ou seja, a memória não tem uma forma estática, ela é tão dinâmica e flexível quanto o próprio presente é.

Para os historiadores, é importante distinguir o que é memória e o que é história, até mesmo para delimitarmos a nossa área de ação. A história é um campo de estudo com seus referenciais teóricos e metodológicos. A memória não necessita de comprovação nem é essencialmente aberta para a discussão como a história é. A memória não é história e sim objeto de seu estudo (Ibid., p. 23). Se para os historiadores em seus estudos essa distinção chega a ser óbvia, para a maioria das pessoas não, pois para elas, o que elas lembram é o que aconteceu, tornando ainda mais relevante o estudo da memória, pois para muitos, ela é a manifestação incontestável da própria história.

A memória não é espontânea nem ingênua. Ela é um campo de disputas e tensões, onde há memória, há poder. Movimentos sociais, grupos políticos, Estados-Nações recorrem de algum modo à memória como ferramenta legitimadora de seu poder. O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido consiste em eternos combates. Em se tratando de memória social, o que é esquecido, ou ao menos intenciona-se esquecer, pode ser mais revelador do que aquilo que se é celebrado e destacado:

Os estudos desenvolvidos permitiram perceber que onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se. O exercício do poder constitui “lugares de memória” que, por sua vez, são dotados de poder. Nos grandes museus nacionais e nos pequenos museus voltados para o desenvolvimento de populações e comunidades locais, nos museus de arte, nos de ciências sociais e humanas, bem como nos de ciências naturais o jogo da memória e do poder está presente, e em consequência participam do jogo o esquecimento e a resistência. Este jogo concreto é jogado por indivíduos e coletividades em relação. Não há sentido imutável, não há orientação que não possa ser refeita, não há conexão que não possa ser desfeita e refeita (CHAGAS, 2002, p. 69).

Em se tratando de memória, história e a relação de proximidade entre as duas, podemos nos apoiar também na entrevista concedida por Alessandro Portelli para Paulo de Almeida e Yara Khoury (2014). Para Portelli, a memória seria uma forma dos indivíduos darem sentido à história, inserindo as suas vidas em um contexto histórico mais amplo, sendo comum relatarem as suas experiências em certos episódios históricos que nem sequer existiram ou que ocorreram antes do seu nascimento. Não se trata aqui de uma mentira deliberada, mas da forma que tais lembranças foram ressignificadas e contextualizadas, redirecionado o indivíduo para o centro da história. Nesse processo de lembrar, seria comum eventos históricos serem mesclados ou simplesmente ignorados, pois dessa forma, a memória teria mais sentido para o indivíduo.

Trazendo a discussão sobre as disputas pela memória para um contexto mais específico, Heloisa Cardoso (2006) analisa a relação entre a memória oficial e as memórias particulares sobre a construção de Brasília a partir de entrevistas orais realizadas pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Existe entre os entrevistados uma grande gama de profissões, mas todos participaram de algum modo do processo de criação de Brasília.

A abordagem que Cardoso faz da memória está em consonância com os estudos citados anteriormente, segundo a historiadora:

A memória social sobre o passado se articula tanto no campo das representações oficiais como na memória privada, não como esferas separadas, mas como campos que se misturam ou se cruzam, em que elementos de um podem ser encontrados em outro, muitas vezes ressignificados no conjunto daquilo que vai readquirindo sentido para as pessoas. Em qualquer das suas dimensões a memória se articula enquanto campo de tensões e de contestações, de luta mesmo pela sua apropriação (CARDOSO, 2006, p. 179).

Apesar dos constantes embates relacionados à memória oficial e à memória privada ou individual, nem sempre essa relação é antagônica, sendo comuns processos de apropriação e ressignificação entre elas, ou seja, a memória oficial está presente nas memórias individuais como podemos observar nas entrevistas orais analisadas por Cardoso (2006).

Entre essas entrevistas citadas, destaco a concedida por Suzana Conceição Mendonça, em 1990. Apesar de sua fala manifestar certa indignação em relação a sua vida em Brasília, principalmente por seus filhos não possuírem uma casa própria, seu relato enaltece a figura de Juscelino Kubitschek, ressaltando uma de suas características mais valorizadas pela memória oficial, a do homem que não fugia dos desafios, não se esquivava do povo e acompanhava de perto as obras da nova capital. Segundo Mendonça, Juscelino “conversava com a gente como nós estamos conversando aqui, era uma pessoa maravilhosa” (apud CARDOSO, 2006, p. 191).

Segundo relatos coletados por Manoel Jevan⁷ (apud PEREIRA, 2013), essas visitas e conversas que JK tinham com os trabalhadores causavam aborrecimentos em alguns operários, pois os trabalhos eram paralisados, causando atrasos nas obras. Em uma dessas visitas que o termo “candango” de origem popular teria sido ressignificado, passando a ser incorporado ao discurso e à memória oficial, exemplificando como as memórias oficiais também se apropriam de elementos populares. Entre os nordestinos, candango era um termo pejorativo, designado aos trabalhadores braçais sem especialização. Ao interromper os trabalhos em uma obra, o

⁷ Manoel Jevan é professor de História pela Secretaria de Educação do Distrito Federal e atua em Ceilândia. O Professor Jevan transformou a sua casa no Museu Casa da Memória Viva de Ceilândia, espaço que reúne fotografias, jornais e relatos orais relacionados à atuação candanga na construção de Brasília desde 1993.

presidente Kubitschek teria sido xingado de candango por um operário, tal ofensa foi registrada pela imprensa, tentando atenuar a situação, JK afirmou que ele era candango, pois os candangos são os construtores de Brasília. Esse processo de incorporação do termo candango continuou e passou a ser oficialmente considerado o gentílico do Distrito Federal juntamente com o termo brasiliense (DISTRITO FEDERAL, 1986 apud PERPÉTUO, 2015).

Das reflexões acerca da memória, o mais relevante para esta pesquisa-ação era que os alunos compreendessem a dinâmica, a pluralidade e as relações de poder que envolvem as memórias. Principalmente, porque a maior parte do acervo recolhido por eles foi composta por relatos orais que evidenciaram a relação entre as memórias individuais, a memória oficial e a história de Ceilândia. O quanto a memória oficial está presente nessas memórias individuais? O quanto elas são semelhantes entre si? Quais memórias são destoantes das demais? As respostas para tais perguntas dependeram da pesquisa realizada pelos estudantes e serão abordadas no Capítulo 4. Portanto, eu estimava que assim os alunos compreendessem que a história é uma construção, um processo que requer ação/reflexão e não apenas um produto a ser ensinado, depositado, aprendido ou absorvido.

1.2 OS MUSEUS E AS SUAS NARRATIVAS HISTÓRICAS

Vimos que a memória é dinâmica, complexa e se manifesta de várias formas e em diversos espaços, entre esses espaços, destaco os museus. Segundo Mário Chagas (2002, p. 62): “os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas”. Se a memória é um campo de batalha, nos museus ocorrem alguns dos mais importantes conflitos. Os museus históricos colaboram diretamente para a construção da memória social através de suas narrativas históricas. Tais narrativas são cheias de intencionalidades que são refletidas na temática do museu, no seu recorte temporal, no acervo exposto e como esse acervo é exposto, o que se evidencia, o que se dá pouco destaque ou o que simplesmente se ignora. A própria organização do espaço reflete hierarquias em relação aos objetos e as narrativas representadas pelos museus (MENESES, 1994a).

Construir narrativas históricas e influenciar a memória social não são exclusividades dos museus, outros meios como livros e filmes, por exemplo, também possuem essa capacidade, porém os museus possuem particularidades que considere mais interessantes para a proposta de pesquisa-ação. Primeiramente, destaco a preocupação com a estética do espaço e do acervo exposto, essa preocupação se deve ao fato dos museus também serem espaços de

entretenimento e lazer, almejando-se serem atraentes. Entretanto, o principal ponto é que o acervo exposto é essencialmente metonímico, ou seja, os objetos museais são carregados de um simbolismo e acabam representando algo muito além deles mesmos. Por exemplo, a faixa presidencial de Juscelino Kubitschek presente no Memorial JK não é apenas uma faixa com listras verde-amarelas e sim um dos maiores símbolos de poder na República Brasileira. Para a presente pesquisa esse elemento é fundamental, pois aumentou a responsabilidade dos alunos em torno do que foi exposto no Museu Virtual de Ceilândia, tendo em vista que tais objetos representam muito mais do que os seus significados originais.

Pelas razões citadas acima, escolhi um museu para ser a parte propositiva desta Dissertação. Se os museus produzem narrativas históricas, se essas narrativas são carregadas de intencionalidades manifestadas no seu acervo e se elas se relacionam diretamente com a memória, então a forma mais significativa para que os alunos compreendessem isso seria através da própria prática. Por isso propus que criassem um museu para que através de suas próprias escolhas, entendessem que os museus são consequências das escolhas de indivíduos e de instituições e que tais escolhas não são aleatórias ou ingênuas. Como podemos ver:

(...) quanto aos museus históricos e antropológicos, já se notou abundantemente que não se pode haver, nunca exibição neutra ou literal de artefatos. A exposição museológica pressupõe, forçosamente, uma concepção de sociedade, de cultura, de dinâmica cultural, de tempo, de espaço, de agentes sociais e assim por diante (Ibid., p. 25).

Dessa forma, se os museus são espaços que refletem a percepção de uma sociedade por um determinado grupo, torna-se pertinente levantarmos algumas questões sobre esses espaços, suas definições e trajetórias.

1.2.1 A trajetória dos museus, definições e reflexões

Segundo a definição da *International Council of Museums* (ICOM) de 2007, um museu seria:

Uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão (ICOM, 2012, apud PEREIRA, 2013, p. 39).

O conceito de museu para Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) é semelhante à definição do ICOM, porém se apresenta de forma um pouco mais subjetiva:

Centros culturais de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de proporcionar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção de conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer (BRASIL, 2009, Art. 2º).

Destaco entre esses conceitos um ponto comum, tanto para o ICOM quanto para o IBRAM os museus estariam a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Contudo, analisando a trajetória dos museus, podemos notar que muitos estavam e ainda estão a serviço apenas de uma parcela muito seleta da sociedade.

Desde a sua concepção moderna, com destaque para o século XIX, os museus históricos cumprem a função de construir narrativas históricas. Nesse primeiro momento, tais narrativas visavam à construção de uma identidade nacional e à legitimação de um novo modelo de Estado-Nação. Se a devoção a um único monarca promovia uma identidade coletiva, à medida que o Estado se tornava mais impessoal e amorfo, precisava-se de outros elementos identitários, entre eles, um passado comum a todos os cidadãos. Não por coincidência a formação dos Estados Nacionais contemporâneos, a consolidação da história como ciência e como disciplina escolar e a formação dos museus nos moldes atuais ocorreram concomitantemente no século XIX (GUIMARÃES, 2011).

No Brasil, a busca pela construção da identidade nacional se inicia de forma mais organizada ao longo do Segundo Reinado, com destaque para a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Há também a tentativa de se construir os primeiros monumentos destinados aos heróis da pátria, como a estátua equestre de D. Pedro I, inaugurada em 1862 na cidade do Rio de Janeiro (ORÍÁ, 2018). Por ser algo mais oneroso e que se exige uma maior organização, os museus nacionais tardaram um pouco mais para serem fundados. Com destaque para o Museu Histórico Nacional em 1892 e o Museu Paulista em 1895. É interessante salientar que esses primeiros museus históricos dividiam boa parte do seu espaço e financiamento com os museus de história natural, muitas vezes de forma precária e desorganizada, convivendo na mesma sala, vizinhos inconcebíveis em outras situações, por exemplo, a carapaça de um tatu da megafauna ao lado do busto da Princesa Isabel (BREFE, 1999).

Posteriormente, no início do século XX, criam-se espaços exclusivos para os museus históricos que teriam uma função essencial na construção de uma história brasileira harmoniosa e coesa:

Seguindo as diretrizes do Museu Histórico Nacional, os museus surgidos das décadas de trinta e quarenta traziam as marcas de uma museologia comprometida com a ideia de memória nacional como fator de integração e coesão social, incompatível, portanto, com os conflitos, as contradições e as diferenças. A coleta do acervo privilegiava os segmentos da elite, e as exposições adotavam o tratamento factual da história, o culto à personalidade veiculando conteúdos dogmáticos em detrimento de uma reflexão crítica (JULIÃO, 2002, p. 23).

No século XX, a historiografia passou por grandes mudanças epistemológicas. A história que predominou durante o século XIX era hegemonicamente política, fatural e contemplava a biografia dos grandes generais, imperadores e presidentes. Essa história tinha uma cor, um gênero e uma classe, era a história dos homens brancos possuidores de poder político e econômico, portanto excluía a grande maioria da população brasileira. Posteriormente, com novas abordagens na historiografia, essas personalidades passam a conviver com outros sujeitos históricos, com outras percepções do passado e com fontes históricas de natureza mais distintas. Ou seja, almejou-se uma história mais completa, feita também fora dos palácios, feita nas fábricas, nos campos e nas periferias das cidades.

Os museus não ficaram isentos a esse processo e um movimento semelhante ao verificado na história também ocorreu na museologia, principalmente a partir da década de 1970, esse movimento foi denominado de Nova Museologia. A Nova Museologia propõe problematizar os acervos e os sujeitos históricos presentes nos museus e criar espaços com temáticas mais diversificadas. Além dessas mudanças nas temáticas e nas exposições, a Nova Museologia propõe uma mudança na própria função dos museus e nas relações que eles teriam com o público, tornando esses espaços mais acessíveis à comunidade que deveria ter uma postura mais ativa e menos contemplativa em relação a eles. Como podemos notar na Declaração de Santiago de 1972 ao referir-se ao museu:

é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p. 100).

A Nova Museologia ampliou as funções e as concepções dos museus e outras modalidades ganharam espaço. Entre essas novas concepções, destaco a de “museu comunitário”, pois o Museu Virtual de Ceilândia foi concebido buscando se enquadrar nesses princípios:

O museu comunitário é fruto da união de uma comunidade que divide um mesmo território, cultura e atividades. Participante ativo do desenvolvimento da comunidade, esse museu é de propriedade de todos os membros da comunidade. Apesar disso, as coleções expostas nos museus comunitários são particulares, mas isso não muda o fato de que é a comunidade quem decide como serão as exposições. Nas exposições realizadas nesses museus, os objetos mostrados não são o principal foco, o objetivo é reviver a memória coletiva pela reinterpretação de histórias significativas. Nesses museus a comunidade cria formas de contar as suas histórias, ação essa definidora de sua identidade. O resultado dessas experiências é a criação de um novo conhecimento, baseado nos feitos da comunidade, diferenciado da desvalorização que é mostrada na “história oficial” (PEREIRA, 2013, p. 33-34).

Apesar das mudanças epistemológicas, tanto na História quanto na Museologia, muitos museus ainda privilegiam uma abordagem contemplativa, passiva e acrítica em torno dos heróis nacionais e os seus grandes feitos, como podemos observar no Memorial JK. Esse espaço possui uma perspectiva biográfica e heroica em torno da construção de Brasília, privilegiando o ex-presidente Juscelino Kubitschek e a sua “imensa coragem e ousadia em construir uma cidade no meio do nada”. Todos os outros sujeitos históricos representados nesse museu são tratados como meros apêndices de JK. “Nas fotografias ou nos pôsteres os trabalhadores aparecem nas cenas como coadjuvantes, mesmo porque é preciso registrar a presença deles para reafirmar a eloquência da obra” (CARDOSO, 2006, p. 188). O Memorial também é o mausoléu do ex-presidente Juscelino Kubitschek e foi pensado para causar admiração ao visitante, toda a sua iluminação e organização convida o público à contemplação, principalmente na área superior onde se localiza a sepultura de JK. Retomaremos a essa discussão no Capítulo 3.

As narrativas históricas presentes em muitos museus do Distrito Federal privilegiam uma única figura, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, todos os outros sujeitos são meros apêndices dessa personalidade, são meros satélites de JK. A própria ausência de espaços, como os museus, em Regiões Administrativas periféricas favorece essa percepção única e excludente da história de Brasília. Segundo Karolline Pacheco (2020, p. 55):

Outro ponto importante é que essas cidades-satélites, em geral, não têm espaços culturais que possam ser suporte para a narrativa das suas próprias histórias e especificidades, que são muitas no espaço territorial que recebeu um dos maiores movimentos migratórios e que pretendeu ser a síntese do Brasil.

Para tornarmos a história mais democrática e plural é preciso democratizar também os espaços oficiais de sua divulgação. Como se esperar narrativas históricas que contemplem outros sujeitos, se em algumas cidades nem existem esses espaços? Como os moradores das regiões distantes do Plano Piloto poderão tornar públicas as suas memórias sobre Brasília?

Como irão se reconhecer como participantes da história de Brasília? Como eles se sentirão pertencentes a esses espaços públicos de difícil acesso? E, caso essas pessoas visitem esses museus, quais são as semelhanças entre as vidas dos sujeitos históricos representados nesses espaços e os distantes visitantes? Destaco ainda que muitos desses ambientes são ornamentados com o que se convencionou chamar de requinte e elegância, os mais pobres serão bem recebidos nesses espaços ou serão direcionados olhares desconfiados para essas pessoas que destoam dos corriqueiros visitantes?

Segundo o “Guia de Museus Brasileiros” do IBRAM (2011), o Distrito Federal possui 61 museus ao todo, apesar de Ceilândia ser a cidade mais populosa desta Unidade Federativa conta com apenas dois museus, o Museu da Sucata criado e mantido pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e a Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC). O registro do Museu Virtual de Ceilândia está em andamento. A CMVC surgiu em 1993 por iniciativa do Professor Manuel Jevan que fez da sua própria casa um museu. Esse espaço se localiza no P-Sul, área da cidade de Ceilândia. O acervo é constituído de notícias de jornais, fotografias, livros, cartazes de eventos realizados pelo espaço, entre outros. Todavia, a diferença que mais nos interessa aqui é a perspectiva em torno da fundação de Brasília, já que a Casa da Memória Viva da Ceilândia centra na figura do candango, na construção de Brasília e no processo de remoção desses trabalhadores para áreas distantes do Plano Piloto, processo no qual deu origem à cidade de Ceilândia (PEREIRA, 2013).

Dedicamo-nos especialmente ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia, pois esses dois espaços foram visitados remotamente entre os dias 22 de abril e 06 de maio de 2021 pelos alunos que participaram desta pesquisa-ação. Essas visitas tiveram como intuito incentivá-los a perceberem como os museus constroem narrativas históricas, como essas narrativas possuem intencionalidades e como elas se relacionam com a memória coletiva. Sobre as visitas dos alunos, as suas observações e reflexões, veremos mais no Capítulo 3.

1.2.2 Os museus e o ensino de História

A visita aos museus é uma boa alternativa para as aulas de História por vários aspectos. O primeiro é que possibilita a quebra da rotina e da monotonia comuns no ambiente escolar, o simples fato de ser uma atividade realizada fora dele pode estimular os estudantes, se para nós professores, a escola pode ser um ambiente entediante, para as crianças e os adolescentes provavelmente é mais. Corriqueiramente, essas atividades são chamadas de passeios, ao denominá-las desse modo, os alunos podem ficar mais propensos a realizarem essas atividades,

pois a palavra “passeio” possui uma carga positiva. No entanto, o objetivo principal dos passeios é o entretenimento, no caso das visitas aos museus se espera um olhar mais crítico e investigativo dos alunos, sendo mais adequado chamar tais atividades de pesquisa de campo ou algo parecido.

Muitas vezes, as exposições estão próximas do fim, os convites para as escolas visitá-las chegam em cima da hora, ou o professor de História é solicitado a ir apenas porque não se têm professores suficientes para “olhar” os alunos. Nesses casos, não há como se ter uma preparação prévia. Porém, sempre que possível, o docente deve visitar com antecedência o museu que ele pretende levar seus alunos (BITTENCOURT, 2008). Com esse conhecimento prévio, ele pode direcionar as suas aulas para melhor interligá-las com a temática do museu, além de ser possível elaborar questões para que os alunos possam refletir sobre aquela determinada exposição. O conhecimento prévio do espaço também permite que o professor organize melhor a visita para que ela seja agradável, observando se o ambiente é acessível às pessoas com deficiências, se há disponibilidade de água potável, se possui um espaço para os alunos lancharem, entre outras coisas.

Boa parte dos museus se organizam para o entretenimento e para a contemplação passiva, raramente a sua exposição abre espaço para a reflexão sobre o seu próprio acervo, o que é compreensível, já que a própria reflexão pode deslegitimar como verdadeira a narrativa histórica que o seu acervo propõe divulgar. Problematizar o acervo é problematizar a própria existência do museu, quanto mais discreta, implícita e subjetiva foram as intenções do ambiente, mas eficiente e convincente será a sua narrativa. Apesar de existirem vários museus que privilegiam um grupo específico de sujeitos, eu nunca vi nenhum chamado de “Museu Histórico do Homem Branco e Poderoso”. Conforme Chagas (2002, p. 63), os museus “tendem a se constituir em espaços pouco democráticos onde prevalece o argumento de autoridade, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos”.

Os museus, principalmente os mais tradicionais, ocupam com frequência espaços luxuosos e bastante ornamentados, levando os alunos a ficarem admirados com a sua beleza ou com a beleza dos objetos expostos que buscam justamente despertar essa admiração em seus visitantes. O problema é quando essa é a única reação despertada, gerando neles uma postura passiva perante tal acervo, apenas admiram, não questionam e nem refletem sobre as razões desses espaços destoarem de outros espaços. Além de poderem levar os alunos a uma perigosa conclusão de que apenas as coisas luxuosas e consideradas bonitas possuem valor histórico (SILVA, M., 2003).

Os objetos históricos expostos nos museus precisam ser tratados pelo professor de forma semelhante às fontes históricas, afinal, esses objetos também são fontes. Apesar dessa aparente obviedade, esses objetos não são quaisquer fontes históricas, eles estão expostos, ou seja, atribui-se tamanha importância para essas fontes que as pessoas precisam vê-las.

Os objetos museais possuem uma certa sacralidade, pois, ainda são tratados por muitos como a manifestação da verdade histórica. Essa aura sacra é ainda mais intensificada pelo distanciamento entre o visitante e o objeto que não pode ser tocado e nem visto de muito perto porque geralmente estão reclusos dentro de vitrines. Não critico o isolamento desses objetos nessas vitrines, defendo ser uma atitude necessária para a sua preservação, mas reitero que essa inacessibilidade colabora para sua aura sacra de guardiões da verdade e da história.

A sacralidade do acervo é ainda mais problemática se considerarmos que a aquisição dos objetos para serem expostos é um processo caro e burocrático. Muitos museus compõem o seu acervo com doações, boa parte dessas doações são provenientes das famílias consideradas importantes, o que explicita ainda mais a intenção de demonstrar uma percepção de história na qual tal família teria grande relevância em um determinado meio (MENESES, 1994b).

O caminho para melhor abordar os objetos museais com os estudantes é justamente dessacralizá-los, torná-los mundanos. Os alunos precisam compreender que tais objetos não surgiram expostos, eles percorreram um caminho até serem considerados de valor histórico (BITTENCOURT, 2008). Algumas questões devem ser levantadas pelo professor. O que os tornam valiosos? Por que são importantes ao ponto de nós precisarmos vê-los? Por que nem todos os objetos antigos são considerados importantes? De onde vem a importância desse objeto? Como afirma Meneses (1994a, p. 27):

Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc. etc. etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação).

Muitos desses objetos são ressignificados ao longo dos anos, um simples utensílio doméstico, como um copo ou uma colher, podem se tornar históricos, mas atenção, muitas vezes de simples esses objetos não têm nada, ser uma ferramenta cotidiana não tira a complexidade de nenhuma fonte histórica. Muitas vezes esses simples utensílios domésticos representam justamente toda a riqueza e a elegância que uma família pretendia demonstrar. Se alguns objetos são ressignificados e se tornam históricos e monumentais, outros já surgem com

intenção de serem memoráveis, de serem preservados e de serem vistos. Por exemplo, a pedra fundamental que marcou o início da sua construção de Ceilândia não tinha nenhuma função estrutural na construção dessa cidade e tampouco precisava ser assentada pelo Governador do Distrito Federal. Porém atribui-se a ela uma importância simbólica por marcar a gênese da cidade.

Um bom exercício para que os alunos compreendam que o tema do museu, seu acervo e a própria organização dele são carregados de intencionalidades é levá-los a acessarem museus que possuem narrativas históricas diferentes e até mesmo conflitantes sobre um mesmo tema. É claro que visitar um museu já exige um grande esforço do professor e cooperação da escola, dois ainda mais. Os estudantes, ao entrarem em contato com abordagens diferentes, perceberão como a memória social é um campo de batalha, na qual vários sujeitos e grupos buscam consolidar determinadas narrativas que ao influenciarem as percepções do passado buscam moldar também as ações do presente.

Além da escola ir até o museu, o museu pode ir até a escola, ou melhor, a escola pode ter o seu próprio museu. O museu escolar, segundo Hugues de Varine (2012, p. 196 apud PEREIRA, 2013, p. 36):

Esta tipologia de museu é o resultado da cooperação de professores, pais e alunos e de outras pessoas ou instituições de uma comunidade em que determinada escola está localizada. Instalado dentro de uma instituição de ensino, esse museu passa por um processo museológico para ser constituído. A sua importância está na diversificação dos instrumentos pedagógicos no ensino, no reconhecimento da importância do patrimônio na educação e na exposição de objetos para que as crianças se acostumem a visualizar e a preservar o patrimônio escolar.

Os espaços museais começaram a fazer parte do ambiente escolar ainda no início do século XX em um processo semelhante ao ocorrido fora das escolas. No primeiro momento, prevaleceram os museus de história natural, principalmente nas escolas mais prestigiadas e com um orçamento maior. Nesses espaços encontravam-se alguns animais empalhados, partes humanas conservadas em formol, além de folhas e outros itens. Esses museus eram direcionados principalmente às aulas de ciências naturais (WITT e POSSAMAI, 2016).

Em um momento posterior, prevaleceram os museus históricos, também chamados em algumas iniciativas de centros de memória. Novos grupos, novas categorias profissionais e novas instituições procuraram criar os seus próprios museus e muitas escolas fizeram e fazem parte desse processo que se insere em um contexto maior de democratização da história e da memória (FELGUEIRAS, 2005). Algumas dessas iniciativas são abordadas nas dissertações presentes no ProfHistória, destaco a dissertação de Rodrigo Correa (2018) que analisou a

confeção do Centro de Memória Brizolão Darcy Vargas. A presente Dissertação também se enquadra nessas iniciativas que intencionam uma maior aproximação entre os alunos e os processos históricos, com ênfase na história da instituição escolar, do bairro, ou da sua cidade.

1.3 OS MUSEUS VIRTUAIS E A HISTÓRIA PÚBLICA

A princípio, o Museu Virtual de Ceilândia seria físico e se localizaria no Centro Educacional 06, porém com a suspensão das aulas presenciais e o início do ensino remoto nas escolas públicas do Distrito Federal o formato do museu precisou ser adaptado para um formato digital. No entanto, todo o processo de produção, organização e divulgação do conhecimento construído continuou contando com a participação direta da comunidade escolar, portanto minha proposta se enquadra nos princípios norteadores da história pública.

1.3.1 Considerações sobre a história pública

Não há um consenso em torno do conceito de história pública e os conceitos mais comumente utilizados são abrangentes. Por exemplo, para Jill Liddington (2011), a história pública seria toda a produção e divulgação da narrativa histórica fora da academia. A abrangência desse conceito e o viés prático da história pública permite que ela se correlacione facilmente com várias outras áreas, como a literatura e o cinema, tendo a transdisciplinaridade como uma das suas características. A história pública, muitas vezes, não possui o rigor do método científico e é destinada ao grande público, tornando-a mais suscetível às demandas sociais, sendo capaz de dar respostas mais rápidas às carências do presente pelo passado.

Por outro lado, a abrangência do significado de história pública torna ainda mais necessário situá-la no tempo e no espaço para se ter uma reflexão mais frutífera, ou seja, para se debater sobre o tema precisamos definir sobre qual história pública estamos falando. Nos Estados Unidos, a história pública foi utilizada para questionar a perspectiva histórica predominantemente branca. Na Austrália, colaborou para a preservação de subúrbios industriais. Na Inglaterra, ela propôs dar visibilidades aos sujeitos históricos, até então, marginalizados pela historiografia oficial (LIDDINGTON, 2011).

Na sua trajetória, a história pública esteve presente na ampliação da perspectiva histórica, juntamente com a inserção de sujeitos históricos marginalizados. Entretanto, para se discutir a história pública no Brasil atualmente, um importante aspecto precisa ser considerado: parte dos produtores e divulgadores de narrativas históricas voltadas para o grande público

retoma discursos preconceituosos e conservadores que aparentemente estavam superados. Há uma grande quantidade de informações presentes na internet com viés conservador, revisionista e negacionista contida em canais como o Brasil Paralelo⁸, além de vários outros vídeos presentes no *Youtube* que possuem como chamariz títulos do tipo “Algumas verdades que seu professor de História não te contou” (BURIN, 2021). Essas produções surgem para atender a uma demanda de parte da população brasileira que teme o avanço de algumas pautas, como a igualdade de gênero e de cor (MALERBA, 2014). Não por coincidência, os alvos dessas narrativas, geralmente, são personagens históricos referenciados pelos movimentos sociais contemporâneos, como o Zumbi dos Palmares e o movimento negro.

É nesse contexto de negacionismos e revisionismos meramente ideológicos que surgiram projetos que visam combater essas narrativas preconceituosas. Esses projetos buscam ter uma linguagem atraente e acessível para o grande público, mas sem renunciar à responsabilidade ética e epistemológica. Entre esses projetos, incluo o Museu Virtual de Ceilândia. Como já dito, esse Museu teve a participação direta da comunidade escolar, não apenas como consumidores passivos das narrativas históricas expostas, mas também como protagonistas de todo o processo de produção. Desse modo, o meu projeto se aproxima das concepções de história pública presentes em historiadores como Everardo de Andrade e Juniele de Almeida (2018, p. 135-136): “Ao construir pontes entre os diferentes saberes, a História Pública ultrapassa a ideia de acesso e publicização de projetos acadêmicos, e busca a produção e a difusão compartilhada do conhecimento”. Também da concepção de Marta Rovai (2018, p. 196):

A História Pública requer envolvimento ético e devolução contínua, entendendo-a como processo conflituoso, dinâmico e fragmentado, porque alvo de disputas vivas entre as próprias comunidades, que devem ser, além de autoras, consumidoras e beneficiárias da publicização de suas histórias e memórias.

Os museus também dialogam com a história pública à medida que produzem narrativas históricas destinadas ao grande público não especializado. Como veremos a seguir, entre as modalidades de museus destaco os museus virtuais, pois esses espaços têm o seu alcance facilitado pela sua condição remota.

⁸ A empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A foi fundada em 2016 e produz material audiovisual de cunho político e ideológico de viés conservador.

1.3.2 Os museus virtuais

Com as restrições ocasionadas pela pandemia de Covid-19, muitos espaços como os museus tiveram que fechar parcialmente ou totalmente as suas portas. As possibilidades de ensino tiveram que ser repensadas e adaptadas sem muito tempo hábil. As visitas virtuais se tornaram uma possibilidade para o ensino remoto no contexto de pandemia. Não proponho que as visitas remotas possam substituir as visitas presenciais, pois para professores e alunos ficaram evidentes os limites da educação remota ou híbrida, as aulas presenciais e as visitas aos museus físicos são insubstituíveis por vários aspectos.

O primeiro aspecto a ser considerado é a possibilidade e a qualidade do acesso dos estudantes brasileiros à internet. O Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), cruzando dados coletados em 2018, chegou à conclusão de que aproximadamente seis milhões de estudantes do ensino regular não possuem acesso à internet em banda larga ou 3G/4G em seus domicílios. Desse total de seis milhões, 5,8 milhões são estudantes de instituições públicas (NASCIMENTO; *et al.*, 2020).

Outro aspecto importante que já foi mencionado é o entusiasmo que os alunos demonstram com as atividades realizadas fora da escola. A curiosidade por saberem quais os colegas irão à visita, a possibilidade de interagirem com estudantes de outras turmas, a preparação e o consumo de um lanche especial (geralmente refrigerantes e salgadinhos), o trajeto do ônibus e a própria expectativa de conhecerem um novo espaço entusiasma os estudantes. Essas possibilidades de interações e sensações dificilmente ocorreriam em um ambiente virtual.

Outro ponto que torna as visitas presenciais essenciais é que os museus não flutuam, não são espaços isolados de outros espaços, ou seja, compõem um cenário mais amplo. Onde se localizam? Quais e como são os outros edifícios que o circundam? Esses edifícios possuem uma arquitetura semelhante? Existem linhas de ônibus ou de metrô por perto? Esses aspectos, que aparentemente são detalhes, podem revelar muito sobre a proposta do museu e como ele se relaciona com a sociedade, mas que não são observáveis nas visitas online. Por exemplo, um museu de difícil acesso para os moradores das periferias das cidades, provavelmente não foi feito com o intuito de atender a essa população.

Outras informações mais específicas a respeito do acervo também se perdem. Apesar dos museus virtuais terem informações sobre as dimensões do objeto, o peso e a natureza do material que o compõem; é necessário um grau maior de abstração dos alunos para conseguirem entender de fato como o objeto é, principalmente entre os estudantes mais novos. As dimensões

físicas de um objeto museal podem ser tão reveladoras quanto o seu próprio conteúdo, principalmente quando se trata de objetos que foram feitos justamente para impactarem sensorialmente os visitantes. Exemplificando com um espaço já mencionado, na transição do primeiro pavimento do Memorial JK para o segundo, há uma ruptura sensorial no ambiente, a forte iluminação e o barulho das vozes presentes no primeiro pavimento dão lugar a um grande silêncio e poucos raios de sol iluminam o sepulcro de Juscelino Kubitschek em meio a uma penumbra. Essa sensação não é perceptível no site do Memorial.

Ainda que as visitas presenciais sejam insubstituíveis, nem sempre será possível realizá-las mesmo em um contexto sem pandemia. Sempre que possível, é interessante que os museus físicos tenham uma versão digital. Algumas considerações sobre o formato dos museus virtuais precisam ser levantadas. Eles se popularizaram em consonância a popularização da internet a partir dos anos 1990:

Com a expansão da internet na década de 90, multiplicaram-se *Websites* que se denominam Museus, dedicados aos mais diferentes temas, com nomes e tipologias, permitindo ao usuário da internet “visitar” em um mesmo dia, museus localizados fisicamente em diferentes continentes. Muitos destes *sites* são espelhamentos de instituições museológicas construídas no espaço físico (CARVALHO, 2005, p. 79).

Muitos museus virtuais surgem com o propósito de transpor o acervo físico para o meio digital, outros museus já surgem com o intuito de existir exclusivamente ou essencialmente no meio digital, um dos exemplos mais conhecidos é o Museu da Pessoa que segundo informações do próprio museu presente na seção “Perguntas Frequentes”:

O Museu da Pessoa surgiu a partir da ideia de se criar um museu virtual para registrar, preservar e disseminar histórias de vida. Sendo assim, nossa principal sede é nossa plataforma online. Temos uma casa localizada na Vila Madalena em São Paulo, onde nossa equipe trabalha, onde temos um estúdio presencial, onde nosso acervo físico está hospedado e onde realizamos algumas atividades. Mas essencialmente, o museu acontece virtualmente (MUSEU DA PESSOA, 2021).

O Museu Virtual de Ceilândia se enquadra nesses dois modelos citados, pois parte do seu acervo é constituído a partir da digitalização de um acervo já existente e outra parte foi gerada exclusivamente para o meio digital. O Professor Manoel Jevan, criador e administrador da Casa da Memória Viva da Ceilândia, concedeu-me parte do seu acervo para que eu pudesse digitalizá-lo, transpondo-o do meio físico para o digital. Outra parte foi coletada e produzida pelos alunos, principalmente através das entrevistas orais que realizaram com os seus familiares, a princípio essa parte do acervo está exposta exclusivamente em formato digital.

O conceito de “museu virtual” também precisa ser analisado. Para alguns estudiosos, ele vai muito além da mera existência de um acervo em meio digital, podendo existir um museu virtual exclusivamente em meio físico. Para Pierrri Lévy (2000), um museu virtual seria aquele que está em constante transformação, ele é potencialmente outro museu dependendo das relações que são formadas entre os envolvidos nesse espaço. Corroborando essa perspectiva, temos os estudos de Rosali Henriques (2004, p. 13): “Para ser um museu virtual não basta ter as reproduções das obras de arte, devidamente catalogadas, e apresentá-las ao público, mas fazer atividades onde o público possa interagir com estas referências patrimoniais”. A relação mais dinâmica e ativa entre o público e o museu se assemelha com os princípios da história pública, na qual é menos nítida ou até inexistente a dicotomia entre produtores e consumidores das narrativas históricas.

O Museu Virtual de Ceilândia além de digital também é virtual, pois além do seu público-alvo ser o seu principal produtor, esse espaço está em constante transformação, permitindo que os visitantes colaborem com o acervo, através do envio de seus relatos orais e de outras fontes históricas. Ou seja, estimo que esse espaço esteja em constante mudança, indo muito além da mera contemplação do passado. A construção do Museu e as possibilidades de interação do público serão abordadas no Capítulo 4.

1.4 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A HISTÓRIA ORAL

O Museu Virtual de Ceilândia tem como recorte espacial e temático a história local ceilandense e como principal metodologia de pesquisa a história oral. A história local e a história oral comumente dialogam, sendo comum o emprego da última na abordagem da primeira. Esse diálogo se deve, em boa parte, pela proximidade dos objetivos que ambas possuem: uma história democrática e inclusiva que contemple uma maior diversidade de sujeitos. No entanto, nem sempre o contexto histórico brasileiro foi favorável às abordagens mais plurais e heterogêneas da história.

A História se tornou disciplina escolar no século XIX e passou a ser essencial na tentativa de se criar uma identidade nacional que fosse harmoniosa, orgânica e coesa. Milhões de cidadãos unidos pelos mesmos valores, crenças, heróis e passado. Ou seja, a disciplinarização da história possui uma relação intrínseca com a disciplinarização através da História (GUIMARÃES, 1988).

A história profana se separou da história bíblica no Brasil Império, mas essa distinção se deu mais por causa dos conteúdos a serem ensinados do que pelos métodos e propósitos do

ensino. Os propósitos da História bíblica e da História profana se mesclavam em torno de um objetivo comum, formar cidadãos ordeiros, respeitadores e defensores do Estado Monárquico Católico Brasileiro. Segundo Bittencourt (1993, p. 203): “a visão histórica predominante que se divulgou por intermédio do ensino escolar durante o século XIX, foi a cristã”. A própria existência de uma religião oficial favorecia bastante a junção desses propósitos que durou até 1889 com a Proclamação da República e a laicização do Estado.

Com a Proclamação da República não houve mudanças bruscas em relação ao ensino de História (FONSECA, 2006). Entretanto, novos personagens são inseridos no panteão dos heróis que graças à retidão da sua conduta moral deveriam servir de exemplos para os cidadãos segundo o Estado Brasileiro. Em relação ao uso estatal do ensino de História, destaco a Ditadura Civil-Militar, provavelmente, foi nesse período que o ensino de História desempenhou mais o seu papel ideológico de exaltação da Pátria e de legitimação do poder estatal. Segundo Elza Nadai (1993, p. 158): “O controle sobre a disciplina histórica relacionou-se sobretudo à ideologia implantada com o golpe de 1964, quando o ensino foi colocado a serviço do regime ditatorial que propugnava a formação de cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros”.

Com a reabertura política e o processo de redemocratização, novos métodos, novas temáticas e outros sujeitos históricos são incorporados. O heroísmo de personagens históricos tradicionais, como Duque de Caxias e Marechal Castelo Branco, passa a ser questionado. Os aspectos socioeconômicos e culturais ganham destaque em detrimento de uma história biográfica e factual. É nesse contexto de contestação e expectativas que a história local ganha destaque pelo seu potencial político e didático e é nessa conjuntura que se insere a minha pesquisa-ação. O ensino de História que outrora foi utilizado para legitimar desigualdades, violências e preconceitos, agora propõe uma perspectiva que visa à valorização das identidades locais, à luta por direitos e ao exercício pleno da cidadania para a população marginalizada de Brasília.

1.4.1 A história local e seu potencial político e didático

O primeiro aspecto a ser considerado em relação à história local é o que seria o local. Ele não pode ser entendido exclusivamente como um recorte político-administrativo de uma cidade ou de um bairro. O local é uma referência subjetiva que envolve principalmente os moradores dessa determinada localidade. “O local seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências de sujeitos humanos em espaços sociais delimitados” (GONÇALVES, 2007, p. 177). Em outras palavras, o local é o que se convencionou determinar

de local. Essa subjetividade, muitas vezes, é usada para disseminar preconceitos em determinadas regiões. Oficialmente, não há distinção legal entre o Distrito Federal e Brasília, sendo assim, Ceilândia também é Brasília, mas comumente quando se referem a Brasília, referem-se à Região Administrativa do Plano Piloto e adjacências, ou seja, a definição do local não fica imune às relações de poder (LANGARO, 2020). Aprofundaremos esse assunto no próximo capítulo.

Considerando a premissa citada acima, esta pesquisa-ação considera como local a cidade de Ceilândia e a Região Administrativa Sol Nascente e Pôr do Sol. O Sol Nascente e o Pôr do Sol fizeram parte de Ceilândia até agosto de 2019 quando se tornaram a 32ª RA do Distrito Federal, essas regiões continuam ligadas à Ceilândia por vários aspectos, sendo assim não vejo motivos para excluí-las. O Centro Educacional 06 se localiza próximo ao Sol Nascente e ao Pôr do Sol, portanto vários dos alunos participantes moram nessas áreas, excluí-las só reforçaria os preconceitos sofridos por essas localidades.

A história local pode desempenhar um importante papel político ao criar e reforçar laços de identidade e pertencimento. Segundo Tauã Assis e Suely Pinto (2019, p. 13): “Nesse sentido, a adoção do ensino de história local como estratégia para o ensino de História se propõe a reconstruir a relação dos estudantes com o local por meio dos movimentos de pertença e de identificação”. Essa relação de pertencimento pode gerar nos alunos uma postura mais crítica e ativa frente aos problemas locais, tal relação é ainda mais relevante se considerarmos que é a partir da esfera local que os alunos possuem os primeiros e mais nítidos contatos com outros indivíduos, instituições e com o poder público, é principalmente nesse espaço que os alunos atuarão como cidadãos (FERNANDES, 2010).

Segundo Rafael Samuel (1990, p. 220), a história local se “encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ela pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”. Essa proximidade espacial permitiria ao aluno compreender melhor as relações entre o passado e o presente, exigindo-se menos da sua capacidade de abstração, assim sendo, a história local se mostra potencialmente didática. Além de um importante conteúdo a ser trabalhado em sala, a história local pode ser trabalhada como metodologia para os fundamentos da pesquisa histórica. Conforme Ricardo Oriá Fernandes (2010, p. 47) “o recurso às fontes locais (arquivos, museus, bibliotecas, monumentos, história oral etc.) permite familiarizar o aluno com o método de pesquisa, possibilitando-lhe o exercício da produção do conhecimento histórico”.

Todavia, para que a história local desempenhe seu papel político e didático, algumas considerações precisam ser levantadas. A primeira delas é que a história local não pode ser

entendida como um simples recorte espacial de uma história nacional, reproduzindo nela os mesmos preconceitos presentes em narrativas históricas elitistas, como demonstra a pesquisa de Tatiana da Costa (2013). Essa pesquisa constatou que parte da história local ensinada nos anos iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais, contemplava apenas os sujeitos históricos considerados ilustres como fazendeiros, políticos e clérigos da região.

Outro ponto relevante é que o primeiro e, às vezes, o único contato que os nossos alunos têm com a história local em sala de aula não se dá por intermédio de um historiador. A história local é abordada principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, através dos pedagogos que dividem seus esforços e atenção com outras disciplinas escolares, priorizando a Matemática e a Língua Portuguesa. Não julgo a competência e as habilidades dos pedagogos para ensinarem história, porém, se para nós o ensino de História é o centro da nossa atividade docente, para os pedagogos essa atividade é secundária. Logo seria interessante e necessário que a história local fosse trabalhada também em outros anos, como na presente pesquisa que foi destinada aos alunos dos primeiros anos do Ensino Médio.

A história local tem um grande potencial didático pela sua proximidade com os alunos, porém essa proximidade precisa ser problematizada. Num contexto em que os alunos têm acessos a várias representações históricas provenientes do cinema, desenhos animados e dos jogos de videogames, o que está próximo deles precisa ser relativizado (GONÇALVES, 1998). Quando lecionei para o 6º ano, os alunos demonstraram um grande interesse pela Grécia Antiga, esse interesse era proveniente, em boa parte, do sucesso da série de jogos *God of War* lançada para o videogame *Playstation*. Ou seja, o aluno pode se sentir mais próximo de um contexto histórico aparentemente distante dele do que do seu próprio bairro. Dessa maneira, a história local precisa da intermediação do professor para que o aluno perceba a conectividade entre ele e o local, essa percepção não se faz de forma natural, a própria relação que o aluno tem com o local e principalmente com os moradores desse local influenciará no interesse que ele terá na história do seu bairro ou da sua cidade. Em outras palavras, estar perto não necessariamente significa estar próximo aos estudantes.

Se é papel do professor demonstrar a relação que os alunos possuem com a história local, também é nosso papel explicitar como a história local se relaciona com outros processos históricos mais amplos. A história local não é meramente uma amostragem reduzida de uma história mais geral, ela possui particularidades. A chegada da rede de esgoto em Ceilândia provavelmente repercutiu mais entres seus habitantes do que a substituição de algum presidente. Porém, a história local não está desvincilhada de outros processos históricos, sendo importante

os professores esclarecerem as inter-relações com os demais locais, regiões e com a história nacional (BITTENCOURT, 2008).

Outra questão que precisa ser levantada é: quem pesquisa sobre a história local? Em geral, quem se interessa pela história local são os seus moradores ou pessoas que possuem uma relação de proximidade com ele. Democratizar a história e valorizar a pluralidade dos sujeitos históricos, passa também pela democratização da produção acadêmica e da pluralidade dos historiadores. Em outras palavras, certos locais terão a sua história estudada com rigor epistemológico quando esses locais tiverem os seus próprios historiadores. Para exemplificar tal reflexão, dos 19 calouros que ingressaram comigo no curso de História pela Universidade de Brasília (UnB) no segundo semestre de 2004, apenas uma aluna era ceilandense, apesar dessa cidade ser a mais populosa do Distrito Federal.

A história local possui especificidades nas abordagens temáticas, nos recortes temporais, nas fontes a serem utilizadas e nos sujeitos contemplados. A história local não é a história do local e sim a história das pessoas que viveram ou vivem nesse determinado local. Em muitos casos, os sujeitos contemplados pela história local são negligenciados em outras abordagens mais amplas e tradicionais, são trabalhadores, donas de casa e estudantes que estão fora das esferas tradicionais de poder político e econômico, mas que possuem ou não uma grande influência na dinâmica local. Quando se propõe trabalhar com essas pessoas comumente haverá uma carência de fontes históricas tradicionais, como registros cartoriais, decretos governamentais, ofícios, levando muitos historiadores que pretendem trabalhar com história local a recorrerem à história oral.

1.4.2 História oral e o ensino de História

Para abordarmos a história oral e o ensino de história, ampararemos principalmente na obra “História oral na sala de aula” de Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães (2015). Para esses autores:

História oral é, essencialmente, um *método de pesquisa* que, através da técnica da entrevista, registra as memórias narradas de um indivíduo, em primeira mão. Entrevistas, por sua vez, são fundamentalmente técnicas para coleta de informações. Seus tipos, porém, variam muito, conforme os objetivos de cada trabalho (...) história oral é o resultado desse método, isto é uma fonte de informações derivadas deste trabalho de registro. Em outras palavras, história oral é um conjunto de procedimentos que nos permite “fotografar” a narração de alguém em determinado momento (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2015, p. 22).

A história oral está ligada à tentativa de democratizar a história, valorizando os sujeitos até então marginalizados historicamente (Ibid.). Porém, como um método de pesquisa ela pode ser aplicada a várias situações. Existem alguns trabalhos de história oral que os sujeitos contemplados não estão historicamente marginalizados, como o trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que entrevistou parte do empresariado paulista, dando origem ao livro “Elites empresariais paulistas: depoimentos à FGV”, publicado em 2011.

A ideia de se trabalhar com a história oral como principal método nesta pesquisa-ação se deu a partir da minha própria experiência docente ao longo desses doze anos que leciono História. Na primeira semana de aula, eu costumo explicar para os alunos o que é História, o que são sujeitos históricos, as periodizações da História e o que seriam as fontes históricas. Com intuito de aproximar tais conceitos da vida dos discentes, proponho uma atividade que visa a aplicabilidade desses conceitos em seu cotidiano. Uma das questões solicita que os estudantes descrevam quais fontes históricas eles usariam para pesquisar sobre a sua história e a história de sua família. Até agora, as fontes mais citadas por eles são as entrevistas orais que realizariam com os seus pais e avós, justamente porque esses alunos têm consciência que não irão encontrar essas informações nos livros, nos filmes e nos documentos oficiais.

No entanto, a história oral não deve ser usada apenas na ausência de outras fontes. A história oral abarca elementos impossíveis de serem constatados de outra forma, principalmente elementos ligados à memória. Conforme Samuel (1990, p. 230): “Há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar, eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas sumidas que só eles podem lembrar”. Em vista disso, não pretendo sugerir hierarquias entre as fontes, creio ser necessário a relação entre as fontes orais e as fontes de outras naturezas, não que uma tenha a intenção de validar a outra, mas pode-se ter reflexões mais frutíferas analisando-as conjuntamente.

A história oral ainda se relaciona com outros importantes conceitos já analisados neste capítulo, os conceitos de memória e de identidade:

Essa memória - que é dinâmica individual (porque única) e coletiva (porque remete a experiências sociais) - é a fonte que abastece as lembranças, que, por sua vez, fundamentam as histórias que contamos. São histórias particulares que retiram sua individualidade do conjunto de experiências que convergem para a vida de um só narrador. Esse narrador, que tem uma história singular, compartilha, ao mesmo tempo, da memória e das vivências de seu meio social. O pertencimento a essa coletividade faz com que ele se identifique com o seu grupo, isto é, que tenha uma identidade (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2015, p. 37).

Segundo os autores, a história oral auxiliaria no desenvolvimento de habilidades importantes para os alunos (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2015). A comunicação seria uma dessas habilidades, pois os estudantes precisam se comunicar nas entrevistas e principalmente precisam ter respeito e paciência para ouvirem. A sensibilidade seria outra habilidade desenvolvida, visto que as entrevistas estimulam a empatia dos alunos que lidarão, muitas vezes, com pessoas de idades, costumes e culturas diferentes. A valorização da cidadania também é apontada pelos autores, pois o ato de falar e de se expressar são essenciais para o exercício da democracia. Os discentes ainda teriam a curiosidade aguçada já que entrariam em contato com informações possivelmente novas, além de interpretarem, analisarem e compararem as informações coletadas ao longo das entrevistas. Por último, a história oral desenvolveria nos alunos habilidades no uso de recursos tecnológicos, visto que é comum a utilização desses recursos, não só para gravar as entrevistas, mas também para armazená-las e publicá-las.

Entre as habilidades apontadas, eu destaco o exercício da cidadania, a curiosidade e a afinidade com os recursos tecnológicos, pois são as mais pertinentes para esta Dissertação. Um dos objetivos desta pesquisa é que os alunos busquem meios para combaterem as narrativas preconceituosas que acometem Ceilândia e esse combate é mais viável em um ambiente que eles possuam liberdade de expressão e de manifestação. A segunda habilidade destacada é a curiosidade, pois almejo que os alunos tenham compreendido os fundamentos da pesquisa histórica e uma curiosidade aguçada é essencial para qualquer pesquisa. Por último, a afinidade com os recursos tecnológicos, pois as entrevistas realizadas pelos alunos ficaram expostas em formato digital no Museu Virtual de Ceilândia.

Todavia, algumas questões precisam ser levantadas antes dos professores proporem aos seus alunos a realização de entrevistas orais para projetos de História. Antes da entrevista, os alunos precisam se preparar, eles devem contactar o entrevistado com antecedência para marcarem a entrevista, escolherem um local onde tenha o mínimo de interrupções possíveis e reservarem um horário com certa folga, caso o entrevistado se atrase ou prolongue a entrevista. Os estudantes também precisam averiguar se o gravador tem bateria e memória mais do que suficientes para a entrevista, é importante manterem uma margem de segurança para possíveis imprevistos. É interessante que os alunos tenham um roteiro de perguntas para que as entrevistas possuam um eixo temático em comum, possibilitando uma melhor análise delas.

Durante a entrevista, o aluno precisa demonstrar interesse, atenção e respeito pelo que o entrevistado está falando, o seu foco precisa estar na entrevista. Precisa estar nítido para o discente que uma entrevista oral é um diálogo que não se limita a responder perguntas

previamente definidas. Ele precisa conduzir esse diálogo da forma mais espontânea possível, quanto mais à vontade o entrevistado estiver mais ele se abrirá. Porém, o aluno não pode perder o objetivo dessa entrevista, devendo guiar o diálogo para os temas que ele julga pertinentes para o seu projeto.

Após a entrevista, os estudantes devem armazená-la em mais de um meio e formato, produzindo cópias do arquivo, caso ele se danifique ou se perca haverá uma cópia de segurança. É importante salientar que uma entrevista oral é única, sendo necessária a sua conservação, se o aluno perder esse registro, mesmo que ele consiga entrevistar novamente a mesma pessoa, essa entrevista não será igual, provavelmente será menos espontânea e mais cansativa para o entrevistador e para o entrevistado.

Por último, o mais importante é que os alunos compreendam que não se busca uma verdade histórica, factual e absoluta em uma entrevista oral, e sim como as experiências passadas dos entrevistados se organizam em suas memórias e como essas memórias se manifestam através da oralidade. Conforme Alessandro Portelli (1996, p. 60):

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (...), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (...). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.

Os alunos do CED 06 entrevistaram os seus familiares e amigos ao longo do mês de junho de 2021. Essas entrevistas tiveram o intuito de desenvolver nos alunos as habilidades citadas anteriormente, elas também possibilitaram a coleta e a produção de um conhecimento novo a partir desses relatos orais. Como foram essas entrevistas? Quais os pontos semelhantes entre elas? Quais as entrevistas se destoaram das demais? As respostas para essas perguntas estão presentes no Capítulo 4.

Espero que este capítulo tenha demarcado os principais referenciais teóricos e metodológicos desta pesquisa-ação. Iniciei apontando os problemas de se ensinar uma história que aparenta ser estática, fixa e imutável. Propus a pesquisa no ensino de História como método para que os alunos compreendam os fundamentos metodológicos da pesquisa histórica e

compreendam as disputas em torno das narrativas históricas e da memória social. Porém, para o alcance desses fins, é necessário a utilização das fontes históricas em sala de aula de forma crítica, reflexiva e não meramente ilustrativa.

Prossigui analisando os museus históricos, suas trajetórias e conceitos, além da sua utilização como ferramenta didática no ensino de História. Os museus foram abordados como produtores de narrativas históricas e influenciadores da memória social a partir das escolhas presentes em seus acervos, ou seja, o que será exposto e o que não será exposto. Entre as modalidades de museus, destaquei o museu virtual. Essa modalidade dialoga com a história pública à medida que ambas propõem uma relação mais tênue, e até mesmo inexistente, entre os produtores das narrativas históricas e o seu público destinado.

Por último, levantei algumas questões a respeito da história local e o seu potencial político e didático. Tal potencial se deve à esperada proximidade entre a história local e as experiências de vida dos alunos. Ainda analisei a história oral, a sua utilização em sala de aula e as possíveis habilidades desenvolvidas pelos discentes a partir do emprego da história oral como recurso metodológico na pesquisa histórica.

Finalizo o primeiro capítulo reiterando os princípios da presente pesquisa-ação. Em suma, ela propôs a pesquisa em sala de aula como meio para que os alunos do Centro Educacional 06 percebessem as disputas pela memória a partir da experiência prática proveniente da elaboração do Museu Virtual de Ceilândia. Esse museu tem como recorte temático a história local de Ceilândia (DF) e como um dos métodos para a constituição do seu acervo as entrevistas orais realizadas pelos discentes. Se o primeiro capítulo situa esta Dissertação no campo conceitual, o capítulo seguinte a situa sócio-historicamente. O foco do Capítulo 2 será a própria cidade de Ceilândia, juntamente com a sua história, a sua atual relação com o Distrito Federal e a percepção que os próprios alunos possuem dessa cidade.

2 NA CAÇAMBA DO CAMINHÃO: SITUANDO CEILÂNDIA NO PASSADO E NO PRESENTE

Após terem seus lotes demarcados, iniciava-se o processo de remoção dos moradores das chamadas invasões do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários) e adjacências para a antiga Fazenda Guariroba que passou a ser denominada de Ceilândia. As remoções foram realizadas entre os dias 27 de março⁹ de 1971 e 9 de março de 1972. Vários veículos foram utilizados para transportar os pertences dessas famílias, os seus móveis, os materiais dos barracos desmanchados e para transportar os próprios moradores. Entre esses veículos, os mais utilizados foram os caminhões do Governo do Distrito Federal que também levavam em suas caçambas as expectativas dessas famílias de terem uma vida mais confortável e digna.

O trajeto percorrido por essas famílias nas caçambas dos caminhões até chegarem aos seus novos lotes era de aproximadamente 25 km e este é o motivo por eu nomear o Capítulo 2 dessa forma, pois proponho ao leitor percorrer um trajeto que se inicia antes da construção de Brasília e termina analisando as percepções que os alunos participantes da pesquisa-ação possuem de Ceilândia. Se o Capítulo 1 demarcou os principais conceitos e referenciais teóricos desta Dissertação, o Capítulo 2 tem como foco a própria cidade de Ceilândia. Ao final desse percurso, estimo ter apresentado ao leitor elementos do passado e do presente dessa cidade.

Em busca de alcançar o objetivo supracitado, este Capítulo está dividido em quatro tópicos. O primeiro deles abordará a história de Ceilândia focada em sua fundação. A fundação da cidade decorreu da remoção de milhares de famílias das áreas próximas ao Plano Piloto através de uma política segregacionista que visava preservar o plano urbanístico de Brasília e, principalmente, preservar a imagem da nova capital como símbolo da modernidade desenvolvimentista.

Após abordar a origem da cidade, serão apresentados dados socioeconômicos atuais levantados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018. Quatro temáticas foram as mais analisadas por serem as mais pertinentes para esta Dissertação: sexo, idade e cor; trabalho e renda; escolaridade; e moradia. No terceiro tópico, prosseguirei analisando a construção dos preconceitos em torno de Ceilândia pelos meios de comunicação do Distrito Federal, como esses preconceitos são manifestados atualmente e como eles reforçam o estereótipo de cidade violenta. Finalizarei abordando as percepções que os próprios alunos

⁹ O Decreto n° 10.348 de 1987 estipulou que essa data seria o aniversário oficial de Ceilândia (DISTRITO FEDERAL, 1987, Art. 1°).

envolvidos na pesquisa-ação possuem de Ceilândia, qual a relação deles com a cidade, como eles percebem os preconceitos direcionados a Ceilândia e o que eles consideram relevante para a sua história.

2.1 A FORMAÇÃO DE CEILÂNDIA

Este tópico propõe situar Ceilândia historicamente, analisando o processo de sua formação. Para isso, iniciarei com uma abordagem mais geral e ampla sobre a transferência da Capital Federal, a construção de Brasília e os limites; e as contradições do seu projeto desenvolvimentista e modernista. Entre as incoerências desse projeto, destaco a segregação socioespacial como política de Estado que dará origem às cidades-satélites, tais cidades são criadas com o intuito de preservarem a estrutura urbanística e socioeconômica do Plano Piloto.

Entre as políticas segregacionistas, destaco a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) que teve como o seu maior feito remover quase 80 mil pessoas (15% da população brasiliense) das chamadas invasões do IAPI, esse processo culminou na criação de Ceilândia em 1971 (VASCONCELOS, 1988). Viso ainda refletir sobre como esse processo se deu de forma autoritária e com pouco espaço para o diálogo. O Governo do Distrito Federal prometeu melhores condições de vida para as famílias removidas, porém o que se viu foi a permanência de problemas antigos e o surgimento de novos para essas famílias que passaram a morar a mais de 30 km de distância dos principais postos de trabalho do Distrito Federal.

No entanto, o objetivo deste tópico não é apresentar os ceilandenses como vítimas passivas dessas injustiças, pelo contrário, busco evidenciar o protagonismo histórico desses sujeitos ao se organizarem, mobilizarem e reivindicarem melhorias sociais para essa cidade. Para isso, partirei do estudo de dois casos: “Os Incansáveis Moradores de Ceilândia”, de 1979, e o “Movimento dos Inquilinos da Ceilândia”, de 1983, ambos os movimentos reivindicavam o direito à moradia digna.

2.1.1 A construção de Brasília e as contradições do projeto modernista

A ideia de transferir a capital do país para uma região interiorana remonta ao século XVIII e tem o Marquês de Pombal como um dos seus mais célebres defensores. Tal ideia continuou permeando o Brasil Império e tinha apoio de importantes membros da Corte, entre eles José Bonifácio. A principal justificativa para a transferência era garantir a defesa da Capital e de suas principais instituições de possíveis ataques navais (MARTINS, 2015). Porém, é com

a primeira Constituição Republicana de 1891 que tal ideia passa a ter uma base legal: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal” (BRASIL, 1891, Art. 3º).

Soma-se à questão da segurança nacional outras justificativas para se defender a transferência da capital, entre elas o inchaço populacional do Rio de Janeiro e o crescimento desordenado da cidade que poderia colocar em risco a segurança dos políticos e de outros representantes institucionais (GOUVÊA, 1995). Porém a justificativa mais presente entre os idealizadores de Brasília na década de 1950 e a mais pertinente para esta Dissertação era a tentativa de modernizar e desenvolver o interior do país a partir da criação de uma nova Capital Federal que pretendia ser diferente de todas as demais cidades brasileiras.

A construção de Brasília se insere em um contexto maior, de forte influência da ideologia Nacional Desenvolvimentista e em um breve período de relativa democracia no país que vai do fim da Ditadura Vargas (1945) até o início da Ditadura Civil-Militar (1964). É nesse contexto que Juscelino Kubitschek assume a presidência da República em janeiro de 1956, tendo como principal projeto de governo o seu conhecido Plano de Metas. Segundo o próprio JK, Brasília seria a meta síntese. No mesmo ano é realizado o concurso para escolher o plano urbanístico da nova Capital e a proposta de Lúcio Costa é a vencedora. Em 1956, também é criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), empresa pública responsável por administrar a construção de Brasília.

Simultaneamente a esse processo, atendendo à convocação do próprio Presidente Juscelino, inicia-se um grande fluxo migratório de trabalhadores provenientes principalmente dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Piauí e Maranhão. Esse fluxo era direcionado para as áreas onde se localizavam as principais obras de Brasília. Em 1957, essa área contava com 12.700 habitantes, antes mesmo da inauguração da capital essa população já era de aproximadamente 127.000 pessoas (Ibid.).

Brasília foi construída dentro de uma ideologia modernista na qual o planejamento urbano e arquitetônico seria capaz de sanar as mazelas do subdesenvolvimento presentes em outras cidades brasileiras. Portanto, Brasília não apenas refletiria o desenvolvimento nacional, como também seria agente dele. Conforme James Holston (2010, p. 12): “Brasília foi construída para ser mais do que o simples símbolo dessa nova era. Seu projeto e sua construção tinham a intenção de criar essa nova era, transformando a sociedade brasileira”. Para os seus idealizadores, Brasília não possuiria os problemas de outras cidades como as desigualdades sociais, isso tudo a partir da racionalidade moderna aplicada no seu planejamento. Porém, antes

mesmo de sua inauguração, tais desigualdades já se manifestavam.

Segundo Gustavo Ribeiro (2010), os acampamentos das construtoras eram organizados de acordo com a função dos seus membros, as hierarquias presentes nas construções se manifestavam também nos alojamentos. No caso estudado por Ribeiro (2010), a área destinada aos serventes possuía um boxe de serviço sem cobertura, nesse boxe continha três sanitários, três chuveiros e três tanques que eram destinados a 80 trabalhadores em média. Por outro lado, a casa do proprietário da firma, ocupada esporadicamente, era isolada do restante do alojamento e, segundo o próprio autor, era um verdadeiro “castelo” de madeira.

Além dos precários alojamentos, vários relatos orais, como os presentes no documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra” (1991), apontam para outras situações que nada diferenciavam da exploração que os trabalhadores sofriam em outras partes do país. O curto prazo que as construtoras tinham para entregarem as obras, obrigavam os trabalhadores a fazerem jornadas longas e extenuantes que chegavam a 16 horas diárias. Tal jornada cansativa juntamente com uma arquitetura pouco usual favorecia os acidentes de trabalho (GOUVÊA, 1995). Os operários afirmavam ainda que quando tais acidentes ocorriam, as vítimas, muitas vezes fatais, eram prontamente removidas e as obras continuavam com seu corriqueiro ritmo, sem tempo para nem sequer lamentarem as mortes dos seus colegas.

Outra queixa comum desses trabalhadores era a péssima qualidade da comida. Muitos relataram que frequentemente era servida comida estragada e com bichos. Tal queixa acarretou um dos episódios mais controversos e violentos da construção de Brasília, o massacre da Pacheco Fernandes também conhecido como o massacre da GEB (Guarda Especial de Brasília). A GEB juridicamente era subordinada à Secretária de Segurança Pública do Estado de Goiás, mas que na prática possuía uma grande autonomia, o seu orçamento e o recrutamento dos seus membros ficavam por conta diretamente da Novacap. Essa guarda era conhecida entre os operários pela sua truculência e despreparo (SOUSA, 2011).

No dia 9 de fevereiro de 1959, domingo de carnaval, operários da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, responsável pela construção do Palácio da Alvorada, revoltaram-se contra a má qualidade da comida ofertada no refeitório, para conter o tumulto a GEB foi acionada pela Construtora. Segundo o relato de um carpinteiro não identificado (apud SOUSA, 2011, p. 9), quando os soldados começaram agredir os operários que já estavam detidos, os seus colegas se rebelaram e expulsaram os guardas que estavam em pequeno número. Tal confusão aparentava estar resolvida, mas a noite a GEB retornou ao acampamento com efetivo maior e mais armado. O relato do servente Eronildes Queiroz corrobora tal relato, segundo ele, os guardas chegaram atirando e montaram um “corredor polônês” para agredirem com golpes de cacetetes os

operários, aqueles que tentavam correr eram alvejados (Ibid.).

Nunca houve um consenso sobre o número de vítimas fatais dessa operação. As autoridades do governo afirmaram que apenas um operário morreu, Evaristo Brandão. O “Jornal Binômio” de Belo Horizonte- MG foi o único que enviou um repórter para Brasília com o objetivo de cobrir o caso. Apenas esse Jornal e o Jornal “O Popular” de Goiânia noticiaram a morte de nove operários. Os demais jornais de circulação nacional se conformaram com a versão oficial e publicaram que apenas um operário morreu, porém, vários relatos dos operários citam dezenas de mortes (SOUSA, 2011). Nesse período, não existia jornais locais, geralmente a imprensa frequentava os canteiros de obra apenas a convite do presidente JK, a inexistência de linhas telefônicas também dificultava o acesso e a divulgação de informações. Os 30 soldados envolvidos na operação foram expulsos da GEB, mas apenas um foi julgado por lesão corporal seguida de morte (ALVES e GOULART, 2009).

Houve e há a tentativa de ofuscar as contradições e controvérsias presentes na construção de Brasília, pois a exploração trabalhista, a violência e as mortes presentes nesse processo destoariam de toda modernidade e desenvolvimento que a cidade almejava não apenas ser símbolo, mas também promotora. Segundo Luiz Gouvêa (1995, p. 64):

Apesar de todos estes fatos, a construção de Brasília relatada na maior parte da literatura existente, tenta passar que neste período predominava um clima de igualdade e fraternidade entre todos os que participaram da construção, fazendo a apologia da obra.

Os monumentos que buscam valorizar as memórias e a injustiças cometidas aos operários são tímidos comparados com os demais, normalmente são de iniciativa popular. Um deles é a lápide simbólica colocada em 2009 na área onde ocorreu o massacre da Pacheco Fernandes na Vila Planalto. Outro encontra-se na Casa da Memória Viva da Ceilândia que será mais detalhada no Capítulo 3.

No dia 21 de abril de 1960, Brasília era oficialmente inaugurada com desfile militar, festejos e com a presença de várias autoridades brasileiras e internacionais. Tal data era simbolicamente significativa, pois também era o feriado nacional de Tiradentes. Antes mesmo de sua inauguração, Brasília já demonstrava os limites e as contradições de seu projeto modernista. A igualdade e a fraternidade que o seu planejamento urbano proporcionaria se apresentava como uma possibilidade cada vez mais distante.

2.1.2 A segregação socioespacial como política de Estado

Processos de segregação socioespaciais são comuns nas cidades brasileiras, o que torna o caso brasiliense emblemático é que o Estado foi o seu maior promotor. Ao possuir a maior parte das terras no Distrito Federal, o Estado se encontrava em uma situação privilegiada para tornar viável a implementação de uma organização urbana de fato inovadora e menos excludente, mas o que se percebeu na prática foi a repetição de um processo comum em outras cidades: o deslocamento da população pobre para áreas distantes dos centros do poder político e econômico. Conforme William Lauriano (2015, p. 173) “monopólio da propriedade de terras em poder público que poderia ter servido para melhor distribuir o acesso à moradia, na contramão do esperado, tem servido aos interesses dos grandes empresários imobiliários”.

A Brasília moderna, igualitária e fraternal dos seus idealizadores se mostrou cada vez mais uma realidade distante. A partir de uma percepção teleológica, é fácil julgarmos tais ideais como ingênuos, porém Brasília foi construída inspirada no que o Brasil poderia ser, ignorando-se o que ele era: um país marcado por problemas estruturais e pelas mais diversas manifestações de desigualdades. Conforme James Holston (2010, p. 17): “a visão modernista da história é paradoxalmente desistoricizante”. Mas, também ressalvo não ser possível distinguirmos o quanto tal crença era sincera entre os seus idealizadores e o quanto servia apenas para legitimar o projeto de transferência da capital, angariando apoio de vários setores da população brasileira.

Estimava-se que a maior parte da mão de obra deslocada para a construção de Brasília iria retornar para os seus estados de origem quando as obras terminassem. Porém, tal estimativa não se realizou, pelo contrário, Brasília continuou a atrair migrantes de todo o país. Muitos desses migrantes montavam os seus barracos próximos aos canteiros de obras, em áreas destinadas a outros fins, destinadas a outros moradores ou reservadas à especulação imobiliária. Tais trabalhadores tão necessários para as obras, tornavam-se indesejáveis moradores para as autoridades. Iniciava-se então um processo que marcará toda a história do Distrito Federal: a remoção das famílias pobres das áreas centrais para as regiões periféricas, processo que dará origem às cidades satélites.

As cidades satélites estavam previstas no plano urbanístico de Lúcio Costa, porém deveriam ser criadas após Brasília atingir o número de 500 mil a 700 mil habitantes:

Ao aproximar-se desses limites, então, é que seriam planejadas as cidades-satélites, para que essas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas e arquitetonicamente definidas. Esse era o plano proposto. Mas ocorreu a inversão, porque a população a que nos referimos (os candangos) aqui ficou, e surgiu o problema de onde localizá-la (COSTA, L., 1974, p. 26).

A primeira cidade satélite surgiu antes mesmo da inauguração de Brasília¹⁰. Em 1958, Taguatinga foi criada para abrigar as famílias removidas de diversas áreas do Distrito Federal. Tal prática se tornou comum e várias outras cidades surgiram de processos semelhantes, inclusive Ceilândia.

As cidades satélites foram normatizadas a partir do Decreto nº 456 de 1965 que estipulava a divisão administrativa do Distrito Federal em oito regiões (DISTRITO FEDERAL, 1965). Ceilândia se tornaria a 9ª Região Administrativa (RA) em 1989. O Distrito Federal é uma unidade federativa que não é dividida em municípios e sim em regiões administrativas, o cargo de administrador regional é de livre nomeação do governador. Atualmente existem 33 RAs, sendo que a penúltima, a RA do Sol Nascente e Pôr do Sol, surgiu do desmembramento de Ceilândia em 2019.

A partir de 1998, o termo cidade satélite passou a ser proibido nos documentos oficiais do Governo do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 1998, Art. 1º). Tal termo realça uma hierarquia entre o Plano Piloto e as demais áreas, hierarquia que, ao menos em tese, precisava ser combatida pelas políticas públicas distritais. Porém, o termo “cidade satélite” continua sendo usual entre os habitantes do DF, pois a nomenclatura “Região Administrativa” não pode ser tomado como sinônimo de cidade satélite. O conceito de “cidade satélite” remete a um processo histórico de marginalização, são divisões que vão além das espaciais, por exemplo, as RAs do Lago Norte e do Lago Sul, áreas destinadas à população de alta renda, não fazem parte da RA do Plano Piloto, porém nunca foram chamadas de cidades satélites.

A partir dos anos 1980, com o processo de redemocratização do país, com o início das eleições legislativas e posteriormente com as eleições para o executivo do Distrito Federal, a política de remoções que deu origem a várias cidades satélites se tornou menos presente:

Nas décadas de 1960 e 1970, o governo detinha força política quase hegemônica. Nesta ocasião, erradicava favelas e reprimia a população. (...) Na década de 80 modificou novamente a forma de agir, tendo em vista as eleições que se aproximavam e o processo de abertura política que contagiava a população, transformou a política de erradicação de favelas numa política aparentemente oposta, ou seja, de urbanização de “invasões” (GOUVÊA, 1995, p. 136).

A urbanização e a regularização das áreas já ocupadas passaram a predominar e se tornou uma influente ferramenta política-eleitoral. Em outras palavras, com início das eleições

¹⁰ Planaltina e Brazlândia são Regiões Administrativas que remontam a um período anterior, porém surgem em contextos históricos totalmente diferentes, eram municípios goianos que posteriormente foram incorporados ao Distrito Federal.

no Distrito Federal, políticos que regularizassem tais áreas tenderiam a ter o apoio daquela população e consequentemente os votos provenientes dela.

2.1.3 A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e a fundação de Ceilândia

A Cidade Livre era o principal núcleo urbano do Distrito Federal durante a construção de Brasília. Criada pela Novacap, essa cidade concentrava a oferta de serviços como comércios, agências bancárias e escolas. Era na Cidade Livre que residia a maior parte dos operários que participavam da construção de Brasília. Para incentivar a ocupação dessa cidade, os comerciantes que ali se instalavam eram livres de impostos, daí a origem do seu nome.

A Cidade Livre, renomeada de Núcleo Bandeirante, era um aglomerado urbano provisório que seria desfeito após a inauguração de Brasília. Porém em 1960, os moradores e comerciantes dessa área iniciaram o Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante (MPFUNB) que tinha como objetivo principal a fixação e regularização dessa cidade. Tal movimento se consolidou em um ambiente de relativa liberdade política, o que possibilitou a divulgação de suas reivindicações na imprensa e o apoio parlamentar principalmente do Deputado Federal Breno Silveira. Ressalvo que o Distrito Federal não possuía representantes legislativos e o chefe do executivo local, denominado de prefeito¹¹, era nomeado diretamente pelo presidente da República. A principal reivindicação do Movimento foi atendida e a partir da Lei n.º 4.020, sancionada pelo Presidente João Goulart em 1961, o Núcleo Bandeirante se tornava uma cidade permanente (SOUSA, 2010).

À medida que a população do Distrito Federal aumentava, outras áreas do Núcleo Bandeirante foram ocupadas entre elas: as vilas do IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Colombo, Placa das Mercedes, além dos morros do Urubu e Querosene. Em 1970, o Distrito Federal contava com uma população aproximada de 500 mil habitantes e desse total mais de 70 mil pessoas viviam em áreas consideradas invasões (VIEIRA e COSTA NETO, 2009). Buscando alterar esse cenário, o então Prefeito do Distrito Federal Wadjô da Costa Gomide criou um Grupo de Trabalho em 1969 que tinha como competências:

- A) elaborar e propor ao Governo do Distrito Federal um plano para erradicar as favelas das invasões do IAPI e Vila Tenório;
- B) manter contato com os órgãos federais, locais e entidades particulares relacionadas com habitação com vistas a elaboração do plano em questão; e;
- C) coordenar a implantação do aludido plano (DISTRITO FEDERAL, 1969, p. 8).

¹¹ Após 1969, o chefe do executivo local passou a ser denominado de “governador”, porém continuou sendo nomeado pelo presidente da República até 1988.

Esse Grupo de Trabalho era composto por membros de diversas áreas: saúde, educação, construção civil. Porém, apesar do seu objetivo principal, o Grupo não continha líderes comunitários ou associações que representassem os moradores das “invasões” do IAPI e da Vila Tenório.

Continuando o trabalho do seu antecessor, o Governador Hélio Prates transformou o Grupo de Trabalho em Comissão de Erradicação de Favelas através do Decreto nº 1.313, de 19 de março de 1970. A comissão possuía quase as mesmas competências do extinto Grupo, porém passou a contar com um orçamento próprio e com o maior envolvimento de diversas secretarias e instituições (DISTRITO FEDERAL, 1970, p. 3). Novamente, os moradores dessas “invasões”, os maiores interessados e afetados por tal política, continuaram excluídos das tomadas de decisões.

O próprio Plano de Erradicação de Invasões de 1970 reconhecia as qualidades dessas áreas: “apresentava ruas bem traçadas, lotes cercados e em alguns setores um processo espontâneo de fixação, uma verdadeira comunidade de vivência e serviço” (apud GOUVÊA, 1995, p. 68). Porém a Comissão optou por remover aproximadamente 80 mil pessoas para 35 km de distância do Plano Piloto, ao norte de Taguatinga, demarcando e loteando a Fazenda Guariroba. A Comissão de Erradicação de Favelas se transformou em Grupo Executivo de Remoção em outubro de 1970.

A justificativa para as remoções era que as invasões se localizavam em áreas de nascentes estratégicas para a proteção dos recursos hídricos do DF. Porém, é muito difícil sustentar tal argumento, pois as autoridades não tiveram essa mesma preocupação com os recursos hídricos em outros casos. Exemplo disso são as mansões localizadas as margens do Lago Paranoá, quando, para sua construção, os moradores desmataram e cercaram a orla do lago. Outro exemplo ocorreu quando empreendimentos imobiliários destinados à classe média, como Águas Claras ou Vicente Pires, também foram realizados em áreas de nascentes. As áreas que não eram permitidas aos trabalhadores morarem, pois ameaçariam nascentes importantes, atualmente são destinadas à classe média. É comum encontrar no Setor de Mansões IAPI casas de alvenaria com dois pavimentos, algumas estão à venda e os preços variam de 700 mil a um milhão e meio de reais (SETOR..., 2021).

O que muitos autores alegam (AMMANN, 1987; GOUVÊA, 1995; LAURIANO, 2015; MANIÇOBA, 2019; RESENDE, 2010) é que a localização dessas favelas entre o Plano Piloto e o Aeroporto de Brasília escancarava as contradições da capital, cidade que pretendia ser símbolo e promotora da modernidade e desenvolvimento, ou seja, as favelas seriam uma

espécie de atestado das falhas desse projeto. Esses autores, entre outros, afirmam também que a política das remoções foi o meio que o poder público assegurou que as áreas próximas ao Plano Piloto fossem direcionadas para grupos com uma maior renda, fomentando a especulação imobiliária e o lucro das construtoras. Condição que rendeu à Brasília o apelido de “Bras-ilha” para os críticos do seu projeto urbanístico.

A Comissão de Erradicação de Favelas e posteriormente o Grupo Executivo de Remoção integravam um programa mais amplo e com a participação direta da sociedade civil, a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Tal campanha era liderada pela primeira-dama Vera Prates e tinha como objetivo conseguir apoio para as remoções e convencer a população do Distrito Federal dos benefícios e necessidades dessa política pública. Essa campanha ainda buscava arrecadar doações de alimentos, roupas e principalmente materiais de construção para as famílias que seriam removidas.

A Campanha de Erradicação de Invasões ainda tinha um jingle que era cantado por crianças das escolas da Vila IAPI e tocado com frequências nas rádios locais (A CIDADE É UMA SÓ?, 2012). Com o título de “A cidade é uma só”¹², esse jingle buscava ofuscar as grandes desigualdades existentes entre as áreas centrais e as demais regiões do Distrito Federal, como podemos ler:

Vamos sair da invasão
A cidade é uma só
Você que tem um lugar para morar
Nos dê a mão
Ajude a construir nosso lar
Para que possamos dizer juntos
A cidade é uma só
Você, você, você
Você vai participar
Porque, porque, porque
A cidade é uma só (Ibid.).

O trabalho de convencimento junto aos moradores dessas favelas era feito através de várias promessas, entre elas: a que os seus novos lotes seriam adquiridos a preços simbólicos e regularizados, as suas vidas seriam mais confortáveis e dignas, pois as novas moradas possuiriam saneamento básico, rede elétrica, disponibilidade de serviços públicos entre outros benefícios. Porém, a coerção também foi utilizada com frequência, sendo comum a presença

¹² Ver mais no filme/documentário: “A cidade é uma só?”, 2012. Disponível em: <https://museuvirtualdeceilandia.com.br/site/index.php/acervo/filmes-e-documentarios.html>. Acesso em: 01 jan. 2022.

da força policial durante todo esse processo, além do medo que os moradores tinham de não aceitarem a remoção e acabarem perdendo tanto o atual barraco quanto o novo lote (VIEIRA e COSTA NETO, 2009).

Novamente, houve a tentativa das narrativas oficiais de ofuscar todas possíveis contradições e resistência dos moradores às remoções. Tanto a imprensa quanto alguns escritores representavam tal processo como algo consensual e bem recebido pelos moradores, como podemos ler na obra “As cidades satélites de Brasília”: “Finalmente, é estabelecido que a partir do sábado 27 de março, em 1971, terão início as remoções. Tudo planejado nos seus mínimos detalhes, inclusive com a comunidade invasora plenamente sensibilizada para a transferência” (VASCONCELOS, 1988, p. 65).

É importante ressaltar que, ao contrário do Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, o contexto político da Campanha de Erradicação de Invasões era outro. Com o Golpe Civil-Militar de 1964 e o recrudescimento da Ditadura no final da década de 1960 e início da década de 1970, todo esse processo se deu em um ambiente desfavorável à mobilização e à resistência por parte dos moradores. Com a possibilidade real de censura e perseguição, poucos jornais se atreveriam a reportar as remoções de forma que contrariasse os interesses do Governador Hélio Prates. Com o Congresso Nacional fechado desde 1968, a atuação legislativa que poderia representar um contraponto na esfera política foi extinta.

Entre a criação do Grupo de Trabalho para elaborar um plano de erradicação das favelas das Vilas IAPI e Tenório em 29 de outubro de 1969 até o assentamento da primeira família em Ceilândia em 27 de março de 1971 se passaram um pouco menos de um ano e cinco meses. Esse curto período foi tratado pelo Governo do Distrito Federal como um sinal de celeridade e eficiência, porém ao considerar a precariedade das novas moradias, é mais fácil cremos que tal velocidade foi apenas um sinal de despreocupação e desleixo com os moradores removidos. A princípio Ceilândia fazia parte da RA de Taguatinga, mas em 1989 se tornou a 9ª Região Administrativa do DF.

Vários caminhões e ônibus foram utilizados nesse processo de remoção, ao chegarem em seus novos lotes demarcados por quatro estacas, medindo 10 m x 20 m, os moradores se deparavam com uma realidade bem distante da prometida. Asfalto, rede de esgoto, água encanada, rede elétrica e iluminação pública só foram instaladas anos depois dos primeiros assentamentos. A água encanada só foi ofertada seis anos depois, a rede de esgoto começou a ser instalada apenas em 1983 (RESENDE, 2010). Ou seja, os problemas estruturais das antigas “invasões” se repetiam.

Com uma infraestrutura tão deficitária, Ceilândia logo passou a ser considerada uma

das maiores favelas do Brasil, paradoxalmente, criada através da Comissão de Erradicação de Favelas. Os problemas sociais relacionados à falta de moradias dignas não foram resolvidos, apenas transferidos para locais distantes do Plano Piloto, longe das autoridades nacionais e internacionais, dessa forma, mais fáceis de serem ignorados. Conforme relata Nancy, moradora que vivenciou as remoções em 1971:

O discurso deles era que iam tirar de lá para uma situação legalizada, com lote, com toda a infraestrutura e na verdade não foi isso, não é? Quando a gente chegou aqui não tinha nada disso. O que eles queriam na verdade era achar um lugar para jogar aquele monte de pobre, tirar a coisa feia lá próxima de Brasília e trazer para um lugar mais distante possível. E quando nós chegamos aqui foi um outro choque, porque era muito mato, muita terra, muita poeira e infraestrutura nenhuma (A CIDADE É UMA SÓ?, 2012).

Além da permanência de vários problemas de infraestrutura, outros surgiram, entre eles a distância. Essas famílias agora estavam a 35 km do Plano Piloto, onde se concentrava a maior parte dos postos de trabalho do Distrito Federal. Os trabalhadores que continuaram atuando na área central, precisariam desprender muito mais tempo para o seu deslocamento e mais dinheiro para pagarem as passagens dos raros ônibus que circulavam em Ceilândia. O Núcleo Bandeirante, antiga cidade dessas famílias, possuía uma economia muito mais consolidada e dinâmica, o que possibilitava uma maior diversidade de fontes de renda.

Ao transferir as famílias para a Ceilândia, a localização dos antigos barracos não foi considerada como critério para distribuir os novos lotes, ou seja, redes de apoio e de ajuda mútua existentes entre os vizinhos foram desfeitas. O rompimento desses laços juntamente com o contexto de censura e violência da Ditadura Civil Militar dificultava ainda mais a organização e a mobilização dos novos moradores para enfrentarem os diversos problemas da localidade.

2.1.4 Os ceilandenses e o protagonismo histórico

Apesar de toda a situação desfavorável abordada anteriormente, os ceilandenses buscaram meios de se organizarem e reivindicarem o cumprimento das promessas realizadas pelas autoridades públicas, entre elas a regularização dos lotes que seriam adquiridos a preços abaixo do valor de mercado. O não cumprimento desse acordo deu origem ao movimento dos “Incansáveis Moradores de Ceilândia”. Posteriormente, com o contínuo crescimento populacional da cidade, muitos moradores passaram a morar de aluguel, muitas vezes em barracos localizados nos fundos dos lotes. A demanda por novas moradias deu origem ao “Movimento dos Inquilinos da Ceilândia”. Os movimentos citados se inserem num contexto

em que a Ditadura já dava sinais de esgotamento e abertura, tornando as ações populares mais viáveis e seguras (AMMANN, 1987). Optei em abordar tais movimentos, pois ambos tinham como reivindicação principal o direito à moradia digna, luta que está no cerne da história de Ceilândia.

A Resolução n.º 75, de 1971, do Governo do Distrito Federal concedia aos moradores removidos para Ceilândia uma ordem de ocupação pessoal e intransferível, posteriormente, os lotes ocupados seriam vendidos a preços compatíveis com as suas rendas (AMMANN, 1987). A princípio, os preços dos lotes equivaliam em média a quatro salários-mínimos. De 1971 a 1973, cinco mil lotes foram regularizados, porém esse processo foi interrompido pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) em 1974 e retomado apenas em 1979, no entanto os novos valores propostos pela Companhia equivaleriam a 25 salários-mínimos. A Terracap alegou que esse aumento era em decorrência da valorização imobiliária que o local tinha passado nos últimos anos. Porém, essa valorização era decorrente do próprio trabalho dos seus moradores que construíram as suas casas, os seus comércios, reivindicaram e geraram uma demanda por serviços públicos e chegaram a trabalhar como voluntários nas obras de infraestrutura de Ceilândia (AMMANN, 1987).

Diante dessa situação, os moradores começaram a se mobilizar e criaram em 1979 a Comissão dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Tal nome é de grande pertinência, pois oito anos depois das remoções que deram origem a Ceilândia, os seus moradores se viam na iminência de serem expulsos novamente das suas casas. No mesmo ano, essa Comissão se tornou a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Essa Associação buscou agir em diversas frentes. Procurou conscientizar e mobilizar os moradores através de informativos e assembleias semanais, promoveu manifestações, reuniu com as autoridades públicas, buscou o apoio de entidades civis como a Igreja Católica e as igrejas presbiterianas locais e teve o apoio dos jornais que passaram a cobrir as ações da Associação (AMMANN, 1987). A Associação ainda tentou contato através de cartas com o Presidente Figueiredo e com o Papa João Paulo II que estava em visita à Brasília em 1980, porém nenhuma dessas cartas foram respondidas.

Após várias tentativas frustradas de acordo entre a Associação e a Terracap que se mostrou intransigente nas negociações, foi deliberado em assembleia que moveriam um processo judicial exigindo o cumprimento da Resolução n.º 75, de 1971. A participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) através da advogada Milza d'Assunção Guidi foi essencial para o desfecho dessa litigância. O processo de número 9823 de 1980 foi concluído somente em 1984, concedendo vitória à Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia. Porém, essa Associação não foi desfeita e além das reivindicações locais como a coleta regular

do lixo, também se articulavam com movimentos mais amplos, possuindo intensa participação na campanha pelas “Diretas Já” em 1983 e 1984 (AMMANN, 1987).

Houve um crescimento populacional no Distrito Federal oriundo tanto da chegada de novos migrantes quanto do próprio crescimento vegetativo. Em 1970, o DF registrava um pouco mais de 500 mil habitantes, essa população dobrou passando de um milhão de pessoas em apenas oito anos. Porém esse crescimento se deu de forma desigual entre o Plano Piloto e as demais áreas. De 1970 a 1975, a população do Distrito Federal cresceu 68,8%, enquanto a população do Plano apenas 3,6%. Esse rápido crescimento também foi observado em Ceilândia, num intervalo de apenas três anos (1975-1978), a cidade saltou de 165 mil habitantes para mais de 220 mil (CODEPLAN, 1984 apud AMMANN, 1987).

Muitas famílias de Ceilândia passaram a morar de aluguel. O custo do aluguel consumia boa parte da renda familiar, várias dessas moradias eram pequenas e desconfortáveis, os inquilinos precisavam dividir o mesmo lote com diversas outras famílias e ainda ficavam vulneráveis, pois o proprietário poderia solicitar a devolução do imóvel. No caso das famílias numerosas, as dificuldades eram ainda maiores, pois era mais difícil encontrarem proprietários dispostos a alugar para elas (RESENDE, 2010). É nesse contexto que surge o Movimento dos Inquilinos da Ceilândia em 1983.

A primeira reunião desse Movimento contou com apenas 15 famílias, as duas reuniões seguintes contaram com 150 e 3000 participantes respectivamente e gradativamente o Movimento dos Inquilinos da Ceilândia foi angariando mais adeptos. Para pressionar o Governo do Distrito Federal, esse Movimento ameaçou ocupar qualquer área para a construção de suas moradias. A princípio, foi autorizada a liberação de 3000 lotes, a construção das casas ficaria por conta do próprio morador. Convencidos de que esse número era insuficiente, o Movimento continuou com as suas articulações e em audiência com o governador ficou decidido a distribuição de 6.300 lotes (Ibid.).

O Movimento se transformou na Associação dos Inquilinos da Ceilândia (ASSINC) em 1984, garantido uma maior segurança jurídica e reconhecimento formal da sua atuação. Apesar das desavenças entre a Associação e o Governo do Distrito Federal, principalmente a respeito dos critérios estabelecidos para a distribuição dos lotes, esse Movimento teve a sua principal pauta atendida e 5611 lotes foram liberados em 1985 dando origem à região conhecida como Expansão do Setor “O” (LIMA e JEVAN, 2007). Porém a Associação não foi desfeita e outras reivindicações continuaram a serem realizadas. Como veremos a seguir, Ceilândia ainda possui mais de 40% de suas moradias alugadas ou cedidas (CODEPLAN, 2019a).

2.2 CEILÂNDIA ATUALMENTE

Após situar historicamente a cidade de Ceilândia no tópico anterior, este tópico pretende apresentar dados socioeconômicos atuais dessa cidade. Para isso me amparei na Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios (PDAD) realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). A opção por me amparar em tal pesquisa se deve a dois principais motivos: a PDAD possui recortes mais específicos, os dados são coletados e analisados separadamente por cada Região Administrativa do DF, ou seja, ela possui informações específicas de Ceilândia; a PDAD também é realizada com intervalos curtos, de dois em dois anos, o que faz com que as suas informações sejam atuais. Porém, a pandemia de covid-19 alterou essa frequência, a Pesquisa que seria realizada em 2020 foi adiada para 2021, mas ainda não foi publicada, portanto utilizei a Pesquisa realizada em 2018 e publicada em 2019.

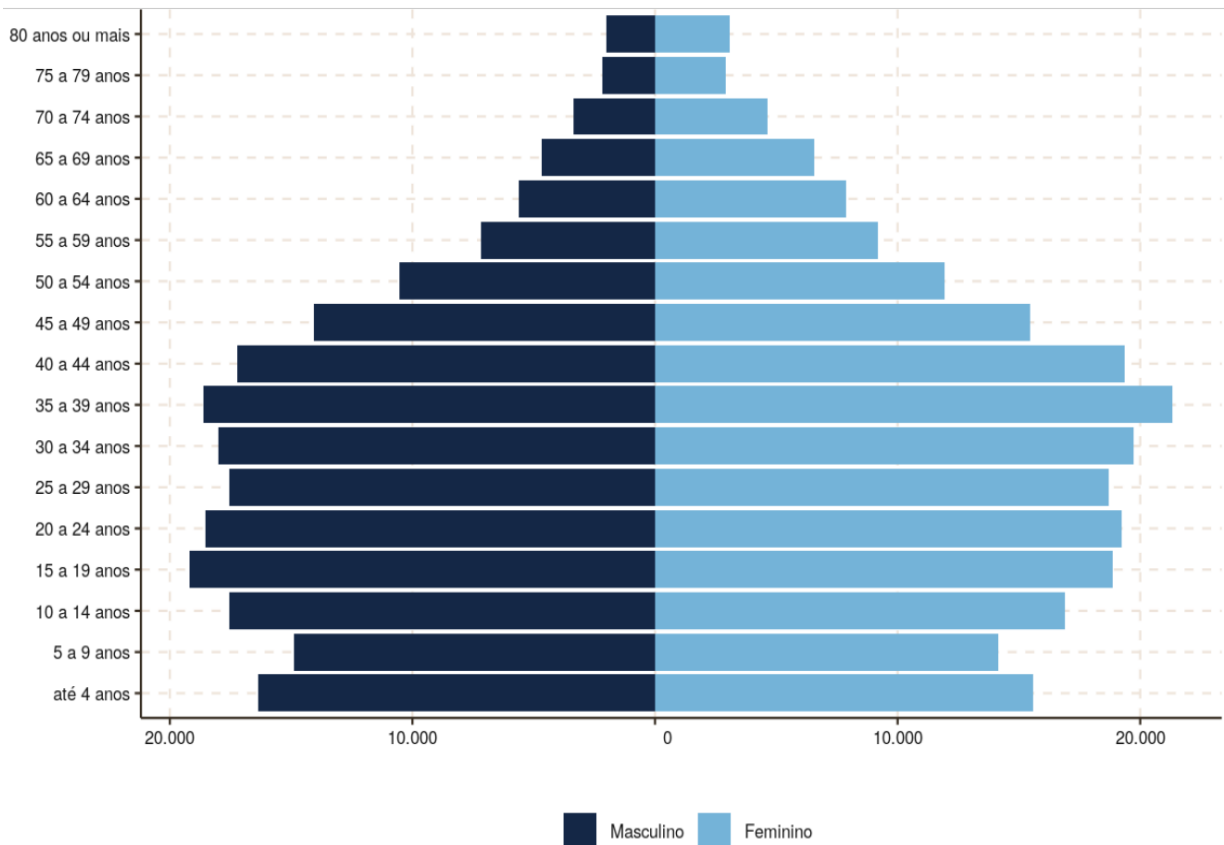
Quando essa PDAD foi realizada em 2018, a região do Sol Nascente e Pôr do Sol ainda fazia parte da RA de Ceilândia. Apesar dessa pesquisa já apresentar alguns dados considerando essa distinção, optei por analisar essas informações em conjunto, porque esta Dissertação e o Museu Virtual de Ceilândia não consideraram tal separação, pois ela é muito recente, datada de 2019, e até o momento não representou mudanças significativas.

Entre as temáticas levantadas pela PDAD 2018, focarei em quatro por serem as mais pertinentes para este estudo: “Sexo, idade e cor”, pois levanta aspectos gerais da composição da população ceilandense; “Trabalho e renda”, em razão de ser um importante indicativo econômico; “Escolaridade”, visto que esta pesquisa-ação é da área de Ensino de História e conta com a participação direta dos alunos; e “Moradia”, por ser uma questão central em todo o processo histórico de formação de Ceilândia. Ainda pretendia trabalhar com o tema “segurança”, pois a criminalidade foi o problema mais retratado pelos alunos e seus familiares ao longo do desenvolvimento do projeto. No entanto, a PDAD 2018 não trouxe elementos significativos sobre essa temática.

2.2.1 Sexo, idade e cor

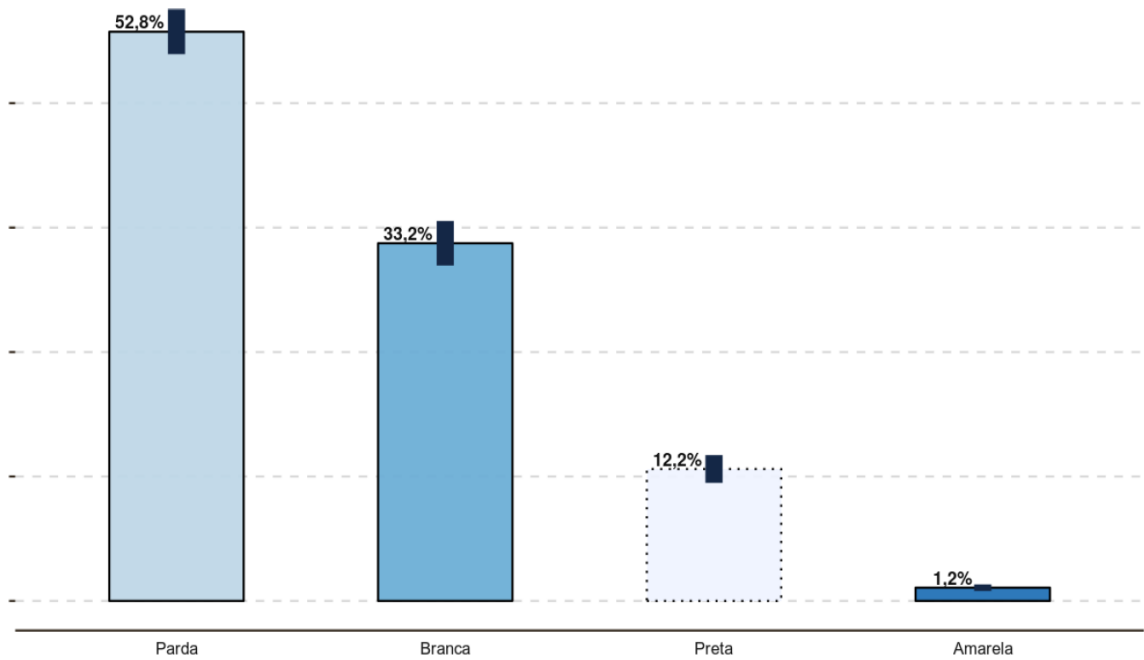
Segundo a PDAD 2018, Ceilândia tem 432.927 habitantes, possuindo a média de idade de 31,9 anos e a maioria dos seus habitantes é do sexo feminino (52,1%), como podemos observar no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Distribuição da população por faixas de idade e sexo, Ceilândia, DF, 2018

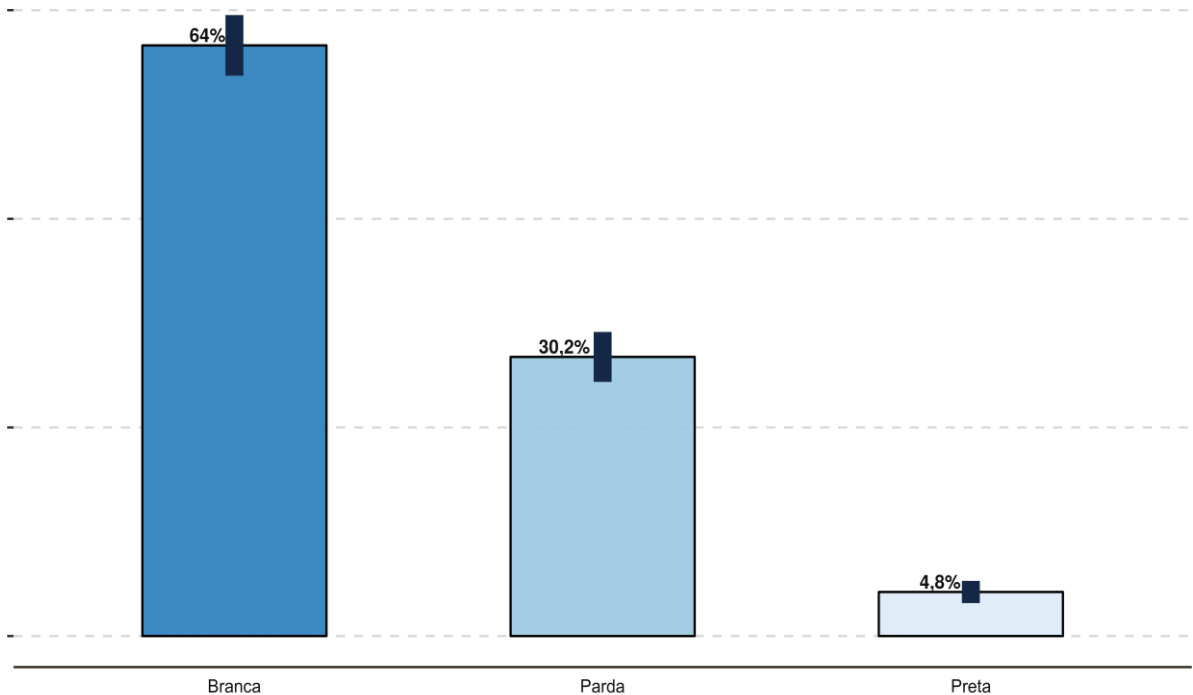


Fonte: CODEPLAN, 2018.

Ceilândia ainda possui uma população majoritariamente negra, composta por 52,8% de pardos e 12,2% de pretos, dados presentes no Gráfico 2 (CODEPLAN, 2019a). Ao compararmos com composição do Plano Piloto (Gráfico 3) que é majoritariamente branca (64%), podemos inferir que o processo de segregação socioespacial que marcou a história de Ceilândia também foi de cunho racial (CODEPLAN, 2019b).

Gráfico 2 - Distribuição da população por raça/cor, Ceilândia, DF, 2018

Fonte: CODEPLAN, 2018.

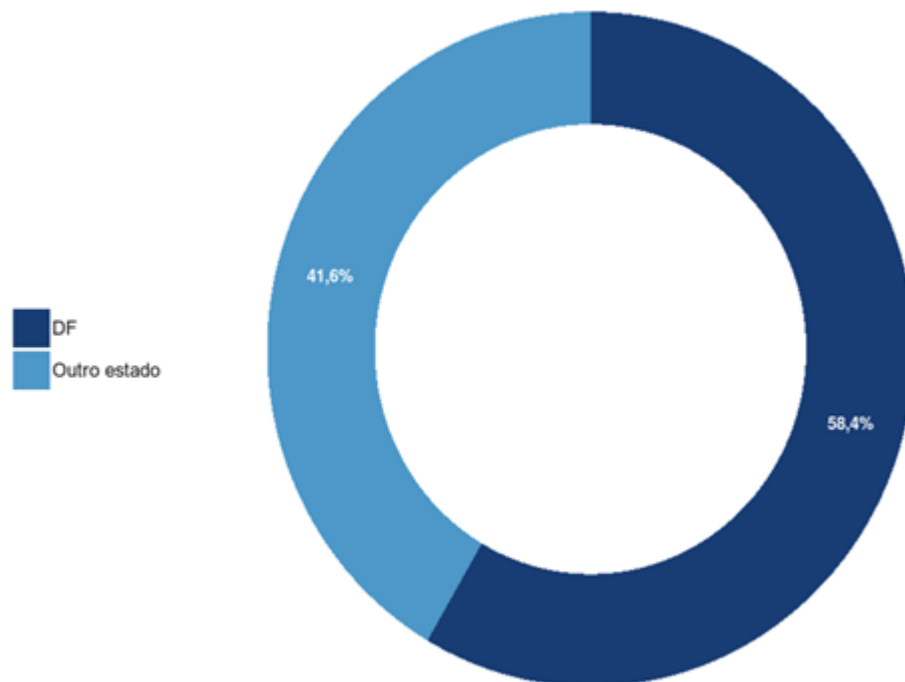
Gráfico 3 - Distribuição da população por raça/cor, Plano Piloto, DF, 2018

Fonte: CODEPLAN, 2018.

2.2.2 Trabalho e renda

A maioria dos moradores de Ceilândia é natural do próprio Distrito Federal (58,4%), porém a porcentagem de pessoas que vieram de outros estados é alta com 41,6%, o que demonstra que a cidade continuou a atrair migrantes de outras localidades (Gráfico 4). O Nordeste, com destaque para o Piauí (16,4%), continua sendo a principal região de origem desses migrantes, o que faz com que a cultura ceilandense tenha uma grande influência da cultura nordestina. As causas principais dessas mudanças foram para acompanhar parentes e para procurar trabalho (CODEPLAN, 2019a).

Gráfico 4 - Distribuição segundo o estado de nascimento das pessoas que vieram de fora do DF, Ceilândia, DF, 2018



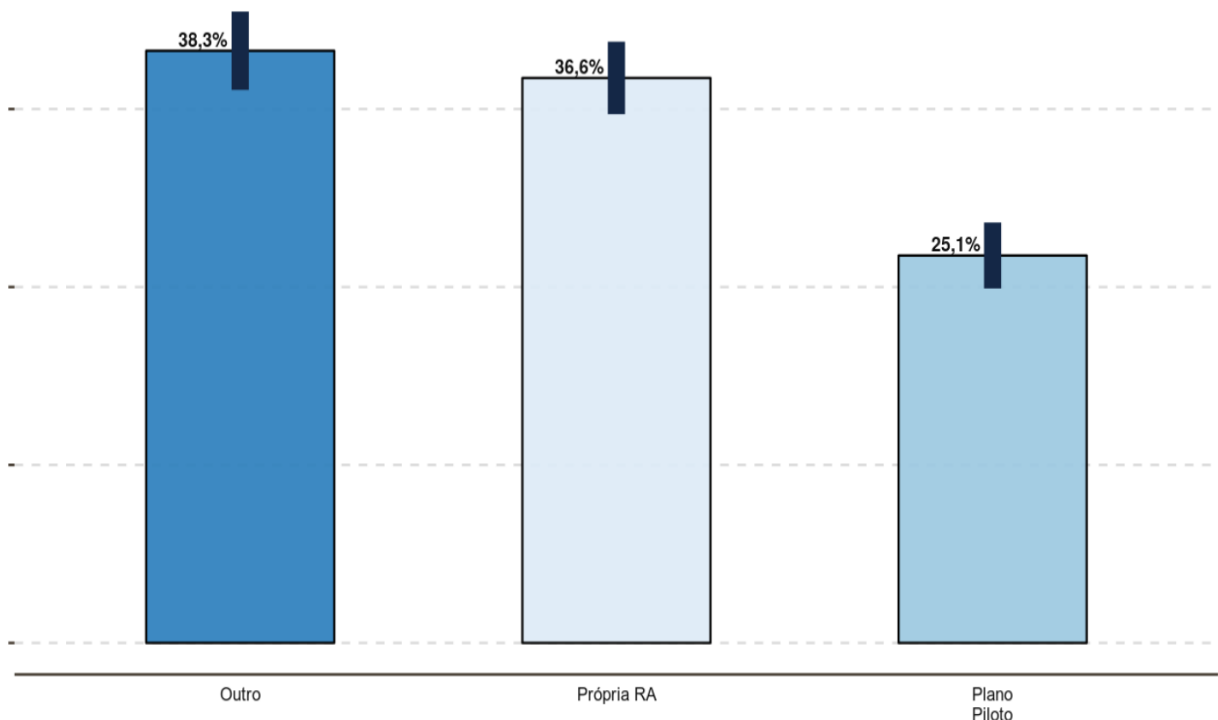
Fonte: CODEPLAN, 2018.

A porcentagem de pessoas vindas de outros estados é bem maior no Plano Piloto (61%) e são majoritariamente da região Sudeste com 45,9%. Porém a principal diferença notada refere-se às motivações das mudanças. Enquanto em Ceilândia, 22,4% vieram a procura de trabalho, esse número é de apenas 4,2% no Plano Piloto, pois muitos já chegaram empregados (38%) (CODEPLAN, 2019b, p. 17-19). Essa comparação sugere que os processos históricos de formação de ambas as cidades possuem elementos perceptíveis atualmente. Em Ceilândia, muitos migrantes (majoritariamente nordestinos) vieram com as suas famílias em busca de

trabalho. Já no Plano Piloto, os moradores teriam vindo para assumir postos de trabalho (qualificados) que já os aguardavam na cidade reservada a eles, mas construída pelos candangos.

Ainda hoje, a maioria dos trabalhadores de Ceilândia precisa se deslocar para trabalhar em outras regiões, como podemos observar no Gráfico 5. O Plano Piloto continua sendo a RA de maior atração, 25,1% dos trabalhadores que moram em Ceilândia trabalham no Plano. Porém o número de trabalhadores que atuam na própria cidade é expressivo, 36,6%. O setor de serviços foi o mais citado entre as atividades desses trabalhadores com 64,2%, seguido do comércio com 27,7% (CODEPLAN, 2019a).

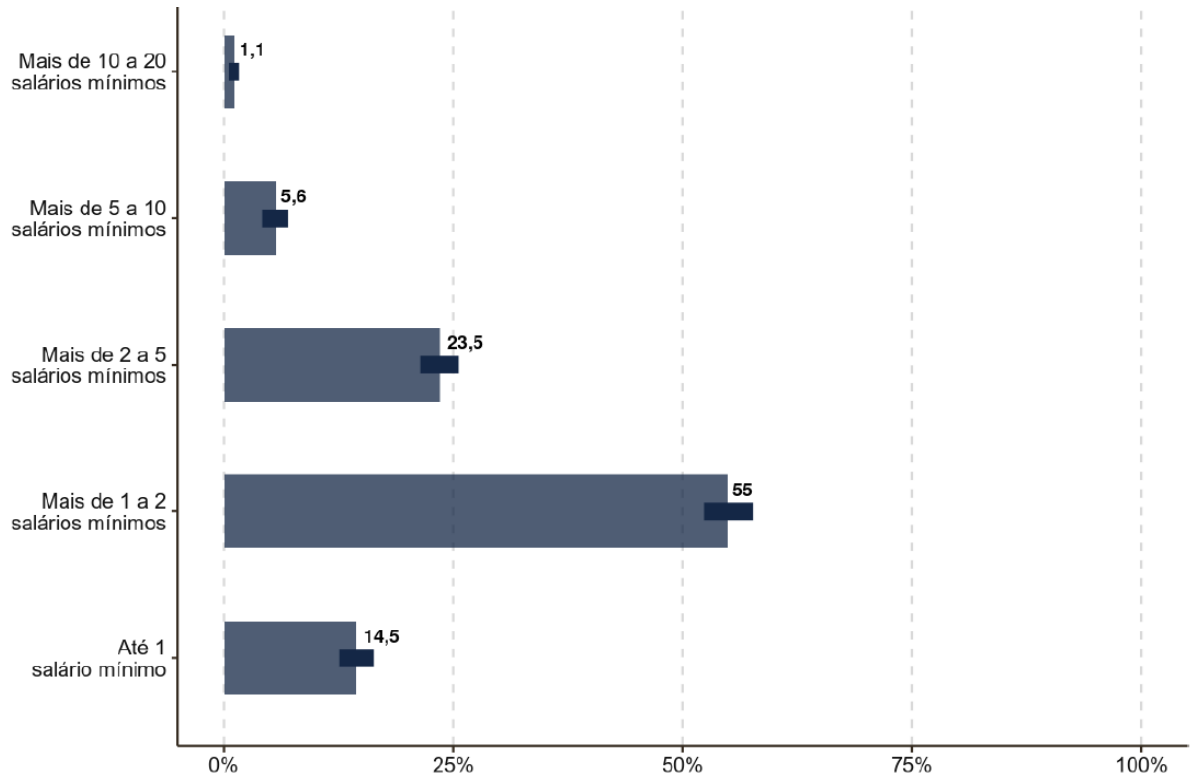
Gráfico 5 - Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal, Ceilândia, DF, 2018



Fonte: CODEPLAN, 2018.

A remuneração média do trabalho é de R\$ 1.931,25 e a renda domiciliar de R\$ 3.171,7. A maioria dos trabalhadores de Ceilândia (69,5%), como observado no Gráfico 6, ganha até dois salários-mínimos (CODEPLAN, 2019a). Novamente, as desigualdades socioespaciais se manifestaram. No Plano Piloto, a remuneração média é de R\$ 7.297,01 e a renda domiciliar é de R\$ 15.156,9. Entre os trabalhadores que moram no Plano Piloto, 58,9% recebem mais de cinco salários-mínimos (CODEPLAN, 2019b).

Gráfico 6 - Distribuição do rendimento bruto do trabalho principal por faixas de salário-mínimo, Ceilândia, DF, 2018

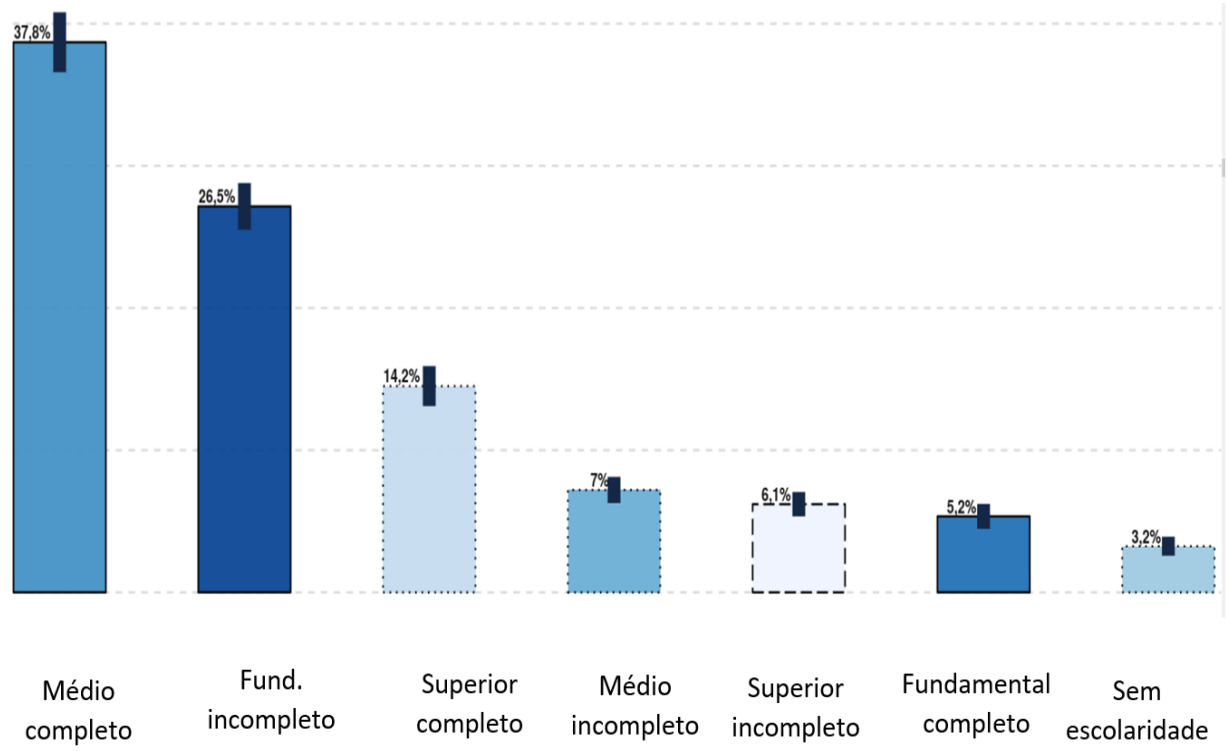


Fonte: CODEPLAN, 2018.

2.2.3 Escolaridade

Entre os moradores de Ceilândia com 25 anos ou mais, 37,8% possuem o Ensino Médio completo, essa é a faixa de escolaridade com o maior percentual, seguida de fundamental incompleto com 26,5 % (Gráfico 7). Apenas 14,2 % possuem o Ensino Superior completo (CODEPLAN, 2019a). As desigualdades socioespaciais repercutem também na escolaridade, pois ao compararmos com a escolaridade observada na Região Administrativa do Plano Piloto temos uma situação bem distinta, 75,9% dos seus moradores com 25 anos ou mais completaram o Ensino Superior (CODEPLAN, 2019b).

Gráfico 7 - Distribuição da escolaridade da população com 25 anos ou mais, Ceilândia, DF, 2018

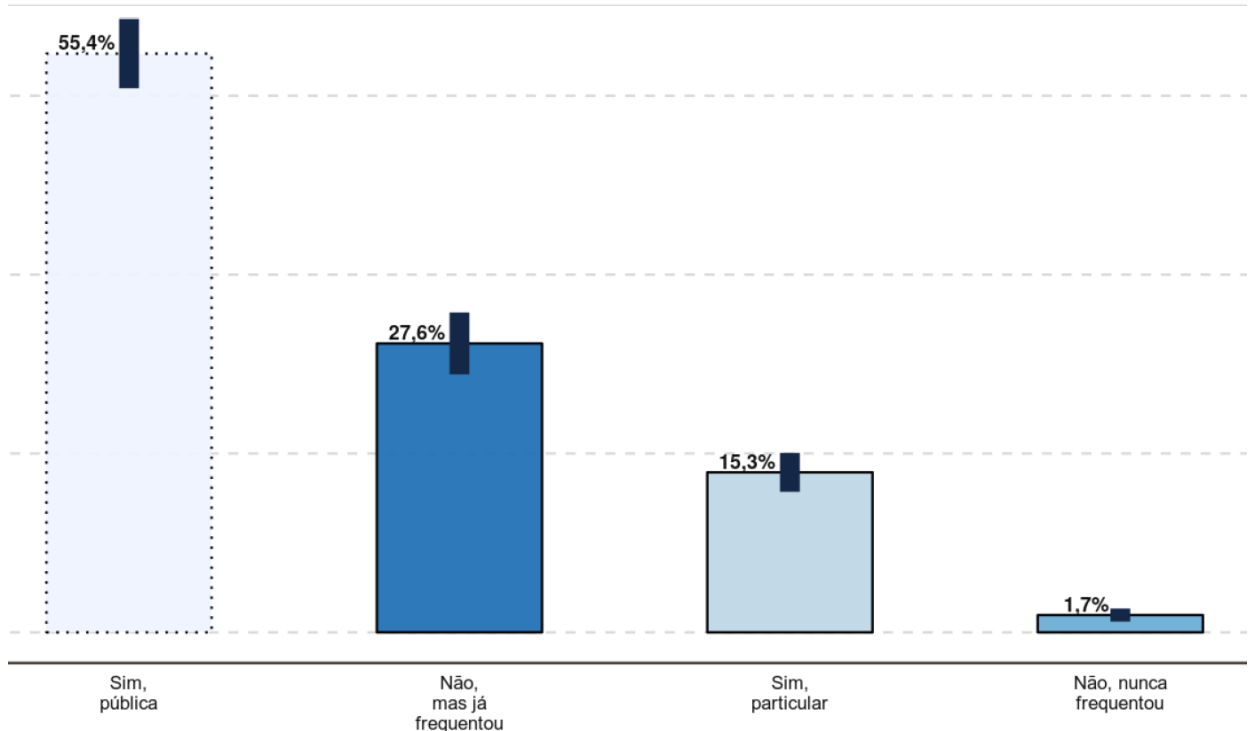


Fonte: CODEPLAN, 2018.

Um dos aspectos positivos mais citado pelos alunos e familiares que participaram da construção do Museu Virtual de Ceilândia é a oferta de escolas próximas às suas casas. Tal observação condiz com os dados levantados pela PDAD 2018. A grande maioria dos estudantes (82,2%) frequenta escolas da própria cidade o que possibilita a 51% dos estudantes irem a pé para as suas escolas. O tempo médio gasto no deslocamento para esses estabelecimentos é de até 15 minutos para 60,9% dos estudantes que moram em Ceilândia (CODEPLAN, 2019a).

Outro dado relevante dessa pesquisa é que 55,4% dos moradores de Ceilândia entre 04 e 24 anos frequentam as escolas públicas conforme o Gráfico 8 (CODEPLAN, 2019a). Ou seja, mais da metade da população nessa faixa etária, tal informação é essencial para se pensar nas políticas públicas destinadas à cidade, principalmente as voltadas para a população mais jovem, já que as escolas públicas podem servir de meio e espaço para o desenvolvimento de tais políticas, pois a sua presença é grande entre os ceilandenses.

Gráfico 8 - Distribuição da frequência escolar da população entre 04 e 24 anos, Ceilândia, DF, 2018

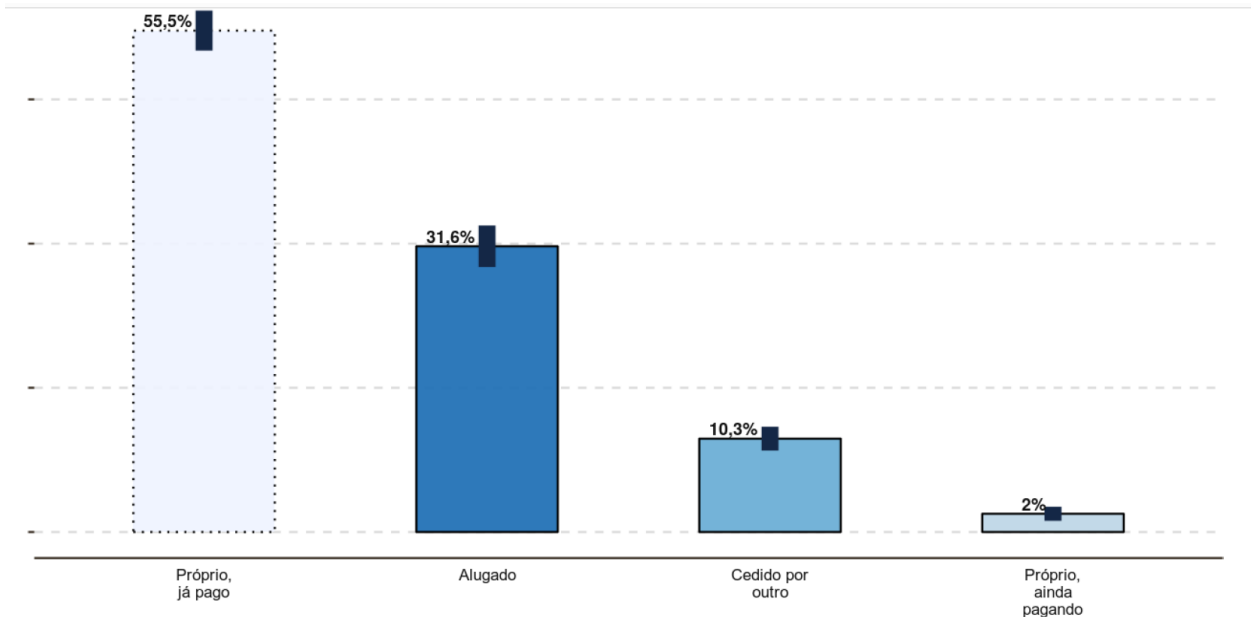


Fonte: CODEPLAN, 2018.

2.2.4 Moradia

Nos primeiros anos de Ceilândia, na década de 1970, a infraestrutura da cidade e as condições de moradia dos seus habitantes eram precárias. As ruas não eram pavimentadas, não tinha água encanada nas casas, nem rede elétrica e muitas casas não eram de alvenaria. Porém, após 50 anos, a maioria das residências localizadas em Ceilândia apresenta uma situação bem diferente da citada. Estima-se que existam 125.353 domicílios em Ceilândia com uma média de 3,45 moradores por unidade. Quase todos esses domicílios são permanentes, apenas 1,3% são improvisados. As casas predominam entre os tipos de moradia, representado 92,8% dos domicílios. 81% das moradias encontram-se regularizadas e 55,5% delas são próprias e estão pagas (CODEPLAN, 2019a) conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 9 - Distribuição dos domicílios ocupados segundo a condição de ocupação, Ceilândia, DF, 2018



Fonte: CODEPLAN, 2018.

A maioria desses domicílios (94%) é de alvenaria com revestimento. 99,5% deles possuem água encanada e 91,3% possuem rede de esgoto, ambos da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Quase todos os domicílios (99%) possuem rede elétrica da Companhia Energética de Brasília (CEB) que em 2021 foi privatizada, transferindo tal função para a empresa Neo Energia Brasília. 86,3% das moradias de Ceilândia possuem a sua rua de acesso pavimentada/asfaltada (CODEPLAN, 2019a).

As melhorias na infraestrutura da cidade foram lembradas com frequência nas entrevistas produzidas pelos alunos e que serão abordadas no Capítulo 4. Essas melhorias também representaram uma maior valorização dos imóveis de Ceilândia, esse processo ocorreu de forma semelhante em outras periferias do Distrito Federal. No entanto, a valorização desses imóveis acarretou um crescimento populacional da região conhecida como o Entorno. Essa região é composta por municípios goianos que se localizam próximos ao DF. Boa parte da população desses municípios é composta por pessoas que deixaram o Distrito Federal em busca de uma moradia mais acessível como demonstra Eliete Silva (2014) ao pesquisar as identidades locais da população de Valparaíso-GO.

Com a apresentação e análise desses dados, espero ter exposto, mesmo que

superficialmente, as condições socioeconômicas de Ceilândia focando nos pontos mais pertinentes para esta Dissertação. A maior parte dos ceilandenses mora em casas de alvenaria, regularizadas, com asfalto, com saneamento básico e rede elétrica, uma realidade bem diferente do início da formação da cidade. Porém os indicadores relacionados à escolaridade, trabalho e renda ainda estão bastante inferiores comparados com os indicadores do Plano Piloto. As discrepâncias observadas entre essas duas regiões nos levam a concluir que “A cidade é uma só” apenas no jingle da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI).

2.3 PRECONCEITOS E REPRESENTAÇÕES DE CEILÂNDIA NA IMPRENSA

Estigmas, estereótipos e preconceitos sempre estiveram presentes na história de Ceilândia antes mesmo das remoções que deram origem a ela. Constantemente, a imprensa e até os documentos oficiais referiam-se às vilas irregulares do IAPI como invasões e aos seus moradores como invasores. Dessa forma, reforçava a ideia de que aquelas pessoas não tinham o direito e nem deveriam estar ali, ou seja, alguma providência precisaria ser tomada para removê-las dessas áreas, o que de fato ocorreu. Relembro que o termo “invasões” está no próprio nome da cidade já que Ceilândia deriva da sigla CEI (Campanha de Erradicação de Invasões).

Tais representações negativas se perpetuaram e chegou a ter uma espécie de mídia especializada em difamar a cidade de Ceilândia como o jornal “Correio do Planalto”¹³ e o programa “Gogó das Sete” da Rádio Planalto¹⁴ (VIEIRA e COSTA NETO, 2009). A percepção de Ceilândia como uma cidade violenta ainda ganhou repercussão nacional com a música Faroeste Caboclo da banda Legião Urbana. A única menção que essa canção faz à cidade é como o local do duelo, ao estilo “velho oeste”, entre os personagens João do Santo Cristo e Jeremias:

Santo Cristo era só ódio por dentro
E então o Jeremias para um duelo ele chamou
Amanhã as duas horas na Ceilândia
Em frente ao lote 14, é pra lá que eu vou
(URBANA, 1987).

¹³ Não foram obtidas informações sobre a origem e o alcance do jornal “Correio do Planalto”. Tive contato com os seus exemplares a partir do acervo da Casa da Memória Viva da Ceilândia, porém nesse acervo não continha mais dados sobre o jornal. A dificuldade de encontrar informações sobre o Correio do Planalto me leva a crer que ele já tenha saído de circulação há anos ou até mesmo décadas.

¹⁴ A Rádio Planalto foi fundada em 1963 pelo grupo Diários Associados e chegou a ter 54,2% da preferência dos ouvintes entre as rádios AM em 1983 (PAULA, 2018). A Rádio Planalto saiu do ar em 1º de setembro de 2018 por problemas financeiros.

Os preconceitos direcionados a Ceilândia se reformularam e se tornaram mais sutis e discretos, porém ainda presentes, como veremos nas pesquisas de Danielle Lopes (2007), Sandra Campêlo e Denize Silva (2017) e Marina Araújo (2018). O objetivo deste tópico não é negar os problemas sociais de Ceilândia, principalmente os relacionados à segurança pública, mas sim evidenciar como houve e há a tentativa de salientar os aspectos negativos da cidade em detrimento de outros aspectos.

No entanto, também existem iniciativas que visam contrapor tais percepções e apresentar uma Ceilândia mais diversificada, mais plural e realista. Desse modo, fugindo do estereótipo do ceilandense bandido. Algumas dessas iniciativas, como os jornais locais, grupos de rap e produções cinematográficas, serão contempladas neste tópico.

2.3.1 Preconceitos construídos

Além do poder público negar aos ceilandenses as condições para uma moradia digna, parte da imprensa ainda tentava negar a Ceilândia a possibilidade de ser vista como uma cidade qualquer. Obviamente que ela possuía muitos problemas, mas não se limitava a ser apenas um lugar violento e perigoso como era retratada. Entre essa imprensa, destacarei o jornal “Correio do Planalto” e o programa de rádio “Gogó das Sete”.

O Correio do Planalto se utilizava de um sensacionalismo que visava mais impactar do que informar aos seus leitores, as suas mensagens assertivas expressavam mais as opiniões preconceituosas dos jornalistas do que a cobertura de algum episódio. Uma das manchetes desse jornal publicado em 19 de novembro de 1975 é simplesmente: “Estamos na Ceilândia: começa o show da morte” (COELHO, 1975). O texto que se segue, aparentemente, seria de denúncia social, mas o que se lê é um fatalismo desesperançoso. Em suma, Ceilândia é retratada como um lugar horrível, onde a morte ronda todos os lados e não há nada que se possa fazer.

Além das ameaças reais que aterrorizariam a cidade, o Correio do Planalto ainda publicou uma matéria sobre os riscos sobrenaturais que assombravam Ceilândia. Na edição publicada em 29 de setembro de 1975, uma das notícias em destaque era “Crioulo Voador bagunça toda a Ceilândia”. Essa matéria relatava que alguns moradores estavam amedrontados pela presença de uma espécie de entidade que sobrevoava as casas da cidade (CRIOULO, 1975).

Nas rádios, o destaque é para o programa Gogó das Sete que era apresentado

diariamente por Mario Eugênio¹⁵, às sete horas da manhã, com transmissão pela Rádio Planalto. Mario Eugênio, jornalista policial, não poupava escárnio ao referir-se a Ceilândia, comumente chamada por ele de Barril de Pólvora. Os setores da cidade também possuíam os seus apelidos pejorativos, o setor P-Sul era designado de Caldeirão do Diabo, o P-Norte era a Tampa do Caldeirão do Diabo, o Setor O era chamado de Vila do Cachorro Sentado e o setor M-Norte de Planeta dos Macacos (CAMPÊLO e SILVA, 2017). Mario Eugênio apresentou o Gogó das Sete de 1978 até o seu assassinato em 1984.

A população de Ceilândia não tardou em organizar meios de combater tais discursos pejorativos e preconceituosos. O já citado Movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia lançava em 1981 o jornal “A Voz de Ceilândia”. Esse jornal buscava informar a população sobre as ações do movimento e sobre o processo judicial movido contra a Terracap, mas também noticiava sobre arte, cultura, educação, prestação de serviços e outros (VIEIRA e COSTA NETO, 2009, p. 123). De forma similar, o “Jornal do Bolinha” informava sobre as ações da Associação dos Moradores do Setor O (AMSO). Ainda destaco a existência do jornal “NotiCeí”.

Não foram encontrados estudos relacionados a esses jornais, apenas esparsos exemplares presentes nos arquivos da Casa da Memória Viva da Ceilândia. Por se tratar de um arquivo amador, as únicas informações encontradas foram as presentes nos próprios exemplares, portanto, as informações sobre esses jornais são limitadas. De modo geral, esses exemplares informavam sobre cursos, oficinas e eventos culturais realizados em Ceilândia, além de reivindicarem melhorias para a cidade. A diferença das reportagens sobre Ceilândia entre os jornais ceilandenses e os demais ficou tão clara e eram tão dispares que optei por expô-los separadamente no Museu Virtual de Ceilândia.¹⁶

2.3.2 Preconceitos e estigmas atuais

Os preconceitos direcionados a Ceilândia se tornaram mais sutis. Hoje em dia, dificilmente, um jornalista se sentiria tão à vontade para proferir abertamente as suas ofensas à cidade como se sentiam nos anos de 1970 e 1980. Porém, tais preconceitos continuam a serem reproduzidos na grande imprensa. Para abordar esse tema, recorrerei a três pesquisas de áreas

¹⁵ Mauro Eugênio era natural de Comarcão-MG e trabalhou no Jornal “Correio Braziliense” e na Rádio Planalto até o seu assassinato em 1984 por militares membros de um grupo de extermínio que o jornalista estava denunciando.

¹⁶ Esse acervo está disponível no link: <https://museuvirtualdeceilandia.com.br/site/index.php/acervo/cmvc-ceiland.html>.

e referenciais distintos, mas que possuem o mesmo eixo central: os preconceitos direcionados a Ceilândia e aos ceilandenses pela imprensa. Essas pesquisas são os trabalhos de conclusão de curso de Danielle de Carvalho Lopes (2007) e de Marina Scheffer de Araújo (2018), além do artigo publicado de Sandra Rodrigues Sampaio Campêlo e Denize Elena Garcia Silva (2017).

Lopes (2007) em “Uma análise de conteúdo das notícias do Correio Braziliense sobre Ceilândia”, trabalho para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo, analisou 53 notícias sobre Ceilândia no caderno Cidades da versão impressa do jornal “Correio Braziliense” no intervalo de 1º de agosto de 2007 a 30 de setembro do mesmo ano. A autora definiu oito categorias para enquadrar essas 53 notícias:

1. Criminalidade, que engloba todos os assuntos relativos a drogas, homicídios e assaltos;
2. Social, que inclui matérias de cunho governamental, em benefício da sociedade. Neste caso, destacam-se as retiradas da Feira do Rolo e dos camelôs do centro da cidade-satélite e a construção do Shopping Popular, além da regularização de dois condomínios de baixa renda;
3. Cultura, que abrange eventos da cidade entre shows e programa de incentivo à leitura;
4. Serviço, com informações sobre mudança no trânsito da cidade;
5. Acidente, que inclui matérias relacionadas a tragédias como atropelamentos e à queda do helicóptero dos bombeiros próximo ao Setor P Sul;
6. Educação, que mostra as notícias sobre as escolas da cidade;
7. Saúde, com o aumento no número de casos de doenças decorrentes da seca nos hospitais do DF, incluindo a cidade analisada;
8. Transporte, que abrange as notícias sobre o problema das vans na avenida Hélio Prates, que liga Ceilândia a Taguatinga, cidade-satélite vizinha (LOPES, 2007, p. 22).

Esse levantamento concluiu que 90% das matérias verificadas sobre Ceilândia abordaram aspectos negativos da cidade como os problemas relacionados à criminalidade e à oferta deficitária dos serviços públicos (Ibid., p. 23). Como expressa o quadro a seguir de autoria da própria pesquisadora:

**Quadro 1 - Notícias sobre Ceilândia publicadas no caderno Cidades do Correio
Braziliense (ago. e set. de 2007)**

Dia	Criminalidade	Social	Cultura	Serviço	Acidente	Educação	Saúde	Transporte
1/ago		1				1		
3/ago		1	1	1				
4/ago	1	1						
5/ago						1		
8/ago		1						
9/ago	1	1						
10/ago					5			1
11/ago		1			5			
12/ago			1		1			
14/ago					1			
16/ago					1			
17/ago	1							
18/ago		1						
19/ago						1		
20/ago	1	1			1			
21/ago	1	1						
23/ago		2			1			
26/ago						1		
28/ago	4							
29/ago		1						
31/ago							1	
5/set					1			
7/set		1						
11/set				1				
15/set	1							
21/set	1							
25/set	1							
29/set	1							
30/set	1							
Total	14	13	2	2	16	4	1	1

Fonte: LOPES, 2007, p. 23.

Os resultados obtidos por Araújo (2018) em “A cidade não é uma só: um documentário sobre Ceilândia a partir dos moradores da região” não destoam do caso anterior. A pesquisadora da área de Comunicação Organizacional analisou as matérias relacionadas à cidade publicadas durante os dias 1º de julho e 27 de outubro de 2018 em quatro veículos digitais de comunicação: G1; Metrôpoles; R7; e o Correio Braziliense. As notícias foram classificadas como: Crime e Violência, Problemas Sociais, Conquistas Sociais e Cultura. Segundo a própria autora, os critérios de classificação foram:

- 1) É imprescindível que a notícia tenha a palavra Ceilândia, ou cite algum de seus bairros, no título ou no subtítulo;
- 2) Para ser incluída no tema Crime e Violência, deve conter as palavras: morte, gangue, tráfico, roubo e seus sinônimos;

- 3) Para ser incluída como Problemas Sociais, a notícia deve tratar de falhas no sistema de saúde, de educação, infraestrutura, acidentes e afins;
- 4) Para ser incluída como Conquistas Sociais a notícia deve tratar de ONGs, regularização de propriedade, novas unidades de saúde, escola e afins;
- 5) Para ser incluída como Cultura a notícia deve divulgar eventos culturais, prêmios e lançamentos de músicas, filmes, teatro e afins (ARAÚJO, 2018, p. 28).

Essa análise concluiu que houve a predominância de notícias ligadas à categoria Crime e Violência (51,7%) e à categoria Problemas Sociais (23%). Como observado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Levantamento das notícias sobre Ceilândia entre 01/07/2018 e 27/10/2018

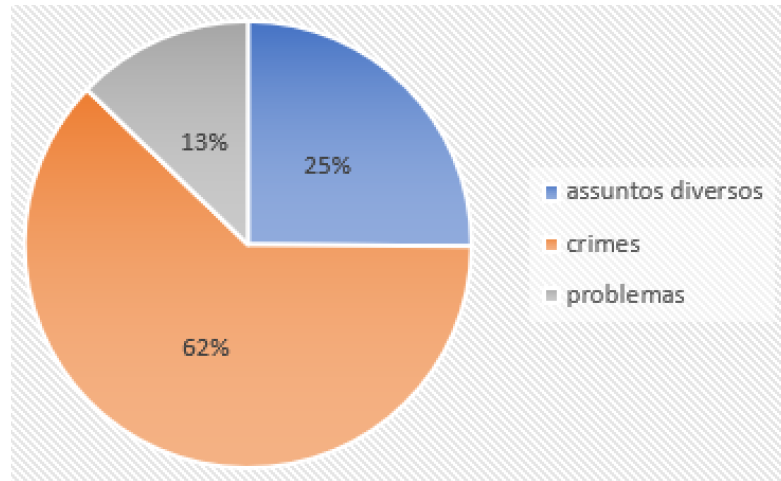
Veículo	Crime e Violência	Problemas Sociais	Conquistas Sociais	Cultura
G1	50	31	12	19
Metrópoles	10	7	0	8
R7	23	9	1	1
Correio Braziliense	55	14	4	23
Total	138 (51,68%)	61 (23%)	17 (6,37%)	51 (19.1%)

Fonte: ARAÚJO, 2018, p. 28.

Com a sua pesquisa na área da Linguística, Campêlo e Silva (2017) analisaram as notícias relacionadas a Ceilândia no jornal digital “Metrópoles” ao longo do ano de 2016, essa pesquisa deu origem ao artigo: “Ceilândia retratada nos jornais: análise crítica dos discursos midiáticos”. A metodologia principal foi a contagem das palavras que mais apareciam e como elas se relacionavam com as demais a partir da utilização do programa de computador *AntConc*. Campêlo e Silva (2017) concluíram que Ceilândia era mencionada, majoritariamente, correlacionada à criminalidade (62%). Outros 13% das menções se referiam às matérias relacionadas aos problemas de infraestrutura como buracos nas pistas e problemas nos serviços públicos, totalizando 75% de menções negativas. Restando apenas 25% de menções que abordavam assuntos diversos como o aniversário de Ceilândia e a festa conhecida como São

João do Cerrado¹⁷.

**Gráfico 10 - Conjunto das temáticas analisadas sobre Ceilândia. Jornal “Metrópoles”
(2016)**



Fonte: CAMPÊLO e SILVA, 2017, p. 59.

Em suma, todas as pesquisas mencionadas chegaram à mesma conclusão: há uma predominância de notícias negativas sobre a cidade de Ceilândia. Além dessa predominância, muitas vezes, tais notícias não são acompanhadas de uma reflexão mais profunda sobre as causas desses problemas ou a sua amplitude de fato. Por exemplo, Ceilândia possui o maior número absoluto de homicídios entre as RAs do Distrito Federal, o que corrobora para a sua fama de cidade violenta. Porém, ao analisar esse número proporcionalmente, a cada 100 mil habitantes, Ceilândia estaria apenas na 11ª colocação (CALZOLARI, 2015). Não se percebe o mesmo interesse em divulgar essa informação.

Com objetivo de criticar as percepções limitadas e preconceituosas e propor uma visão mais plural da cidade, vários movimentos, principalmente de cunho artístico, surgiram em Ceilândia. O rap ceilandense se tornou uma referência nacional e alguns grupos se destacaram como o Câmbio Negro¹⁸ e o Tropa de Elite¹⁹ que puderam divulgar uma outra perspectiva de

¹⁷ O São João do Cerrado é um evento realizado desde 2006 em Ceilândia no mês de agosto. Ele conta com várias apresentações artísticas principalmente de influência nordestina. Geralmente, esse evento ultrapassa o público de meio milhão de pessoas ao longo dos dias de festas. Em decorrência da pandemia de Covid-19, ele não foi realizado nos anos de 2020 e 2021.

¹⁸ Câmbio Negro surgiu em Ceilândia em 1990 e chegou a ganhar o prêmio de melhor grupo de rap segundo o Vídeo Music Brasil em 1999. A formação original era composta por X, Ralph, Moisés, Denizar e Beetles. Ao todo, o grupo possui quatro álbuns lançados.

¹⁹ Tropa de Elite teve o seu primeiro álbum lançado em 1986. O seu principal integrante é o músico, ator e produtor musical conhecido como Marquim do Tropa que também realiza oficinas de hip-hop para crianças e pequenos shows nos intervalos das escolas públicas de Ceilândia.

Ceilândia nas grandes mídias (PEIXOTO; *et al.*, 2017). No cinema, destaco as obras de Adirley Queirós²⁰, cineasta que aborda de forma irônica as desigualdades socioespaciais do Distrito Federal, tendo como o foco a cidade de Ceilândia. Projetos que propõem mostrar uma Ceilândia mais diversificada são relevantes, pois permitem compreender a cidade mais próxima da sua totalidade, mais próxima da sua realidade. Nesse aspecto, o Museu Virtual de Ceilândia tem o intuito de ser mais um desses projetos.

2.4 A RELAÇÃO CEILÂNDIA E OS ALUNOS

Após abordar Ceilândia sócio historicamente, analisando o processo de sua fundação e o seu contexto atual, este tópico visa analisar a cidade sob a perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa-ação, ou seja, quais as percepções que os estudantes do Centro Educacional 06 possuem da cidade. O primeiro contato que tive com eles se deu no dia 23 de março de 2021, nessa ocasião apresentei brevemente a minha pesquisa (apêndice-D) e aproveitei para solicitar a primeira atividade de um total de quatro, todas solicitadas ao longo do primeiro semestre de 2021. A primeira atividade deveria ser enviada até o dia 1º de abril.

Essa atividade (apêndice-E) foi disponibilizada através do *Google* Formulários e era composta de 11 questões, cinco objetivas e seis discursivas. O intuito dessa atividade era: avaliar o grau de conhecimento que os alunos possuíam sobre a história de Ceilândia; como era a sua percepção sobre a cidade; se/como percebiam os preconceitos direcionados a Ceilândia e aos ceilandenses; e o que consideravam importante para a história da cidade. O propósito deste tópico é analisar tais respostas. Por se tratar de uma atividade diagnóstica, foi solicitado que os alunos não recorressem às pesquisas na internet para respondê-la, até mesmo porque todos que preenchessem o formulário obteriam a nota máxima, no caso 1,0 na disciplina História. Porém, como tal atividade foi respondida no modelo remoto, é inviável julgar se tal orientação foi seguida ou não.

Por se tratar da primeira atividade solicitada, a falta de prática dos alunos acarretou alguns problemas no preenchimento desse formulário. Muitos alunos, provavelmente por receio de não terem enviado as suas respostas, acabaram realizando esse envio mais de uma vez, alguns estudantes enviaram até três vezes, portanto foram totalizados 293 formulários respondidos. Número obviamente errado, pois ao todo existiam 250 alunos matriculados nas

²⁰ Adirley Queirós é um cineasta que se mudou para Ceilândia com apenas três anos de idade no início da década de 1970. O cineasta iniciou o curso de Comunicação e a sua primeira produção, ainda como estudante, foi o curta “Rap, o som da Ceilândia”, em 2005. Desde então a cidade sempre esteve presente em suas produções. Adirley possui ao todo seis obras e vários prêmios nacionais e internacionais.

turmas que participaram da pesquisa-ação. Nesses casos, considerei apenas as repostas enviadas por último, perfazendo um total de 241 formulários.

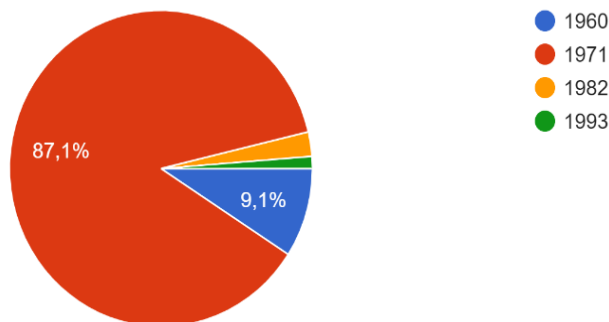
Neste tópico, algumas respostas serão transcritas, optei por corrigir os erros ortográficos para facilitar a leitura, mas de forma que não se alterasse o sentido das respostas. Optei ainda por não citar os nomes dos autores das respostas, pois as análises a seguir focam em aspectos mais gerais e abrangentes, não sendo abordadas individualmente. Algumas questões serão analisadas conjuntamente por serem correlatas. A ordem dos subtópicos a seguir não corresponde à ordem das perguntas do formulário.

2.4.1 Conhecimentos básicos da história de Ceilândia

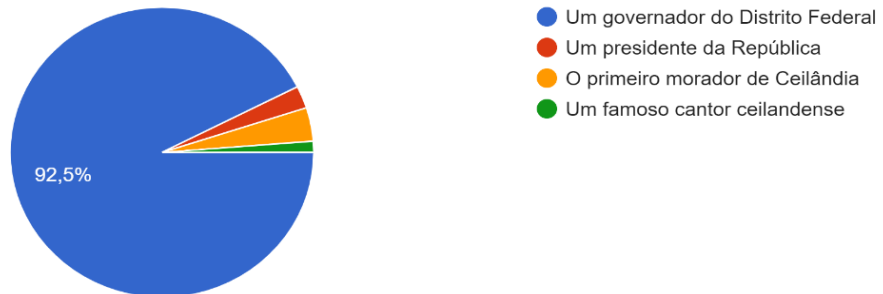
As duas primeiras perguntas do formulário eram questões de múltipla escolha que abordavam superficialmente a história da cidade. Tais perguntas tinham o intuito de avaliar se os alunos sabiam informações básicas de Ceilândia, como o ano oficial de sua fundação ou ainda quem era Hélio Prates, sujeito que dá nome à principal avenida da cidade. Portanto, eram perguntas que não exigiam uma grande reflexão para respondê-las.

A grande maioria dos alunos (87,1%) respondeu corretamente que Ceilândia teria sido fundada no ano de 1971. A segunda opção mais votada (9,1%) foi o ano de 1960, como esse ano é considerado o ano da fundação de Brasília, provavelmente os alunos se confundiram. A porcentagem dos que responderam corretamente que Hélio Prates tinha sido governador do Distrito Federal foi ainda maior, 92,5%. Como observado nos gráficos 11 e 12:

Gráfico 11 - Qual ano de fundação de Ceilândia?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

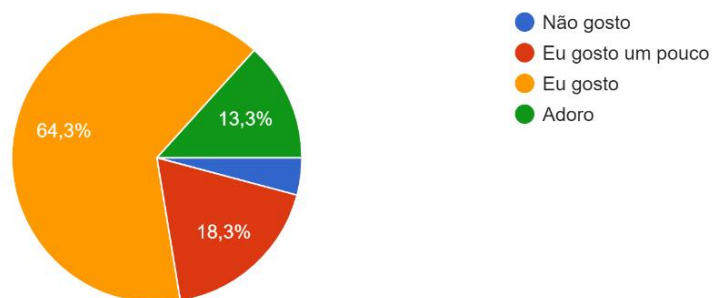
Gráfico 12 - Quem foi Hélio Prates?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A alta porcentagem de acertos pode ser explicada pelo fato de que tal formulário foi respondido próximo ao 50º aniversário de Ceilândia, 27 de março, sendo comum a cidade ter uma maior visibilidade na mídia durante esse período. O fato de ser uma pergunta objetiva também facilitava a sua busca em sites da internet, apesar de ter sido solicitado que os alunos não fizessem isso, pois independente das suas respostas, todos obteriam a nota máxima da atividade.

2.4.2 As opiniões dos alunos sobre morar ou estudar em Ceilândia

Várias perguntas foram feitas para possibilitar a análise de como se dava a relação dos alunos com a cidade, se viviam em Ceilândia há muito tempo, se gostavam de morar e/ou estudar na cidade e como a descreveriam. De modo geral, a relação dos alunos com a cidade é positiva, a maioria deles afirmou que gosta de morar ou estudar em Ceilândia. Ao todo, 187 alunos (74,6 %) afirmaram que gostavam ou adoravam morar ou estudar em Ceilândia.

Gráfico 13 - Você gosta de morar ou estudar em Ceilândia?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Além dessa pergunta de múltipla escolha, outras questões discursivas e mais abertas foram feitas, assim, os alunos teriam uma maior liberdade para opinarem sobre a cidade. Ao responderem “O que você acha de morar ou estudar em Ceilândia?”, a perspectiva positiva manifestada na pergunta anterior se repetiu, muitos alunos afirmaram que gostavam da cidade e citaram a oferta de serviços como o transporte público e a qualidade das escolas públicas como aspectos positivos de Ceilândia. Porém, alguns aspectos negativos também foram citados, a criminalidade e a insegurança certamente foram os aspectos mais mencionados: “Acho tranquilo, é um lugar bom. Certo que precisa de várias reformas e não é o melhor lugar para se morar, mas como todo lugar, Ceilândia tem seus pontos negativos e positivos como, escolas muito boas, lojas, pontos turísticos, praças etc”. Ou ainda: “Sinceramente, eu acho um pouco ruim por conta da falta de segurança. Mas em relação aos estudos, eu gosto e acho que muitas escolas são boas no ensino e conseguem dar o apoio necessário para os estudantes”.

Outra questão mais aberta e correlacionada com as anteriores permitia que o aluno expressasse ainda mais livremente sua opinião sobre a cidade: “Descreva Ceilândia com as suas palavras”. Como esperado, as respostas dadas pelos alunos foram mais complexas do que as anteriores, porém a oferta de serviços prevaleceu como o aspecto positivo mais citado, a criminalidade se manteve presente entre os aspectos negativos mais mencionados:

Ceilândia é um lugar cheio de vida e histórias, muitos olham como se fosse um lugar pobre, sem vida e sem história, mas Ceilândia é muito além do que eles imaginam. Ceilândia tem a sua própria cultura, a sua própria história, é um lugar receptível para as pessoas de fora, um lugar bom de morar. Não vou ser hipócrita e dizer que não é perigoso, é sim perigoso, mas Ceilândia é um dos melhores lugares do Brasil, não só os lugares, mas também as pessoas.

Também:

Para mim, a Ceilândia é uma cidade muito perigosa e também não é um lugar muito tranquilo para morar, porém é um lugar onde tem muitos comércios, facilitando na procura de várias coisas. A Ceilândia também é um lugar com muita diversidade cultural, o que dá uma melhor representatividade para a cidade.

Destaco ainda algumas respostas pela sua pertinência e correlação com o próximo subtópico que trata sobre os preconceitos direcionados a Ceilândia e aos ceilandenses:

Ceilândia é um lugar totalmente diferente na opinião das pessoas de outras cidade. Aos olhos de muitas pessoas de outras cidades, Ceilândia é uma cidade perigosa, sem recurso nenhum e eu discordo. Ceilândia é um lugar como qualquer outro, é uma cidade acolhedora que eu particularmente amo morar aqui.

Ou ainda:

Bom eu acho que Ceilândia não é o melhor lugar para se viver, mas todo mundo sempre exagera muito ao falar de Ceilândia e são sempre coisas ruins, que é um lugar perigoso e ruim de morar, na minha opinião não é bem isso, é um lugar perigoso mesmo, mas não tanto quanto dizem...

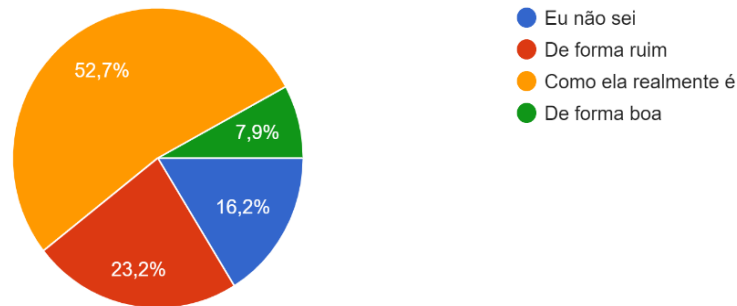
Uma outra questão perguntava há quanto tempo os alunos moravam na cidade. A grande maioria dos alunos viveu sempre em Ceilândia ou ao menos a maior parte de suas vidas. Analisei separadamente as respostas dos alunos que afirmaram morar na cidade há menos tempo (sete anos ou menos), a fim de verificar se as suas respostas destoavam das respostas dos demais alunos, porém tal fator não se mostrou determinante, de modo geral, foram respostas semelhantes às dos alunos que moravam há mais tempo em Ceilândia.

2.4.3 A percepção dos alunos sobre os preconceitos destinados a Ceilândia e aos ceilandenses

Duas perguntas tratavam diretamente sobre os preconceitos direcionados a Ceilândia. Como apresentado anteriormente, algumas pesquisas apontam que Ceilândia e os ceilandenses são vítimas de preconceitos proferidos pela imprensa. Porém, interessava-me saber como e se os alunos identificavam tais preconceitos, inclusive direcionados a eles mesmos. Essas duas perguntas eram de múltipla escolha.

Uma das perguntas se propunha saber como Ceilândia era representada na mídia, especificamente nos jornais e nos telejornais: “Como você acha que a televisão e os jornais mostram Ceilândia?”. Como esperado, apenas 19 alunos (7,9%) responderam que de forma boa. Porém o número de alunos que afirmaram que Ceilândia seria representada de forma ruim não foi muito elevado, ao todo 56 alunos (23,2%). A maioria dos alunos, 127 ao todo (52,7%), respondeu que Ceilândia era retratada “como ela realmente é”. Conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 14 - Como você acha que a televisão e os jornais mostram Ceilândia?

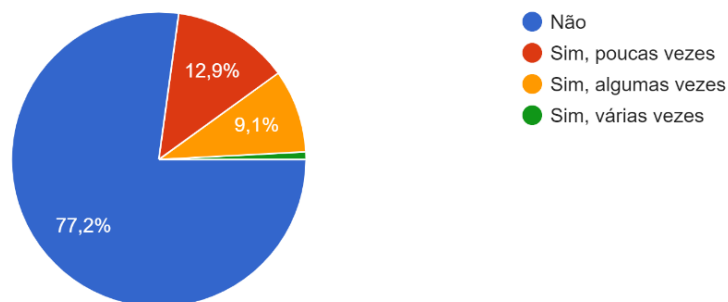


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Esse grande número de alunos que respondeu que Ceilândia era representada da forma que ela era, provavelmente se deve ao fato deles não negarem os problemas existentes na cidade, o que possivelmente os levaram a crer que tal representação era condizente com a realidade. O que foi discutido no tópico anterior não é que a mídia minta deliberadamente sobre a cidade, a crítica é direcionada ao fato que as pautas negativas sobre Ceilândia são muito mais evidenciadas do que as positivas. Sutilezas que talvez a pouca idade dos alunos não permitiu que percebessem ou ainda a pergunta foi mal elaborada por mim e a condição remota dessa atividade não permitiu que possíveis esclarecimentos fossem feitos durante o preenchimento do formulário.

A outra pergunta sobre os preconceitos socioespaciais estimava saber se e com qual frequência os alunos tinham sido vítimas de preconceito por serem ceilandenses. A grande maioria dos alunos (186) afirmou que não tinha sido vítima de preconceito por ser ceilandense ou por estudar na cidade. Como observado no Gráfico 15:

Gráfico 15 - Você já sofreu preconceito por morar ou estudar em Ceilândia?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Essa porcentagem alta de 77,2% que nunca sofreu esse tipo de preconceito não condiz com as pesquisas apresentadas anteriormente, nem com algumas opiniões expressadas nas questões discursivas e tampouco com as minhas observações cotidianas, o que me causou certa estranheza. Creio que novamente a condição remota possa ter prejudicado tal resultado, pois não foi possível conceituar previamente o que seria preconceito socioespacial e nem as suas diversas manifestações. Portanto, inferir que os alunos dominavam tal conceito pode ter sido um erro. Ou ainda, o fato de muitos alunos possuírem uma experiência de vida mais limitada a própria Ceilândia dificulte tal percepção, pois tais preconceitos são mais perceptíveis fora da cidade.

2.4.4 Brasileenses ou ceilandenses?

Uma das perguntas discursivas do formulário era: “Você se considera brasileiro ou ceilandense? Comente a respeito”. Tal indagação poderia ser óbvia em se tratando de estados que possuem organizações administrativas mais comuns que o Distrito Federal. Porém, nesse caso, ela revela sobre como os alunos se identificam e como percebem a relação de Ceilândia com o Distrito Federal e principalmente com o Plano Piloto. De acordo com a Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997, a Região Administrativa I deixa de ser designada Brasília e passa a ser designada Plano Piloto, não havendo distinção legal no âmbito distrital entre Brasília e o Distrito Federal, logo, todos os naturais de Ceilândia são brasileiros. Alguns alunos se perceberam dessa forma, 17 deles afirmaram que seriam brasileiros e ceilandenses: “Os dois. Eu moro em Ceilândia que é dentro do que se considera Brasília, por isso me considero os dois” e: “Me considero os dois, porque eu nasci na Ceilândia, mas Ceilândia fica em Brasília. Por isso eu me considero os dois”.

Muitos alunos, ao todo 89, afirmaram que se consideravam mais brasileiros, porém a maioria deles não comentou a respeito, não sendo possível sabermos os seus motivos. Em alguns casos, a ausência de separação formal entre as Regiões Administrativas foi ressaltada pelos alunos: “Brasileiro, assim como quem é do Plano Piloto, área central de Brasília, ou outras regiões”. Porém, o principal motivo dos alunos se considerarem mais brasileiros do que ceilandenses era porque nasceram em outras cidades do Distrito Federal. Nesse caso, foi perceptível que os alunos que viviam há menos tempo em Ceilândia tendiam a responder brasileiro: “Brasileiro, porque eu vim morar em Ceilândia há pouco tempo”.

Se formalmente não há distinção entre Brasília e o Distrito Federal, na prática tal

distinção se manifesta e muitas vezes é ressaltada. Muitos moradores do próprio DF julgam que Brasília seria apenas a RA do Plano Piloto e adjacências, quando escrevo adjacências é de forma subjetiva, não há um limite físico para definir até onde seria Brasília e tais limites são mais socioeconômicos do que espaciais. Para muitos dos seus habitantes, Brasília é até onde se convencionou que seria Brasília e fazer parte ou não do Plano Urbanístico de Lúcio Costa não é o principal critério dessa distinção. Por exemplo, as Regiões Administrativas do Lago Sul e Lago Norte, compostas por várias mansões e embaixadas, não fazem parte da RA do Plano Piloto, porém não são chamadas de cidades satélites e tampouco se questiona se tais áreas fariam parte de Brasília ou não. Essa distinção socioeconômica foi ressaltada em algumas respostas:

Ceilandense. Porque, para mim, as pessoas que moram em Brasília são pessoas que possuem uma maior classe financeira e vivem em um lugar com mais segurança, ao contrário de nós que moramos em Ceilândia e por isso eu me considero uma ceilandense.

De modo geral, as cidades mais distantes do Plano Piloto possuem indicadores sociais piores, essa tentativa de distinção também seria um importante meio para que os moradores das regiões centrais se desvinculassem desses indicadores. Desse modo, corroborando para a crença de que Brasília (na concepção deles) não teria graves problemas sociais, ou ainda que tais problemas seriam causados por fatores externos, no caso, os moradores das cidades satélites ou da região do Entorno. Essa tentativa de desvincular as áreas periféricas de Brasília foi manifestada em algumas respostas:

Ceilandense, pois Brasília sempre fez questão de demarcar essa diferença, é nítida a discrepância entre Brasília e a Ceilândia. Essa divisão não é de hoje, o governo mandou as pessoas para Ceilândia para morrerem, sem luz, água, educação ou qualquer coisa humanamente digna e os frutos desse descaso a gente colhe hoje, com altos índices de criminalidade, tráfico de drogas e uma grande desigualdade social.

Ou ainda:

Ceilandense, porque lá no início de Brasília, foram meus avós que vieram construir o chão que eles pisam hoje e o que eles receberam em troca? Exílio. Meu pai costuma dizer que as pessoas que foram mandadas para a Ceilândia, foram mandadas para morrerem, sem auxílio, saneamento ou saúde, o que gerou um impacto social negativo para as próximas gerações mesmo a cidade tendo evoluído muito nos últimos anos. A mídia também exporta isso para todas as outras cidades, por isso que pessoas de outras cidades falam tão mal da nossa cidade.

Dentro das próprias RAs que eram denominadas de cidades satélites, vários aspectos colaboram para a distinção entre essas cidades e o que seria Brasília, entre eles a distância entre essas regiões e o Plano Piloto. Muitos alunos moram e estudam em Ceilândia e frequentam poucas vezes as regiões centrais, esse pouco contato com tal localidade dificulta a percepção que tal área também lhes pertence: “Moro há um bom tempo aqui, mas sabe que eu nunca fui ao Plano e nem conheço lá, então prefiro dizer que sou ceilandense”.

Nas RAs do Distrito Federal existem vários elementos identitários que colaboram para uma identificação local. Apesar de serem oficialmente Regiões Administrativas, cotidianamente são chamadas de cidades e muitas delas possuem elementos identitários como a própria bandeira, datas comemorativas oficiais e a existência de uma sede da Administração Regional, apesar do administrador regional ser de livre nomeação do governador do DF. As divisões das RAs também repercutem diretamente na oferta de serviços públicos no Distrito Federal, pois essa oferta é organizada conforme essas divisões, por exemplo, as escolas públicas são organizadas de acordo com as suas respectivas regionais de ensino (MANIÇOBA, 2019).

A diversidade das respostas nessa questão exemplificou como a definição do local é subjetiva, principalmente em uma Unidade Federativa atípica como o Distrito Federal. Além das suas particularidades administrativas, todo o processo histórico de formação de Brasília foi marcado por uma segregação socioespacial que se manifestou também na formação das identidades locais, o que levou muitos alunos a não se reconhecerem como brasilienses.

2.4.5 As percepções dos alunos sobre a história de Ceilândia

Duas perguntas objetivavam analisar como os alunos compreendiam a história de Ceilândia. A primeira delas era: “O que você considera importante na história de Ceilândia?”. Quase 100 alunos não conseguiram identificar eventos ou características que julgavam relevantes e afirmaram não conhecer a história da cidade, não considerar nada importante ou ainda deram respostas vagas como: “tudo” e “as suas histórias”. Porém, muitos alunos demonstraram compreender a história além das narrativas oficiais, as mobilizações e as lutas dos ceilandenses foram lembradas, apesar de não ter sido citado nenhum episódio específico: “Eu considero bastante os esforços das pessoas que nasceram aqui em Ceilândia, lutaram pelos direitos e lutaram para o desenvolvimento da nossa cidade e também a deixaram mais bonita, mais cheia de cores e etc”.

O direito à moradia que é um pilar da história ceilandense também foi lembrado como um importante elemento: “Eu considero importante na história de Ceilândia é que muitas

peessoas conseguiram realizar o sonho da casa própria”.

Em outra resposta, notei que o aluno em questão já percebia certas intencionalidades na tentativa de ofuscar determinadas narrativas históricas, uma das reflexões centrais desta Dissertação: “O lançamento da pedra fundamental da Ceilândia, mas com certeza a cidade tem outras coisas muito importantes na história de Ceilândia que foram encobertas ou até mesmo esquecidas”.

Quando perguntado: “Quem você considera importante para a história de Ceilândia?”, Hélio Prates foi o mais citado com 74 menções. O fato de Hélio Prates ter sido mencionado em outra pergunta do formulário deve ter colaborado para essa frequência. Juscelino Kubitscheck e Vera Prates também foram citados em muitas respostas. A presença constante desses sujeitos revelou que a perspectiva que os alunos tinham de sujeitos históricos ainda estava muito restrita às personalidades políticas e próxima da concepção presente na história tradicional. Ainda temos 50 alunos que não mencionaram nenhum sujeito histórico, respondendo: “não sei”, “ninguém” e afins.

Algumas respostas demonstraram valorizar a pluralidade dos sujeitos históricos e o reconhecimento do protagonismo de pessoas comuns na história de Ceilândia: “O povo nordestino, pois eles estão aqui desde o começo de Ceilândia, eles são muito importantes porque trouxeram a cultura nordestina e, aos poucos, Ceilândia foi criando a sua própria cultura que teve a sua base na cultura nordestina trazida pelos nordestinos”.

Também: “Nós moradores, porque desde antes lutamos para uma vida melhor nessa cidade” e “Minha avó que morreu há 5 anos, ela sim lutava por Ceilândia”. Alguns nomes citados não podem ser considerados sujeitos comuns, pois são músicos famosos, mas fogem do espectro político como o já citado grupo de rap Câmbio Negro e o cantor Hungria²¹.

O grande número de alunos que não conseguiu mencionar elementos e personagens importantes para a história da cidade, juntamente com o grande número que se restringiu a citar apenas grandes personalidades políticas, demonstrou a relevância e a necessidade de se trabalhar com a história local de Ceilândia em sala de aula, o que foi feito posteriormente no desenvolvimento do Museu Virtual de Ceilândia, processo que será descrito e analisado nos capítulos seguintes.

Estimo que este capítulo tenha situado o leitor, apresentando-lhe aspectos do passado e do presente de Ceilândia. Para alcançar esse objetivo, percorremos o trajeto iniciado com a

²¹ Gustavo da Hungria Neves, mais conhecido como Hungria Hip Hop é cantor, compositor e produtor musical de hip-hop e trap (uma espécie de rap ostentação).

construção de Brasília que almejava ser uma cidade moderna e livre dos problemas sociais comuns em outras cidades, expectativa que logo foi frustrada. Antes mesmo da inauguração da nova capital, iniciava-se uma política segregacionista que removeu os trabalhadores pobres das áreas centrais para as chamadas cidades-satélites, entre elas a cidade de Ceilândia. Essa política segregacionista repercute até hoje, apesar das melhorias perceptíveis na infraestrutura de Ceilândia, vimos que os indicadores sociais da cidade são inferiores se comparados com os do Plano Piloto.

As desigualdades socioespaciais presentes no Distrito Federal também se manifestam nos meios de comunicação. Neste capítulo, foram apresentadas algumas pesquisas que concluíram haver uma predominância de pautas negativas relacionadas a Ceilândia nos principais jornais locais. Também foi considerada e analisada a opinião de um importante agente desta pesquisa-ação, os próprios alunos. Em geral, eles possuem uma relação positiva com a cidade. Os questionários revelaram uma capacidade crítica dos alunos, mas também uma demanda por um ensino de história local atento à pluralidade de memórias que valorize o cotidiano e as “pessoas comuns” como importantes para a história.

Após situar o leitor, apresentando Ceilândia no Capítulo 2, o capítulo seguinte abordará uma importante atividade realizada pelos alunos: a visita remota ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia. Esses espaços possuem um recorte temático semelhante: a construção de Brasília, porém com uma organização e uma abordagem bem diversa, como veremos a seguir.

3 BARRACO PROVISÓRIO: AS VISITAS REMOTAS AO MEMORIAL JK E À CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA

Durante as remoções em 1971 e 1972, assim que desciam da caçamba do caminhão os novos moradores de Ceilândia iniciavam a construção dos seus barracos provisórios nos lotes previamente demarcados. Esses barracos eram feitos geralmente com madeira, lona e até papelão, a maior parte desse material era proveniente dos seus antigos barracos desmanchados (AMMANN, 1987). O barraco provisório era erguido às pressas no fundo do lote para garantir o mínimo de proteção e abrigo que uma moradia poderia fornecer pelo menos até a construção da casa de alvenaria, ou seja, a sua principal função era servir de apoio e preparação para a construção da moradia definitiva.

Essa condição provisória e preparatória desse barraco fez-me optar por nomear o Capítulo 3 dessa forma, pois as atividades que serão descritas e analisadas nele possuíam a principal função de preparar os alunos para a última etapa desta pesquisa-ação: a construção do Museu Virtual de Ceilândia. Esse capítulo consiste na descrição de duas visitas remotas que os alunos fizeram, uma ao Memorial JK e outra à Casa da Memória Viva da Ceilândia. Os estudantes ainda responderam a dois questionários via *Google* Formulários sobre as visitas realizadas e a análise dessas respostas também estão presentes neste capítulo. Por último, descrevo como se deu a devolutiva dessas atividades em forma de uma aula expositiva, na qual procurei levantar alguns questionamentos sobre as diferenças e semelhanças entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC).

Considerei pertinente a realização dessas visitas por dois principais motivos. O primeiro era familiarizar os alunos com esses espaços, tendo em vista que posteriormente criariam o seu próprio museu. O segundo e principal motivo era fazê-los refletirem sobre como os espaços museais constroem narrativas históricas a partir dos seus recortes e seleções presentes em seus acervos e como essas narrativas não são neutras ou despretensiosas. Desse modo, quando iniciassem a organização do Museu Virtual de Ceilândia, eles teriam uma postura mais crítica em relação às quais escolhas e recortes deveriam fazer.

3.1 A VISITA AO MEMORIAL JK

Segundo informações contidas no próprio site do Memorial JK, após a morte do ex-presidente Juscelino Kubistchek em 1976, a sua viúva Sarah Kubitscheck teria iniciado os esforços para construir um espaço que além de conter os seus restos mortais, contemplasse a

história de JK e sobretudo os seus valores democráticos. Em 1979, após uma audiência com então Presidente Figueiredo, Sarah Kubitschek recebe a doação do terreno que seria destinado à construção do Memorial (MEMORIAL JK, 2021a). No mesmo ano, é criada a Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek, de caráter privativo, sem fins lucrativos e responsável por arrecadar fundos para a construção do Memorial e posteriormente administrá-lo. O Memorial JK foi inaugurado em 12 de setembro de 1981, data em que Juscelino completaria 79 anos (NÓBREGA, 2015).

Além do desejo de honrar a memória de um marido falecido, a construção do Memorial JK se insere em um contexto histórico maior, um contexto de desgaste da Ditadura Civil-Militar e de abertura política no país:

O Memorial foi inaugurado em 1981, ainda no governo do General Figueiredo (1979-1985). Os anos 1980, no entanto, já prenunciavam a decadência do regime militar e os novos movimentos sociais por participação política se intensificavam. Nesse contexto, um monumento à democracia adquiriria sentido (CARDOSO, 2006, p. 184).

O Memorial JK localiza-se na Praça do Cruzeiro, considerado o local da primeira missa realizada em Brasília no ano de 1957, na via conhecida como Eixo Monumental, na Região Administrativa do Plano Piloto. O arquiteto do Memorial foi Oscar Niemeyer, esse espaço também contou na sua construção com a participação de artistas renomados como a vitralista Marianne Peretti e o muralista Athos Bulcão²². O Memorial JK foi tombado em 1992 pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DEPHA) e em 2007 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (NÓBREGA, 2015). Segundo Affonso Heliodoro, o primeiro presidente do Memorial, esse espaço teria três finalidades:

-MAUSOLÉU para os restos mortais do Presidente Juscelino; - MUSEU constituído de peças e documentos que mostram as principais passagens da vida e da obra de JK; - CASA DE CULTURA, onde uma programação bem orientada pode manter acesa a chama de idealismo, a preocupação cultural e o dinamismo, que foram características marcantes da personalidade do Presidente Juscelino. (HELIODORO, 1996, p. 8).

²² Marianne Peretti e Athos Bulcão possuem diversas obras de arte em importantes locais do Plano Piloto, como a Catedral de Brasília e o Congresso Nacional.

Figura 4 - Fachada do Memorial JK e sua equipe de funcionários



Fonte: site do Memorial JK, 2021b.

Apesar de ser uma Organização de Sociedade Civil, o Memorial JK recebe verba da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) do Governo do Distrito Federal (GDF) desde 1991, ano que a presidente do Memorial, Márcia Kubitschek, era também vice-governadora do Distrito Federal (NÓBREGA, 2015). Atualmente, esse repasse é de quase R\$ 3.500.000,00 anuais. O Memorial ainda conta com verbas provenientes, entre outras coisas, das visitas, pois são cobrados R\$ 10,00 por visitante, sendo possível solicitar a gratuidade do ingresso.

Atualmente, a presidente do Memorial JK é Anna Kubitschek, neta de Juscelino. Os vice-presidentes são Paulo Octávio, marido de Ana, dono de construtora e um influente político e Felipe Octávio, filho do casal. Nenhum com formação em História, Museologia ou área afim. A Presidência do Memorial é eleita a cada quatro anos pelo Conselho Deliberativo, composto em sua maioria por familiares de Juscelino.

A escolha do Memorial JK para os alunos visitarem se dá pelo fato desse espaço contemplar uma perspectiva histórica tradicional, excludente e que privilegia um sujeito histórico considerado ilustre, nesse caso um ex-presidente. Toda a história da construção de Brasília gira em torno de uma única figura, Juscelino Kubitschek. As intencionalidades desse espaço são nítidas e explícitas no seu próprio estatuto: “A Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek terá por objetivo a guarda e a preservação dos restos mortais do Presidente Juscelino Kubitschek bem como a perpetuação de sua memória” (ESTATUTO DA SOCIEDADE CIVIL MEMORIAL JUSCELINO KUBITSCHEK, 2013, Art. 4º apud NÓBREGA, 2015, p.

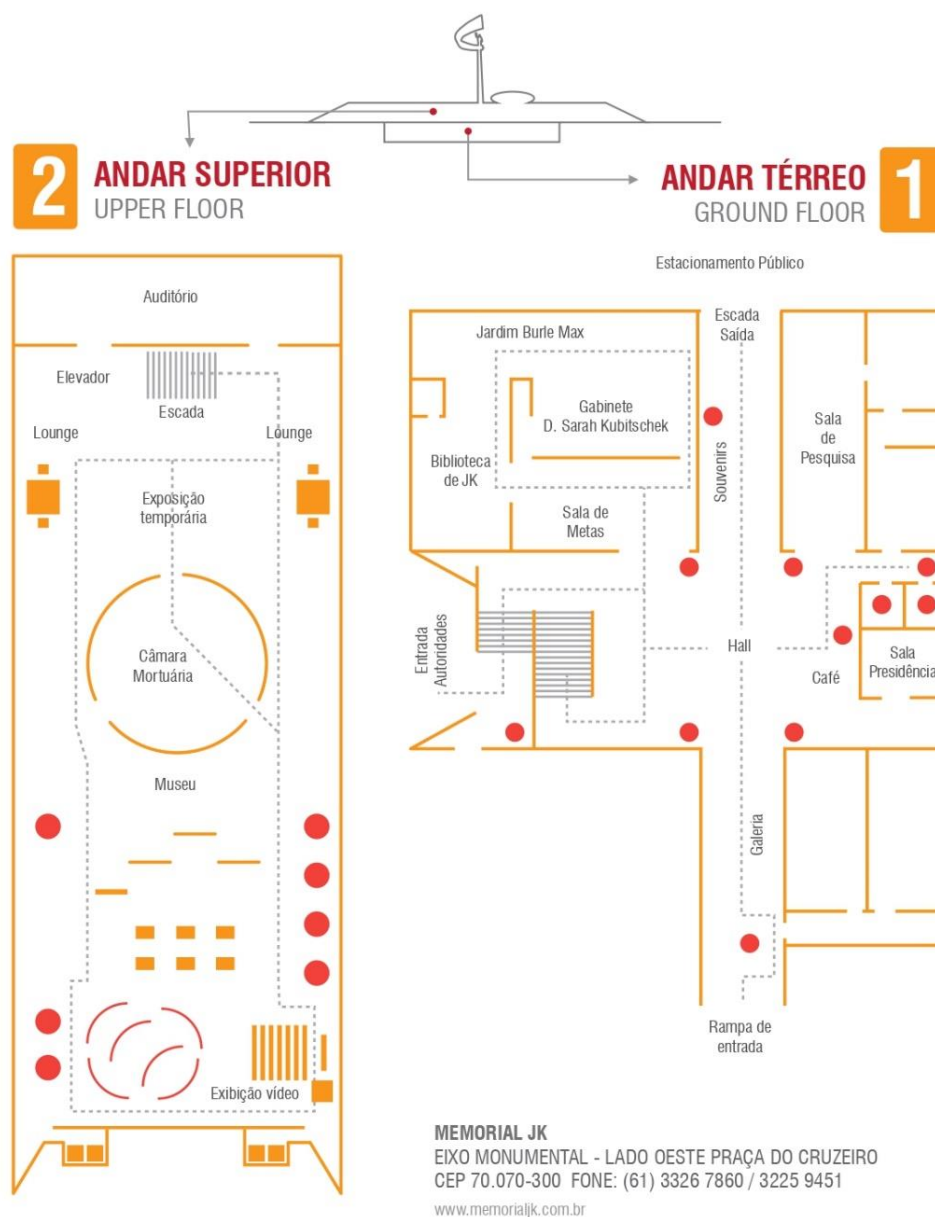
131). Obviamente, uma memória sem contradições que visa perpetuar o caráter mítico e heroico de JK e da construção de Brasília.

Toda a organização do espaço e do acervo tem o intuito de valorizar Juscelino na construção de Brasília em detrimento a outros personagens como os próprios candangos. Tal intenção pode ser exemplificada pelo título que consta no seu sepulcro: “O fundador”, no singular, sem espaço para outros agentes. Em suma, julguei que seria mais nítido para os alunos perceberem como as narrativas presentes nos museus reforçam perspectivas e enaltecem determinados sujeitos a partir da análise do Memorial JK.

A adaptação dessa visita para o modelo remoto foi simples, pois o Memorial JK conta com um site próprio dividido em três principais tópicos: “Presidente JK”; “D. Sarah Kubitschek”; e “Memorial JK” (MEMORIAL JK, 2021b). Os alunos deveriam acessar o site através do link: www.memorialjk.com.br. Após assistirem ao vídeo introdutório, eles precisariam acessar o *link* descrito como “Memorial JK”. Essa parte do site descreve os principais ambientes do Memorial, como a Câmara Mortuária e a Sala de Metas. Logo em seguida, os estudantes deveriam ler as descrições e observar as fotos dos acervos. Posteriormente, deveriam acessar o ícone “Mapa Interativo” que é um mapa dos dois pavimentos do museu descrevendo como esse espaço é organizado. Por último, eles precisariam acessar o link “Gestão” e pesquisar quem fazia parte da presidência do Memorial JK. Ainda foi ressaltado que os alunos poderiam visitar outras páginas do site e até mesmo outros sites. O mapa a seguir traz informações sobre esse espaço:

Figura 5 - Mapa de localização do Memorial JK

Mapa de Localização



Fonte: site do Memorial JK, 2021.

Todo esse processo foi explicado passo a passo em aula, além disso gravei um vídeo tutorial de aproximadamente quatro minutos simulando a visitação remota, esse vídeo foi

produzido com auxílio do programa *OBS Studio* que permite a gravação da tela do computador. Os alunos teriam do dia 22 de abril a 29 de abril de 2021 para realizarem essa visita e posteriormente responderem ao questionário sobre ela.

3.2 AS RESPOSTAS PRESENTES NO QUESTIONÁRIO DA VISITA REMOTA AO MEMORIAL JK

Após a visita remota ao Memorial JK, os estudantes responderam a um questionário via *Google* Formulários contendo quatro questões discursivas. Do total de 250 alunos matriculados nas turmas às quais destinei o projeto, 112 realizaram essa atividade. Dois alunos responderam duas vezes o mesmo questionário, nesses casos eu considerei apenas o questionário respondido por último.

A análise das respostas dos alunos será realizada de forma quantitativa e, principalmente, de forma qualitativa, destacando as mais presentes ou as mais pertinentes para os objetivos da atividade e conseqüentemente para a Dissertação. Algumas respostas foram transcritas neste tópico. Optei por corrigir os erros gramaticais presentes nas análises, todavia sem alterar a estrutura das respostas, também optei por não mencionar os nomes dos estudantes, pois não pretendo analisá-las individualmente, mas sim de forma mais ampla, contemplando os aspectos mais comuns nas respostas dos 112 alunos. Cada subtópico a seguir corresponde a uma dessas perguntas.

3.2.1 Qual a história contada no Memorial JK? Esse Memorial é sobre quem? Como a história é contada no Memorial JK?

Iniciei o questionário com uma pergunta mais abrangente que tinha como intuito fazer com que os alunos identificassem as principais características do Memorial JK, uma espécie de resumo desse espaço. Apenas dois estudantes responderam de forma inesperada: um aluno se confundiu e trouxe informações sobre a Casa da Memória Viva da Ceilândia e outro copiou parte do texto presente no próprio site do Memorial, mas a parte selecionada não contava com as respostas esperadas.

De modo geral, os estudantes conseguiram identificar as principais características do Memorial, como podemos observar: “A história da longa jornada de Juscelino Kubitschek. O Memorial é sobre Juscelino Kubitschek. A história é contada através de seus pertences no Memorial JK” e “O Memorial conta a história de Juscelino Kubitschek e boa parte do início de

Brasília. A história é contada através de placas e vestígios históricos, contando a sua trajetória, carreira e curiosidades”.

Apesar do grande número de respostas consideradas satisfatórias, 110 ao todo, uma importante observação precisa ser levantada. Muitas dessas respostas foram retiradas na íntegra ou parcialmente da internet, principalmente de três sites: o do próprio Memorial JK (MEMORIAL JK, 2021b); da Wikipédia (MEMORIAL JK, 2021c) e do site Conhecendo Museus (MEMORIAL JK, [2012?]). Os trechos transcritos contêm as informações solicitadas, o que torna as respostas corretas, pois os alunos alcançaram os objetivos da questão. Porém, se essas transcrições foram feitas com a devida reflexão é impossível identificarmos nesta pesquisa.

A resposta que mais se repetiu, ao todo 18 vezes, foi retirada do site Conhecendo Museus:

Ao narrar o Memorial JK, o arquiteto Niemeyer certa vez declarou: “De longe, a primeira coisa que surge é a figura de JK, suspensa sobre a cidade que criou em pleno cerrado. ... É a história de JK que diante dos visitantes se reconstitui. De sua meninice em Diamantina ao desastre fatal que o levou para sempre (MEMORIAL JK, [2012?]).

Como são respostas presentes nesses sites, é inviável distinguirmos quais alunos leram, identificaram e selecionaram os trechos que continham as respostas e quais alunos simplesmente “colaram” de seus colegas. Essa situação se repetiu também em outras perguntas.

3.2.2 Quais os sujeitos históricos (personagens que aparecem na história) se destacam no Memorial JK?

A segunda pergunta desse questionário se aproxima da primeira, pois ainda se trata de identificar os elementos centrais do Memorial JK. O outro objetivo era que os alunos percebessem que os sujeitos históricos presentes nesse espaço são pouco diversificados, basicamente Juscelino e a sua família, em contrapartida aos sujeitos históricos presentes na Casa da Memória Viva da Ceilândia que posteriormente também foi visitada pelos estudantes.

Apenas 22 alunos não citaram Juscelino Kubitschek em suas respostas. Além de Juscelino, outros sujeitos foram citados, com destaque para Sarah Kubitschek que esteve presente em 84 respostas. Oscar Niemeyer também foi bastante citado, 54 vezes ao todo. A história de Niemeyer não está diretamente contemplada no Memorial JK, mas o fato dele ter sido o arquiteto dessa obra faz com que ele possua muitas menções nos textos que se referem

ao Memorial, o que provavelmente induziu os alunos a essa resposta. Como podemos observar: “Os sujeitos históricos que se destacam são, Juscelino Kubistchek, Sarah Kubistchek, Oscar Niemeyer e Anna Christina Kubistchek”.

3.2.3 Quais os principais objetos e fontes históricas presentes no Memorial JK?

O objetivo dessa terceira questão era levar os alunos a identificarem os principais elementos que compõem o acervo desse Memorial e como a exposição e organização desse acervo refletia uma perspectiva da história de Juscelino Kubitschek e da construção de Brasília. Boa parte desse acervo é composto por objetos pessoais de Juscelino e de Sarah Kubitschek, o que evidencia ainda mais o caráter biográfico desse espaço.

A grande maioria dos alunos compreendeu a natureza do acervo e o seu caráter pessoal. Com poucas variações, quase todos afirmaram que a maior parte do acervo era composto por objetos pessoais do ex-presidente, como podemos observar: “O Memorial guarda em seu acervo as roupas do ex-presidente que chamam a atenção e evidenciam sua vaidade, o casaco simbólico de JK, a sua faixa presidencial, biblioteca pessoal e medalhas” ou ainda “Podem ver fotos e objetos da vida de Juscelino e Sarah, como a faixa presidencial e as roupas usadas por ele na posse, além do túmulo do ex-presidente, obras de artistas como Athos Bulcão e Marianne Peretti completam o ambiente interno do memorial”

Apenas 10 alunos responderam de forma destoante, pois optaram por transcrever trechos retirados de sites da internet que não condiziam com o enunciado, sendo inviável analisar individualmente os motivos dessas respostas, se foi mera desatenção, falta de compreensão do conceito de objeto histórico ou ainda um enunciado confuso. No entanto, até mesmo entre as respostas consideradas corretas, muitas foram transcritas da internet, não sendo resultado da observação direta dos alunos como eu estimava.

3.2.4 Quem administra o Memorial JK? Isso interfere na história contada no Memorial? Como?

Essa questão procurava incentivar os alunos a analisarem de forma mais crítica as narrativas históricas que chegam até eles, principalmente compreendendo que elas expressam as perspectivas dos grupos que as produzem. Tais narrativas possuem intenções e refletem uma percepção de história dos próprios grupos que a criaram, aparentemente, um detalhe que passa despercebido para a maioria dos visitantes, mas que é essencial para uma atividade que vise

desenvolver a criticidade dos alunos.

Quem conta a história presente no Memorial JK? Cinco alunos afirmaram que seria: “o governo”, “o governo de Brasília” ou “a administração pública” que dirige o Memorial JK. Erro bastante compreensível se considerarmos alguns aspectos. Primeiro, não há a intenção de evidenciar o caráter particular do Memorial, o que colabora para que ele transmita a imagem de um espaço imparcial a serviço da sociedade. O segundo aspecto é que o Memorial se localiza no canteiro central do Eixo Monumental, via que abriga quase que exclusivamente prédios públicos governamentais. A própria arquitetura do espaço, desenhado por Oscar Niemeyer, se assemelha a outros edifícios da administração pública nas proximidades, dando uma ideia de conjunto arquitetônico.

Outros 13 alunos não citaram Anna Kubitschek provavelmente por desatenção, pois o próprio Juscelino foi citado em algumas respostas como o administrador do local. Excetuando 18 respostas, todas as demais citaram que Anna Kubitschek administrava o Memorial. Porém, 20 alunos responderam de forma incompleta, pois não informaram se ela interferia ou não na história contada nesse espaço.

Se houve quase um consenso que Anna Kubitschek administrava o Memorial, esse consenso não se manteve na continuidade das respostas. Trinta e quatro alunos responderam que ela não interferia, pois, a história presente nesse espaço já tinha acontecido, cabendo a sua presidente apenas contá-la: “Quem administra é a Anna Christina Kubitschek, a neta de Juscelino Kubitschek. Não, a história fala sobre a vida de JK e a história não mudaria se fosse outra pessoa gerenciando”. Ou ainda:

A neta de Juscelino Kubitschek e Sarah, Anna Cristina Kubitschek Barbara Pereira é a atual diretora da Sociedade Civil. Para mim isso não interfere, até porque o memorial tem um único objetivo, prestar homenagem e lembrar o processo da construção de Brasília, independentemente de como o museu seja administrado (...) não irá mudar a história e trajetória de Juscelino.

O mais interessante nesse ponto é observarmos que a percepção que os alunos possuem da história é semelhante à percepção que os historiadores positivistas possuíam. Pois, em várias respostas, a história presente no Memorial é apresentada como o próprio passado inquestionável e sem possíveis interferências do presente.

Outros 40 estudantes responderam que Anna Kubitschek interferia na história contada no Memorial JK, porém desse total, 15 alunos se limitaram a citar as alterações físicas realizadas sob essa direção. Segundo o próprio site do Memorial, a atual direção teria modernizado esse espaço com uma nova iluminação e com uma maior acessibilidade para

pessoas com deficiência, como podemos notar nesta resposta: “Anna Christina Kubitschek Barbará A. Pereira. Sim, pois ela revitalizou todo o memorial e o deixou mais leve e agradável”.

Alterar a estrutura física de um museu, pode influenciar em sua narrativa, evidenciando ou negligenciando determinados elementos que compõem esse espaço, porém o foco dessa pergunta era mais objetivo: como as intenções da presidente se manifestariam na história contada no Memorial? Vinte cinco alunos responderam que o parentesco de Anna com Juscelino influenciava na narrativa histórica construída no Memorial JK. Entretanto, muitos citaram que tal influência seria positiva, trazendo realismo e veracidade para o espaço. Como podemos observar: “Anna Christina Kubitschek Barbara Pereira, é a atual diretora da Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek. Interfere, sabendo que um membro da família de Juscelino está administrando o local, garante uma história verídica”.

Também em:

Anna Christina. Minha opinião é que sim, pois apesar do JK ser muito conhecido pelos feitos, e obviamente ter muitos admiradores. Ela conhecia melhor que ninguém, ela sabe coisas que provavelmente só ela sabia, então detalhes ajudam a contar a história de forma que fique o mais real possível.

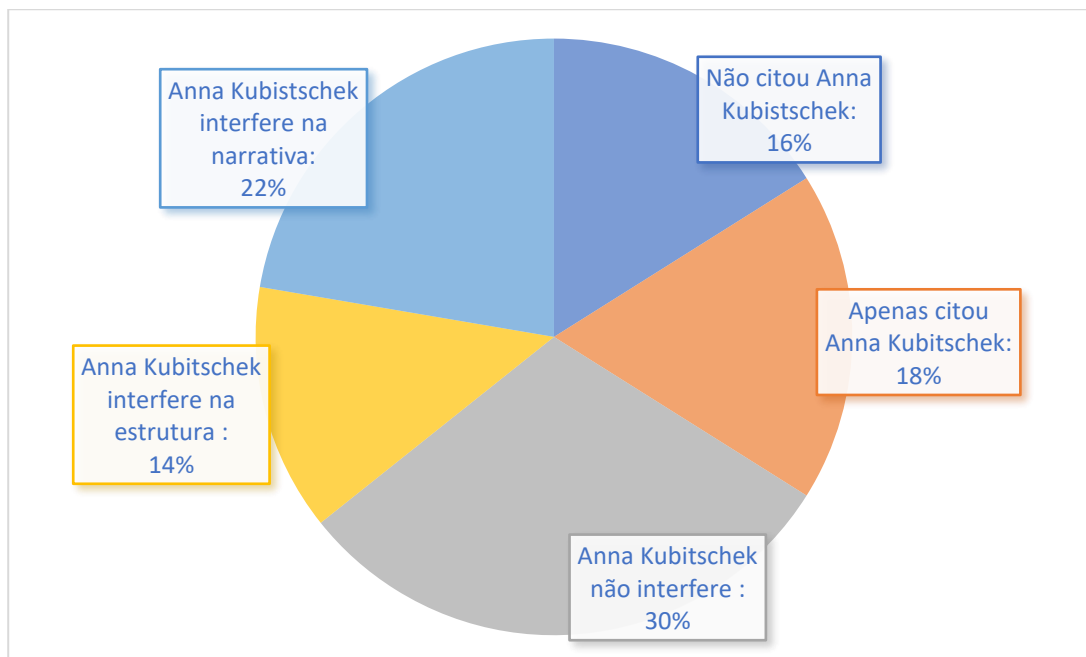
Se o Memorial fosse dirigido por institutos especializados como o IPHAN ou por museólogos e historiadores, provavelmente possuiria uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre a construção de Brasília. Essa abordagem iria contra os interesses e as intenções dos criadores do Memorial. Ter familiares de JK na direção desse espaço assegura que ele mantenha a sua função original de enaltecimento e contemplação de Juscelino. Parte dos alunos apontou que o parentesco da presidente do museu influenciaria na história narrada: “Quem administra o museu é um membro da família de Juscelino, a Anna Christina Kubitschek, o que influencia muito em como a história é contada, é praticamente impossível que a história seja contada de um jeito ruim em relação ao Juscelino”.

Ou ainda:

Quem administra o Memorial JK é a neta do ex-Presidente Juscelino, a Anna Christina Kubitschek. Na minha opinião, isso interfere sim na forma que a história é contada, pois por ser a neta do presidente que administra o memorial, algumas coisas podem acabar sendo contadas de uma forma mais passiva, sempre sendo vista de uma maneira positiva, por ele ser da família dela.

O foco desse questionário era proporcionar uma análise qualitativa das respostas. Porém, é interessante que se tenha uma representação gráfica das respostas para essa pergunta. Como podemos ver a seguir:

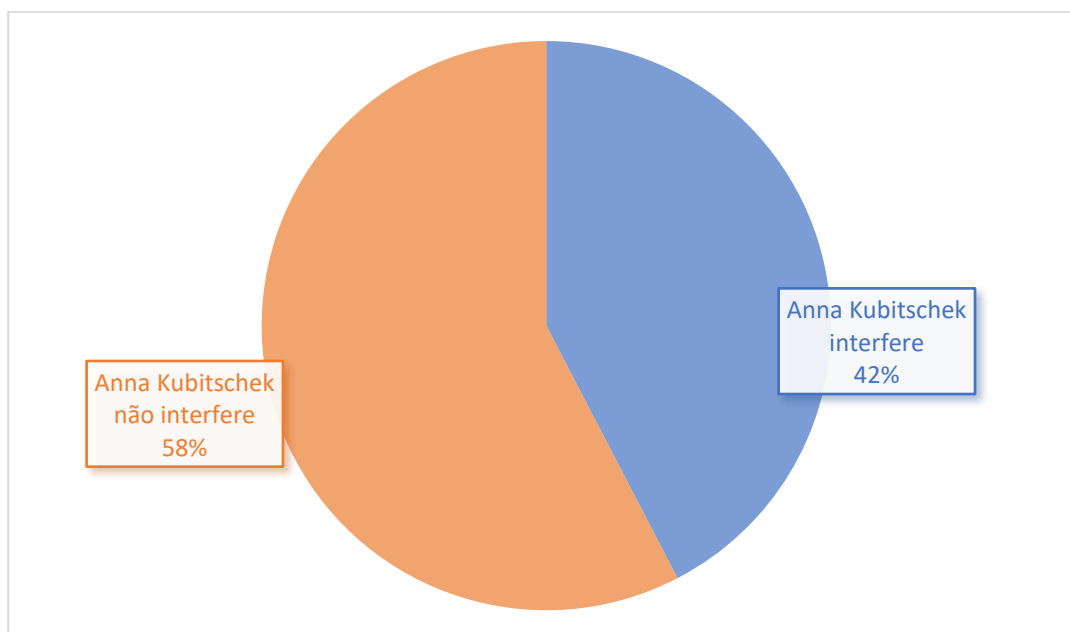
Gráfico 16 - Quem administra o Memorial JK? Isso interfere na história contada no Memorial? Como?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Se considerarmos apenas as respostas que citaram que Anna Kubitschek interfere ou não na história contada no Memorial JK, teremos o seguinte resultado:

Gráfico 17 - Quem administra o Memorial JK? Isso interfere na história contada no Memorial? Como? (adaptado)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para os historiadores, a interferência da presidente do Memorial nas narrativas históricas contidas nele, principalmente se considerarmos que ela é neta de JK, seria quase óbvia. No entanto, o alto percentual de 58% dos alunos que creem que Anna Kubitschek não interfere nas narrativas, pois a história já teria acontecido, cabendo à presidente apenas relatá-la, demonstrou a pertinência e a necessidade do desenvolvimento desta pesquisa-ação que tem como um dos objetivos levar os alunos a refletirem sobre a construção do conhecimento histórico e as intencionalidades em torno dessa construção.

3.3 A VISITA À CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA

Boa parte das informações sobre a Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC) foram retiradas de entrevistas que o Professor Jevan concedeu a Vinícius Carvalho Pereira, estudante de Museologia em 2013 (PEREIRA, 2013) e a partir de conversas informais que eu mantive com o Manoel Jevan ao longo do ano de 2021.

A CMVC é uma iniciativa do professor de História Manoel Jevan de Olinda que transformou a sua própria residência nesse espaço. Nascido no Sítio São Gonçalo dos Inhamuns, Ceará, Manoel Jevan mudou-se para Ceilândia juntamente com a sua família em 1979. Em 1989, iniciou a sua graduação em História pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). Focado na história local da cidade, Manoel Jevan realizava entrevistas com os moradores que tinham participado do processo de remoção das favelas do IAPI para Ceilândia. Em 1993, tornou-se professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e prosseguiu com a construção desse espaço (PEREIRA, 2013).

Segundo o Professor Jevan, a maior motivação para a construção da Casa da Memória Viva da Ceilândia foi a tentativa de honrar a memória de seu pai que participou da construção de Brasília, mas não se sentia devidamente reconhecido por isso:

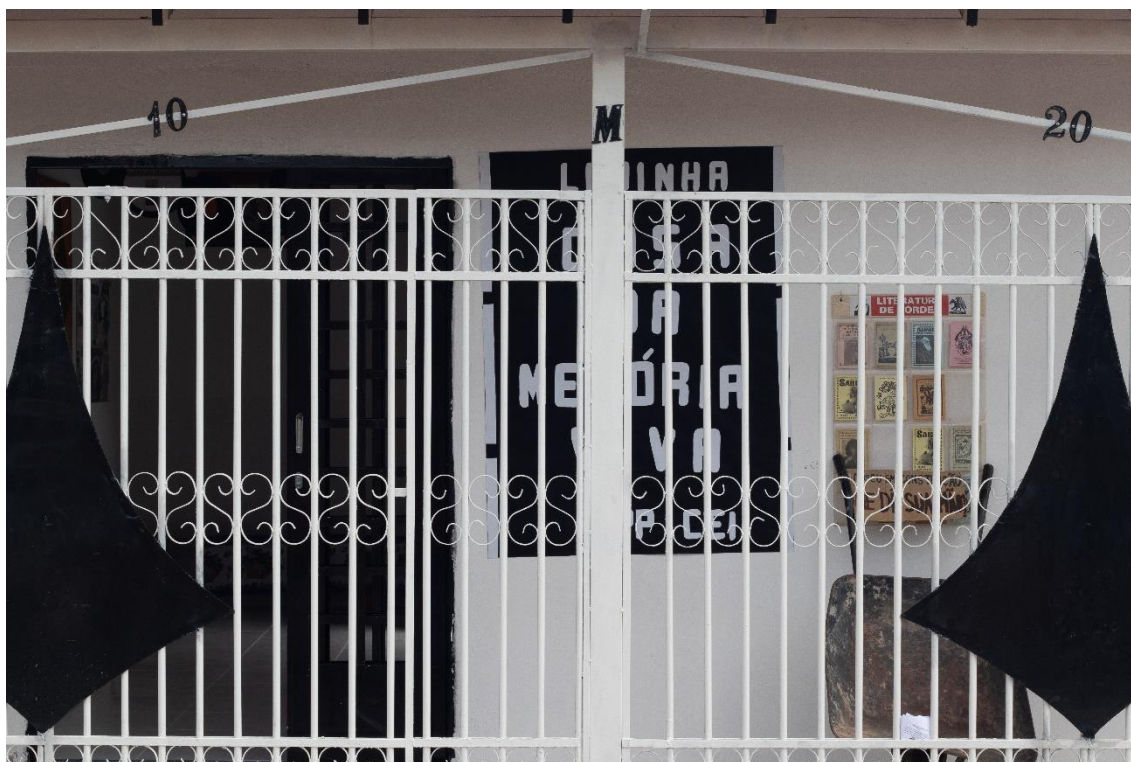
Meu pai tinha uma memória muito amarga, principalmente na época do aniversário de Brasília, que é quando mais se falava em Brasília e ele só ouvia falar de JK, Lúcio Costa, esse pessoal assim, e dizia: “e os meus companheiros, e as pessoas que fizeram Brasília? Tantas pessoas que eu vi morrer, tantas pessoas que passaram dificuldades e que tinham tanto amor por estar nesse sonho que era Brasília”. Ele não falava “e eu? Por que eu não apareci nessa história?”, mas eu ficava encucando, pensava que um dia iria fazer alguma coisa para trazer o reconhecimento, pelo menos para meu pai (JEVAN apud PEREIRA, 2013, p. 100).

Além de buscar valorizar as memórias de seu pai e de outros candangos, Manoel Jevan, ao iniciar os seus estudos sobre Ceilândia-DF ainda na graduação, incomodava-se com a

distância que precisava percorrer para acessar o Arquivo Público do Distrito Federal localizado no Plano Piloto. Portanto, solicitou que esse arquivo fosse desmembrado e os documentos referentes a Ceilândia se localizasse na própria cidade. Após negarem a sua solicitação, Manoel Jevan percebeu ainda mais a necessidade de se criar um espaço na própria cidade, fundando o Arquivo Público Comunitário em 1993. O professor solicitava que os seus alunos pesquisassem sobre os pioneiros da cidade, entrevistando-os e recolhendo materiais para compor o Arquivo que posteriormente se tornaria um museu (PEREIRA, 2013).

A Casa da Memória Viva da Ceilândia além de possuir um acervo recolhido pelo Professor Jevan, também promoveu e promove vários eventos culturais como a Sanfonada de Natal, a Festa dos Estados Nordestinos e, recentemente, a 21ª Caminhada Pré-Histórica realizada no dia 25 de setembro de 2021. A CMVC já foi sediada em vários endereços, atualmente, esse museu se localiza na QNP 10, conjunto M, casa 20, no setor P-Sul em Ceilândia, sob a direção do próprio Manoel Jevan. Esse espaço não possui uma natureza jurídica formalizada e esse é um dos motivos dele ser custeado exclusivamente por recursos próprios do Professor e de seus parceiros. A seguir, temos uma fotografia da sua atual sede:

Figura 6 - Atual sede da Casa da Memória Viva da Ceilândia



Fonte: Própria, 2021.

Ao solicitar que os estudantes visitassem remotamente a Casa da Memória Viva da

Ceilândia, estimava-se que eles pudessem comparar essa Casa com o já visitado Memorial JK. Ambos os espaços possuem inúmeras diferenças, algumas gritantes como o orçamento e a visibilidade que possuem. Contudo, a diferença primordial para essa atividade está presente nas narrativas históricas produzidas e divulgadas pelos dois museus. Os dois espaços retratam um contexto histórico semelhante, os primeiros anos da construção de Brasília, porém enquanto o Memorial privilegia um único sujeito nesse processo, Juscelino Kubitschek, a CMVC privilegia os candangos e faz uma ferrenha crítica aos espaços museais de Brasília que divulgam uma perspectiva elitista da história do Distrito Federal.

O processo de adaptar a visita para o modelo remoto foi mais complexo nesse caso, já que, diferentemente do Memorial JK, a Casa da Memória Viva não possui um site próprio. As informações sobre a CMVC estavam dispersas na sua página do *Facebook* e em alguns sites de notícias. Primeiramente, os alunos deveriam assistir a um vídeo curto disponível no *Youtube* que mostrava algumas imagens de eventos realizados nesse espaço (VÍDEO DE ABERTURA DA LIVE DE INAUGURAÇÃO DA LOJINHA DO MUSEU, 2021). Depois, eles deveriam assistir à reportagem do programa de televisão Balanço Geral no portal R7 (MUSEU..., 2018). Essa matéria no momento não está mais disponível por motivos que desconheço. Os estudantes ainda deveriam ler a matéria de jornal do “Correio Braziliense” de março de 2017 disponível no site do jornal (LOURENÇO, 2017). Por último, deveriam acessar a página da Casa da Memória Viva no *Facebook* (MUSEU CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA, 2014). Os alunos tinham até o dia 06 de maio de 2021 para entregarem essa atividade.

3.4 AS RESPOSTAS PRESENTES NO QUESTIONÁRIO DA VISITA REMOTA À CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA

A princípio, as duas visitas remotas seriam feitas no mesmo momento e seria aplicado apenas um questionário para ambas, porém temendo tornar a atividade mais confusa, optei por solicitá-las separadamente. Portanto, as quatro perguntas presentes no questionário anterior se repetem de forma semelhante nesse e há mais quatro perguntas que visavam levar os alunos a compararem os dois espaços, além de uma pergunta no final que trata sobre a influência da história no presente (apêndice-G).

Cento e vinte alunos realizaram essa atividade, oito estudantes a mais do que o questionário anterior. Não consegui identificar o motivo desse aumento, pois esse questionário, além de ter mais perguntas, dependia da feitura do anterior para respondê-lo adequadamente. Novamente, alguns alunos responderam duas vezes ao mesmo questionário, portanto considere

apenas o que foi respondido por último. Cada subtópico a seguir corresponde a uma pergunta.

3.4.1 Qual a história contada na Casa da Memória Viva da Ceilândia? Esse Museu é sobre quem? Como a história é contada na Casa da Memória Viva da Ceilândia?

A pergunta inicial tinha como intuito levar os alunos a identificarem qual a perspectiva histórica contemplada nesse espaço, em outras palavras, qual a história contada nesse Museu. As respostas obtidas nessa questão foram parcialmente satisfatórias, a grande maioria delas estava correta²³, porém muitos alunos retiraram as suas respostas não das suas observações e sim da matéria de jornal disponível no site do Correio Braziliense (LOURENÇO, 2017), como podemos observar: “Conta a história do surgimento da cidade. É sobre os fundadores de Ceilândia contando então, as suas dificuldades e desenvolvimentos que passaram ao longo do tempo. É contada através de informações adquiridas dos primeiros cidadãos”. E também: “A história contada na Casa da Memória Viva da Ceilândia é sobre os primeiros pioneiros que vieram morar em Ceilândia, esse museu é sobre a história de Ceilândia e os moradores, a história é contada através de livros, poemas, fotos e notícias”.

Como muitas respostas foram transcritas e não “respondidas com as próprias palavras”, como vulgarmente os professores dizem, é inviável identificarmos quais alunos pesquisaram e encontraram as respostas em suas pesquisas ou quais simplesmente as copiaram de seus colegas. O fato desse questionário ter sido realizado em casa, faz com que eu tenha menos controle sobre a situação e o contexto em que ele foi respondido.

3.4.2 Quais os sujeitos históricos (personagens que aparecem na história) se destacam na Casa da Memória Viva da Ceilândia?

A segunda pergunta também pretendia levantar as características gerais desse espaço e principalmente quais os sujeitos contemplados em sua narrativa. Apenas oito alunos deram respostas destoantes, pois optaram por encontrar respostas rápidas na internet, citando nomes que aparecem em alguns links quando se busca no *Google* informações sobre esse Museu, por exemplo, os museólogos Hughes de Varine e Mário de Souza Chagas, ou ainda, citaram trechos aleatórios de monografias que pesquisaram sobre a Casa da Memória Viva da Ceilândia.

²³ Considerei como corretas as repostas que afirmavam que a CMVC contava a história da construção de Brasília e/ou da fundação de Ceilândia, focada nos candangos, pioneiros, fundadores e similares. A história é contada através de matérias de jornais, cartazes e principalmente através do próprio Professor Jevan.

As outras 112 respostas foram consideradas satisfatórias, alguns estudantes optaram por citar os nomes dos pioneiros representados nesse Museu como Dona Brasília e Donzílio Luiz. Outros citaram o próprio Professor Manoel Jevan, sendo um dos nomes mais presentes nas respostas, 48 vezes ao todo, o espaço e a vida do Professor se misturam em muitos aspectos, sendo difícil separá-lo desse Museu. Além do mais, o professor também é filho de candango e pioneiro de Ceilândia, inserindo-se no grupo representado na CMVC. Um exemplo dessa situação foi a resposta: “Os candangos, as primeiras famílias vindas pra Ceilândia e acredito que de certa forma até mesmo o próprio professor Manoel Jevan Gomes e de seu pai, pois eles também moram em Ceilândia”.

O termo “candangos” também se repetiu muitas vezes, 45 ao todo. Ainda destaco o termo “fundadores”, citado 18 vezes, e “pioneiros” presente em 16 respostas, entre elas: “Bom os sujeitos históricos são os candangos e as pessoas que ajudaram a construir Brasília, porque o principal motivo do museu é reconhecer a importância desses trabalhadores (...)”. Esses foram os termos mais citados pelos alunos.

3.4.3 Quais os principais objetos e fontes históricas presentes na Casa da Memória Viva da Ceilândia?

A intenção dessa pergunta era fazer os alunos refletirem sobre o acervo exposto, como a sua escolha influenciava as narrativas presentes no museu e conseqüentemente em sua perspectiva histórica. Apenas 17 alunos responderam de forma inesperada, em boa parte, por preferirem buscar a resposta pronta na internet ao invés de elaborarem a sua própria resposta, novamente algumas respostas foram apenas trechos aleatórios de monografias que abordavam a Casa da Memória Viva da Ceilândia.

Uma resposta presente nove vezes foi a seguinte: “Documentos e livros oficiais sobre o surgimento da cidade, fotos, publicações e biografias dos fundadores”. Não encontrei tal resposta na internet, o que me levou a crer que um aluno a elaborou e repassou a sua resposta para os demais, apenas isso explicaria a sua presença nove vezes. As respostas variaram pouco, como podemos observar: “Fotos dos primeiros anos da cidade, publicações nos jornais da época, objetos usados dos pioneiros, relatos dos candangos, artefatos” e: “Objetos dos pioneiros, fotos dos primeiros anos da cidade, quadros, bandeira da cidade, artefatos, bibliografias etc”. De modo geral, considerei satisfatória a maioria das respostas.

3.4.4 Quem administra a Casa da Memória Viva da Ceilândia? Isso interfere na história contada nessa Casa? Como?

A quarta pergunta desse questionário tinha o mesmo intuito da pergunta número quatro do questionário anterior: levar os alunos a refletirem sobre como a história pode ser influenciada pelos indivíduos que a contam. Dificilmente, indivíduos ou grupos que se beneficiam com uma história elitista de Brasília teriam interesse em confrontá-la com outra perspectiva histórica como a presente na CMVC ou a presente no Museu Virtual de Ceilândia.

Do total de 120 respostas, apenas 14 alunos responderam de forma destoante, pois não mencionaram o Professor Jevan. Outros 20 alunos responderam apenas que o Professor Manoel Jevan administrava a CMVC, mas não escreveram se isso interferia ou não na história apresentada. Vinte e nove alunos afirmaram que o Professor Jevan não interferia. Novamente, em algumas respostas percebemos que para alguns alunos o ato de contar uma história não interfere nela, dando ao fato ocorrido uma veracidade intrínseca, aconteceu isso e pronto: “Quem administra é o professor Jevan Gomes. Não, pois ele só incrementou a história com os relatos dos alunos e não a modificou em nada”.

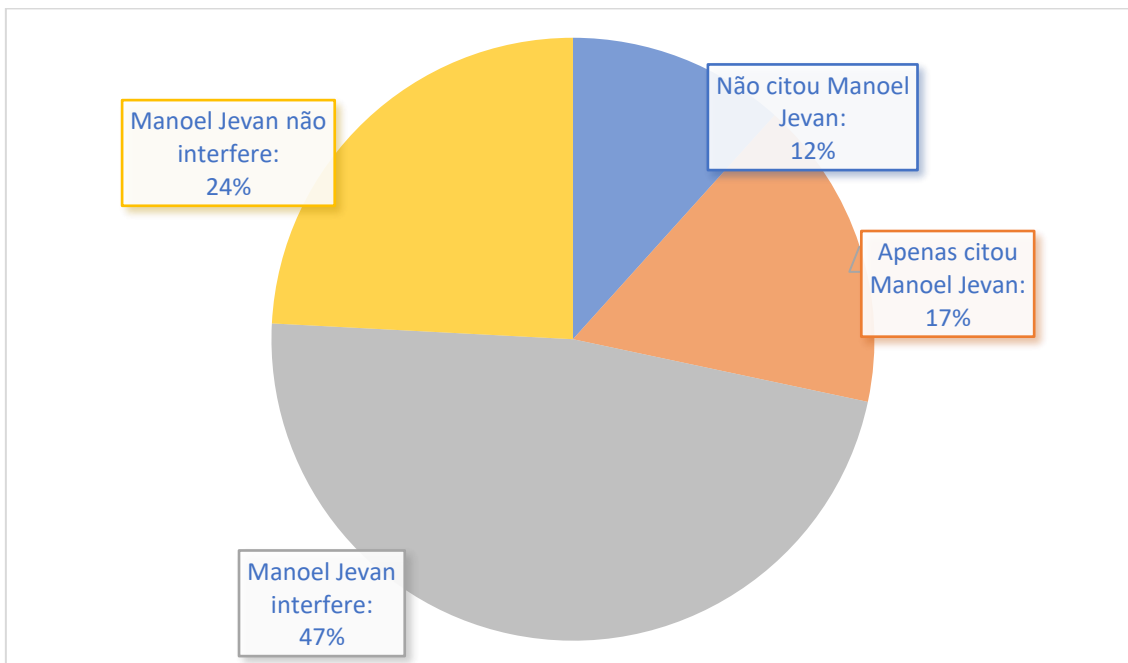
Cinquenta e sete alunos afirmaram que o Professor Jevan interferia na história contada nesse espaço, principalmente devido a sua relação familiar e afetiva com o seu pai, candango e pioneiro de Brasília:

Manoel Jevan Gomes. Sim, pois seu pai era um candango cearense que trouxe toda a família para cá, e infelizmente, "acabou sendo esquecido". Por isso, Jevan se formou em História e se tornou historiador para contar a verdadeira saga dos candangos que foram renegados na história de Brasília.

E ainda: “O professor de História Manoel Jevan Gomes, isso interfere sim na história contada, pois além de homenagear os candangos, o pai de Manoel foi um cearense de extrema importância para a Ceilândia assim como várias outras pessoas”.

Considerando todas as 120 respostas, temos a seguinte representação gráfica:

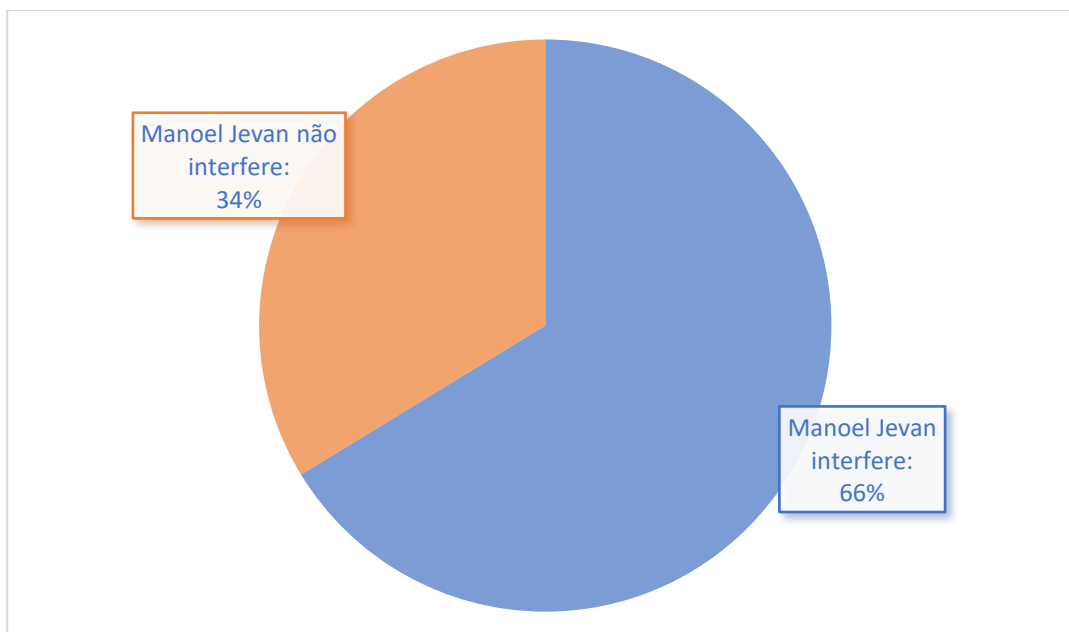
Gráfico 18 - Quem administra a Casa da Memória Viva da Ceilândia? Isso interfere na história contada nessa Casa? Como?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Excetuando as respostas que não mencionaram o Professor Jevan e as respostas que citaram apenas o nome do administrador da CMVC, temos a seguinte situação:

Gráfico 19 - Quem administra a Casa da Memória Viva da Ceilândia? Isso interfere na história contada nessa Casa? Como? (adaptado)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Um ponto interessante é que os alunos perceberam com mais facilidade que o Professor Manoel Jevan interferia na narrativa da Casa da Memória Viva da Ceilândia do que no questionário anterior. Enquanto 58% dos alunos responderam que Ana Kubitschek não interferia na história presente no Memorial JK, esse número foi de apenas 34% quando a mesma pergunta foi direcionada ao Professor Jevan e à CMVC.

Entre as possíveis razões para essa diferença, creio que a mais importante se dá pela forma que esses espaços se autodenominam e como a própria sociedade os enxerga. O Memorial JK serve para enaltecer Juscelino Kubitschek, porém se convencionou que enaltecer esse sujeito é enaltecer os valores democráticos e a própria história de Brasília. Ou seja, tem-se uma narrativa na qual os interesses dos administradores do Memorial são abordados como os interesses da sociedade em geral. Tratar o Memorial JK como um prestador de um serviço público essencial possibilita, sem grande estranhamento, o repasse anual de mais de três milhões de reais do Governo do Distrito Federal. Portanto, o Memorial JK apresenta a história de alguns sujeitos como se fosse a história de toda Brasília.

No caso da Casa da Memória Viva da Ceilândia, todo o discurso de Manoel Jevan é mais franco, pois afirma que aquele espaço tem a função de valorizar uma perspectiva histórica ainda excluída dos espaços oficiais. Em muitas das suas falas, o Professor Jevan reitera que não se pretende abordar a história de Ceilândia e sim a história dos candangos em Ceilândia (JEVAN apud PEREIRA, 2013), evidenciando qual grupo se pretende privilegiar.

3.4.5 Quais as semelhanças você observou entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia?

As perguntas anteriores tinham o intuito de levar os alunos a identificarem elementos essenciais nos dois espaços visitados, indiretamente puderam analisar como as narrativas históricas são construídas nos dois museus. Porém as perguntas seguintes têm como objetivo principal levá-los à comparação direta entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia. A quinta pergunta visava que os alunos percebessem que ambos os espaços abordavam contextos históricos próximos, ou seja, ambos tratavam das primeiras décadas da história do Distrito Federal. Todas as respostas que se aproximaram dessa observação foram consideradas satisfatórias.

Excetuando 19 respostas que não possuíam relação com o enunciado, as demais conseguiram descrever as semelhanças que eu esperava que fossem percebidas: “Ambos

contam as histórias das construções das cidades, têm objetos históricos e administradores que tem um laço muito forte com toda a história contada nos memoriais”. Também:

Ambos prestam homenagens para acontecimentos e pessoas importantes para Brasília e Ceilândia. No memorial JK a homenagem é para Juscelino Kubitschek (fundador de Brasília) e a Casa da Memória de Ceilândia presta homenagem para essa cidade que já completou 50 anos e é a maior cidade de Brasília.

Apesar das semelhanças citadas, certamente as diferenças entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia são maiores, como veremos a seguir.

3.4.6 Quais as diferenças você observou entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia?

Se ambos os espaços possuem como recorte temático a construção e a história do Distrito Federal, esse processo histórico é abordado de maneira bastante diversa entre o Memorial JK e a CMVC. Há diferenças nas perspectivas históricas proeminentes, nos objetos que compõem os acervos, nos sujeitos contemplados, na estrutura física e no orçamento. O intuito da questão seis era que os alunos percebessem como, aparentemente, a mesma história pode ser contada de formas distintas.

Obtive 24 respostas inesperadas, boa parte delas, devido à busca sem reflexão das respostas na internet. Os estudantes encontraram sites relacionados aos espaços e copiaram alguns trechos desses sites. Uma dessas respostas me chamou a atenção, um aluno copiou um trecho de um artigo publicado por mim no XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História da Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História (ABEH) (OLIVEIRA, 2020), creio que ele nem tenha percebido quem era o autor desse artigo.

Como as diferenças superam as semelhanças eu esperava que as respostas dessa questão fossem mais diversificadas do que a anterior e realmente foram. Mas dois aspectos foram os mais citados. O primeiro deles refere-se às diferentes narrativas desses espaços:

No meu ponto de vista, a Casa da Memória Viva de Ceilândia soa como uma forma de valorizar a história da cidade. Tirar a imagem de pessoas que "invadiram um lugar" e formaram uma cidade. Já o Memorial, é um lugar para homenagear Juscelino que foi primordial para toda a formação e construção de Brasília.

Ou ainda: “A diferença que eu observei foi que a Casa da Memória Viva da Ceilândia conta a história dos primeiros moradores de Ceilândia e o Memorial JK conta a história de

um dos presidentes do Brasil”.

Outra diferença citada com frequência estava ligada às estruturas dos dois espaços: “O Memorial JK tem mais estrutura em questão de dinheiro do que a Casa da Memória Viva da Ceilândia que foi feita na casa do professor Manoel Jevan Gomes e o Memorial JK foi feito em um museu com muito mais investimentos e estrutura”.

Também:

As maiores diferenças entre esses dois é com certeza o ambiente e a forma sobre como as histórias são contadas. No Memorial JK, nós temos um lugar mais sofisticado e moderno, mas sem perder a função principal que é falar sobre o passado, e quanto a Casa da Memória Viva da Ceilândia é um lugar mais simples, mas que está repleto de informações sobre a construção da Ceilândia. Outra das principais diferenças é que enquanto o Memorial JK foca na história sobre a política antiga, a Casa da Memória foca sobre os primeiros candangos e sobre a construção da Ceilândia.

É possível notarmos que duas importantes diferenças foram citadas com frequência. Uma delas aponta para a discrepância entre os sujeitos históricos contemplados nesses museus, enquanto o Memorial JK propõe abordar a história de vida de Juscelino Kubitschek, a Casa da Memória Viva da Ceilândia foca a sua abordagem nos candangos e nos ceilandenses. Outra diferença estaria na estrutura dos dois espaços, o Memorial se localiza em um grande e luxuoso prédio, enquanto a CMVC se localiza na própria casa do Professor Jevan.

3.4.7 Por que você acha que tem diferenças entre as histórias contadas no Memorial JK e as histórias contadas na Casa da Memória Viva da Ceilândia?

Após identificar as principais diferenças entre esses espaços, a pergunta seguinte estimava que os alunos analisassem os motivos de tais diferenças. Por que havia um esforço público em financiar o Memorial JK que possui uma história tradicional e esse mesmo esforço não estava presente na Casa da Memória Viva da Ceilândia? Quais os interesses em fomentar determinadas narrativas em detrimentos de outras? Não se tinha respostas muito esperadas ou corretas para essa questão, o intuito era fazer os alunos refletirem a respeito das diferenças notadas e sobre o que ocasionava essas diferenças.

Creio que por se tratar de uma pergunta mais vaga, muitos alunos tiveram dificuldade em respondê-la, totalizando 30 respostas insatisfatórias²⁴. Porém, obtive também respostas que

²⁴ Considerei insatisfatórias as respostas que não mencionaram as causas dessas diferenças, por exemplo, as repostas que transcreveram trechos aleatórios de sites da internet ou que mencionaram não haver diferenças entre os dois museus.

demonstravam que os objetivos dos questionários foram alcançados, ou seja, parte dos estudantes perceberam que as narrativas históricas são influenciadas pelos interesses e pelas intenções dos seus produtores: “Porque o memorial é apenas para honrar o JK, a história gira em torno dele. A Casa da Memória Viva de Ceilândia é para valorizar e honrar Ceilândia e para tirar a visão distorcida de que os candangos são invasores”.

Temos ainda uma resposta mais dialética:

Porque são duas histórias que ao mesmo tempo são iguais e muito diferentes. Pois apresentam os dois lados de uma mesma história. Pobres X bem-sucedidos. Elites de Brasília arquitetando projetos X candangos construindo a cidade. Isso tem um peso que reflete nas histórias de ambas as cidades.

Algumas respostas mencionaram que parte das diferenças entre os dois museus se deve ao fato de que esses espaços possuem intenções diferentes, como vimos anteriormente, o Memorial JK intenciona valorizar o próprio Juscelino Kubitschek e possui uma perspectiva elitista da história de Brasília, enquanto a CMVC possui a intenção de valorizar os trabalhadores pobres que participaram da construção de Brasília e da fundação de Ceilândia. Porém, nenhuma resposta correlacionou diretamente o esforço do Governo do Distrito Federal (GDF) em financiar e conservar a perspectiva elitista presente no Memorial JK, enquanto a iniciativa do Professor Jevan é mantida com recursos próprios. Eu pretendia que os alunos compreendessem, mesmo que superficialmente, que o incentivo a uma perspectiva elitista colabora para a naturalização das desigualdades socioespaciais no DF, diminuindo a pressão da população brasileira para se combater tais desigualdades.

3.4.8 Entre as histórias contadas no Memorial JK e as histórias contadas na Casa da Memória Viva da Ceilândia, qual teria mais relação com a sua vida? Por quê?

A oitava questão procurava evidenciar ainda mais o caráter excludente das narrativas oficiais sobre a construção de Brasília, por estimar que os alunos percebessem que eles e seus familiares eram negligenciados nessas narrativas, ou seja, essas histórias tinham pouca relação com as suas vidas. Ressalvo que negligenciados não significa ausentes, conforme Cardoso (2006, p. 188): “Esquecimento (...) não é ausência, porque a presença é necessária para a construção das noções de desbravadores, pioneiros, candangos”. Estimava ainda que ao descortinarem tal negligência ou esquecimento, os alunos percebessem a necessidade de criarem espaços como o Museu Virtual de Ceilândia.

Onze alunos responderam de forma inesperada, pois responderam: “Não”, “Não sei” ou ainda copiaram trechos aleatórios de alguns sites. Outros sete afirmaram que não se identificavam com nenhum dos dois espaços. Os motivos da ausência dessa identificação não foram apontados por eles. Talvez o fato desses museus valorizarem os sujeitos considerados pioneiros tenha dificultado essa identificação, principalmente, entre os alunos recém-chegados ao Distrito Federal. Mas creio que o principal motivo para darem essa resposta foi para não precisarem justificá-la, pois todos que responderam desse modo não completaram a resposta que pedia para justificarem a sua escolha. Pareceram-me mais respostas apressadas do que uma total falta de identificação com as histórias presentes nesses museus, como podemos observar: “Eu sei lá, não consigo me identificar”, ou ainda: “Sinceramente, nenhuma das duas!”.

Se sete alunos afirmaram que nenhuma dessas histórias tinham relação com as suas vidas, 11 alunos afirmaram que ambas tinham, tanto o Memorial JK quanto a Casa da Memória Viva da Ceilândia se relacionavam com a vida deles. Obviamente, que a pergunta exigia que escolhessem um dos locais, porém esses alunos tiveram dificuldades em se decidir: “Acho que as duas. Ambas são importantes e necessárias para mim. Porque sem Brasília não existiriam os candangos e sem candangos não existiria Brasília”. Essa resposta se repetiu dez vezes, apresentando indícios que houve o compartilhamento dela entre os estudantes.

Apenas sete alunos optaram pelo Memorial JK, porém não explicaram por que a história contada no Memorial tinha mais relação com as suas vidas. No entanto, atentaram a outras características desse espaço, como a sua origem, estrutura e estética: “A do Memorial JK, porém não tem algo relacionado com a minha vida, apenas gostei e achei interessante”. Também: “O Memorial JK. Por conta que eu gostei mais da história e achei muito bonita a atitude de fazer o Memorial JK para homenagear o seu marido”.

A grande maioria dos alunos, ao todo 84, responderam que a história contada na CMVC tinha mais relação com as suas vidas. Muitos perceberam que os seus familiares, principalmente os seus avós estavam representados nesse espaço, além de quase todos os estudantes serem ceilandenses: “Casa da Memória Viva da Ceilândia, porque onde moro ainda passamos pelos mesmos sofrimentos, como a falta de saneamento básico, então é a que eu mais me identifico e espero presenciar muitas mudanças ainda”.

Ou ainda:

Acho que a que teria mais relação na minha vida é a história da Casa da Memória Viva da Ceilândia, pois eu nasci e moro em Ceilândia, gosto daqui e a Casa da Memória Viva fica perto da minha casa. Apesar de simples como eu havia dito é muito importante termos um museu para lembrarmos da história da fundação da nossa cidade.

Portanto, podemos perceber que, em sua grande maioria, os alunos se identificaram com as narrativas e os sujeitos históricos presentes na Casa da Memória Viva da Ceilândia.

3.4.9 Você acha que a forma que as histórias são contadas pode influenciar a forma que agimos no presente? Justifique.

A última pergunta do questionário visava analisar se os alunos compreendiam a história de forma prática. Se ela seria capaz de interferir nas ações e nas reflexões dos indivíduos no presente. Se as diferentes narrativas presentes nos espaços visitados poderiam influenciar a percepção que os brasilienses possuem do Distrito Federal. Se a narrativa histórica do Memorial JK poderia legitimar as desigualdades sociais e espaciais de Brasília ou se a narrativa presente na CMVC poderia incentivar a mobilização e a reivindicação de melhorias para a cidade de Ceilândia.

Oito alunos responderam essa pergunta de forma inesperada. Outros nove alunos responderam apenas: “sim” e oito responderam apenas: “não”, não justificando as suas respostas como solicitava o enunciado da questão. Doze alunos responderam que a forma que as histórias são contadas não influenciam a ação no presente, nessas respostas percebemos um certo presentismo, no qual apenas o momento importa, pois é somente nele que é possível agir independente da percepção que se tem do passado: “Não, pois os nossos costumes e atitudes estão sempre mudando, independentemente do que um dia já aconteceu”. Também: “Eu acho que não, porque a gente está no presente e não vivemos no passado”.

Ou ainda, o desconhecimento da história faria com que determinadas pessoas não fossem influenciadas por ela: “Não, pois muitas pessoas não conhecem a história”. Como podemos ver também em: “Mais ou menos, pois depende da pessoa, porque se for uma pessoa que não liga para o passado ela vai viver o presente normalmente (...)”.

O restante dos 82 alunos afirmou que a percepção que se tem da história pode influenciar o modo de agir no presente:

Sim, pois ao observar todas as dificuldades que os fundadores de Ceilândia passaram, a gente pode valorizar mais as coisas nos dias atuais, coisas que eram impossíveis no início da história, como água encanada, energia elétrica e saneamento, para quem não olha pro processo que os moradores tiveram que passar, não reconhecerá o valor de tal coisa, então sim, é muito influenciadora a forma que tudo é relatado.

Ou ainda como os preconceitos atuais remetem a uma percepção de história intencionalmente excludente: “Sim, os candangos por exemplo, foram vistos como invasores por muito tempo e, hoje em dia ainda, se pode ver preconceito em muitas pessoas em relação àquelas que moram em Ceilândia”.

Desse modo, posso afirmar que a maior parte dos alunos que responderam essa pergunta percebeu a relação direta entre o passado e o presente, relação que pode legitimar desigualdades e preconceitos, mas também pode legitimar a busca por melhores condições de vida pela população periférica de Brasília. Essa percepção aumentaria o peso e a responsabilidade dos alunos que em algumas semanas iniciariam a construção do Museu Virtual de Ceilândia.

3.5 A DEVOLUTIVA DOS QUESTIONÁRIOS

A devolutiva desses questionários ocorreu no dia 27 de maio de 2021. Ao invés de corrigi-los separadamente, questão por questão, optei por dar uma aula expositiva sobre esses espaços e as narrativas históricas construídas por eles. Assim, corrigi indiretamente as questões solicitadas através dessa aula. Os *slides* utilizados estão disponíveis no apêndice-H. Neste tópico, optei por citar os nomes das alunas que se manifestaram durante a aula, pois houve uma interação mais individual, direta e espontânea do que a presente no tópico anterior.

Costumeiramente, o Professor Valter da Silva iniciava as suas aulas com alguma música relacionada ao tema que seria abordado no dia, esses primeiros minutos também serviam para que os alunos fossem se organizando e entrando na sala virtual. Optei por manter esse hábito, pois queria passar uma ideia de continuidade do trabalho do professor regente. Mas o principal motivo foi a pertinência da música escolhida para a aula que propunha refletir sobre a construção das narrativas históricas e as suas intencionalidades, o samba-enredo da Mangueira, “História para ninar gente grande”:

Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
 São verde e rosa as multidões

Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou

Desde 1500
 Tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
 Quem foi de aço nos anos de chumbo
 Brasil, chegou a vez
 De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
 (HISTÓRIA PARA NINAR GENTE GRANDE, 2019).

Esse samba-enredo critica a percepção excludente da chamada história tradicional que negligencia negros e mulheres e em contrapartida valoriza homens brancos, ricos e poderosos. Aproveitei-me para nomear a aula com um trecho dessa música: “A história que a história não conta”.

Após reproduzir o samba-enredo citado, iniciei abordando o Memorial JK e as intenções desse espaço. Destaquei que ao escolherem expor o acervo que os alunos tinham visitado, o Memorial propunha contar a história do ex-presidente Juscelino Kubitschek, mas não qualquer história, e sim uma história que o enaltecesse, demonstrando o heroísmo e a ousadia de JK. As construtoras também possuem uma certa relevância nesse espaço, sendo retratadas como promovedoras do progresso. Por outro lado, ao destacarem esses sujeitos, negligenciavam outros, como os próprios candangos que são retratados como coadjuvantes na construção de Brasília.

Para exemplificar como o Memorial buscava construir uma narrativa unívoca, citei alguns aspectos que são ignorados nesse espaço. As condições de trabalho dos operários que participaram da construção de Brasília já foram abordadas no Capítulo 2. Porém, esse tema também foi discutido na devolutiva dos questionários, portanto retomarei brevemente esse assunto.

Expus aos alunos que havia um grande interesse político de Juscelino e seus aliados que a nova capital fosse inaugurada no dia 21 de abril de 1960, tanto é que Brasília foi inaugurada com muitas obras inacabadas. Essa data é Feriado Nacional de Tiradentes, personagem escolhido pela República para representar os valores democráticos que Juscelino afirmava defender (FONSECA, 2006). JK ainda buscava se identificar regionalmente com Tiradentes, pois ambos eram mineiros. O ano de 1960 era o último ano do governo de Juscelino, postergar

essa inauguração possibilitaria que outro presidente colhesse os louros dessa conquista e como é sabido, JK tinha interesse em concorrer à presidência novamente em 1965, certamente a construção de Brasília seria uma das principais pautas da sua campanha eleitoral.

Essa pressa fazia com que os prazos das construtoras fossem curtos, forçando os trabalhadores a jornadas extenuantes. As jornadas de trabalho chegavam a 16 horas por dia, o que certamente favorecia os acidentes de trabalho juntamente com a arquitetura pouco usual dos prédios. Segundo vários relatos orais, as condições dos alojamentos eram precárias e constantemente era servida comida estragada para os trabalhadores (GOUVÊA, 1995; CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA, 1991). Obviamente que a velocidade das obras e a pretensão do ex-presidente Juscelino de inaugurar Brasília em 1960 não podem ser apontadas como as únicas causadoras das situações citadas, mas colaboraram para a exploração da mão obra operária. Apropriei-me de outro trecho do samba-enredo “História para ninar gente grande” (HISTÓRIA PARA NINAR GENTE GRANDE, 2019) e intitulei o slide que tratava das más condições dos trabalhadores, dos acidentes e das mortes nas construções de: “Tem sangue atrás do herói emoldurado”.

Porém o episódio que mais chamou a atenção dos alunos foi Massacre da Pacheco Fernandes, conhecido também como o Massacre da GEB, esse episódio já foi apresentado no Capítulo 2. Os alunos ficaram surpresos com a história desse massacre, pois nenhum deles tinham conhecimento desse acontecimento. Aproveitei o interesse dos alunos por esse episódio para salientar que esse desconhecimento era intencional, pois é uma história que destoa da história oficial que os monumentos presentes em Brasília querem contar. Portanto, tal história não seria exposta no Memorial JK, pois não era do interesse desse espaço relatar um episódio que pudesse questionar o heroísmo de Juscelino e questionar a construção da nova capital como sinônimo de modernidade e progresso. Portanto, ignorar certos episódios também é uma maneira de se construir narrativas históricas. O que não é exposto pode ser mais revelador do que o que é exposto.

Dei continuidade chamando a atenção dos alunos para um elemento importante dos museus, mas que geralmente desperta pouco interesse em seus visitantes: quem dirige esses espaços? Quem conta a história influenciará na história contada. Como citei anteriormente, essa obviedade para os historiadores não é tão óbvia para os nossos alunos. Salientei que apesar do Memorial JK receber anualmente mais de três milhões de reais de verba pública, a escolha dos seus presidentes é feita internamente, sem a participação direta ou indireta da população.

A perspectiva exclusivamente positiva da história de Juscelino Kubitschek presente no Memorial acaba por favorecer Anna Kubitschek, pois indiretamente há também o

enaltecimento de sua família. Já o vice-presidente e marido de Anna, Paulo Octávio, político e empresário da construção civil é favorecido com as narrativas que apresentam as construtoras como protagonistas do progresso em Brasília.

Todos os conflitos e tensões, como o massacre da Pacheco Fernandes, são ignorados no Memorial JK em favorecimento de uma narrativa única, harmoniosa e progressista. Aproveitei para salientar que, ao contrário do que alguns alunos tinham respondido nos questionários, a história nunca está pronta, ela está em constante construção, pois envolve interesses atuais de determinados indivíduos e grupos. Se a história do Memorial JK fosse contada por um candango, provavelmente seria uma história diferente.

Prosseguindo com a aula, abordei a Casa da Memória Viva da Ceilândia, citando as várias diferenças entre esses dois espaços. Porém a principal diferença que eu almejava que os alunos percebessem era nas distintas intenções presentes no Memorial JK e na CMVC. Entre as intenções desse último espaço destaquei três: valorizar as histórias dos candangos; ser um centro cultural e valorizar a identidade ceilandense.

Um fato chamou a atenção da aluna Amanda Mascarenha, apesar da CMVC se localizar próxima à escola, ela desconhecia a existência desse Museu até visitá-lo remotamente e questionou os motivos desse espaço não ter a mesma visibilidade que possui o Memorial JK. Respondi que, um dos motivos que poderia explicar essa diferença, seria a falta de interesse da Administração Pública de propagar as narrativas presentes na CMVC, pois parte dessas narrativas questionam o heroísmo de JK e a ideia de progresso e modernidade presente nas narrativas oficiais.

Retomei a discussão anterior sobre a influência que os produtores e propagadores das narrativas tem sobre elas. Ressaltei que o fato do Professor Jevan ser nordestino e filho de trabalhadores migrantes faz com que a sua percepção sobre a cidade seja diferente da percepção de Anna Kubitschek e Paulo Otávio. Consequentemente, a Casa da Memória Viva da Ceilândia valoriza uma narrativa que não está presente em outros espaços como o Memorial JK. Concluí expondo qual seria o objetivo dessas atividades:

Perceber que a história, o que deve ser lembrado ou esquecido é fruto de disputas do presente pelo controle do passado. Políticos, movimentos sociais, reis e rainhas buscam legitimar o seu poder através da história; controlando o passado se controla o presente (OLIVEIRA, 2021b).

A aluna Luísa Pereira ainda levantou uma questão importantíssima: se escutamos duas versões da mesma história, como saber qual seria a verdadeira? Aproveitei para retomar alguns

pressupostos que já tinham sido abordados pelo Professor Valter no início do ano letivo, a história não é uma ciência exata, mas que possuía os seus métodos que buscavam se aproximar de uma verdade, entre esses métodos a interpretação das fontes. Porém, ressaltai que a subjetividade do conhecimento histórico não poderia ser confundida com uma mera opinião do historiador. Amanda Mascarenha e Luísa Pereira se manifestaram novamente, elogiando a aula e afirmando que ela tinha mudado as suas percepções sobre a história e que iriam tratar as narrativas históricas com mais desconfiança de agora em diante.

Finalizei recomendando o filme “Narradores de Javé” (2003), pois, o filme retrata com humor e leveza temas complexos relacionados à história, através dos conflitos envolvendo os moradores de Javé pelo controle do passado. Buscando estimular a curiosidade e o interesse dos alunos pelo filme e pela história oral, salientei que Antônio Biá, protagonista de Narradores de Javé (2003), comete um grave erro ao tentar escrever a história do povoado, um erro que os alunos não poderiam cometer quando fossem entrevistar os seus familiares. Em outro momento, retomei esse assunto e expus o erro de Biá quando abordei a história oral em sala de aula.

O Capítulo 3 descreveu as visitas ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia, analisou e comparou as respostas presentes nos questionários realizados pelos alunos e abordou como se deu a devolutiva dessas atividades em sala de aula. O objetivo dessas visitas era familiarizar os alunos com os museus e principalmente levá-los a refletir como esses espaços constroem as suas narrativas históricas e como essas narrativas possuem certas intenções.

A condição remota das visitas prejudicou a minha capacidade de analisar o real alcance dessas atividades, pois era inviável eu saber sob quais condições essas visitas foram feitas e se de fato foram feitas por todos os alunos que responderam os questionários. Alguns elementos dos museus não eram perceptíveis remotamente, como o clima sacro do sepulcro de Juscelino no Memorial JK ou as intervenções do Professor Jevan na Casa da Memória Viva da Ceilândia. Provavelmente, o engajamento e a participação dos estudantes seriam maiores se as visitas fossem realizadas presencialmente, o que não foi possível por causa da pandemia de Covid-19.

Apesar da adversidade supracitada, analisando as respostas presentes nos questionários e as observações dos alunos que se manifestaram durante a devolutiva das atividades, julguei satisfatória e frutífera essa etapa da pesquisa-ação. Considero que o objetivo principal foi atingido: fazer os alunos perceberem de forma crítica e reflexiva como os museus constroem as suas narrativas históricas. Agora, familiarizados com os museus e com uma percepção mais aguçada sobre eles, os alunos estavam mais aptos para as últimas etapas do projeto: a coleta e

a produção do acervo para o Museu Virtual de Ceilândia; e a organização desse espaço. Essas etapas serão abordadas no próximo capítulo.

4 CASA DE ALVENARIA: A CONSTRUÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF

Muitos ceilandenses, após a demarcação dos seus lotes, a remoção de suas moradias e a construção dos seus barracos provisórios, iniciaram gradualmente a edificação de suas casas de alvenaria e, aos poucos, a madeira e a lona foram substituídas por telhas e tijolos. As casas de alvenaria eram feitas para durar, com toda solidez que tijolos e cimento podem ter. Essas casas simbolizavam a concretização de um sonho e a finalização de uma batalha, portanto “Casa de alvenaria” também simbolizará o final desta Dissertação, nomeando o seu último capítulo. Como essas casas, o Museu Virtual de Ceilândia também pretende ser duradouro e se tornar tanto uma referência como uma importante ferramenta didática para alunos e professores que pretendem trabalhar com a história local da cidade. Uma casa é o produto do seu processo de construção e é justamente o processo de construção desse Museu o foco deste capítulo.

Como qualquer construção, o Museu Virtual de Ceilândia foi feito em etapas e cada etapa desse processo corresponde a um tópico deste capítulo.

O primeiro tópico aborda como se deu a etapa de coleta e produção do acervo do Museu. Descrevo como a história oral foi apresentada em sala de aula com as suas principais características e procedimentos. Descrevo também qual foi o resultado prático dessa aula, pois analiso como foram as entrevistas orais realizadas pelos alunos, quais as maiores dificuldades encontradas por eles e quais foram os pontos em comum presentes nesses relatos. Por último, descrevo como foi a coleta realizada por mim, quais os arquivos nato digitais fazem parte do acervo e quais arquivos foram digitalizados por mim provenientes do acervo cedido da Casa da Memória Viva da Ceilândia.

Prosseguiremos com o segundo tópico no qual abordo quais foram as escolhas dos alunos na organização do Museu, os motivos de tais escolhas e conseqüentemente qual perspectiva da história ceilandense queriam transmitir. Em suma, analisamos como as intencionalidades dos próprios alunos se manifestaram nessas seleções. Para isso, foram discutidos dois elementos identitários: o nome do Museu e a imagem destacada em sua página inicial. Além desses elementos, também foram discutidos outros aspectos relevantes como a relação público e Museu, o formato das entrevistas e a acessibilidade às pessoas com deficiência.

No último tópico deste capítulo, descrevo o Museu da forma que ele foi inaugurado, como se deu a concretização das minhas escolhas e das escolhas dos estudantes, como as discussões levantadas nos tópicos anteriores se manifestaram na prática e se expressaram no

layout do site, na disposição e na organização do acervo. Este tópico também aborda quais foram os limites do Museu, pois nem tudo que foi deliberado pelos alunos foi viável de ser colocado em prática. Por último, descrevo como se deu a divulgação do Museu, quais os meios utilizados para isso e o seu alcance.

4.1 A COLETA E A PRODUÇÃO DO ACERVO PARA O MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA

Após os alunos visitarem remotamente o Memorial JK, a CMVC e analisarem como tais espaços se organizam, produzem e divulgam narrativas históricas divergentes sobre a história do Distrito Federal, iniciou o momento de produzirem o nosso próprio Museu. Munidos de uma consciência mais crítica e reflexiva sobre esses espaços museais, os estudantes começaram uma nova etapa da pesquisa-ação que consistia na coleta do acervo. Boa parte do acervo também foi coletada por mim ao longo dos anos de 2020 e 2021, como decretos oficiais, livros, produções acadêmicas, filmes e documentários, todos relacionados a Ceilândia. Além de parte do acervo da CMVC, cedida gentilmente pelo Professor Manoel Jevan para que eu pudesse digitalizá-la.

Ciente das possibilidades da história oral no ensino de História, essa metodologia se mostrou a mais viável para a coleta e produção de informações pelos alunos, pois realçava ainda mais o protagonismo discente nesta pesquisa-ação. Se os documentos históricos de outra natureza carecem da interpretação do historiador, as fontes orais carecem do pesquisador para a sua própria existência, sendo este corresponsável pela sua produção. Antes de solicitar que os estudantes realizassem as entrevistas, dediquei uma aula para expor brevemente essa metodologia. A história oral e o ensino de História foram abordados anteriormente no Capítulo 1, portanto, pretendo neste momento apenas descrever como ela foi exposta para os alunos, como foram as entrevistas realizadas por eles e quais foram as observações levantadas por mim nesse processo.

4.1.1 Apresentando a história oral para os estudantes

No dia 08 de junho de 2021, dediquei uma aula inteiramente para explicar os princípios da história oral como metodologia e os procedimentos que utilizariam em suas entrevistas, busquei fazer isso de forma bastante simples e direta, como podemos observar nos slides apresentados nesse dia (apêndice-I). Desse modo, intencionava que os alunos tivessem poucas

dúvidas sobre como iriam realizar essa etapa do projeto.

A aula foi dividida em algumas etapas, a primeira delas buscava conceituar e contextualizar a história oral. Expliquei que essa nova possibilidade de produzir e armazenar informações ocorreu no início do século XX, a partir do surgimento dos gravadores. Mas, um momento marcante para essa metodologia foram as décadas de 1960 e 1970, quando historiadores buscaram pesquisar sobre sujeitos históricos que não estavam contemplados nas pesquisas e metodologias tradicionais. Portanto, a história oral surge num contexto de pluralização da história com a incorporação de outros sujeitos, como: mulheres, trabalhadores e negros (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2015).

O conceito apresentado aos alunos participantes da aula foi retirado do livro “História Oral em Sala de Aula”, de Santhiago e Magalhães (2015), principal obra que auxiliou essa etapa da pesquisa-ação:

História oral é, essencialmente, um método de pesquisa que, através da técnica da entrevista, registra as memórias narradas de um indivíduo, em primeira mão. Entrevistas, por sua vez, são fundamentalmente técnicas para coleta de informações (Ibid., p. 22).

Aproveitando que eu tinha sugerido o filme “Narradores de Javé” (2003) na aula do dia 27 de maio de 2021, citei um erro comum quando se trata de história oral, a busca por uma verdade absoluta. Essa busca e, conseqüentemente a frustração por não a alcançá-la, leva Antônio Biá, o protagonista do filme, à beira da loucura. Ressaltei que os estudantes não iriam buscar a verdade dos fatos em suas entrevistas e sim como os seus entrevistados percebiam determinados elementos das suas histórias e da história de Ceilândia. Para exemplificar tal situação e trazer tais reflexões para a vivência deles, citei uma situação hipotética de como os seus pais poderiam contar histórias diferentes sobre os seus nascimentos, simplesmente porque tiveram perspectivas diferentes sobre o mesmo episódio.

Após compreenderem superficialmente o que seria a história oral, expliquei passo a passo o que fariam:

- Entrevistar familiares ou pessoas próximas que vivenciaram algo relacionado à história de Ceilândia
- Solicitar uma fonte histórica (foto, documento, ferramenta de trabalho...) que relacione a vida dela com a história da cidade. Essa fonte será exposta no nosso Museu Virtual de Ceilândia.
- Valor: 3,0. Data da entrega: até 02/07/2021 (OLIVEIRA, 2021a).

O próximo passo da aula foi designado de “Como vocês vão fazer” e ele foi dividido

em: “Antes da entrevista”; “Durante a entrevista”; e “Depois da entrevista”. Essas etapas já foram abordadas no Capítulo 1, no subtópico intitulado de “A história oral e o ensino de História”, portanto, destacarei apenas alguns pontos dessa exposição.

Um ponto relevante que ressaltai é que uma entrevista para um projeto de história oral não se tratava de um questionário oral, muito menos um interrogatório, e sim de um diálogo, cabendo ao aluno conduzir esse diálogo de forma mais espontânea possível a fim de deixar o seu entrevistado à vontade nesse processo. Um roteiro semiaberto foi disponibilizado para a orientação dos alunos e para assegurar que as entrevistas tivessem temáticas próximas (apêndice-J).

Esse roteiro possuía 12 perguntas. As perguntas iniciais eram mais pessoais sobre o entrevistado, como por exemplo, onde ele nasceu e o que gostava de fazer, visando familiarizar entrevistadores e entrevistados com esse método, além de gerar uma maior proximidade entre os envolvidos. As perguntas seguintes pretendiam compreender como as histórias de vida dos entrevistados se relacionavam com a história de Ceilândia e como eles percebiam as mudanças e as permanências na história da cidade.

Ainda durante as entrevistas, os alunos deveriam solicitar aos entrevistados que assinassem o Termo de Consentimento e cedessem um objeto que relacionasse a sua vida com Ceilândia, esse objeto foi fotografado e exposto no Museu juntamente com as entrevistas. Para facilitar, citei, como exemplo, a minha própria relação com a cidade. Essa relação está mais ligada a uma questão profissional e financeira, desde 2010 leciono em Ceilândia, a partir de 2015 adquiri o meu imóvel e passei a morar na cidade, portanto Ceilândia se relaciona com a conquista da minha moradia, sendo assim, citei como documento que me ligaria a essa cidade a escritura do meu apartamento. Os alunos ainda deveriam preencher uma ficha técnica (apêndice-K) contendo informações sobre a entrevista, a descrição do objeto histórico e as suas dimensões.

Várias questões foram levantadas pelos alunos ao longo da aula, entretanto muitas dessas perguntas eram triviais ou repetitivas, portanto, limitar-me-ei a descrever duas. A aluna Amanda Mascarenha perguntou se a história oral sempre tratava de assuntos pessoais. Uma pergunta aparentemente simples, mas que exigiu de mim uma certa destreza para simplificar a resposta sem comprometer conceitualmente essa metodologia. Respondi que não necessariamente são assuntos pessoais, mas que necessariamente são assuntos que passam pelas pessoas, por exemplo, a fundação de Ceilândia é um episódio histórico que envolve vários indivíduos e instituições, porém a percepção desse evento abordado nas entrevistas seria pessoal.

A outra pergunta foi realizada por Pedro Santos, o aluno queria saber qual seria a duração das entrevistas. Considerando que os entrevistadores eram alunos sem familiaridade com essa metodologia e que o intuito dessas entrevistas era compor o acervo de um museu, estipulei que entre 10 e 30 minutos seria o suficiente. Porém que deixassem o entrevistado falar à vontade, apenas trazendo-o de volta para o tema central, se ele se desviasse muito. Caso a entrevista ficasse muito longa, tínhamos a opção de editá-la.

Inicialmente, eu tinha a intenção de entrevistar o Professor Valter no final da aula para que os alunos pudessem compreender melhor esse procedimento, porém eles tiveram mais dúvidas do que o esperado, extrapolando o tempo planejado para essa aula e sendo necessário utilizar parte da aula seguinte para concluir essa exposição, inviabilizando a entrevista com o professor.

Após essa atividade, os estudantes deveriam criar uma pasta com todos os arquivos selecionados: a gravação da entrevista; o Termo de Consentimento assinado pelo entrevistado e pelo responsável do aluno; a foto do objeto histórico; e a ficha técnica. Em seguida, o aluno-entrevistador faria um upload dessa pasta no *Google Drive*. Todo esse processo foi explicado passo a passo e um vídeo com um tutorial foi produzido por mim, usei como suporte o software *OBS Studio*, capaz de captar a tela e o áudio do computador.

4.1.2 As entrevistas realizadas pelos alunos

Ao todo foram realizadas 35 entrevistas orais, um número bastante baixo se for considerado que o projeto era direcionado a 250 alunos. Creio que em decorrência da condição remota do ensino, sem o contato pessoal que tenho nas salas de aula e sem os espaços de interação espontânea, como os corredores da escola, foi mais difícil incentivar os estudantes a prosseguirem com a pesquisa-ação. Porém, a baixa adesão deles já era esperada. A princípio, quando a pesquisa foi pensada em um contexto de normalidade escolar, ela seria desenvolvida apenas em uma turma, ou seja, destinada a 40 alunos aproximadamente. Quando adaptei a pesquisa para o ensino remoto, trabalhei com cinco turmas ao invés de uma, já esperando que muitos não participassem.

Se já era esperada essa quantidade de entrevistas, a duração delas não, a maioria das entrevistas ficaram muito curtas. Apenas nove passaram dos 10 minutos e apenas duas passaram dos 20 minutos, as outras tiveram aproximadamente cinco minutos, uma entrevista chegou a ter somente um minuto de duração. Apesar de todos os esforços para deixar claro que as entrevistas eram diálogos que eles deveriam conduzir e que o roteiro era apenas uma sugestão,

muitos se limitaram a perguntar estritamente cada item e imediatamente após cada resposta passavam-se para o próximo item. Creio que a falta de prática na realização de uma atividade incomum nas escolas, juntamente com um certo nervosismo por parte dos alunos fizeram as entrevistas serem tão curtas. Em muitas entrevistas, é perceptível que os estudantes estavam desconfortáveis, realizando-as rapidamente para acabarem logo. Muitas vezes os entrevistados, quase sempre os seus familiares, estavam mais à vontade e confortáveis do que os próprios entrevistadores. Os pais que participaram demonstravam estar felizes por auxiliarem a vida escolar de seus filhos.

Outro ponto decepcionante foi a quantidade de entrevistas que se limitavam apenas ao áudio. Eu recomendei que as entrevistas fossem gravadas em formato de vídeo, pois elas possuiriam mais informações, como os gestos do entrevistado e o local das entrevistas, mas principalmente as tornariam mais atraentes para os visitantes do Museu Virtual de Ceilândia, que não se limitariam a ouvi-las. Porém, das 35 entrevistas realizadas, apenas 14 possuíam vídeo.

Alguns problemas dos primórdios da cidade foram citados com frequência. A infraestrutura de Ceilândia foi descrita como precária, pois não se tinha saneamento básico, tornando a falta de água nos domicílios um problema corriqueiro. Os transtornos decorrentes da ausência de asfalto nas vias também foram bastante citados, no período chuvoso se tinha a lama e o surgimento de crateras e no período de seca uma poeira vermelha e fina. A violência presente nesses primeiros anos de Ceilândia foi relatada por muitos entrevistados que lamentaram os amigos de infância assassinados e ainda afirmaram que era comum crianças encontrarem corpos enquanto brincavam.

Há também a ideia de progresso nas entrevistas. Entre as mudanças percebidas, quase todos relataram que morar em Ceilândia se tornou melhor com o passar dos anos. As mudanças mais citadas estão relacionadas à infraestrutura da cidade como a chegada do asfalto, da rede de esgoto e a ampliação das linhas de ônibus. A oferta de serviços também foi citada como uma importante melhoria. Com o surgimento de novas empresas, lojas e redes de comércio na cidade, o ceilandense precisaria se deslocar menos para consumir e para trabalhar. A oferta de serviços públicos também foi citada, principalmente a disponibilidade de escolas próximas às suas casas.

Os entrevistados tiveram mais dificuldades em citar as permanências do que as mudanças na história de Ceilândia. Entre as permanências relataram que violência é um problema que persiste e a saúde pública avançou pouco, a dificuldade em conseguir atendimento médico nos hospitais e nos postos de saúde ainda seria um grande obstáculo na

cidade.

Poucas entrevistas não focaram nas mudanças na infraestrutura da cidade, destacarei duas. Bruno Viana²⁵, em entrevista concedida a Heitor Pádua, afirmou que o preconceito dirigido ao ceilandense vem diminuindo e que ele próprio tinha vergonha de falar onde morava quando era criança. Bruno Viana ainda ressaltou que o combate a esse preconceito foi realizado principalmente nas escolas públicas e nos movimentos culturais, com destaque para o Hip-Hop, manifestação artística na qual Ceilândia é uma referência distrital e nacional. Paulo Roberto dos Santos²⁶, entrevistado pela aluna Mikaela Pontes, destacou que atualmente os jovens ceilandenses possuem mais espaços e meios para se manifestarem, como por exemplo, os pequenos grupos de teatro que existem na cidade.

De modo geral, os entrevistados possuem uma perspectiva positiva em relação a Ceilândia. Nenhum deles declarou que não gosta da cidade ou que pretende se mudar. Ceilândia foi descrita como o lugar que tiveram a oportunidade de trabalharem, constituírem família, criarem os seus filhos e realizarem o sonho de adquirirem a casa própria. A cidade ainda foi retratada como movimentada, cheia de vida e acolhedora com os recém-chegados. Os aspectos negativos também foram descritos, como os já citados problemas com a violência e com a saúde pública, mas os aspectos positivos de Ceilândia superaram com folga tais problemas.

A respeito dos objetos históricos que os alunos deveriam digitalizar e enviar em conjunto com as entrevistas, o que predominou foram as fotografias dos entrevistados quando eram jovens. As fotografias foram diversificadas, o que sinaliza como os entrevistados se relacionavam com a cidade de formas diferentes. Houve fotografias tiradas em desfile de moda, na igreja, em roda de capoeira, em peça de teatro, entre outros ambientes. A relação Ceilândia e o direito à moradia, manifestada nas entrevistas, também esteve presente entre os objetos recolhidos, alguns entrevistados selecionaram para expor as chaves de suas casas e as plantas de suas residências. Ainda cito uma bola de futebol, pois para um dos entrevistados, boa parte dos seus laços afetivos na cidade foram formados a partir dos jogos de futebol que participava.

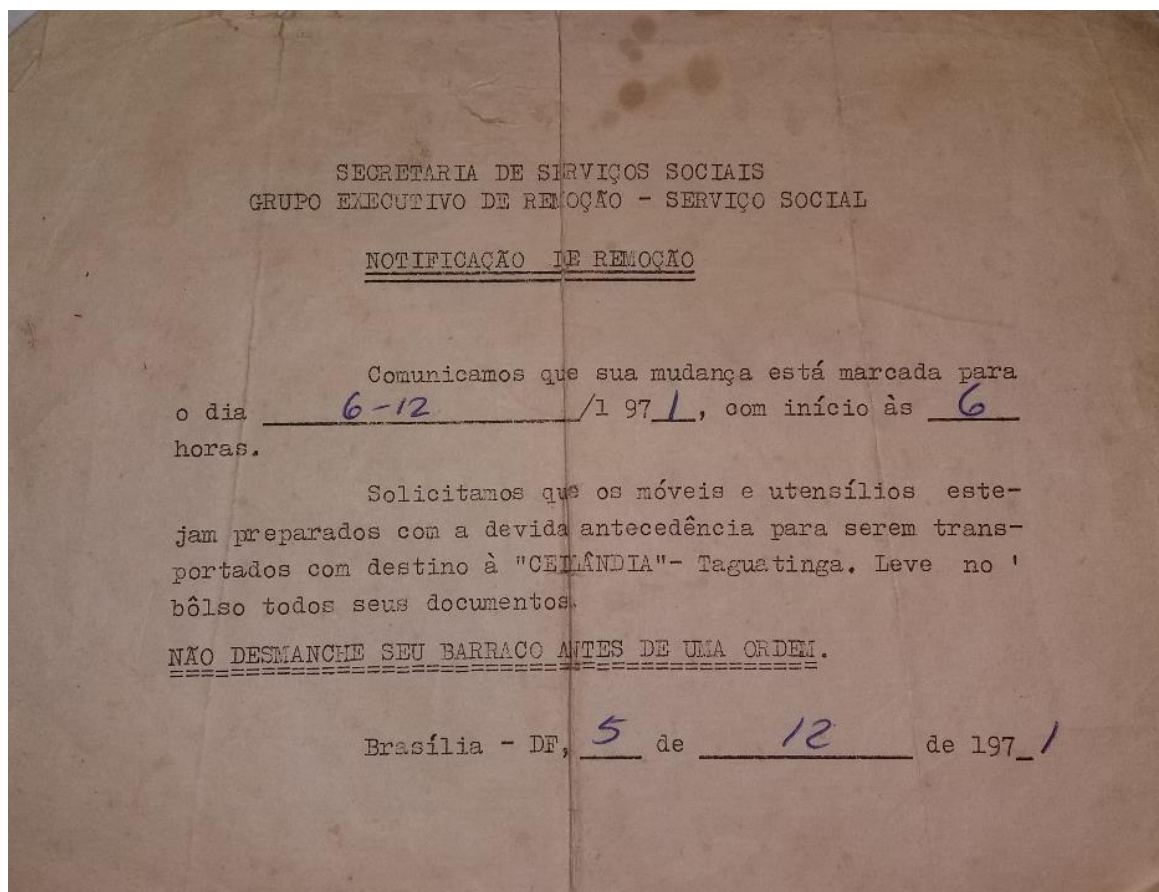
Entre os documentos recolhidos pelos alunos, destaco um. Sara Sueanny trouxe uma Notificação de Remoção de 1971 (Figura 7). Os moradores recebiam essa notificação antes de serem deslocados para Ceilândia. Destaquei essa fonte em aula pois, apesar de aparentemente ter poucas informações, ela era muito reveladora e pertinente para o projeto. Como vimos no Capítulo 2, o processo de remoção das famílias das invasões do IAPI foi abordado pelo Governo do Distrital Federal e por parte da imprensa como uma forma de dar dignidade para aquelas

²⁵ Conhecido também pelo nome artístico de Strikys, o ceilandense Bruno Viana é cantor e compositor de rap.

²⁶ O pernambucano Paulo Roberto dos Santos é ator e diretor de teatro em Ceilândia desde a década de 1980.

famílias que passivamente aceitaram o fato de que ser deslocadas para 35 km de distância dos principais postos de trabalho seria mais benéfico para elas. Porém, a Notificação questiona essa narrativa ao apresentar um detalhe que mostra como essas remoções se davam de forma apressada e possivelmente truculenta, pois esse documento é do dia 05 de dezembro e a remoção estava marcada para o dia 06 de dezembro, ou seja, essa família teria apenas um dia para organizar a sua saída.

Figura 7 - Notificação de Remoção para Ceilândia (1971)



Fonte: Arquivo pessoal de José Rodrigues da Silva Filho, 1971.

4.1.3 O material coletado por mim

Além das entrevistas produzidas pelos estudantes e os materiais coletados por eles, parte do acervo do Museu Virtual de Ceilândia foi recolhido por mim ao longo dos anos de 2020 e 2021, pois temia que os alunos não recolhessem material suficiente para a composição de um acervo. Eu também tinha e tenho a pretensão de que esse espaço virtual se torne uma referência e um apoio para quem deseje estudar a história de Ceilândia. Portanto, busquei diversificar os

objetos históricos presentes nele.

O primeiro contato que tive com o Professor Manoel Jevan, criador e diretor da Casa da Memória Viva da Ceilândia, foi em março de 2021. A princípio, o meu interesse nesse contato era conhecer esse museu e fotografá-lo para montar uma versão digital dele, desse modo, os alunos poderiam visitá-lo remotamente. Porém, o museu estava de mudança, o Professor Jevan estava organizando a reforma da nova sede e a transferência do acervo, não tendo disponibilidade para minha visita naquele momento. Posteriormente, percebi que as informações sobre esse espaço, que já estavam disponíveis na internet, seriam suficientes para a realização da visita remota abordada no capítulo anterior.

Surgiu uma parceria frutífera desse primeiro contato. O Professor Jevan está transformando a nova sede do seu museu em um albergue que pretende ser uma réplica das antigas moradias da Vila do IAPI. Para arrecadar fundos, parte do acervo da Casa da Memória Viva da Ceilândia está sendo leiloada e eu estou auxiliando na organização e na divulgação dos eventos promovidos por ele. Em contrapartida, o Professor Jevan me emprestou o Arquivo Público Comunitário, composto de três caixas contendo materiais recolhidos por ele mesmo desde 1993.

Esse Arquivo está dividido em três temáticas: Ceilândia; os candangos; e a Influência nordestina na cidade. A primeira temática foca na própria cidade de Ceilândia, com algumas notícias do início de sua fundação e muitas matérias comemorativas dos aniversários da cidade. Esta pasta também contém cartazes de eventos realizados pela Casa da Memória Viva da Ceilândia e outros eventos comemorativos. A caixa “Os Candangos” evidencia alguns personagens da história ceilandense, com destaque para Dona Brasília, considerada a primeira pessoa nascida em Brasília, simultaneamente com a sua inauguração em 21 de abril de 1960. A caixa “Nordestinação” foca na influência nordestina na cidade, com cartazes de eventos relacionados à cultura nordestina, além de algumas matérias de jornais sobre a presença nordestina em Ceilândia.

Parte desse acervo foi digitalizado por mim entre os meses de abril e junho de 2021. Como critério de seleção, digitalizei apenas os arquivos que tratavam diretamente de Ceilândia. Por exemplo, os recortes de revistas que abordavam o centenário da Guerra de Canudos, presentes na caixa “Nordestinação”, não foram digitalizados. Foram totalizados 131 arquivos digitalizados e divididos da seguinte forma: 75 da caixa “CEILand”; 37 da caixa “Nordestinação”; e 19 da caixa “Os Candangos”. Porém, nem todos os arquivos foram expostos até o momento, eles fazem parte da reserva técnica.

Ao averiguar o material presente nessas caixas, deparei-me com algumas cópias de

decretos oficiais sobre a criação de Ceilândia. Pesquisando esses decretos descobri que estavam disponíveis no Diário Oficial do GDF, portanto parte do acervo contou com esses documentos na sua versão original digitalizada e na versão transcrita. Os Decretos são os de número 1.196, de 1969, que criou o Grupo de Trabalho para erradicar as favelas da Vila do IAPI e Vila Tenório, o Decreto n.º 1.313, de 1970, que transforma esse Grupo em Comissão de Erradicação de Favelas; o Decreto n.º 2.942, de 1975, que demarca a área de Ceilândia; o Decreto n.º 10.348, de 1987, que estipula o dia 27 de março como o aniversário da cidade; e o Decreto n.º 11.921, de 1989, que torna Ceilândia a nona Região Administrativa do Distrito Federal.

O acervo conta também com algumas informações do Processo Judicial n.º 9.832 de 1980, no qual 467 moradores, representados pela Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, acionaram a Justiça contra a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) para que mantivessem os valores dos lotes conforme acordo firmado anteriormente entre as partes. A Associação ganhou o Processo e teve a sua reivindicação atendida. Tal litígio é icônico, pois representou a luta pela moradia entre os ceilandenses. Esse episódio está detalhado no Capítulo 2.

Ao longo dos meses que me dediquei a esta Dissertação, deparei-me com alguns livros, dissertações e monografias sobre Ceilândia e ao separar esse material para o meu estudo, percebi que seria totalmente viável que o Museu Virtual de Ceilândia possuísse uma biblioteca digital, na qual essas produções, que já estão em formato digital, poderiam ser acessadas. Até o momento, essa biblioteca já conta com: uma dissertação de mestrado; cinco livros; seis trabalhos de conclusão de curso; e quatro artigos científicos. Desses quatro artigos, dois foram produzidos por mim e apresentados no 11º Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História da Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História (ABEH) (OLIVEIRA, 2020) e no 31º Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH) (OLIVEIRA, 2021c), esses dois artigos são desdobramentos desta pesquisa-ação. Também estimo que a presente dissertação esteja no catálogo dessa biblioteca digital.

O acervo do Museu, até o momento, conta também com cinco filmes e documentários: “Invasores ou Excluídos” (1989) de César Mendes retrata o processo de exclusão que os candangos passaram no Distrito Federal e o surgimento das favelas nessa localidade. “Conterrâneos Velhos de Guerra” (1991), de Vladimir Carvalho, aborda, principalmente a partir de relatos orais, as expectativas e dificuldades enfrentadas pelos candangos na construção de Brasília. O Museu ainda possui duas produções de Adirley Queirós, “A Cidade é uma Só?” (2012) é um filme/documentário que reflete sobre a campanha de publicidade de mesmo nome, essa campanha visava convencer os moradores da Vila do IAPI e proximidades a aceitarem a

remoção para Ceilândia, afinal ali também seria Brasília. Já “Branco Sai, Preto Fica” (2014) mistura elementos históricos da violência policial no “Baile *Black* do Quarentão”²⁷ com elementos da ficção científica como viagem temporal. “O Sol Nasceu Para Todos” (2016) é um documentário que aborda como é o cotidiano dos moradores que vivem no lugar que ficou conhecido como a maior favela do Brasil, o Condomínio Sol Nascente. Todos esses vídeos estão disponíveis no *Youtube*, não sendo um problema a sua reprodução no site do Museu.

Os documentos presentes no Diário Oficial do Distrito Federal, as produções disponíveis na biblioteca digital, os filmes e documentários citados já se encontram disponíveis na internet, porém espalhados em diversos sites. Portanto, a maior colaboração do Museu nesse aspecto é reuni-los em um único lugar, facilitando para professores e alunos que queiram pesquisar sobre a história de Ceilândia e utilizar tais produções em sala de aula.

4.2 ORGANIZANDO O MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA

Nas atividades anteriores, a partir das visitas remotas ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia, os alunos refletiram sobre como os museus constroem narrativas a partir dos seus acervos e como essas narrativas possuem intencionalidades. Posteriormente, os discentes tiveram contato com a história oral como metodologia de pesquisa, produziram as entrevistas e recolheram parte do acervo do Museu Virtual de Ceilândia. O passo seguinte seria um dos mais importantes, pois tinha como objetivo concluir uma sequência didática que culminaria na organização do nosso próprio museu.

A princípio, foi reservada a última semana de aula do semestre letivo para a organização do Museu, ou seja, dois encontros que seriam realizados nos dias 06 e 08 de julho de 2021. Porém, ao organizar o material que os alunos enviaram pelo *Google Drive*, deparei-me com muitos termos de consentimento e assentimento preenchidos de forma errada, além de algumas fichas técnicas incompletas. Os termos de assentimentos e consentimentos exigidos pelo Comitê de Ética da UFG foram pensados para uma realidade sem isolamento social, em um contexto que os envolvidos na pesquisa se encontram pessoalmente e a coleta das assinaturas é um processo simples. Sem me encontrar pessoalmente com os estudantes, solicitei que eles imprimissem, assinassem e, posteriormente, digitalizassem os termos. Muitos tiveram dificuldade nesse processo e toda a aula do dia 06 de julho foi utilizada para reexplicar como

²⁷ “Quarentão” era o nome popular do Centro Cultural de Ceilândia, local onde se realizava vários eventos principalmente de música soul e funk. O Quarentão foi desativado em 1993 quando o local passou a sediar o Restaurante Comunitário da cidade.

deveria ser esse procedimento.

Um erro comum presente nos termos foi que muitos alunos assinaram os seus nomes na parte destinada ao pesquisador. Apesar de ser um erro, eu vi isso com bons olhos, pois ao longo do projeto, eu constantemente reforçava que eles eram os pesquisadores e que iriam produzir um conhecimento inédito. Portanto, essa aparente confusão foi causada porque os alunos-entrevistadores se viram de fato como pesquisadores, sendo esse um dos objetivos desta pesquisa.

A princípio, estimava que aula do dia 06 de julho fosse utilizada para discutirmos sobre os documentos históricos que os entrevistados cederam e quais os motivos e as intenções de concederem tais documentos e outros não. Com a necessidade de adaptar o projeto, passei a contar apenas com o dia 08 de julho para finalizar a parte interventiva da pesquisa-ação. Essa etapa tinha como objetivo discutir com os alunos algumas características identitárias do Museu, principalmente o nome e a imagem destacada na página inicial. Estimava que os estudantes percebessem que o Museu e a história presente nele, eram compostos por seleções que repercutiam as próprias perspectivas dos organizadores e principalmente as suas intenções. Neste caso, as seleções e intenções seriam as dos próprios alunos.

Os tópicos a seguir não foram abordados nessa ordem em sala de aula. Neles, optei por iniciar com os elementos que julguei mais identitários para o Museu como sua designação e a capa da página inicial. Posteriormente, abordei outras discussões e escolhas presentes no processo de organizar o Museu Virtual de Ceilândia.

4.2.1 O nome do Museu

Obviamente, um elemento bastante identitário é a denominação do Museu. Ao longo de toda esta Dissertação, constantemente me referi a ele como Museu Virtual de Ceilândia, porém essa foi uma decisão unilateral e até o dia 08 de julho, eu não tinha aberto essa discussão com os estudantes. Expliquei que esse não precisaria ser o nome definitivo do nosso museu, que isso poderia ser conversado e estava aberto a mudanças. Ainda expus que tal nome tinha a vantagem de ser descritivo e direto, sendo fácil identificar qual seria a natureza do site, por outro lado todo esse pragmatismo poderia torná-lo pouco atraente, não despertando muito a curiosidade alheia.

O Professor Valter e alguns estudantes concordaram que essa identificação inicial era desinteressante e algumas sugestões, bem como alguns apontamentos foram levantados. A possibilidade de se escolher um personagem da história ceilandense para nomear o Museu foi

abordada por mim, porém não se mostrou uma opção viável, por ser uma escolha que consequentemente excluiria vários outros personagens. O aluno Heitor Pádua salientou que vários nomes do rap ceilandense foram citados em suas entrevistas, porém seria excludente privilegiar somente esse estilo musical.

Outro apontamento feito pela aluna Geovanna Lima foi atrelar a denominação do Museu à escola que ele foi desenvolvido. O Centro Educacional 06 possui redes sociais com centenas de participantes, o que seria interessante para a divulgação desse espaço virtual, porém as sugestões dadas deixariam o nome comprido e confuso como “Museu do CED 06 de Ceilândia” ou “Museu de Ceilândia do CED 06” e “Museu Virtual CED 6 de Ceilândia”, não ficando claro se a temática principal do Museu seria Ceilândia ou o CED 06.

“Vivendo Ceilândia” e “Nossa Quebrada” também foram sugestões apontadas, porém julguei tais nomes muito generalistas e pouco descritivos, sendo difícil identificar a proposta do site através deles. Os nomes “Histórias Ceilandenses” e “Memórias Ceilandenses” também foram mencionados, agradando tanto a mim quanto ao Professor Valter, pois esses nomes condiziam com a proposta do Museu de apresentar uma história mais diversificada e pluralizada. Apesar dos familiares dos alunos e outros sujeitos históricos de Ceilândia terem pontos em comum, cada um teria uma relação própria com a cidade.

Diante desse impasse, sugeri que a princípio o Museu continuaria chamado de Museu Virtual de Ceilândia, porém no próprio site teria uma enquete onde os visitantes poderiam escolher o nome do Museu. Aproveitei para salientar um aspecto central de quando se propõem trabalhar com história pública, o “compartilhamento de autoridade” (SHOPES, 2016, p. 80). Tal conceito não foi aprofundado em aula, apenas ressaltar que ao abrir para o público a possibilidade de escolherem o nome do Museu, poderia promover um maior engajamento dos visitantes e destacaria ainda mais o caráter coletivo da sua construção. Em contrapartida, perderíamos parte da nossa autonomia e poder de decisão ao permitir que os visitantes participassem disso. Após essas considerações terem sido feitas, entre os alunos que se manifestaram, demonstrou-se um consenso que a possibilidade da enquete seria uma boa ideia.

Quatro domínios foram registrados: www.museuvirtualdeceilandia.com.br; www.museuhistoriasdeceilandia.com.br; www.museuceilandiaememorias.com.br e www.museuquebradadeceilandia.com.br. Dessa forma, independente do resultado da enquete, poderei utilizar o domínio vencedor. Mesmo que não seja o mais votado, manterei o domínio: www.museuvirtualdeceilandia.com.br, pois foi a designação utilizada tanto nesta Dissertação quanto em outros artigos publicados por mim. Caso algum leitor tenha interesse em visitar esse site, ele poderá realizar a busca por esse endereço que será redirecionado para o domínio

vencedor da enquete.

4.2.2 A capa do Museu

O primeiro contato que o visitante terá com o site, será com a sua página inicial. A maneira como ela foi organizada revela muito a respeito da natureza do Museu, as suas propostas e as suas intenções. Sendo também um elemento bastante identitário e merecendo uma atenção especial dos seus organizadores. Portanto, aproveitei tais características para discutir com os alunos qual imagem mereceria destaque nessa página e, salientando novamente, como o Museu se organiza de acordo com certas intencionalidades, evidenciando ou apagando determinados elementos. Em outras palavras, discuti qual perspectiva de Ceilândia os estudantes queriam transmitir a partir da imagem que seria destacada na página inicial.

A primeira imagem que apresentei como proposta foi retirada do acervo da Casa da Memória Viva da Ceilândia e se tratava da capa do Jornal “Correio do Planalto”, de 19 de novembro de 1975 (COELHO, 1975). A manchete presente era “Estamos na Ceilândia: começa o show da morte”. A escolha desse jornal se deve pela sua carga explicitamente negativa em relação à cidade. A seguir, é possível visualizar esse jornal²⁸:

²⁸ Todas as imagens apresentadas neste tópico estão disponíveis em: <https://museuvirtualdeceilandia.com.br/site/index.php/acervo/cmvc-ceiland.html>.

Figura 8 - Matéria do Jornal “Correio do Planalto” (19/11/1975)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO COMUNITÁRIO DA CEILÂNDIA, 1975.

A minha intenção ao propor essa imagem para os alunos era que eles ficassem abismados com essa perspectiva negativa e rechassem veementemente essa proposta. Porém, frustrando a minha expectativa o único aluno que se manifestou, Heitor Pádua, demonstrou uma certa receptibilidade, tratando a minha sugestão que intencionava ser absurda como viável. No entanto, tal situação foi esclarecida ao se justificar, ele observou que a matéria do jornal era dos primeiros anos de Ceilândia, período que muitos entrevistados afirmaram ser muito violento. Ainda assim, ressaltar que não se tratava de negar isso, mas sim demonstrar que a história de Ceilândia era muito mais do que isso, que tal escolha reforçaria o estereótipo de cidade violenta, o que não era a nossa intenção.

A outra imagem sugerida é mais conhecida e está presente em diversos sites, a fotografia de Hélio Prates, então Governador do Distrito Federal, lançando a pedra fundamental que marcava o início dos assentamentos em Ceilândia em 1971 (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, 2019). A escolha dessa imagem se deve ao fato dela favorecer uma narrativa oficial que coloca o Estado e seus integrantes como protagonistas desse processo,

negligenciando a participação dos ceilandenses. Como observado a seguir:

Figura 9 - Assentamento da pedra fundamental de Ceilândia pelo Governador Hélio Prates



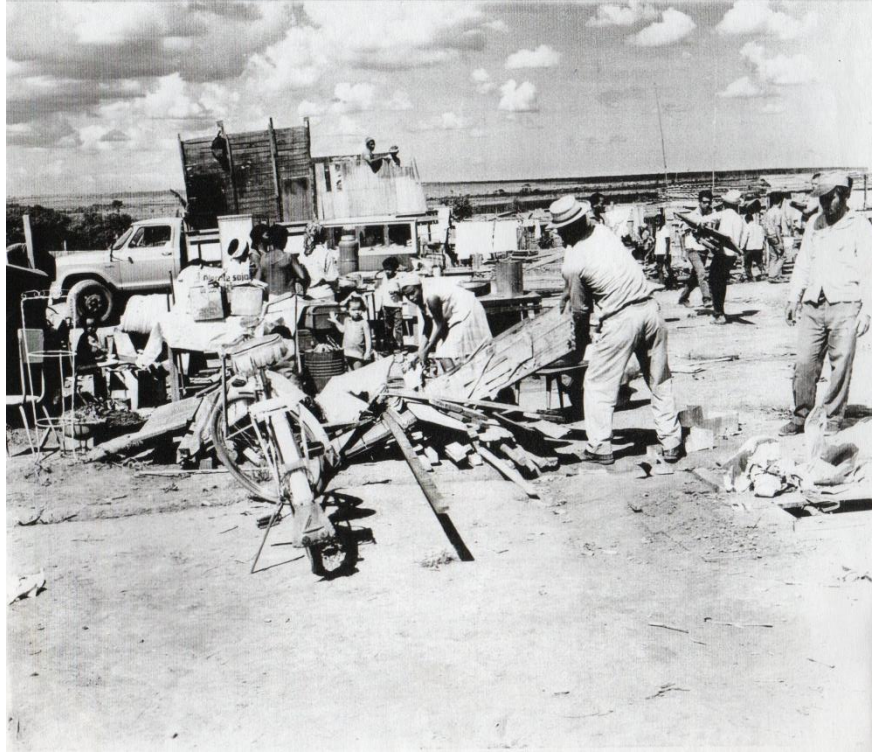
Fonte: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, 2019.

A intenção ao propor essa imagem era que ela também não fosse aceita pelos alunos, pois não favorecia os sujeitos históricos entrevistados por eles. Dessa vez, sem surpresas, os alunos reagiram da forma esperada e não a consideraram uma boa opção, pois os sujeitos das fotos, quase todos engravatados, lembravam pouco os trabalhadores dos quais os estudantes eram descendentes ou/e tinham entrevistado. Portando, escolher tal imagem significava privilegiar determinados sujeitos, no caso o ex-governador, em detrimentos de outros, como os próprios ceilandenses. Segundo o aluno Heitor Pádua: “Essa foto retrata uma parada que não é muito bem a Ceilândia que a gente quer mostrar... você nota que esse pessoal aí, não é o pessoal que a gente entrevistou”.

Se as duas primeiras imagens foram apresentadas para serem rejeitadas, as opções seguintes eram consideradas viáveis por mim, caso os alunos optassem por elas. A imagem seguinte (Figura 10) foi retirada do acervo da Casa da Memória Viva da Ceilândia e se tratava de uma cópia, cuja original está presente no Arquivo Público do Distrito Federal. Essa foto mostra um barraco de madeira totalmente desmontado que posteriormente seria reconstruído pelo seu proprietário no lote adquirido em Ceilândia. Esta imagem foi apresentada para contrapor a imagem anterior, nesse caso os trabalhadores ceilandenses que são evidenciados

nela.

Figura 10 - Barracos desmontados em Ceilândia (1971)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO COMUNITÁRIO DA CEILÂNDIA, 1971.

Essa imagem também não foi muito aceita pelos alunos, pois valorizava o sofrimento dessas famílias, mostrando-as em uma situação de desamparo, na qual as suas casas lembram mais um monte de entulho do que uma moradia. As narrativas históricas tradicionais quando simplesmente não ignoram os sujeitos considerados marginalizados, abordam esses sujeitos como “pobres coitados” condicionados a uma vida de sofrimento, apáticos e incapacitados de reagirem.

A alternativa seguinte era uma foto da Caixa d’Água que provavelmente é o símbolo mais conhecido de Ceilândia, estando presente até mesmo em sua bandeira (Figura 11). Por ser um símbolo bastante conhecido dos ceilandenses, essa imagem teria a vantagem de fazer uma relação rápida com a temática principal do Museu, a história da cidade. A imagem apresentada também foi retirada do arquivo da Casa da Memória Viva da Ceilândia. A Caixa d’Água por ser um símbolo bastante utilizado não foi considerada atraente pelos alunos por ser considerada por eles como uma imagem muito “manjada”.

Figura 11 - Caixa d'Água de Ceilândia

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO COMUNITÁRIO DA CEILÂNDIA, [19--].

Ainda sugeri outra notícia de jornal, dessa vez, do “Correio Braziliense”, de 20 de outubro de 1979 (FRANCO, 1979). Essa matéria cobria a luta que os moradores de Ceilândia estavam travando contra a Terracap. Tal escolha evidenciava um aspecto interessante da história da cidade ao destacar os ceilandenses como sujeitos históricos ativos que buscaram através da organização e da luta assegurar o seu direito à moradia. A seguir, podemos conferir essa notícia:

Figura 12 - Matéria do Jornal "Correio Braziliense" (20/10/1979)

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, domingo, 28 de outubro de 1979 CIDADE- 23

Ceilândia quer a terra prometida

Moradores dizem que não podem pagar preços dos lotes

CELSON FRANCO

"Seu moço, o jeito é a gente voar, porque no chão o pobre não pode viver". Essas palavras são de Maria dos Anjos, moradora de uma área ameaçada de despejo. Mas poderiam ser de um morador de Ceilândia, que tem no desenvolvimento, que ele próprio ajudou a fazer, talvez o seu maior inimigo.

Removidos da Vila IAPI, Vila Tenório, Morro do Urubu, em 1971 foram "despejados" no cerrado - que só existia isso - com a promessa de que pagariam apenas um preço simbólico pelos lotes. Al construíram Ceilândia. E "preço simbólico", que na época variava de 600 a 2.800 cruzeiros, já hoje é de 31 a 51.000 cruzeiros. Premido pelas necessidades e pela falta de condições - pagar os preços cobrados significa, literalmente, deixar de comer - o morador diz: "não pago". Considerando o mercado de imóveis e a situação econômica atual, o Governo diz: "não baixo os preços".

Maria de Lourdes, administradora de Ceilândia, assistiu à remoção das invasões. Estava com o pescoço. Ouvia a promessa feita pelo Governo de que a população pagaria apenas um preço simbólico. E confirmou, como confirmam as fotos, que Ceilândia, naquela época, "era apenas Cerrado".

Segundo Maria de Lourdes, "os preços dos lotes estão baratos em relação ao mercado, mas a população não pode pagá-los, não tem condições financeiras para isso". Ela está recebendo, todos os dias, moradores desesperados porque não podem pagar os preços cobrados pela Terracap para regularização dos lotes.

Contou que os moradores gostariam, como disseram, de assinar os contratos. Mas não podem. E disse esperar que se chegue a uma situação satisfatória, tanto para a Terracap, quanto para os moradores. Argumentou que as duas partes devem abrir mão de alguma coisa. E sugeriu, embora "na posição delicada de membro do Governo", que a Terracap abrisse mão dos juros e correção monetária.

O superintendente da Terracap, Eui de Oliveira Castro, nega qualquer possibilidade de reduzir os preços, e justifica que eles já são de "caráter eminentemente social". Argumentou que a fixação dos preços agora cobrados deve-se aos efeitos da inflação no decorrer dos últimos oito anos e, em segundo lugar, às melhorias de infraestrutura urbana, inexistentes naquela época.

IMPASSE

O Governo diz que não baixa os preços. O povo diz que não pode pagar. Ceilândia reúne o contingente de mais baixa renda do Distrito Federal. E tem fatos ilustradores de uma realidade que, dizem os moradores, "o superintendente da Terracap e os homens do Governo não devem combater".

Uma viúva, com seis filhos, compra dois mocotós na sexta-feira. Faz uma "sopa", retira os ossos e bebe o caldo com os filhos. Repete o processo até a sexta-feira seguinte, quando os filhos podem, então, comer os ossos da semana passada.

São os trabalhadores que vieram para o Planalto Central e aqui edificaram a Capital da República. Não tinham onde morar. Viviam nas invasões, em barracos construídos com as embalagens dos materiais transportados para cá. Enquanto isso, construíam monumentos, casas, apartamentos, escolas, hospitais.

Depois foram removidos, "despejados" em Ceilândia. Construíram-na. Ceilândia era sua casa. Fizeram-na com dificuldade, com sofrimento, mas com gosto, que era a "terra prometida". Não havia nada. Muitos ficaram doentes, tuberculosos, que a vida era ao relento, debaixo do sol, debaixo da chuva. Muitos morreram pela dureza da vida. Mas fizeram Ceilândia.

Contam que "no entender de quem mora no conforto, Ceilândia sempre foi lugar de bandido, marginal. Não é, não, seu moço, é lugar de trabalhador". Lembram que "quando a gente chegou aqui, isso tudo não valia o preço de um lote. Se agora vale alguma coisa é porque a gente sofreu demais aqui. E agora que vale alguma coisa eles querem cobrar da gente aquilo que a gente fez".

UMA HISTÓRIA

É bom relembrar a história dos lotes de Ceilândia. Em 1973, um carro com alto-falante convocou os moradores para regularizarem seus lotes. Cerca de 5.000 fizeram isso. Depois, contam, "a gente ia lá, mas eles falavam que era pra gente esperar, que todo mundo ia ser chamado. Foram enrolando a gente".

A Terracap cumpriu a promessa, muitos anos depois. Convocou novamente os moradores. Mas agora a cidade está urbanizada e os preços são diferentes. Hoje a Terracap cobra os "preços simbólicos" de 31 a 51.000 cruzeiros. Um preço simbólico que, argumenta um morador, "pode matar a gente de fome".

E como a fome é virinha inconveniente da população - entra em sua casa sem a menor cerimônia e contra a vontade dos moradores - o povo de Ceilândia não quer abrir-lhe a porta. Organizou-se e constituiu a "Comissão dos Incansáveis Moradores de Ceilândia".

Fizeram reuniões e assembleias; uma delas reuniu mais de três mil pessoas debaixo da chuva; cobraram mais de cinco mil assinaturas em uma semana; pretendem uma audiência com o Governador Aécio Lameirão. Onze entidades de classe de Brasília se reuniram ontem com "os incansáveis moradores de Ceilândia" e elaboraram uma nota de apoio àquela população. Mas não ficaram apenas nisso. Prometeram toda ajuda concreta que lhes for possível.

Antônio Justino, servente, ilustra a situação dos moradores de Ceilândia com a imagem do cobertor curto: "Você cobre a cabeça, os pés ficam de fora. A gente tem que escolher: se paga as prestações não pode comer; se come não pode pagar o que eles estão cobrando. Acontece que a gente não perde essa mania de comer. E come de teimoso".

Ele argumenta, contra a intransigência da Terracap, que "os homens lá do Governo, não sabem o sofrimento que a gente passou aqui e não reconhecem o que a gente fez. Olha, moço, se a gente pudesse, a gente assinava esses contratos. Quem não quer ter o seu lugarzinho, sua casinha pra morar? Esse doutor da Terracap, que falou que não baixa os preços, vai ver que está morando num apartamento que a gente fez".

Os incansáveis moradores de Ceilândia fazem hoje uma assembleia, às 14 horas, no "Primado". Apesar das declarações do superintendente da Terracap, de que os preços não serão reduzidos, eles pretendem mostrar aos membros do Governo do Distrito Federal que "o problema não é pagar ou deixar de pagar. O problema é que a gente não pode pagar o que eles estão cobrando".

Como Maria dos Anjos, morador do "Engenho Velho", os moradores de Ceilândia estão chegando à conclusão de que "o jeito é voar, porque no chão o pobre não pode viver". Mas resistem, principalmente porque sabem, que, para o pobre, voar é um sonho impossível.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO COMUNITÁRIO DA CEILÂNDIA, 1979.

A última imagem sugerida foi a Notificação de Remoção que Sara Sueanny trouxe e que está presente no tópico "4.1.2 - As entrevistas realizadas pelos alunos". Julguei interessante apresentar esse documento como uma possibilidade, pois além das características presentes nele, ele valoriza a própria atividade da discente que pesquisou e coletou uma interessante fonte histórica. Porém, tanto a matéria de jornal do "Correio Braziliense" (FRANCO, 1979), quanto a Notificação de Remoção não obtiveram consenso entre os alunos sobre fazerem parte da página inicial do site. Apesar de serem consideradas interessantes e viáveis, os discentes

desejavam algo mais colorido, mais jovial, que representassem uma história mais dinâmica e viva. Segundo eles, que não tivesse a “cara” de um museu tradicional.

Aproveitando essa consideração, fiz a última sugestão que se enquadrava na expectativa dos alunos. Se um dos intuitos do Museu era divulgar uma perspectiva de história ceilandense mais diversificada, distante do ofuscamento ou dos estereótipos comuns em outras narrativas, sugeri que a imagem em destaque na página inicial fosse uma composição de todas as fotos que eles me enviaram. As imagens dos objetos históricos que eles recolheram formariam uma espécie de mosaico. Essa proposta foi a mais aceita pela turma, sendo a escolhida. Aproveitei para salientar que tais escolhas eram reflexos das suas intenções. Ao escolherem uma identidade visual mais colorida e chamativa, quiseram valorizar uma história mais dinâmica e viva, correlacionada com às suas vidas. Já, ao optarem pelo mosaico de imagens, valorizavam a pluralidade presente nas histórias ceilandenses, representando a grande variabilidade de sujeitos presentes nessa cidade. Esse mosaico está disponível no subtópico “4.3.1 - Colocando as escolhas em prática”.

4.2.3 Outras escolhas

O nome e a imagem presente na página inicial são recursos identitários extremamente importantes e reveladores de um museu virtual, porém outros elementos, seleções e observações também merecem destaque nesta análise. Portanto, o formato das entrevistas realizadas pelos estudantes, a possibilidade de os visitantes enviarem material para o acervo, a presença de um espaço de interação e a acessibilidade para as pessoas com deficiência também foram discutidos com os discentes.

Iniciei essa discussão questionando o que os alunos gostariam de ver em um museu virtual. Prontamente, a aluna Luísa Almeida disse que a estrutura desse espaço deveria ser colorida e chamativa, ele não deveria transmitir a impressão de coisas velhas e antigas mesmo sendo um museu. O nosso Museu Virtual de Ceilândia também deveria possuir um espaço de interação entre os visitantes, uma espécie de *chat* em que mensagens poderiam ser trocadas, além de um espaço de divulgação dos eventos realizados pelos principais parceiros do Museu, o CED 06 e a Casa da Memória Viva da Ceilândia.

Inspirado no Museu da Pessoa, eu pretendia sugerir aos alunos que abrissemos espaço para que os visitantes pudessem enviar as suas entrevistas juntamente com documentos históricos, dessa forma, contribuiriam para o acervo do Museu Virtual de Ceilândia. Porém, não foi preciso eu sugerir isso, pois a aluna Ingrid de Souza me antecipou e fez essa proposta.

A reflexão presente sobre permitir que o público escolhesse o nome do Museu retornou, pois, ao possibilitar que outras pessoas colaborassem para o acervo do Museu, possibilitaria uma maior diversidade e pluralidade do acervo. Por outro lado, teríamos menos controle sobre ele e sobre as narrativas presentes nele.

Como meio termo para o impasse citado anteriormente, o aluno Heitor Pádua sugeriu abrir essa possibilidade, mas com restrições, segundo ele para “não virar bagunça”. Essa restrição foi aceita, inclusive por mim, pois o Museu Virtual de Ceilândia tem entre os seus objetivos o combate às narrativas históricas excludentes e preconceituosas. Portanto, essa filtragem que será feita por mim tem o intuito de que o material postado seja condizente com a proposta do Museu. O Professor Valter da Silva e todos os alunos que se manifestaram concordaram com essa proposta.

Outro ponto discutido foi como as entrevistas seriam expostas. Como citei anteriormente, a maioria delas tiveram em média cinco minutos, contudo algumas passaram dos 10 minutos e uma chegou a ter quase 30 minutos. Como um Museu tem um apelo estético, pois se destina a um público amplo, entrevistas com tamanhos tão diferentes poderia gerar uma ideia de descontinuidade, que não faziam parte de algo maior. Propus três alternativas para os alunos: manter as entrevistas com os seus tamanhos originais; editar as entrevistas maiores para que tivessem aproximadamente cinco minutos; ou manter as duas versões, uma editada e a outra na íntegra.

A opção mais aceita foi a terceira, manter a duas versões, porém uma questão importante foi levantada. O Professor Valter da Silva salientou que ao editar as entrevistas e reduzi-las para cinco minutos estaríamos fazendo seleções arbitrárias que poderiam desagradar os entrevistados. O aluno Heitor Pádua disse que ao editar as entrevistas poderíamos diminuir a sua credibilidade, pois os visitantes não saberiam o que tiramos delas. Portanto, a versão editada seria os cinco primeiros minutos das entrevistas, mas com a possibilidade de assisti-la integralmente.

Uma questão bastante discutida no meio escolar, mas que, por minha desatenção, não seria contemplada no Museu Virtual de Ceilândia, seria a acessibilidade às pessoas com deficiência. O vídeo da entrevista realizada pelo aluno Tiago da Costa Franco possui legendas, o que me fez atentar para essa necessidade. Mas também, durante a aula do dia 08 de julho de 2021, a aluna Luísa Almeida apontou essa questão perguntando se a gente tinha pensado nessa acessibilidade. Como essas adaptações requerem tempo e atenção, o Museu foi inaugurado no dia 01º de dezembro de 2021 sem elas, mas pretendo posteriormente providenciar legendas para os vídeos e áudio leitura para os textos presentes no site.

4.3 O MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA

No tópico anterior descrevi como se deram os debates e os questionamentos sobre os elementos identitários do Museu, quais foram as sugestões dos alunos e quais as intenções manifestadas em suas propostas. O tópico final do último capítulo trata do próprio Museu, sobre como as seleções e as intenções minhas e dos estudantes se concretizaram na prática. Como elas foram manifestadas na organização e na estética do Museu, quais sugestões dos discentes foram viáveis e quais não foram.

Este tópico também aborda alguns aspectos técnicos sobre a criação de um site, desse modo, caso algum leitor tenha o interesse em iniciar um projeto semelhante, poderá contar com o auxílio de tais informações. Por último, nele é abordado como seu deu a divulgação do Museu, quais os meios utilizados para esse fim, quais foram os mais eficientes e qual o alcance do Museu até esse momento.

4.3.1 Colocando as escolhas em prática

Seria um equívoco afirmar que o Museu Virtual de Ceilândia está pronto, pois como uma casa ou uma cidade, esse Museu está em constante transformação, atualizando-se, acrescentando-se um novo material ao seu acervo ou até mesmo retirando-o. Se o Museu possui uma natureza inacabada, pois será moldado continuamente, esta pesquisa não. Ela possuía uma data específica para ser finalizada, portando, pretendo descrever o Museu da forma que ele foi inaugurado no dia 1º de dezembro de 2021. Todas as mudanças posteriores não serão contempladas nesta Dissertação.

Ressalvo também que as imagens apresentadas do site foram retiradas da sua versão para o computador. O Museu Virtual de Ceilândia foi criado em um site responsivo, isso significa que o seu layout se adapta de acordo com o aparelho que o visitante está usando, ou seja, se o visitante acessa o Museu a partir do computador os ícones e textos do Museu se organizarão de uma forma, se o acesso for via celular, organizarão de outra forma.

O Museu Virtual de Ceilândia se propôs a ser um projeto que se enquadre nos princípios norteadores da História Pública, entre eles a interdisciplinaridade (LIDDINGTON, 2011). Ao produzir para um público não especializado é necessário certo conhecimento sobre as melhores formas e meios para se comunicar com esse público e muitas vezes o historiador não possui tal conhecimento, como foi o meu caso. Portanto, contei com uma pequena equipe composta pelo

fotógrafo e editor de imagens Vítor Godoi e pelo web designer Habner Araújo.

Vítor Godoi foi o responsável pela edição das entrevistas realizadas pelos alunos e pela edição das imagens provenientes da Casa da Memória Viva da Ceilândia. Ele também ficou encarregado pela criação do logotipo do Museu. Habner Araújo é o web designer responsável pela criação, manutenção do site e pela materialização na internet das ideias provenientes de longos meses de reflexões. Obviamente que contratar essa mão de obra especializada gerou despesas que foram custeadas pela minha bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Outro princípio da História Pública que sempre norteou o Museu é o de compartilhamento de autoridade (SHOPES, 2016). As opiniões e as intervenções dos alunos e do Professor Valter foram relevantes e decisivas, pois o Museu se destina a um público de perfil semelhante, professores e alunos de Ceilândia. Além dos envolvidos diretamente no projeto, o Museu almeja incentivar a participação dos visitantes, buscando realçar a ideia de que esse Museu é uma construção coletiva, tornando menos nítida e até inexistente a dicotomia entre os seus produtores e os seus visitantes.

A participação direta dos visitantes na construção do Museu se dá de duas formas principais. A primeira delas é através da opção de se escolher o nome do Museu. Logo na página inicial, abaixo do logotipo do Museu, o visitante se deparará com o seguinte texto: “Não gostou do nome? Sem problemas, escolha outro. A opção mais votada se tornará o nome oficial do Museu. Acesse o link e vote”. Ao acessar esse link, o visitante será direcionado para um formulário *Google* (apêndice-M), no qual poderá votar em uma das quatro opções já apresentadas no subtópico “4.2.1 – O nome do Museu”. Para participar dessa enquete basta selecionar uma opção e clicar em “enviar”. É possível que uma pessoa vote mais de uma vez, para limitar o voto a um visitante seria preciso exigir que ele entrasse em uma conta *Google* para votar, o que provavelmente diminuiria a sua disposição em participar da enquete.

A outra forma de participação direta dos visitantes é através da possibilidade de enviarem fotos, jornais e outros documentos históricos para o Museu, através do e-mail: contato@museuvirtualdeceilandia.com.br ou do telefone: (61) 99883-1857. Tal informação está presente na página inicial, logo abaixo dos ícones do acervo do Museu, disposta da seguinte forma:

Figura 13 - Convite para os visitantes do Museu Virtual de Ceilândia colaborarem com o acervo do espaço



Fonte: Própria, 2021.

A utilização da imagem de um muro sem reboco tem a intenção de se fazer uma analogia a uma construção inacabada, com a qual os visitantes podem colaborar. Tal analogia também está presente de forma similar na nomenclatura dos capítulos desta Dissertação.

Como foi deliberado entre os alunos, a imagem principal da página inicial e o logotipo do Museu é um mosaico composto de várias imagens presentes no seu acervo. A pretensão é que tal imagem represente uma história mais plural de Ceilândia, mas que ao mesmo tempo denote certa unidade. Porém, o elemento estético foi o mais determinante para a construção do logotipo, coube a mim apenas enviar tais imagens para Vítor Godoi que teve a liberdade de editá-las e organizá-las da forma que julgou melhor. Como podemos observar a seguir:

Figura 14 - Logotipo do Museu Virtual de Ceilândia



Fonte: Própria, 2021.

O acervo está organizado em seis ícones principais. A princípio seriam cinco ícones, porém o layout do site só permitia números divisores de 12, ou seja: um, dois, três, quatro, seis

e doze. Portanto, eu tinha a opção de mesclar dois ícones, totalizando quatro, ou dividir um ícone, totalizando seis. Escolhi a segunda opção, pois tive dificuldade em encontrar uma coerência temática que justificasse essa mesclagem. O escolhido para ser fracionado foi o “Acervo da CMVC”, pois era o ícone com a maior quantidade de conteúdo, além de já existir uma divisão prévia realizada pelo Professor Manoel Jevan. Portanto, o “Acervo da CMVC” foi dividido em: parte 01 que contém os arquivos digitalizados oriundos da caixa “CEILand”; e parte 02 que possui os arquivos digitalizados provenientes das caixas “Os Candangos” e “Nordestinação”. Optei por manter as divisões originais também no site em respeito a lógica temática preestabelecida pelo próprio Professor Jevan que me cedeu esse material. Conforme podemos observar na Figura 15.

Figura 15 - Ícones do acervo do Museu Virtual de Ceilândia



Fonte: Própria, 2021.

Considerando que muitas escolas possuem uma internet insatisfatória, sendo usual os professores recorrerem às redes móveis dos seus celulares para trabalharem, houve a preocupação em deixar o site “leve” para facilitar a navegação e o carregamento dos arquivos, desse modo, diminuindo o consumo de dados. Para isso, algumas imagens digitalizadas tiveram a sua qualidade reduzida. Boa parte do acervo também está disponível para download, possibilitando que os professores baixem apenas os arquivos do seu interesse e posteriormente trabalhem com eles em sala de aula mesmo estando offline.

A Biblioteca Digital não está organizada de acordo com uma metodologia específica de catalogação, pois há apenas 16 produções disponíveis até o momento. Por enquanto, as obras estão em ordem decrescente de acordo com o ano de sua publicação. No entanto, à medida que esse número aumenta, será necessário catalogar de forma mais complexa essa coleção. De qualquer forma, o visitante ainda tem a opção de utilizar a ferramenta de busca do próprio site para procurar as obras presentes na Biblioteca ou em outras partes do Museu (Figura 16).

Figura 16 - Ferramenta de busca do Museu Virtual de Ceilândia

MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA PROJETO ACERVO PESQUISAR

Pesquisar

Buscar Palavra-Chave:

Total: **2** results found.

Pesquisar por:

Todas as Palavras Quaisquer palavras Expressão Exata

Ordem:

Pesquisar somente:

SP Page Builder Categorias Contatos Artigos Newsfeeds Tags

Exibir #

- Biblioteca Digital**
Criado em 30 Novembro -0001
- Ceilândia: Os movimentos sociais de moradia como novo paradigma do pluralismo jurídico (AZEVEDO, 2019)**

Fonte: Própria, 2021.

Parte do acervo exposto já foi apresentada, portanto focarei em descrever como as entrevistas foram organizadas, pois essa parte do acervo teve a participação direta dos estudantes. As entrevistas não estão alojadas diretamente no site do museu, já que a plataforma de hospedagem do site não permitia isso. Elas foram, portanto, primeiramente publicadas no *YouTube* pelo canal do Museu Virtual de Ceilândia e posteriormente foram inseridas no site em forma de link, onde o usuário pode visualizar seu conteúdo diretamente no Museu Virtual. Das 35 entrevistas realizadas pelos alunos, uma não foi possível ser exposta, pois o aluno utilizou uma espécie de efeito simulando que a sua entrevista era um filme da *Netflix*, essa entrevista não foi publicada para não se ter problemas com direitos autorais.

Como já citado, 20 entrevistas possuem apenas o áudio. Optei por utilizar as imagens que os alunos trouxeram como plano de fundo delas, assim elas passavam a ter um padrão estético e as tornavam mais atraentes para os visitantes, como podemos ver a seguir:

Figura 17 - Organização das entrevistas do Museu Virtual de Ceilândia



Fonte: Própria, 2021.

No subtópico “4.2.3 - Outras escolhas”, foi discutida a possibilidade de se colocar duas versões das entrevistas mais longas, uma com os cinco primeiros minutos e outra versão na íntegra. Porém, isso não se mostrou necessário, pois cada entrevista tem o seu próprio link e se organiza de forma independente das demais. As diferenças nas durações das entrevistas não acarretaram nenhum prejuízo estético ou de compreensão do seu conteúdo.

Outras propostas feitas pelos alunos não foram colocadas em prática até o momento. A aluna Luísa Almeida tinha sugerido um chat de “bate papo”, porém, fui alertado pelo web designer Habner Araújo dos problemas de ser ter essa opção de interação. Eu precisaria adquirir um programa de script de conversação para se ter um chat no site, o que me acarretaria custos extras mensais. Existem opções gratuitas, mas não são confiáveis, pois não há segurança na integridade das conversas e há o risco de vazamento de dados dos usuários. Um chat também exigiria constante moderação para que ele não fosse utilizado para disseminar discursos de ódio ou propagar notícias falsas.

Há o interesse de se adaptar posteriormente o Museu Virtual de Ceilândia às pessoas com deficiência (PCDs), com legendas nas entrevistas, com áudio leitura para os textos do site e outras ferramentas. Entretanto, adaptar o Museu para os visitantes PCDs antes da sua

inauguração exigiria muito mais tempo. Era importante inaugurar o Museu na primeira semana de dezembro de 2021, já que eu tinha o interesse em divulgá-lo no Centro Educacional 06 de Ceilândia, principalmente para as turmas que participaram do projeto. Após essa semana, o número de alunos frequentes tenderia a diminuir à medida que se aproximasse o fim do ano letivo.

O Museu ainda conta com uma linha do tempo que aborda de forma resumida a história de Ceilândia, essa linha está dividida em marcos históricos. Os cinco primeiros marcos buscam questionar as narrativas oficiais sobre a construção de Brasília e de Ceilândia mostrando as suas incoerências e as suas contradições. Dois marcos valorizam o protagonismo dos ceilandenses que se organizaram e defenderam o seu direito à moradia através do Movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia e do Movimento dos Inquilinos da Ceilândia. Outros quatro marcos históricos valorizam a cultura e a educação na cidade, pois tais temáticas são as mais pertinentes para esta Dissertação.

Segundo Rovai (2018), é comum nos projetos de história pública, que trabalham com sujeitos considerados excluídos ou marginalizados, que tais pessoas sejam retratadas como vítimas passivas de processos históricos injustos:

Refiro-me aqui aos sujeitos de certas comunidades que costumam entrar para certa narrativa histórica pela “porta dos fundos”, e que são destituídos, muitas vezes, de qualquer poder, vitimizados por nossas análises e a quem supostamente acreditamos “dar voz”, não enxergando neles a sua própria capacidade de dizer, de resistir e de lutar contra formas de opressão (ROVAI, 2018, p. 188).

Estive preocupado em não repetir o erro supracitado, principalmente nas escolhas dos marcos históricos e na elaboração dos textos que os descrevem. Procurei apontar as injustiças e as desigualdades presentes na história de Ceilândia, mas também busquei reforçar os meios pelos quais os ceilandenses atuaram e as melhorias provenientes dessa atuação. Isso tudo priorizando textos curtos e simples que possuem mais o intuito de aguçar a curiosidade do visitante do que responder de forma conclusiva os seus questionamentos sobre a história da cidade. Ao todo, essa linha do tempo está dividida em 13 marcos históricos.

Figura 18 - Linha do tempo do Museu Virtual de Ceilândia



Fonte: Própria, 2021.

4.3.2 A divulgação do Museu

Com o Museu inaugurado e disponível para o público, iniciei a fase de sua divulgação na escola onde o projeto havia sido desenvolvido, o CED 06 de Ceilândia, e nas redes sociais. Como esse é um trabalho contínuo e permanente, limitar-me-ei a abordar apenas as primeiras impressões do início de sua divulgação, abarcando um curto período que vai do dia 1º de dezembro de 2021 ao dia 17 do mesmo mês.

Com o retorno das aulas totalmente presenciais na Rede Pública do Distrito Federal no dia 3 de novembro de 2021, pude apresentar presencialmente o Museu Virtual de Ceilândia para todas as turmas do turno vespertino do CED 06, com um maior destaque e de forma mais detalhada para as turmas que participaram do projeto, para isso foi preciso dois dias, 1º e 2 de dezembro. Mostrei para os alunos como as suas ideias tinham sido concretizadas, reforcei o caráter coletivo dessa construção e principalmente destaquei a importância de os alunos apresentarem o Museu para os seus familiares e amigos, principalmente àqueles que colaboraram para o acervo cedendo as suas fotos, seus documentos e principalmente cedendo os seus relatos sobre o passado e o presente de Ceilândia. Ainda tive a oportunidade de conhecer pessoalmente alguns dos envolvidos na construção do Museu e agradecê-los. A visita ao CED 06 também se mostrou eficiente para a divulgação do espaço museal, pois o pico de acessos, até o momento, se deu no dia 1º de dezembro contabilizando 87 visitas.

O Museu também foi divulgado nas minhas redes sociais e nas dos meus amigos. Além de ter sido amplamente divulgado no *Instagram* do próprio CED 06 que conta com mais de

3.000 seguidores. Ainda estou em contato para que o Museu também seja divulgado nas redes sociais da Biblioteca Pública de Ceilândia e através do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRODF) que possui apenas em seu *Instagram* quase 30.000 seguidores.

Antes mesmo da inauguração do Museu, esta Dissertação já vinha sendo divulgada em importantes encontros como o XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História da ABEH em 2020 e o 31º Simpósio Nacional da ANPUH em 2021. Através desse último, a coordenação de Museologia Social do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), representada por Felipe Silva e Renata Almendra, tomou conhecimento do meu projeto e realizou uma entrevista comigo no dia 17 de dezembro de 2021. Essa entrevista ainda não foi publicada, mas concedê-la para uma instituição que é referência em museus no Brasil, além de gratificante, pode auxiliar na divulgação do Museu Virtual de Ceilândia.

O Capítulo 4 objetivou descrever e analisar a própria construção do Museu Virtual de Ceilândia. Essa construção se deu em etapas e a primeira delas foi a coleta e a produção do acervo pelos alunos e por mim. Como intenciono que esse Museu possa vir a se tornar uma ferramenta didática para auxiliar professores e alunos, optei por diversificar o seu acervo reunindo em um único lugar diferentes materiais que estavam espalhados em diversos sites. Também contei com o acervo cedido pela Casa da Memória Viva da Ceilândia que foi digitalizado por mim e exposto no Museu.

A história oral foi trabalhada em sala de aula como a metodologia de pesquisa principal que os alunos deveriam recorrer, evidenciou o protagonismo dos estudantes na produção de um conhecimento histórico que foi exposto no Museu. Apesar dos percalços, como a duração curta das entrevistas, julguei satisfatório o resultado dessa atividade, pois os objetivos principais foram alcançados: familiarizar os alunos com a metodologia da pesquisa em história evidenciando como as narrativas históricas são construídas; e levá-los a reconhecer os sujeitos comuns como agentes da história de Ceilândia. Relembro que o foco dessa atividade não era obter produtos semelhantes aos projetos de história oral desenvolvidos por historiadores, mas no processo em si.

O Capítulo 4 ainda abordou como a organização do Museu foi debatida em sala de aula, quais foram as escolhas dos alunos e principalmente como tais escolhas manifestavam certas intenções em evidenciar ou ofuscar determinadas perspectivas da história ceilandense. Em geral, os estudantes buscaram valorizar o pluralismo e a diversidade nas narrativas históricas sobre a cidade, sendo assim, fugiram dos estereótipos comuns que restringem Ceilândia à pobreza, à violência e ao abandono.

Por último, este capítulo descreveu como as intenções dos organizadores do Museu se manifestaram na prática, como elas foram evidenciadas na organização e na estética do site, como as reflexões realizadas por mim e pelos alunos se materializaram no layout do Museu Virtual de Ceilândia. Coube ainda ao último capítulo analisar, mesmo que prematuramente, como foi a divulgação e o alcance desse espaço virtual que foi pensado e discutido ao longo desses dois anos de mestrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PEQUENOS REPAROS

Essa Dissertação foi estruturada fazendo uma analogia à construção das primeiras casas em Ceilândia na década de 1970, sendo que cada capítulo foi nomeado de acordo com uma das etapas dessa construção. Entretanto, uma cidade ou uma casa nunca estão prontas e finalizadas, pois elas estão frequentemente passando por interferências de agentes externos ou se adequando às necessidades dos seus próprios moradores. Portanto, as considerações finais, que também podem ser chamadas de pequenos reparos, têm o intuito de concluir apenas provisoriamente esta pesquisa-ação. Muitos pontos referentes à repercussão do Museu Virtual de Ceilândia ainda são desconhecidos, o próprio Museu é uma incógnita, pois o seu formato virtual lhe confere um potencial enorme para ser constantemente remodelado e, provavelmente, no momento desta leitura, o Museu já se encontrará diferente de quando ele foi inaugurado, assim como uma casa de alvenaria que passa constantemente por reformas ou por pequenos reparos.

O projeto desenvolvido com os estudantes dos primeiros anos A ao F, do CED 06, em 2021, pode ser desenvolvido em outras turmas e em outros anos, produzindo e coletando mais material para o acervo do Museu, inclusive sendo possível a realização e condução das atividades no ensino presencial. Se a história oral foi a principal metodologia utilizada pelos alunos nesta pesquisa-ação, é possível que outras turmas prefiram outros meios de se construir e divulgar narrativas históricas. Por exemplo, os alunos podem escrever um e-book de contos que misturam ficção com elementos da história ceilandense ou ainda podem fotografar pessoas e cenários de Ceilândia que sejam significativos para eles e expor essas fotos no Museu.

A presente Dissertação ainda possui desdobramentos que podem gerar pesquisas futuras. Por exemplo, quando se trata da violência estatal na Ditadura Civil-Militar (1964-1985), pensamos, principalmente, na censura, nas torturas e nas perseguições aos opositores políticos; toda a brutalidade desses atos acaba ofuscando outras formas de violência, como a remoção das “invasões” do IAPI. Sobre essa temática, um ponto passivo de análise é o quanto a remoção dessas famílias – e conseqüentemente o ocultamento dos problemas sociais na capital – eram necessários para a legitimação da Ditadura Militar. Relembramos que essas “invasões” eram visíveis às autoridades internacionais que desembarcavam no Aeroporto de Brasília e seguiam para o Plano Piloto.

Em se tratando de história oral e memória, um ponto interessante de reflexão é como o discurso oficial do Governo do Distrito Federal, por meio principalmente da Campanha de Erradicação de Invasões, se manifesta nas memórias dos removidos, em que pontos essas memórias se convergem ou divergem desse discurso. Em outras palavras, fica o

questionamento: os ceilandenses removidos percebem essa política pública como um meio de conquistarem a regularização de suas moradias ou como um processo de marginalização e afastamento dos centros de poder político e econômico do DF? O fato de Ceilândia ter apenas 50 anos facilitaria essa pesquisa, pois muitos dos removidos ainda estão vivos.

Mas especificamente na área de Ensino de História, a análise da utilização dos espaços não oficiais de memória nas salas de aula também pode render pesquisas frutíferas. Projetos ligados à educação patrimonial podem ser desenvolvidos em parcerias com os museus comunitários, como a já citada Casa da Memória Viva da Ceilândia, o Ponto de Memória da cidade Estrutural e outras iniciativas ainda desconhecidas por mim. Projetos diversos, mas que possuem um ponto em comum: mostrar que a história de Brasília é plural e diversificada, parafraseando o Professor Jevan, ela não se resume a duas letras: “j” e “k”.

Esta pesquisa-ação precisou superar alguns obstáculos e o maior deles foi adaptá-la ao ensino remoto e o meu maior medo era que tal condição impossibilitasse o desenvolvimento do projeto. O projeto se mostrou viável, porém sem o contato pessoal que tenho nas salas de aula e sem os espaços de interação espontânea, como os corredores da escola, foi mais difícil incentivar os alunos a prosseguirem com as atividades solicitadas. Se quase todos os alunos realizaram a primeira atividade, apenas 33 realizaram a última, o que corresponde a apenas 13,2% dos estudantes inicialmente envolvidos. Porém, não os culpo, essas atividades foram solicitadas no primeiro semestre de 2021, concentrar-se em um projeto escolar no momento mais letal da pandemia de Covid-19 necessitaria de um esforço que eu não poderia exigir dos alunos.

A interdisciplinaridade também foi prejudicada pela condição remota. Sem o cafezinho nos intervalos das aulas, sem os eventuais almoços coletivos e até mesmo sem os happy hours após o expediente, ficou mais difícil a interação com os outros professores. A maioria dos meus colegas conheceram o Museu Virtual de Ceilândia apenas quando ele foi inaugurado e eu fui à escola apresentá-lo para alunos e professores. Esta pesquisa-ação poderia ter sido desenvolvida em conjunto com os professores de Geografia e Sociologia, pois aborda as desigualdades sociais e regionais do Distrito Federal. Ela também poderia ser articulada com os professores de Língua Portuguesa, por valorizar a oralidade, ou ainda com os professores de Arte, que poderiam analisar as manifestações artísticas da cidade como um contraponto às narrativas oficiais. Porém, essas interações não ocorreram e o projeto foi limitado a dois professores de História, o Professor Valter da Silva e eu.

Por outro lado, desenvolver a pesquisa-ação no ensino remoto facilitou a construção do museu no modelo virtual, aumentando as possibilidades desse espaço e a diversidade do seu

acervo. Quando esse projeto foi pensado para um contexto de normalidade escolar, o Museu seria físico e se localizaria no próprio CED 06. Caso não fosse possível reservar um espaço específico para o Museu, ele seria provisório e desfeito dentro de alguns dias ou semanas após a sua inauguração. Mesmo que o Museu se tornasse permanente, a sua localização dentro da escola o tornaria pouco acessível para as pessoas que não fossem membros dessa comunidade escolar. A condição remota das aulas não era imprescindível para que o museu fosse virtual, mas todos os procedimentos de sua construção terem sido feitos digitalmente facilitou e favoreceu a construção desse espaço virtual.

Esta pesquisa-ação possuía dois principais objetivos. O primeiro deles era a construção do Museu Virtual de Ceilândia como um meio para que os alunos compreendessem um pouco sobre a metodologia de pesquisa e, principalmente, sobre as intencionalidades presentes na produção e na divulgação de certas narrativas históricas. Com um objetivo tão subjetivo é difícil termos uma conclusão muito assertiva, porém, considerando todos os questionários analisados e as intervenções dos alunos durante as aulas, julguei que esse objetivo foi alcançado entre os estudantes que participaram de todas as etapas.

O segundo objetivo essencial desta pesquisa-ação era criar uma referência para a história local de Ceilândia, um espaço onde professores e alunos pudessem visitar e utilizar-se do seu acervo nas suas atividades escolares. É precoce afirmarmos que esse objetivo foi alcançado, pois o Museu Virtual de Ceilândia foi inaugurado no dia 1º de dezembro de 2021. Entretanto, a recepção dele, principalmente entre os professores que conheceram o Museu, foi bastante positiva até o momento, o que me leva a crer que este objetivo também será alcançado na medida em que o museu se popularize.

Reitero que essa Dissertação foi desenvolvida por um professor de História para outros professores. Desejo que a sua leitura tenha sido tão frutífera quanto foi a minha escrita, desejo mais ainda que ela tenha sido menos trabalhosa do que a minha escrita. Desenvolver uma dissertação de mestrado que propôs uma pesquisa-ação no ensino remoto no meio de uma pandemia não é uma tarefa simples, porém uma dificuldade nada comparável a ter que construir uma nova casa, uma nova cidade e uma nova vida em um lugar sem água encanada, sem energia elétrica e a 35 km de distância das melhores oportunidades de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ensino de história e fontes históricas**. In: VII Encontro Nacional de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 26 a 28, nov., 2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias - Entrevista com Alessandro Portelli. **Revista História & Perspectivas**, v. 27, n. 50, ago., 2014.

ALVES, Renato; GOULART, Guilherme. Ferida Aberta: Pacheco Fernandes 50 anos depois. **Correio Braziliense**, Brasília, fev., p. 1-2, 2009.

AMMANN, Safira Bezerra. **Os Incansáveis**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

ANDRADE, Everardo Paiva de; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Trajetórias Docentes e História Pública: A construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (orgs.). **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ARAÚJO, Marina Scheffer. **A cidade não é uma só: um documentário sobre Ceilândia a partir dos moradores da região**. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicador Organizacional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25-26, set. 1992/ago. 1993, 1993.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Um lugar de memória para a nação: o Museu Paulista reinventado por Affonso d'Escagnolle Taunay (1917 – 1945)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação sobre museus. **Biblioteca Digital**, Brasília: Edições Câmara, n. 79, 2012. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/14599>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CAMPÊLO, Sandra Rodrigues Sampaio; SILVA, Denize Elena Garcia. Ceilândia retratada nos jornais: análise crítica do discurso midiático. **ReDCen**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 47-67, 2017.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias e imagens: (Re)pensando os significados do Memorial JK. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, p. 177-193, 2006.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002.

COELHO, Fernando. Estamos na Ceilândia: começa o show da morte. **O Correio do Planalto**, Brasília, p. 8-9, nov., 1975.

CORREA, Rodrigo Antunes. **Memórias e histórias do CIEP 228 Brizolão Darcy Vargas: uma construção coletiva**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Lúcio. **Considerações em torno do plano piloto de Brasília**. Brasília. In: **I Seminário de Estudos Urbanos de Brasília**. [Documento]. Comissão do DF: Gráfica do Senado Federal, 1974.

COSTA, Tatiane Helena da. **Como um conto de fadas? Reflexões sobre o ensino de história local nos anos iniciais da educação fundamental (Ituiutaba-MG / 1980-2006)**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Ituiutaba, 2013.

CRIOULO Voador bagunça toda a Ceilândia. **O Correio do Planalto**, Brasília, set., 1975.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Exaltar a pátria ou formar o cidadão (Política, cultura e ensino de História). In: **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANCO, Celso. Ceilândia quer a terra prometida: Moradores dizem que não podem pagar preços dos lotes. **Correio Braziliense**, Brasília, out., p. 23, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATTI JÚNIOR, Décio. Aspectos teórico-metodológicos, fontes e historiografia do ensino de história no Brasil. **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun., 2009.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Alguns problemas do ensino escolar de história regional. **Histórias e Ensino**, Londrina, UEL, v. 4, p. 53-75, out., 1998.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2007.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social - uma avaliação da ação governamental na área da habitação**. São Paulo: Annablume, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 20112.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HELIODORO, Affonso. **O Memorial JK: Um Monumento e Centro de Cultura**. Brasília: Verano Editora & Comunicação Ltda., 1996.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. 2. ed. São

Paulo: Schwarcz LTDA, 2010.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas**, Brasília, IPHAN, 2002.

LANGARO, Jiani Fernando. O ensino de história, entre o local e o global: relato de experiência docente e esboço de uma metodologia para sala de aula. In: KMITTA, Ilsyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana; FACHIN, Viviane Scalon (orgs). **A história no entretecer das práticas de ensino**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

LANGARO, Jiani Fernando. Trabalho, desigualdade social e conflitos agrários em um livro didático de História Regional da década de 1980. In: SQUINELO, Ana (org.). **Livro didático e paradidático de história em tempos de crise e enfrentamento: sujeitos, imagens e leituras**. Campo Grande: Life Editora, 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (orgs). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, p. 31-52, 2011.

LIMA, Emanuel; JEVAN, Manoel. **A Ceilândia Hoje**. Brasília: Pop Art, 2007.

LOPES, Danielle de Carvalho. **Uma análise de conteúdo das notícias do Correio Braziliense sobre Ceilândia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

MARTINS, Karolline Ferreira. **O direito que nasce na luta: A construção social do direito à moradia e à cidade pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Distrito Federal**. Dissertação (Bacharelado em Direito). Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.2, jan./dez., 1994a.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, 1993.

NÓBREGA, Priscila Sobral. **Memorial Juscelino Kubitschek e seus públicos: análise das relações com o espaço expositivo (2014–2015)**. Monografia (Graduação em Museologia). Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Informação, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Vinícius José de. **A história oral e a pesquisa**. Apresentação Power Point. 6 slides. Brasília, jun., 2021a.

OLIVEIRA, Vinícius José de. O processo de elaboração do Museu de Ceilândia-DF como possibilidade para o ensino de História. In: ABEH. Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História. **Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História - Perspectivas Web 2020**. Ponta Grossa: ABEH, 2020.

OLIVEIRA, Vinícius José de. Reflexões sobre a pesquisa-ação no ensino remoto: uma análise a partir do Museu Virtual de Ceilândia-DF. In: Simpósio Nacional de História (31: 2021: Rio de Janeiro, RJ). **Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia**. Márcia Maria Menendes Motta (org.). 1. ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021c.

OLIVEIRA, Vinícius José de. **A história que a história não conta: Visita remota ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia**. Apresentação Power Point. 8 slides. Brasília, maio, 2021b.

ORÍÁ, Ricardo. História pública e monumentos: A narrativa visual do passado nacional. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (orgs). **História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

PACHECO, Karolline. Superando a história única: a educação patrimonial como instrumento de democratização cultural no Distrito Federal. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 60, n. 16, ago., 2020.

PEIXOTO, Elane Ribeiro; *et al.* **O rap da Ceilândia**. Anpur, n. XVII, p. 1-20, 2017.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90: Dossiê A História e suas fontes**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez., 2008.

PEREIRA, Vinicius Carvalho. **A Casa da Memória Viva da Ceilândia: 1997-2010: uma análise à luz da Nova Museologia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia). Faculdade de Ciências da Informação, Universidade de Brasília, 2013.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. Dissertação. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RESENDE, Mara. Movimentos de moradores: a experiência dos inquilinos de Ceilândia. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

RICCI, Cláudia Sapag. **Pesquisa como ensino: textos de apoio. Propostas de trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (orgs.). **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, p. 185-196, 2018.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

SAMUEL, Raphael. Documentação: História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, set.1989/fev.1990, 1990.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra & Voz, p. 71-85, 2016.

SILVA, Eliete Barbosa de Brito. **Valparaíso de Goiás: O lugar das identidades, as identidades do lugar (1995-2010)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, Marcos Antônio da. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. O Massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: Memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília. **Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades**, nov., 2011. XIV Congresso Internacional de Humanidades Brasil - Chile, 2011.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. O movimento pró-fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

URBANA, LEGIÃO. Faroeste Cabloco. Compositor: Renato Russo. In: **URBANA, Legião - Que país é este 1978/1987**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1987.

VASCONCELOS, José Adirson. **As cidades satélites de Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1988.

VAZ, Fabiano Amorim; ARAÚJO, Camila Gonzaga. Museu virtual interativo: Técnicas para digitalização e exposição. **Revista Científica da FASETE**, Paulo Afonso, dez., 2013.

VIDESOTT, Luisa. **Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; COSTA NETO, Antônio. **Meu nome é Ceilândia: sou a margem do paraíso**. Goiânia: Ed. Kelps, 2009.

WEBGRAFIA

A CIDADE É UMA SÓ? Direção: Adirley Queirós. Produção: Vitrine Filmes, 2012.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9NXCrWrwECI&t=940s>. Acesso em: 15 set. 2020.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA. Ceilândia 48 anos: pedra fundamental é lançada por Hélio Prates. **Ceilândia**, 2019. Disponível em:

<https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/03/25/ceilandia-48-anos-pedra-fundamental-e-lancada-por-helio-prates/>. Acesso em: 1 jul. 2021.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA. Mapas. **Ceilândia**, 2021. Disponível em: <https://www.ceilandia.df.gov.br/category/sobre-a-ra/mapas/>. Acesso em: 02 jul. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO COMUNITÁRIO DA CEILÂNDIA. Casa da Memória Viva da Ceilândia. Dirigido por Manoel Jevan de Olinda. Ceilândia, fundado em 1993.

ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely Lima de Assis. O ensino de história local como estratégia pedagógica. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 01–18, 2019.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/56626>. Acesso em: 16 mai. 2021.

ATLAS DO DISTRITO FEDERAL. Divisão territorial. Caderno 04. **Codeplan**, 2020.

Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2020-Cap%C3%ADtulo-4.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ATLAS DO DISTRITO FEDERAL. Meio socioeconômico. Caderno 05. **Codeplan**, 2020.

Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2020-Cap%C3%ADtulo-5.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRANCO SAI, PRETO FICA. Direção: Adirley Queirós. Produção: Cinco da Norte. Brasília: Vitrine Filmes, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NUqJugohVWY>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1891. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, publicado em

21/01/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em: 15 mai. 2021.

BURIN, Flávio. **Algumas verdades que seu professor de história não te contou**. 2021.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9oXujHkpjfc>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CALZOLARI, Isabella. Vista como ‘região mais violenta’ do DF, Ceilândia é a 11ª em nº de mortes. **G1 DF**, Brasília, p. 1-2, mar., 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/vista-como-regiao-mais-violenta-do-df-ceilandia-e-11-em-n-de-mortes.html>. Acesso em: 6 jan. 2022.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. **As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/693/1/rosane2005.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CODEPLAN. Pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD). Brasília: **Codeplan**, 2018. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CODEPLAN. Pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD): Ceilândia – 2018. Brasília: **Codeplan**, 2019a. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Ceil%C3%A2ndia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CODEPLAN. Pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD): Plano Piloto – 2018. Brasília: **Codeplan**, 2019b. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Plano-Piloto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA. Direção: Vladimir Carvalho. Brasília: Vertovisão, 1991 (153 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDcz3Uw21wI>. Acesso em: 02 mai. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998. Proíbe a utilização da expressão “satélite” para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF. **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF**, Brasília, publicado em 19/02/1998. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/33283/407befdb.html>. Acesso em: 11 jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 456, de 21 de outubro de 1965. Dispõe sobre a organização do Sistema de Administração Regional da Prefeitura do Distrito Federal. **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF**, Brasília, publicado em 27/10/1965. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/550/Decreto_456_21_10_1965.html. Acesso em: jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 1.196, de 29 de outubro de 1969. Cria o Grupo de Trabalho para erradicar as favelas das Vilas IAPI e Tenório. **Diário Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal**, Brasília, publicado em 29/10/1969, p. 8. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=1899. Acesso em: 10 fev. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.348 de 28 de abril de 1987. Fixa datas de fundação do Setor Residencial Indústria e Abastecimento - Guará e Ceilândia, e dá outras providências. **SEDUH**, Brasília, publicado em 28/04/1987. Disponível em: https://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/decreto_10348_28041987.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 11.921 de 25 de outubro de 1989. Fixa os novos limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal. **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF**, Brasília, publicado em 26/10/1989. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/18119/exec_dec_11921_1989.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 1.313, de 19 de março de 1970. Revoga Decreto nº 1196 e transforma Grupo de Trabalho em Comissão de Erradicação de Favelas. **Diário Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal**, Brasília, publicado em 20/03/1970, p. 3. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=2049. Acesso em: 29 mai. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 2.942 de 27 de junho de 1975. Define a área de circunscrição dos setores "M" e "N" norte de Taguatinga e dá outras providências. **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF**, Brasília, publicado em 27/06/1975. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/4239/Decreto_2942_27_06_1975.html. Acesso em: 28 jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997. Dá nova denominação à Região Administrativa I. **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF**, Brasília, publicado em 29/09/1997. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49606/Lei_1648_16_09_1997.html. Acesso em: 28 jan. 2022.

ELZINGA, Diogo. Brasília não é uma cidade e outras coisas sobre o Distrito Federal. **Elzinga**, 2019. Disponível em: <https://www.elzinga.com.br/brasil-ao-nao-e-uma-cidade-e-outras-coisas-sobre-o-distrito-federal/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**, UNICAMP, Campinas, v. 16, n. 1 (46), jan./abr., ex. 1, p. 87-102, 2005. Disponível em: <https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2293/46-dossie-felgueirasml.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um Lugar na Escola para a História Local. **Ensino em Revista**, ago., 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809>. Acesso em: 16 mai. 2021.

HENRIQUES, Rosali. Museus virtuais e cibermuseus: a internet e os museus. **Museu da Pessoa**, 2004. Disponível em: https://acervo.museudapessoa.org/public/editor/museus_virtuais_e_cibermuseus_-_a_internet_e_os_museus.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

HISTÓRIA PARA NINAR GENTE GRANDE. Deivid Domênico. Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: Central Liesa de Atendimento, EDIMUSA, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uiYJEoKaCfY>. Acesso em: 27 mai. 2021.

IBRAM. **Guia dos Museus Brasileiros/Instituto brasileiro de Museus**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sudeste.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

INEP. **Censo Escolar**, 202018. Brasília: MEC, 2020019. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/53007530-ced-06-de-ceilandia>. Acesso em: 14 jan. 2021.

INVASORES OU EXCLUÍDOS. Direção: César Mendes. Brasília, 1989. Gravação 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ic3Vms_4fDQ. Acesso em: 6 jul. 2020.

KATAGUIRI, Kim. Debate realizado pela Tv Folha. São Paulo, 08 abr. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AnkcJzh4Bk>. Acesso em: 15 mai. 2021.

LAURIANO, William. Gentrificação da cidade modernista: Brasília. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 17, ed. 33, p. 155-178, maio, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/issue/view/1393>. Acesso em: 18 jan. 2022.

LOURENÇO, Margareth. Museu conta história dos fundadores de Ceilândia. **Correio Braziliense**, p. 1-2, mar., 2017. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia,583750/qual-e-a-historia-dos-fundadores-de-ceilandia.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 7, n. 15, p. 27-50, mai., 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 16 mai. 2021.

MANIÇOBA, Regina de Souza. Criação de Regiões Administrativas no Distrito Federal e o histórico da definição de seus limites geográficos. **Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/33529/27132>. Acesso em: 05 nov. 2021.

MARQUES, Marília. DF abriga 51 sítios arqueológicos com mais de 11 mil anos. **G1 DF**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/09/16/df-abriga-51-sitios-arqueologicos-com-mais-de-11-mil-anos-veja-detalhes.ghtml>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MELO, Armando Sérgio Emerenciano de; MAIA FILHO, Osterne Nonato; CHAVES, Hamilton Viana. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 153-159, 27 abr., 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5109>. Acesso em: 09 mai. 2022.

MEMORIAL JK. WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre, 2021c. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Memorial_JK&oldid=62667055. Acesso em: 30 abr. 2021.

MEMORIAL JK. Campanha de Doações. **Memorial JK**, 2021a. Disponível em: http://www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=433. Acesso em: 11 jun. 2021.

MEMORIAL JK. Conheça o Memorial JK. **Memorial JK**, 2021b. Disponível em: http://www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=145. Acesso em: 11 jun. 2021.

MEMORIAL JK. **Conhecendo Museus**, [2012?]). Disponível em: <http://www.conhecendomuseus.com.br/museus/memorial-jk/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Museu Paulista. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, p. 573-578, 1994b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9759>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MUSEU CASA DA MEMÓRIA VIVA DA CEILÂNDIA, 2014. Disponível: <https://www.facebook.com/museucasadamemoriaviva>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MUSEU DA PESSOA, 2021. Disponível em: <https://www2.museudapessoa.org/sobre-o-museu/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MUSEU de Ceilândia reúne memórias dos pioneiros do DF. **R7**, 2018. Disponível em: noticias.r7.com/distrito-federal/balanco-geral-df/videos/museu-de-ceilandia-reune-memorias-dos-pioneiros-do-df-04042018. Acesso em: 21 mar. 2021.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffé. Produção: Bananeira Filmes, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>. Acesso em: 27 maio 2021.

NASCIMENTO, Paulo Meyer; *et al.* **Nota Técnica: acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. IPEA**, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200902_nt_disoc_n_88.pdf. Acesso: 20 abr. 2021.

O SOL NASCEU PARA TODOS. Direção: Alan Mano K. Produção: Jovem de Expressão. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kpgAMXK7CTU>. Acesso em: 21 out. 2021.

PAULA, Alexandre de. Gigantes do rádio, Planalto e Tupi estão agora juntas no Distrito Federal: Com a junção das emissoras do Diários Associados, o público brasileiro passou a ter uma programação ainda mais diversificada na frequência 890 AM. **Correio Braziliense**, Brasília, fev., 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/03/interna_cidadesdf,657553/gigantes-do-radio-planalto-e-tupi-estao-agora-juntas-no-distrito-fede.shtml. Acesso em: 30 dez. 2021.

PERA, Guilherme. Plano Piloto de Brasília completa 30 anos como Patrimônio Cultural da Humanidade. **Agência Brasília**, 2017. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/04/21/plano-piloto-de-brasilia-completa-30-anos-como-patrimonio-cultural-da-humanidade/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. IDH Índice de Desenvolvimento Humano. **Rede Social de Cidades**, 2016. Disponível em: <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/DF/brasilia/regiao/fercal/idh-indice-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SETOR de Mansões IAPI. **Df imóveis**, 2021. Disponível em: <https://www.dfimoveis.com.br/venda/df/guara/guara-ii/casa?palavrachave=setor-de-mansoes-iapi>. Acesso em: 26 dez. 2021.

SOLÉ, Glória. A construção de um museu em sala de aula: aprender história através dos objetos. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos (org). **Atas do XII Congresso Internacional Jornadas de Educação Histórica**. Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <https://lapeduh.files.wordpress.com/2014/10/atas-das-xii-jornadas-de-educac3a7c3a3o-histc3b3rica.pdf> . Acesso em: 15 mai. 2021.

TJDFT. Os incansáveis moradores da Ceilândia. **TJDFT**, 1980. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-do-conhecimento/centro-de-memoria-digital/documentos/processos-historicos/os-incansaveis-moradores-da-ceilandia/view>. Acesso em: 05 maio 2021.

TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimento e no fortalecimento comunitários para o enfrentamento de problemas. **Educação e Sociedade**, v. 34, n. 122, p. 155-173, jan./mar., 2013. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/48>. Acesso em: 09 mai. 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 ago. 2021.

VÍDEO DE ABERTURA DA LIVE DE INAUGURAÇÃO DA LOJINHA DO MUSEU. Direção: Manoel Jevan, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P-Zr5JFaTPQ>. Acesso em: 21 abr. 2021.

WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Rosane. Ensino e Memória: os museus em espaço escolar. **Acervos para a História da Educação**, v. 29, n. 44, jun., 2016. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2988>. Acesso em: 15 mai. 2021.

APÊNDICE A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Pesquisador: VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 44459721.0.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de História

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.655.163

Apresentação do Projeto:

O projeto contempla uma pesquisa ação participante a ser desenvolvida ao longo do ano letivo de 2021, no Centro Educacional 06 de Ceilândia, escola localizada no Distrito Federal, conjuntamente com os alunos do 1º ano do Ensino Médio e os seus familiares. Os alunos recolherão objetos históricos e depoimentos orais de seus familiares a fim de organizarem um museu virtual sobre a história de Ceilândia. O projeto culminará em dissertação de mestrado, pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória, sob a orientação do Professor Dr. Jiani Fernando Langaro.

Objetivo da Pesquisa:

Criação de um museu virtual sobre a história da Ceilândia, como possibilidade para um ensino de História crítico, analítico e reflexivo, em torno das construções das narrativas históricas, seus métodos e, principalmente, as tensões e disputas em torno da memória coletiva ligada à construção de Brasília e à fundação de Ceilândia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os depoimentos colhidos pelos estudantes refletirão parte das memórias dos entrevistados. Se tais coletas não forem feitas de maneira ética e respeitosa podem levar os entrevistados a rememorarem episódios traumáticos levando-os a um mal-estar e desconforto. Ademais, os

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 4.655.163

alunos também coletarão e digitalizarão outras fontes históricas e pessoais como fotografias, ferramentas de trabalho, documentos. Muitos desses objetos possuem um grande valor sentimental para os seus proprietários. Ao manusear tais objetos os alunos podem danificá-los ou os perderem, causando prejuízos irreparáveis aos seus proprietários. No entanto, haverá ganhos no sentido de, ao realizarem a pesquisa, aos alunos se aproximarem mais de suas famílias e parentes, uma vez partilharem de suas histórias e memórias; reforçarem laços identitários e familiares, minimizando possíveis conflitos geracionais comuns no cotidiano familiar. Os entrevistados terão as suas memórias publicadas, valorizando suas vivências, experiências de vida e memórias. Dessa maneira, a investigação contribuirá para se perceberem como sujeitos históricos atuantes na história de Ceilândia. Os alunos em contato com as metodologias de pesquisa na área da História podem despertar o seu desejo e interesse não só por essa disciplina, mas como toda a pesquisa acadêmica, percebendo a pesquisa como uma possibilidade de atividade também profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa-ação será realizada no Centro Educacional 06 de Ceilândia (CED 06). A escola é destinada ao Ensino Médio contendo 1137 alunos no Ensino Regular e 418 alunos na Educação de Jovens e Adultos (INEP, 2019). A referida investigação consiste em uma sequência didática dividida em cinco etapas que transcorrerão ao longo do primeiro semestre de 2021. A primeira etapa será a aplicação de questionário online; o segundo passo consiste na visita remota a dois museus. O passo seguinte é o da coleta de materiais dos estudantes junto aos seus familiares e parentes. Após o acervo constituído, inicia-se o quarto passo que se baseia na organização do Museu Virtual. O último passo será a inauguração do Museu Virtual de Ceilândia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador cumpriu todas as exigências normativas do CEP.

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está apto à pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 4.655.163

deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para agosto de 2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1713294.pdf	07/04/2021 13:53:27		Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamentos_pendencia_s.pdf	07/04/2021 13:52:41	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia_CED06.pdf	07/04/2021 13:38:51	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_Pesquisadores.pdf	07/04/2021 13:31:35	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento_Pendencia_s.pdf	17/03/2021 22:23:03	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Humanidades_Vinicius_Jose.pdf	17/03/2021 22:19:13	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE_Humanidades_Vinicius_Jose.pdf	17/03/2021 22:19:00	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Vinicius_Jose.pdf	12/03/2021 11:30:56	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevistas.pdf	12/03/2021 11:29:52	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Questionario.pdf	12/03/2021 11:27:47	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Memo11_VINICIUS.pdf	08/03/2021 02:40:00	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Autorizacao_CED06.pdf	08/03/2021 02:38:27	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Profhistoria_Vinicius_Jose.pdf	08/03/2021 02:26:14	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

APÊNDICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL-PROFHISTÓRIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA”. Meu nome é VINÍCIUS JOSÉ DE OLIVEIRA, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é ENSINO DE HISTÓRIA. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail: vinciusjoli@msn.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (61) 99220-3769. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa se chama O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA. Essa pesquisa tem dois objetivos principais. O primeiro objetivo é fazer os alunos do CED 06 de Ceilândia entenderem melhor como é o trabalho de um historiador, como ele recolhe e analisa as informações para descobrir sobre os eventos do passado, também pretendo que os alunos percebam que algumas histórias são preconceituosas com as pessoas mais simples. O outro objetivo é que os alunos saibam mais sobre a história da cidade para poderem se identificar com Ceilândia e lutarem por melhorias para essa cidade.

Para alcançar os objetivos acima, essa pesquisa será dividida em 7 etapas: a primeira etapa será a aplicação de um questionário via *Google* Formulários para os alunos; a segunda etapa será uma visita remota a dois museus, o Memorial JK e a Casa da Memória Viva de Ceilândia; a terceira etapa será a de coleta de materiais. Os alunos pesquisarão quais objetos eles e seus familiares têm relacionados à história de Ceilândia, além de coletarem depoimentos orais sobre as memórias de seus familiares sobre a história de Ceilândia; a quarta será a organização do Museu Virtual, após as entrevistas orais e os objetos coletados serem digitalizados, um web designer contratado ficará responsável pela elaboração do site do Museu; a quinta etapa será a inauguração do Museu Virtual de Ceilândia. Com o Museu inaugurado, pretendo colher dados dos seus visitantes, se possível, traçando um perfil deles. Pretendo também, analisar a repercussão que tal espaço terá no Centro Educacional 06 e na cidade de Ceilândia-DF. Todas as atividades serão realizadas ao longo do primeiro semestre de 2021 durante as aulas de História.

Entre os possíveis riscos, você poderá ficar sobrecarregado de atividades escolares num momento sensível e cheio de limitações causadas pela pandemia de Covid-19. Porém, sempre respeitarei o seu ritmo e todas as atividades solicitadas terão um grande prazo para serem realizadas. Por outro lado, você terá a oportunidade de aprender História de uma forma inovadora, montando um museu.

A sua participação na pesquisa não gerará nenhum tipo de despesa para você, se precisar comprar algo para a pesquisa, me avise para que eu possa lhe pagar.

Eu só poderei divulgar na pesquisa os dados que você permitir, como seu nome, a sua idade e as suas opiniões. Você também não é obrigado a participar de todas as atividades solicitadas e nem

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL-PROFHISTÓRIA

de responder todas as perguntas do questionário. Caso isso ocorra, você não poderá ser prejudicado de forma alguma.

Caso se sinta prejudicado, você poderá solicitar formas para reparar os danos que você sofreu.

Por favor, assine o seu nome dentro dos parênteses, de acordo com a opção que queira marcar.

() Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito a publicação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, assine entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, assine entre os parênteses abaixo:

() Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

2. Assentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, baixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA”. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador responsável VINÍCIUS JOSÉ DE OLIVEIRA sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Brasília, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do pesquisador responsável

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA. Meu nome é VINÍCIUS JOSÉ DE OLVEIRA, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é ENSINO DE HISTÓRIA. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail vinciusjoli@msn.com e, através do seguinte contato telefônico: (61) 99220-3769, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho tem como objetivo geral criar, em conjunto com os alunos do 1º ano do CED 06, um museu virtual sobre a história de Ceilândia-DF para que os alunos possam compreender melhor como é uma pesquisa histórica, para aprenderem mais sobre a história da cidade e para procurarem meios para melhorar Ceilândia.

Você será entrevistado para colhermos informações sobre o seu passado e o passado de Ceilândia, para isso deverá reservar um período de 2 horas. Alguns objetos de valor histórico, como fotografias, documentos e ferramentas de trabalho poderão ser solicitados para serem digitalizados e expostos no museu virtual que se pretende criar, sendo totalmente opcional o seu empréstimo.

Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas.

Essa pesquisa tem dois riscos principais. Ao ser entrevistado, os momentos traumáticos da sua vida podem ser lembrados, causando-lhe desconforto e os objetos de valor histórico solicitados podem ser danificados durante o seu manuseio. Porém, todo cuidado será tomado para que a sua participação nessa pesquisa traga apenas benefícios para todos. A sua experiência de vida e as suas lembranças são muito importantes para a pesquisa e podem informar e auxiliar os alunos a aprenderem mais sobre a história de Ceilândia e de seus moradores.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA



um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Autorizo o uso de minha voz em publicações.
() Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

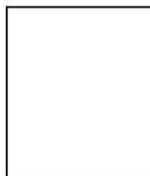


Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA-DF COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador responsável VINÍCIUS JOSÉ DE OLVEIRA sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Brasília, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



APÊNDICE D - Slides da apresentação do projeto aos alunos (23/03/2021)

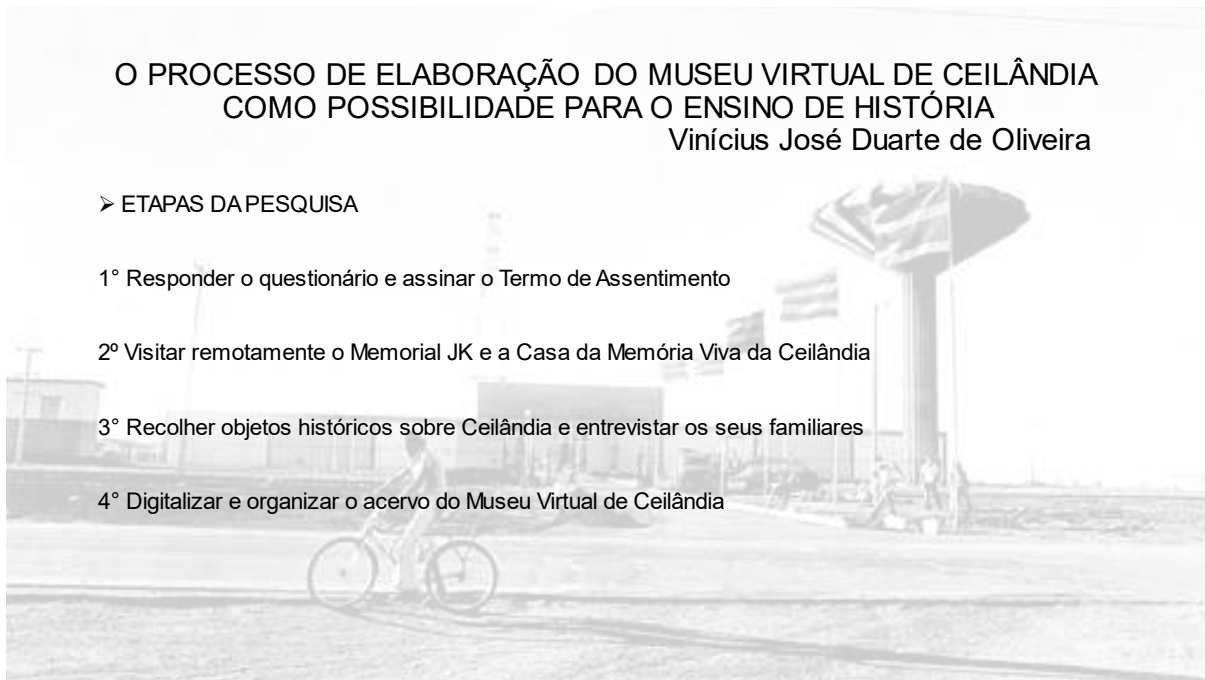
O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA
COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA
Vinícius José Duarte de Oliveira

➤ APRESENTAÇÃO

✓ Vinícius José Duarte de Oliveira
(61) 99220-3769
viniciusjoli@msn.com

- Professor de História da SEEDF desde 2010
- Mestrado em Ensino de História

Slide 1/2



O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA
COMO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA
Vinícius José Duarte de Oliveira

➤ ETAPAS DA PESQUISA

- 1º Responder o questionário e assinar o Termo de Assentimento
- 2º Visitar remotamente o Memorial JK e a Casa da Memória Viva da Ceilândia
- 3º Recolher objetos históricos sobre Ceilândia e entrevistar os seus familiares
- 4º Digitalizar e organizar o acervo do Museu Virtual de Ceilândia

Slide 2/2

APÊNDICE E - Formulário de Pesquisa

26/05/2021

Formulário de Pesquisa: História-1º ano: Valter e Vinícius

Formulário de Pesquisa: História-1º ano: Valter e Vinícius

As respostas dadas poderão ser publicadas em pesquisas científicas, por isso responda com atenção e sinceridade, não pesquise antes de responder, eu quero saber apenas a sua opinião, não existem respostas erradas. Não seja tímido, a sua identidade não precisa ser revelada.

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. Nome completo e turma *

3. Qual o ano de fundação de Ceilândia? *

Marcar apenas uma oval.

1960

1971

1982

1993

4. Quem foi Hélio Prates? *

Marcar apenas uma oval.

Um governador do Distrito Federal

Um presidente da República

O primeiro morador de Ceilândia

Um famoso cantor ceilandense

26/05/2021

Formulário de Pesquisa: História-1º ano: Valter e Vinícius

5. Você mora há quanto tempo em Ceilândia? *

6. O que você acha de morar ou estudar em Ceilândia? *

7. Você gosta de morar ou estudar em Ceilândia? *

Marcar apenas uma oval.

- Não gosto
- Eu gosto um pouco
- Eu gosto
- Adoro

8. Como você acha que a televisão e os jornais mostram Ceilândia? *

Marcar apenas uma oval.

- Eu não sei
- De forma ruim
- Como ela realmente é
- De forma boa

26/05/2021

Formulário de Pesquisa: História-1º ano: Valter e Vinícius

9. Você já sofreu preconceito por morar ou estudar em Ceilândia? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim, poucas vezes
- Sim, algumas vezes
- Sim, várias vezes

10. Você se considera brasileiro ou ceilandense? Comente a respeito? *

11. O que você considera importante na história de Ceilândia? *

12. Quem você considera importante para a história de Ceilândia? *

26/05/2021

Formulário de Pesquisa: História-1º ano: Valter e Vinícius

13. Descreva Ceilândia com as suas palavras *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE F – Questionário: visita remota ao Memorial JK

26/05/2021

Questionário: visita remota ao Memorial JK

Questionário: visita remota ao Memorial JK

Você irá fazer uma visita virtual ao Memorial JK, preste atenção, pois as suas respostas dependerão da sua visita. Siga os seguintes passos.

Acesse o site: www.memorialjk.com.br e assista o vídeo de abertura.

Depois clique em PULAR INTRODUÇÃO E IR PARA O SITE. Clique em MEMORIAL JK e você será direcionado para esta página: www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=145

Veja as fotos e leia os textos, posteriormente, no canto superior clique em MAPA INTERATIVO e você será direcionado para esta página: www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=183

Passa o mouse nos pontos vermelhos e conheça a organização do Memorial JK.

No canto superior clique em GESTÃO e você será direcionado para esta página:

www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=420

Pesquise quem é a presidente e os vice-presidentes do Memorial, utilize também outros sites.

Fique a vontade para visitar outras páginas do site do Memorial JK

Responda as questões abaixo entre os dias 22/04/ 21 e 29/04/21

Qualquer dúvida, entre em contato comigo: Professor Vinícius (61) 99220-3769

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. Nome COMPLETO e turma *

3. Qual a história contada no Memorial JK? Esse Memorial é sobre quem? Como a história é contada no Memorial JK? *

26/05/2021

Questionário: visita remota ao Memorial JK

4. Quais os sujeito históricos (personagens que aparecem na história) se destacam no Memorial JK? *

5. Quais os principais objetos e fontes históricas presentes no Memorial JK? *

6. Quem administra o Memorial JK? Isso interfere na história contada no Memorial? Como? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE G – Questionário: visita remota à Casa da Memória Viva da Ceilândia

26/05/2021

Questionário: visita remota à Casa da Memória Viva de Ceilândia

Questionário: visita remota à Casa da Memória Viva de Ceilândia

Você irá fazer uma visita virtual à Casa da Memória Viva de Ceilândia. Essa atividade é continuação do questionário sobre a visita remota ao Memorial JK, é importante que você tenha feito essa atividade antes.

Assista o vídeos em: www.youtube.com/watch?v=P-Zr5JFaTPQ

Depois, assista a reportagem presente no site: noticias.r7.com/distrito-federal/balanco-geral-df/videos/museu-de-ceilandia-reune-memorias-dos-pioneiros-do-df-04042018

Leia a matéria publicada no:

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia,583750/qual-e-a-historia-dos-fundadores-de-ceilandia.shtml

Veja parte do acervo em: www.facebook.com/media/set/?vanity=museucasadamemoriaviva&set=a.1509022825823530

Fique a vontade para pesquisar também em outros sites. Qualquer dúvida entre em contato: Professor Vinicius (61) 99220-3769

RESPONDA AS QUESTÕES ATÉ O DIA 06/05/21

***Obrigatório**

1. E-mail *

2. Nome COMPLETO e turma *

26/05/2021

Questionário: visita remota à Casa da Memória Viva de Ceilândia

3. Qual a história contada na Casa da Memória Viva de Ceilândia? Esse Museu é sobre quem? Como a história é contada na Casa da Memória Viva de Ceilândia? *

4. Quais os sujeito históricos (personagens que aparecem na história) se destacam na Casa da Memória Viva de Ceilândia? *

5. Quais os principais objetos e fontes históricas presentes na Casa da Memória Viva de Ceilândia? *

6. Quem administra a Casa da Memória Viva de Ceilândia? Isso interfere na história contada nessa Casa? Como? *

26/05/2021

Questionário: visita remota à Casa da Memória Viva de Ceilândia

7. Quais as SEMELHANÇAS você observou entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva de Ceilândia? *

8. Quais as DIFERENÇAS você observou entre o Memorial JK e a Casa da Memória Viva de Ceilândia? *

9. Por que você acha que tem diferenças entre as histórias contadas no Memorial JK e as histórias contadas na Casa da Memória Viva de Ceilândia? *

10. Entre as histórias contadas no Memorial JK e as histórias contadas na Casa da Memória Viva de Ceilândia, qual teria mais relação com a sua vida? Por quê? *

26/05/2021

Questionário: visita remota à Casa da Memória Viva de Ceilândia

11. Você acha que a forma que as histórias são contadas pode influenciar a forma que agimos no presente? Justifique. *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE H - Slides da aula “A história que a história não conta”: a visita remota ao Memorial JK e à Casa da Memória Viva da Ceilândia. Devolutiva dos questionários (27/05/2021)

“A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

VISITA REMOTA AO MEMORIAL JK E À CASA DA MEMÓRIA VIVA DE CEILÂNDIA

[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=IN&VI_2S4](https://www.youtube.com/watch?v=IN&VI_2S4)

Slide 1/8

A HISTÓRIA E AS INTENÇÕES DO MEMORIAL JK

- Enaltecer o ex-presidente Juscelino Kubitschek
- Demonstrar o heroísmo e a ousadia do JK
- Demonstrar a importância das construtoras na criação de Brasília
- Negligência outros sujeitos históricos



Slide 2/8

“TEM SANGUE ATRÁS DO HERÓI EMOLDURADO”

- Pressão para concluir as obras
- Inauguração 21/04/1960
- Turnos de até 16 horas de trabalho
- Más condições de alojamento e alimentação
- O massacre da Guarda Especial de Brasília



Slide 3/8

QUEM CONTA A HISTÓRIA?

- Ana Cristina Kubitschek: neta de JK
- Paulo Otávio: político e dono de construtora



Slide 4/8

A HISTÓRIA E AS INTENÇÕES DA CASA DE MEMÓRIA VIVA DE CEILÂNDIA

- Valorizar as histórias dos candangos
- Ser um centro cultural
- Valorizar a identidade ceilandense



Slide 5/8

QUEM CONTA A HISTÓRIA?

PROFESSOR MANOEL JEVAN: NORDESTINO,
MORADOR DE CEILÂNDIA E FILHO DE
PIONEIRO



Slide 6/8

OBJETIVO DAS ATIVIDADES

- Perceber que a história, o que deve ser lembrado ou o que deve ser esquecido é fruto de disputas do presente pelo controle do passado. Políticos, movimentos sociais, reis e rainhas buscam legitimar o seu poder através da história
- Controlando o passado se controla o presente.

Slide 7/8

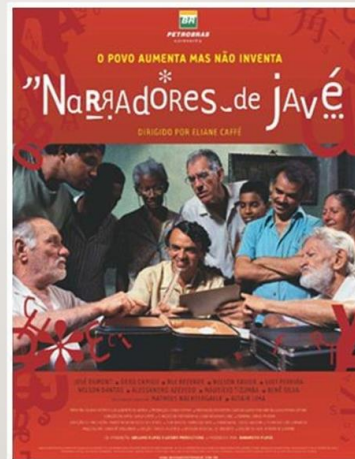
SUGESTÃO DE FILME: NARRADORES DE JAVÉ

- Trailer:

<https://www.youtube.com/watch?v=Ent4qrH8Kpk>

- Filme complete:

<https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyhYs8>



Slide 8/8

APÊNDICE I - Slides da aula “A história oral e a pesquisa” (08/06/2021)



A HISTÓRIA ORAL E A PESQUISA

Aula: 08/06/2021

https://www.youtube.com/watch?v=cbBya_ZrSHp0

Slide 1/6

O QUE É HISTÓRIA ORAL?

- Surgimento: com a invenção do gravador no início do século XX, surgiu uma nova forma de armazenar informações.
- Novos sujeitos históricos e novas abordagens: nas décadas de 1960 e 1970, há uma preocupação em democratizar a história. Novas pesquisas surgiram com o interesse de saberem mais sobre os sujeitos históricos que não estavam nos livros, como as mulheres, os negros, os trabalhadores .
- Definição : “História oral é, essencialmente, um *método de pesquisa* que, através da técnica da entrevista, registra as memórias narradas de um indivíduo, em primeira mão. Entrevistas, por sua vez, são fundamentalmente técnicas para coleta de informações” (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 22)

Slide 2/6

O QUE VOCÊS VÃO FAZER?

- Entrevistar familiares ou pessoas próximas que vivenciaram algo relacionado à história de Ceilândia
- Solicitar uma fonte histórica (foto, documento, ferramenta de trabalho...) que relacione a vida dela com a história da cidade. Essa fonte será exposta no nosso Museu Virtual de Ceilândia .
- Valor: 3,0. Data da entrega: até 02/07/2021

Slide 3/6

COMO VOCÊS VÃO FAZER?

Antes da entrevista:

- Entre em contato com o entrevistado, explique o que você vai fazer e agende um horário que ele não esteja com pressa e nem ocupado
- Solicite que o entrevistado separe algum objeto que ele considera importante para a história dele e para a história de Ceilândia.
- Tente saber um pouco sobre o entrevistado, isso vai te ajudar na entrevista.
- Certifique que o seu celular tenha memória e bateria suficientes para você gravar a entrevista. Se o seu celular tiver um microfone é melhor. Teste tudo com antecedência

Slide 4/6

COMO VOCÊS VÃO FAZER?

Durante a entrevista:

- Escolha um lugar calmo e com um fundo bonito para realizar a gravação.
- O roteiro da entrevista não precisa ser seguido exatamente como está, ele é apenas para te orientar
- Mantenha-se concentrado apenas na entrevista.
- A entrevista é uma conversa e não um interrogatório. Puxe assunto e deixe o seu entrevistado a vontade.
- Peça para o entrevistado assinar o Termo de Consentimento
- Peça uma fonte histórica para o seu entrevistado sobre a história dele e a história de Ceilândia.

Slide 5/6

COMO VOCÊS VÃO FAZER?

Depois da entrevista:

- Armazene a gravação em mais de um lugar. Cada entrevista é única e insubstituível
- Compartilhe no *Classroom* os seguintes arquivos:
 - a gravação com a entrevista
 - a fotografia do objeto histórico escolhido pelo entrevistado
 - o Termo de Consentimento assinado pelo entrevistado e pelo responsável do aluno que fez a entrevista
 - a Ficha Técnica da entrevista

Slide 6/6

APÊNDICE J - Roteiro semiaberto para entrevista oral

ROTEIRO SEMI ABERTO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS REALIZAREM COM OS SEUS FAMILIARES E PESSOAS PRÓXIMAS

Identificar o entrevistado:

Data, hora e local da entrevista:

Me conte um pouco sobre a sua história. Onde você nasceu? Qual a sua ocupação? O que você gosta de fazer?

Você nasceu em Ceilândia? Se não, você veio para a cidade quando?

Por que você veio para Ceilândia?

O que você acha de morar aqui?

Desde quando você veio para Ceilândia, você acha que muitas coisas mudaram?

Quais as maiores mudanças que você percebeu desde que mora aqui?

O que você acha que mudou pouco desde que você mora aqui?

Como você descreveria Ceilândia?

O que você considera importante para história de Ceilândia?

Como a história de Ceilândia interfere/influencia/mexe com a história da sua vida?

Como a história da sua vida interfere /influencia/mexe com a história de Ceilândia?

Você quer acrescentar mais alguma coisa?

APÊNDICE K - Ficha técnica para as entrevistas dos alunos

FICHA TÉCNICA-ENTREVISTA PARA A PESQUISA

Entrevistador:

Entrevistado:

Hora e local da entrevista:

Observações:

FONTE HISTÓRICA PARA O MUSEU VIRTUAL DE CEILÂNDIA

Nome da fonte:

Descrição:

Dimensão:

APÊNDICE L - Slides da aula “Organizando o Museu” (08/07/2021)

Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

- O que vocês gostariam de ver em um museu virtual?
- Qual o melhor nome para o Museu?

Slide 1/11

Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

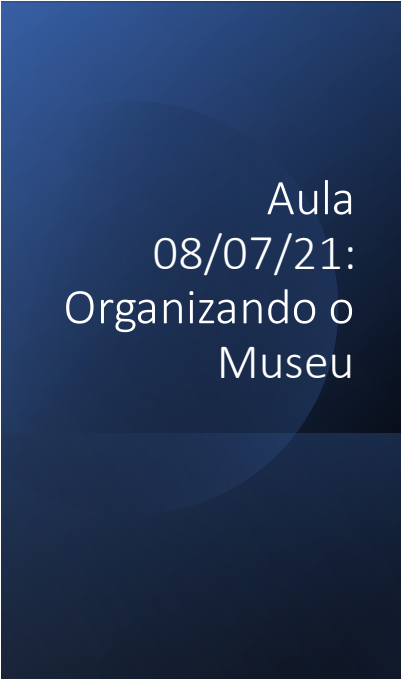
TEMOS:

- 31 entrevistas realizadas por vocês, mais as fontes históricas recolhidas
 - 4 filmes e documentários sobre a cidade
 - 4 decretos oficiais sobre a história e fundação de Ceilândia
 - Biblioteca digital:
15 produções acadêmicas sobre Ceilândia, entre elas, livros, trabalhos de conclusão de curso, artigos e dissertações de mestrado.
 - Acervo digitalizado da Casa da Memória Viva de Ceilândia
- Os candangos: 19 arquivos
Ceilândia: 75 arquivos
Nordestinação: 37 arquivos

FALTA ALGUMA COISA?

ABRIMOS ESPAÇO PARA OUTRAS PESSOAS COLABORAREM PARA O ACERVO?

Slide 2/11



Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

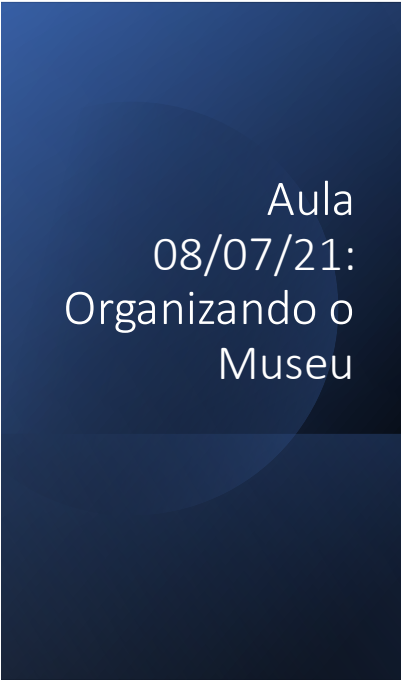
Slide 3/11

SOBRE AS ENTREVISTAS

Mantemos como estão?

Cortamos as maiores para termos um tamanho mais padrão de aproximadamente 5 minutos?

Mantemos as duas versões, uma sem corte e outra versão reduzida?



Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

Slide 4/11

SOBRE A PÁGINA INICIAL

Primeiro contato com o Museu, merecendo destaque e atenção

Algumas sugestões

Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

Slide 5/11

CORREIO DO PLANALTO 1975

ESTAMOS NA CEILÂNDIA: COMEÇA O SHOW DA MORTE

Entre barracos pobres, portas constantemente abertas, todos eles de tábuas podres, há de restos de caixas, pias e chãos que dá morte, despidendo as vielas. Os lares pobres e as ruas sem iluminação da Ceilândia. Aqui, o crime aumenta e está alerta nas ruas, em cada luz de madeira, invariável, quase sempre descobertos buscam a fuga na cachupa. Ai, quase sempre encontram a morte. Quase tudo é triste na Ceilândia. O rido que tem moradores que de passat, de sair à noite de casa, de conversar, de encontrar com estranhos, de ruas solas, sem uma calçada, sem um fio branco, sem um marco de civilização. Alguns são desajustes de homens perdidos, próximos marginais e criminosos desesperados. Na Ceilândia não se bebe água, Na Ceilândia não se come direito.

Se pouco, não deve ter condições reais de fazer muito. O que não incontrolou os problemas de uma comunidade embolada a pelas condições precárias de uma vida por si só, difícil. As crianças da Ceilândia precisam se matar para terem uma diversão sangrenta, inocentemente inocentes. As donas de casa na luta pelo almoço pela família, pela dormida não são respeitadas no seu dia-a-dia. O dinheiro falta, a pobreza acomoda-se em suas misas e calçadas para depois fazer-lhe uma lâgrima no rosto perdido na esperança. E tudo aqui salvo o sonho das pessoas é morte. Os registros criminosos no dia-a-dia aumentam. Matam para resolver, matam por matar, matam por beberem, matam por trançar.

Texto de Fernando Coelho
Fotos de Geraldo Antunes

Aqui, num picar de olho, o sangue começa a correr, pelas facadas, pelos tiros, pelas pauladas, pelas mordidas.

Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

Slide 6/11

GOVERNADOR HÉLIO PRATES ASSENTANDO A
PEDRA FUNDAMENTAL DE CEILÂNDIA - 1971



Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

FOTO: TRANSFERÊNCIA DOS BARRACOS - 1971



Slide 7/11

Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

FOTO: CAIXA D'ÁGUA



Slide 8/11

Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

Slide 9/11

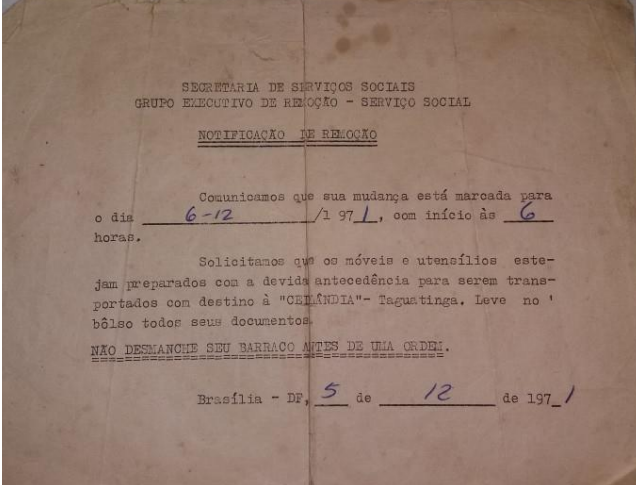
CORREIO BRAZILIENSE: 20/10/1979

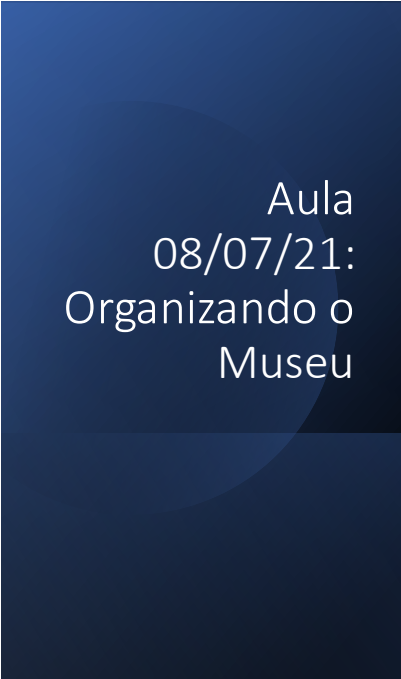


Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

Slide 10/11

NOTIFICAÇÃO DE REMOÇÃO-1971







Aula
08/07/21:
Organizando o
Museu

MOSAICO DE TODAS AS
FONTES HISTÓRICAS QUE
VOCÊS TROUXERAM

Slide 11/11

APÊNDICE M - Enquete para a escolha do nome definitivo do Museu Virtual de Ceilândia

Vote em um nome para o nosso museu

 jose_oliveira@discente.ufg.br (não compartilhado) 
[Alternar conta](#)

Qual o nome você mais gostou?

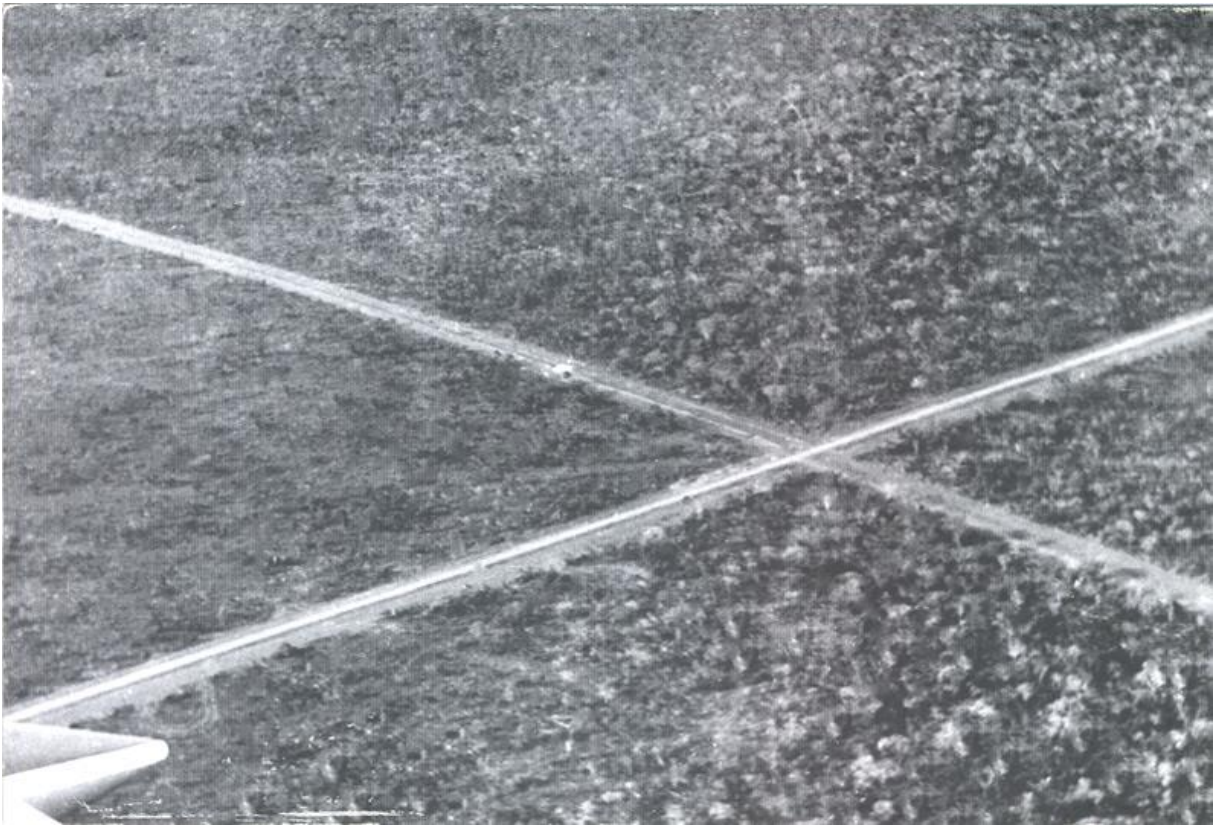
- Museu Virtual de Ceilândia
- Museu Histórias de Ceilândia
- Museu Ceilândia e Memórias
- Museu Quebrada de Ceilândia

[Enviar](#) [Limpar formulário](#)

Este formulário foi criado em Universidade Federal de Goiás. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários

ANEXO A - Cruzamento dos eixos Monumental e Rodoviário no início das obras de construção de Brasília



Fonte: PERA, 2017.